UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

GABRIEL DE OLIVEIRA RIBEIRO DO VALLE CORRÊA

Há diferença? Se há diferença, desmancha-se...

Representação da sociedade fluminense na série de crônicas *Gazeta de Holanda*,
de Machado de Assis.

São Paulo

2012

GABRIEL DE OLIVEIRA RIBEIRO DO VALLE CORRÊA

Há diferença? Se há diferença, desmancha-se...

Representação da sociedade fluminense na série de crônicas *Gazeta de Holanda*,
de Machado de Assis.

Dissertação apresentada à Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo (USP) para
obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Conhecimento: Teoria Literária e
Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka.

São Paulo

2012

Nome: CORRÊA, Gabriel de Oliveira Ribeiro do Valle

Título: **Há diferença? Se há diferença, desmancha-se...** Representação da sociedade fluminense na série de crônicas *Gazeta de Holanda*, de Machado de Assis.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Conhecimento: Teoria Literária e Literatura Comparada.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka (Orientador) Instituição: USP – FFLCH

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Sidney Chalhoub Instituição: UNICAMP - IFCH

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Valentim Aparecido Facioli Instituição: USP – FFLCH

Julgamento: _____ Assinatura: _____

A Carine Dalmás

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, ao Prof. Dr. Edu Teruki Otsuka pelo compromisso, seriedade e constante disponibilidade para o diálogo, mesmo nas conversas iniciais, antes de aceitar orientar este trabalho. Além disso, pela compreensão de minhas qualidades e limitações acadêmicas, fazendo da orientação um rico processo de aprendizagem, pautado pela confiança com a qual sempre estimulou minha autonomia.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela bolsa concedida, que possibilitou a aquisição de todo o material utilizado, assim como a dedicação exclusiva à pesquisa.

Ao Prof. Dr. Valentim Aparecido Facioli e ao Prof. Dr. Hélio de Seixas Guimarães, que participaram da banca de qualificação, pela atenta leitura e pertinentes apontamentos e sugestões. Mas, principalmente, pelas críticas e questionamentos, os quais foram determinantes para aprofundar e esclarecer elementos estruturais do texto.

Aos professores Ana Paula Sá e Souza Pacheco, Andrea Saad Hossne, Cilaine Alves Cunha, Ivan Prado Teixeira, Joaquim Alves de Aguiar, Jorge Mattos Brito de Almeida, José Antonio Pasta Júnior, José de Paula Ramos Júnior, Marcelo Pen Parreira, Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos e Vagner Camilo, que de diferentes maneiras contribuíram direta e fundamentalmente desde a elaboração do projeto até a finalização deste trabalho.

À equipe do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), da Universidade de Campinas, pela prontidão do atendimento e eficiente disponibilização de seu acervo, viabilizando a digitalização das fontes.

A Luiz de Mattos Alves, assim como a todos os funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH, por toda sorte de auxílios e, principalmente, de “galhos quebrados”.

Aos meus irmãos, Paulo e Rafael, assim como aos amigos e colegas, pelo incentivo como acompanharam este trabalho.

A Carine Dalmás, pelas conversas, carinho, paciência e incansável apoio e contribuição para elaboração desta pesquisa desde seu princípio.

RESUMO

CORRÊA, Gabriel. **Há diferença? Se há diferença, desmancha-se...** Representação da sociedade fluminense na série de crônicas *Gazeta de Holanda*, de Machado de Assis. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

O objetivo desta pesquisa é a análise e a interpretação da série de crônicas *Gazeta de Holanda*, escritas por Machado de Assis e publicadas entre 1º de Novembro de 1886 e 24 de fevereiro de 1888, em um dos jornais de maior tiragem do Rio de Janeiro na época, a *Gazeta de Notícias*. Para a abordagem, consideramos a articulação entre dois elementos bastante visitados pela tradição crítica brasileira: a produção de crônicas em grande volume e variedade pelo escritor brasileiro mais estimado de seu tempo; e a crônica como um gênero literário relativamente novo, se comparado aos demais já reconhecidos pela tradição, o que faz dele algo generalizadamente menos estimado, mas, certamente, bastante popularizado e praticado pelos principais autores brasileiros. Além disso, priorizamos o campo de comunicação em que esses textos foram elaborados, principalmente, para não descartarmos *a priori* dados potencialmente significativos para interpretação dos textos. No caso de Machado de Assis, mesmo que em muitas das crônicas analisadas não haja referência direta a fatos e acontecimentos publicados nos jornais da época, podemos afirmar que a estrutura significativa de seus textos está em diálogo direto com a potencialidade do campo comunicacional em que está inserido. Assim, discorreremos nesta pesquisa sobre: o gênero dentro de seu contexto social, fundamentando a ideia generalizada na crítica brasileira que o associa a algo como “gênero nacional”; e a análise formal da *Gazeta de Holanda*, sugerindo o rendimento literário dos textos, enquanto unidades autônomas e enquanto conjunto de textos seriados; e, por fim, apontando sua significativa pertinência dentro da produção do cronista.

Palavras-chave: Machado de Assis; *Gazeta de Holanda*; Crônicas; Representação Social; Século XIX.

ABSTRACT

CORRÊA, Gabriel. **Is there a difference? If there is a difference, dissolve it...** Representation of the fluminense society in the series of chronicles *Gazeta de Holanda*, by Machado de Assis. 2012. 272 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

The objective of this research is the analysis and interpretation of the chronicles *Gazeta de Holanda*, written by Machado de Assis and published between 1st November 1886 and February 24, 1888, in the newspaper of largest circulation in Rio de Janeiro at the time, *Gazeta de Notícias*. For this purpose, we have considered the relation between two elements frequently cited by the brazilian literary criticism tradition: the chronicle genre was produced in large quantity and variety by the most esteemed Brazilian writers; besides, the brazilian chronicle was a literary genre relatively new, if compared with others already recognized by the tradition, which has transformed it in something less estimated, but certainly yet very popular and practiced by the major of the brazilian authors. In addition, we prioritized the social context in which these texts were produced, mainly, to do not ignore *a priori* information potentially significant for the interpretation of the texts. In the case of Machado de Assis, even that in many of the chronicles analyzed there is no direct reference to facts and events published in the newspapers of the time, we must say that the significant structure of their texts is in direct dialogue with the capability of the context in which it is inserted. Thus, we will discuss in this research: the genre within its social context, trying to understand the general idea that the brazilian critics linked the chronicles with something like a "national genre"; the formal analysis of the *Gazeta de Holanda*, suggesting the literary relevance of these texts, as isolated units and as set of texts; and, finally, pointing its significant relevance within the chronicler production.

Keywords: Machado de Assis; *Gazeta de Holanda*; Chronicles; Social Representation; Nineteenth Century.

LISTA DE SIGLAS

<i>GN</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>
<i>CS</i>	<i>Comentários da Semana</i>
<i>AA</i>	<i>Ao Acaso</i>
<i>H15D</i>	<i>História de quinze dias</i>
<i>H30D</i>	<i>História de trinta dias</i>
<i>BE</i>	<i>Balas de Estalo</i>
<i>A+B</i>	<i>A+B</i>
<i>GH</i>	<i>Gazeta de Holanda</i>
<i>BD</i>	<i>Bons Dias</i>
<i>AS</i>	<i>A Semana</i>

SUMÁRIO

Introdução	11
1 Considerações sobre o Gênero Crônica	15
1.1 Localização: o folhetim na linha do tempo brasileira	15
1.2 O Gênero: de castelã à velha patusca	18
1.3 No Brasil: o trabalho do cronista e o descompasso moderno	23
1.4 Nota: o cronista Machado de Assis	34
2 Sugestão de um movimento	38
2.1 Leitura da primeira crônica: o anúncio de um “programa”	38
2.1.1 Primeiras estruturas da série	46
2.1.2 A abertura da série	52
2.2 Verificação do pressuposto de conciliação nos primeiros textos	58
2.2.1 Perspectiva de análise e “Confraternização Fluminense”	74
2.3 Décima primeira crônica	80
2.3.1 Símbolo da série: o bordão popular	84
3 Matizes do movimento	90
3.1 “Desregramento” do programa inicial	90
3.1.1 Questão Servil: pauta do “debate público”	98
3.1.2 Informalidade: documentos, estatutos, leis, regimentos etc.	124
3.1.3 Subjetividade ressentida: os outros “punhais” de Martinha	127
3.2 Procedimentos e temas comuns. Articulação específica	149
Considerações finais: duas questões em aberto	159
Referências Bibliográficas	164
Anexos	171

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é a análise e a interpretação da série de crônicas *Gazeta de Holanda*, escritas por Machado de Assis e publicadas entre 1º de Novembro de 1886 e 24 de fevereiro de 1888, em um dos jornais de maior tiragem do Rio de Janeiro na época, a *Gazeta de Notícias*.

Consagrado como romancista e contista, Machado de Assis também foi reconhecido ainda em vida como exímio cronista da imprensa fluminense, chegando a assinar, ao longo de quatro décadas, dezenas de seções regulares com comentários literário-jornalísticos sobre os fatos cotidianos presentes nos periódicos da cidade.

Temos aqui, portanto, um ponto de articulação entre dois elementos bastante visitados pela tradição crítica brasileira: primeiro, a produção de crônicas em grande volume e variedade pelo escritor brasileiro mais estimado de seu tempo, e certamente um dos mais determinantes de nossa literatura; e, segundo, a crônica, um gênero literário relativamente novo, se comparado aos demais já reconhecidos pela tradição, o que faz dele algo generalizadamente menos estimado, mas, certamente, bastante popularizado e praticado por boa parte dos principais autores brasileiros nos séculos XIX e XX.

É justamente a articulação entre as especificidades do autor e do gênero que temos como horizonte para análise de nosso recorte de pesquisa, e que buscaremos sugerir brevemente nesta introdução.

Em primeiro lugar, o gênero crônica apresenta características ambíguas de relevância e desvalorização no campo dos estudos literários. Não apenas Machado de Assis, mas uma parte significativa dos escritores brasileiros, desde Alencar, Bilac e João do Rio, passando por Graciliano, Drummond e Bandeira, até Clarice Lispector, tiveram na produção de crônicas em periódicos um episódio significativo em suas carreiras literárias.

Apesar disso, mais do que um argumento baseado no número e na continuidade de cronistas, as modificações passadas pelo gênero entre os séculos XIX e XX também influenciaram e foram influenciadas por características mais relevantes e difundidas pela literatura brasileira. Basicamente, ao longo da virada do século, o gênero foi saindo da justaposição de fatos e mergulhando na ficção, chegando no século XX à consolidação da chamada “Crônica Moderna”, na década de 1930, mais fluida e mais poética.¹

¹ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

O crítico inglês John Gledson faz importantes considerações que ajudam a mapear alguns pontos iniciais dessa virada no tom das crônicas, tratando especificamente dos textos jornalísticos de Machado de Assis. Ele ressalta a mudança da justaposição de referências diretas aos assuntos do cotidianos, que marcam o gênero em meados do século XIX, para um tom, ainda pautado pelas notícias dos jornais, mas de ficcionalização tanto dos assuntos abordados, quanto das vozes ligadas ao pseudônimo com que assinava seus textos.² E, não apenas Gledson, mas outros estudos igualmente importantes já comprovaram como Machado acabou por aproveitar em sua produção ficcional, de romances e contos, as estruturas formais “experimentadas” e “ensaiadas” em crônicas escritas anteriormente.³

Um exemplo da impregnação do gênero romance pelo gênero crônica é apontado com grande aproveitamento crítico por Roberto Schwarz, em sua análise do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Sem tocarmos o comentário específico sobre aquela obra, vale apontar que, segundo Schwarz, “a lista de traços comuns à crônica hebdomadária e às *Memórias*” é grande e poderia “ser encomprida à vontade”.⁴ Porém, não nos cabe, ainda, apontar quais seriam esses traços do gênero crônica. Estes serão devidamente abordados ao longo deste trabalho.

Em segundo lugar, considerando as especificidades da série *Gazeta de Holanda*, podemos já adiantar que se tratam de textos marcados por uma peculiaridade formal, em relação ao restante do domínio da prosa em geral associada ao escritor: trata-se de uma série de crônicas, de assunto majoritariamente político, mas escritas em versos. O que pode corroborar a hipótese de que o escritor passasse por uma fase de experimentação formal naquela época.

Por exemplo, na breve série imediatamente anterior, *A+B*, com duração de apenas sete textos, o cronista já experimentara pela primeira vez sistematicamente compor seus comentários em forma de diálogos. Além disso, se levarmos em conta que essas duas séries são contemporâneas à publicação interrompida de *Quincas Borba*, teremos mais um indício

² GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado de. **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

³ Dentre outros trabalhos, inclusive citados ao longo desta pesquisa, destacamos o de Lúcia Granja, sobre as séries que Machado publicou no *Diário do Rio de Janeiro*, na década de 1860, o qual a pesquisadora constatou a presença de uma série de ferramentas formais que futuramente iriam ser reelaboradas pelo romancista, sobretudo, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação: a roda dos jornais**. São Paulo; Campinas, SP : FAPESP: Mercado de Letras, 2000. Tal ideia é também desenvolvida em ensaios de Sônia Brayner, no qual argumenta como a produção em prosa de crônicas e contos foi determinante na preparação dos romances do escritor. BRAYNER, Sônia. “Metamorfozes Machadianas”. In: BOSI, Alfredo et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

⁴ SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 232.

do possível impasse artístico pelo qual passava o escritor no período que imediatamente antecedeu a Abolição da Escravatura e a queda da Monarquia, conforme argumenta Gledson.⁵ Segundo o crítico, na série de crônicas *Bons Dias!*, publicada imediatamente após a série *Gazeta de Holanda*, Machado teria escrito programaticamente, em suas edições iniciais, sobre diversos temas explicitamente vinculados à questão servil.⁶ Porém, passadas as crônicas em torno de maio de 1888, e tendo esfriado o debate no parlamento brasileiro e na imprensa sobre questões paralelas, tais como os projetos de reforma agrária, o tema recorrente da questão servil foi deixando *Bons Dias!*. Sua temática inicial foi sendo substituída por uma vasta gama de assuntos cotidianos, que, em geral, tinha como horizonte a emergência do tema republicano, estendendo-se até o fim da série, semanas antes da queda da monarquia.

Tendo em vista tal interpretação, a análise específica da *Gazeta de Holanda* poderia também ajudar a compreender tanto parte das referências usadas por Machado em *Bons Dias!*, quanto o contexto em que teria sido formulado o plano de escrita executado nas primeiras edições dessa série seguinte.

Por fim, vale a pena adiantarmos alguns dos pressupostos metodológicos que guiarão nosso trabalho: trata-se da definição do *campo do comunicação* que, por sua vez, definirá nossa concepção do *gênero*.⁷ Mesmo levando em conta que cada *enunciado* particular é individual e único, é importante salientar que cada campo de comunicação, ou seja, o contexto que possibilita e sustenta qualquer significação desse enunciado, elabora seus tipos de textos, tornando-os relativamente estáveis e possibilitando reconhecermos um conjunto deles como um *gênero* específico. No caso da nossa pesquisa, identificamos cada edição da *Gazeta de Holanda* como pertencente ao mesmo gênero literário, o qual é denominado “crônica.”

Por isso, tendo em vista que os enunciados aqui pesquisados foram publicados originalmente em jornais fluminenses do final da década de 1880, será fundamental levar em conta o campo de comunicação em que esses textos foram elaborados. Nossa interpretação sobre o gênero crônica será devidamente apresentada ao longo da pesquisa, porém, pode-se adiantar que ela leva em conta os demais textos publicados e supostamente compartilhados pelos leitores da imprensa fluminense, principalmente, por duas razões: por se tratar de parte

⁵ GLEDSON, John. “Quincas Borba.” In: **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

⁶ Idem. Intr. In: ASSIS, Machado. **Bons Dias!** São Paulo: Hucitec, 1990; Idem. “Bons Dias!” In: **Machado**..., op. cit.

⁷ A título de esclarecimento, a utilização neste trabalho dos conceitos de “campo de comunicação”, “gênero do discurso” e “enunciado” se dará nos termos expostos por Bakhtin. BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

do campo de comunicação original em que os textos foram elaborados; segundo, para não descartar *a priori* dados potencialmente significativos para interpretação dos textos.⁸

Destacamos “potencialmente”, pois nem todo texto crônica constrói-se necessariamente em referência objetiva ao seu contexto imediato. Porém, no caso de Machado de Assis, podemos adiantar que mesmo que em muitas das crônicas analisadas não haja referência direta a fatos e acontecimentos publicados nos jornais da época, o cronista constrói a estrutura significativa de seus textos em diálogo direto com a potencialidade do campo comunicacional em que está inserido. Esperamos que a análise da série exemplifique e esclareça esse ponto introdutório aqui sugerido.

Isto exposto, vale adiantar que discorreremos nesta pesquisa sobre: a identificação do gênero dentro de uma linha do tempo, em contexto nacional; sua significação em relação aos demais gêneros literários estimados, passando de referência à crônica histórica-nacional e eloquente, para materialização em crônica em tom familiar coloquial e cotidiana; e sua especificidade e os fatores que permitiram sua “aclimação” no Brasil, fundamentando a ideia generalizada pela crítica brasileira que a reconhece como gênero identitário nacional.

Posteriormente, poderemos partir para a análise formal da série *Gazeta de Holanda*, de modo a sugerir o rendimento literário do conjunto dos textos: casando-o com a perspectiva de identificação dos pressupostos do gênero crônica no Brasil, no fim do século XIX; e apontando sua significativa pertinência dentro da produção do cronista Machado de Assis.

⁸ Um exemplo de estudos relevantes que tomam caminhos diversos devido, principalmente, talvez, à concepção do gênero são dois estudos que valorizam as crônicas ligadas a contextos bastante diversos: transpostas e compiladas em livro ou junto às informações de seu próprio contexto de origem, respectivamente, em COUTINHO, A. “Ensaio e crônica”. In: **A literatura no Brasil**. v. 6. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986; e GLEDSON, John. “Bons Dias!”. In: **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

1 Considerações sobre o Gênero Crônica

1.1 Localização: o folhetim na linha do tempo brasileira

Antes da análise específica do corpus do trabalho, vale fazermos em traços gerais algumas considerações de caráter cronológico a respeito da introdução do gênero crônica no país.

O “nascimento” da crônica no Brasil está necessariamente vinculado a um evento até então inédito, sem o qual a criação de tal gênero jornalístico-literário estaria essencialmente comprometida: o estabelecimento do trabalho jornalístico e propagandístico, pautado pela introdução de empreendimentos comerciais similares aos europeus da primeira metade do século XIX.

Entre outras adaptações e soluções técnicas trazidas do velho continente para produção dos periódicos, parte dos jornais fluminenses da época reservaram sistematicamente na estrutura de suas folhas um espaço voltado, supostamente, ao entretenimento com o intuito, entre outros, de conquistar maior número de leitores e de assinaturas, e, assim, financiar sua produção diária que recém chegava à casa dos milhares de exemplares. As empresas jornalísticas brasileiras, a partir da década de 1830, encontraram no modelo do *feuilleton* francês uma maneira de produção textual programática destinada a cumprir tal função.⁹

Ao consideramos o espaço-função¹⁰ do entretenimento nas páginas do jornal, os *feuilletons* franceses e folhetins brasileiros em sua origem não traziam matéria ou assunto específico vinculado ao seu formato, podendo tais seções tratarem desde comentários sobre fatos da semana, peças e óperas, até trazerem novos poemas ou romances publicados em capítulos.

⁹ No ensaio “Voláteis e Versáteis”, Marlyse Meyer exemplifica o boom da “literatura industrial” na década de 1840 ocorrido na França através do sucesso do romance-*feuilleton* *Os Mistérios de Paris*, de Eugène Sue, aumentando significativamente tanto a vendagem de jornais quanto os hábitos de leitura desse gênero. MEYER, Marlyse. “Voláteis e Versáteis, de Variedade e Folhetins se fez a Chronica”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v. 46. São Paulo, 1985.

¹⁰ A importância dada aqui tanto ao espaço ocupado na estrutura do jornal quanto à função assumida pelo folhetim é fortemente baseada na argumentação de Meyer, que considera o folhetim, em sua origem, “um espaço vazio” destinado ao entretenimento e de Roncari, que examina a função do gênero dentro da estrutura dos jornais. Cf. Ibid.; RONCARI, Luiz. “A estampa da rotativa na crônica literária”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v. 46. São Paulo, 1985.

No caso do *feuilleton* francês, a segmentação mais relevante assumida por esse espaço-função foram os romances publicados em série (capítulos), alguns, com frequência diária. De acordo com Marlyse Meyer, no caso do Brasil, grande parte dos “folhetins”¹¹, em suas primeiras décadas, foram espaços nos periódicos reservados à tradução dos romances-*feuilletons*, ou simples comentários sobre os *feuilletons* franceses que tratavam de modas, notícias e debates públicos - o que não deixa de ser outra espécie de tradução.¹² No Brasil, ela resume, “havia folhetins, mas não havia espaço para folhetinistas”.¹³ Dessa forma, a autora define e constata a produção esparsa e inferior de folhetins escritos por aqui, sobre a matéria brasileira, romances ou não, em contraste à crescente moda de traduções estrangeiras.

Como manifestação da atividade intelectual contemporânea a esse processo, vale exemplificar a atuação dos primeiros propagandistas da literatura nacional na produção dos chamados “gêneros públicos”.¹⁴ Antonio Candido destaca o papel do jornalista Evaristo da Veiga na promoção de jovens que fariam parte da primeira geração romântica. Veiga fora um dos principais incentivadores da “produção” de folhetins no Brasil, a qual se adaptava ao clima literário que cercava a incipiente imprensa. Segundo o crítico, por meio de seu jornal *Aurora Fluminense*, Veiga “estabelece involuntariamente um vínculo sutil entre a sua atividade [jornalística] e a renovação literária que se anunciava”.¹⁵

Assim, a face dupla do vínculo estabelecido entre a atividade artístico-intelectual e a produção de periódicos e folhetins pode ser compreendida por meio das duas principais manifestações de seu entrelaçamento. A primeira, baseada no relativo sucesso, sobretudo nas décadas de 1840-50, da tradução de romances-*feuilleton*, fazendo com que, mesmo que a produção nacional fosse escassa, se valorizasse cada vez mais o modelo romance-folhetim, criando supostamente o público para o romance nacional almejado. E a segunda, na existência paralela e difundida das demais variantes de folhetins, textos os quais não tinham

¹¹ Passemos, a princípio, a nos referir ao gênero no Brasil pelo nome “folhetim”. Posteriormente trataremos da mudança no modo como o gênero passou a ser chamado, pois, dependendo da época e do contexto estudados, o mesmo gênero pode ser relacionado aos nomes: “folhetim”, “crônica”, “artigo”, “ensaio”, podendo ser reconhecidos por mais de um simultaneamente.

¹² MEYER, Marlyse. “Voláteis e Versáteis, de Variedade e Folhetins se fez a Chronica”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985.

¹³ A autora exemplifica como a questão da “tradução” de conteúdos e formas do *feuilleton* já era um tópico bastante problematizado desde os primeiros textos do gênero. Ela aponta como, após ser pouco difundido no início da década de 1840, os romances-folhetins brasileiros foram logo superados pela onda de “monstros saindo de Paris”, os quais, uma vez traduzidos, “deitam e rolam, eliminando tudo que não fora eles” no mercado nacional do folhetim. *Ibid.*, p. 30.

¹⁴ Antonio Candido se refere aos “gêneros públicos”, sobretudo, como a “Oratória” e o “Jornalismo” do início do século XIX. CANDIDO, Antonio. “Os Gêneros Públicos.” In: **Formação da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

¹⁵ *Ibid.*, p. 276.

a mesma potencialidade de valor literário do gênero romance, pois eram, em geral, meros comentários sobre assuntos cotidianos e notícias justapostas em tom informal.

Assim, na outra face da valorização literária e da busca por um romance-folhetim de sucesso, os folhetins que traziam comentários sobre o cotidiano eram necessariamente desvalorizados em relação aos seus modelos estrangeiros, gêneros literários já consagrados. Tratavam-se de textos menores, em termos literários, “cão vadios, livres farejadores do cotidiano”, “muitas vezes sem dono”, ou seja, não raro, anônimos.¹⁶ *Em suma, um conjunto de textos que futuramente seria reconhecido como “crônica”, em seu tipo argumentativo.* Assim, de um lado, a possibilidade de realizar um romance nacional de relevância, do outro, o dever compulsório de produzir pequenos textos pautados pelos mesmos assuntos veiculados na imprensa e, em geral, fadados a serem logo esquecidos.

Apesar da reiterada desvalorização do comentário cotidiano, em geral pautada pela contraposição aos demais gêneros, no correr das décadas seguintes, o folhetim, de modo geral, tanto em sua versão romance quanto em sua versão comentário, consolidou-se nas páginas dos jornais diários. Com o desenvolvimento dos periódicos fluminenses e seu processo constante de especialização de atividades, o espaço ocupado pelo folhetim também se ampliou e se diversificou. Ao longo das décadas de 1860 e 1870, saiu do pé da página, passou a ocupar colunas fixas, multiplicando-se para especializar-se em diferentes temas, ganhando mais espaço e chegando a se tornar produto editorial independente dos jornais, como, por exemplo, em revistas e almanaques vendidos avulsos.¹⁷

Assim, como forma de transitar e abarcar sua característica de pluralidade de temas, de modo a garantir sua função enquanto entretenimento, a tradição crítica reconheceu nos folhetins e nas crônicas a recorrência de um *estilo* leve e agradável, capaz de dar maleabilidade para folhetinistas e cronistas transitarem por todo tipo de assunto.

Pensando para além das páginas dos jornais, tal estilo característico de folhetinistas e cronistas teve relevante difusão entre os leitores brasileiros. Para compreender parte dessa influência, ainda de modo mais “factual”, basta pensarmos que muitos desses escritores

¹⁶ MEYER, Marlyse. “Voláteis e Versáteis, de Variedade e Folhetins se fez a Chronica”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985. O modo desvalorizado e circunstancial como os folhetins de comentários do cotidiano eram vistos por seus próprios autores é sugerido pelos próprios títulos que muitas seções assumiam, como, por exemplo, as *Páginas Menores*, do jornal *Correio Mercantil*, que chegaram a ser escritas por José de Alencar e Manuel Antonio de Almeida.

¹⁷ Ao discutir a crônica, mesmo sob o ponto de vista de década 1970, quando teria ocorrido certa “decadência” do gênero no país, Antonio Dimas faz questão de caracterizar tal função específica do gênero, um “oásis lúdico em meio à aridez das notícias secas”, dentro do meio de publicação. DIMAS, Antonio. “A ambiguidade da crônica: literatura ou jornalismo”. In: **Littera**: revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa. Ano IV, Nº 12. Rio de Janeiro: Grifo, 1974, p. 47.

também eram romancistas e poetas, o que acabou contribuindo para um generalizado estilo de “amaneiramento acentuado,... de fácil humorismo, de pieguice”, que, segundo Candido, chegou a influenciar os melhores níveis de nossa literatura¹⁸ e que se associou ao gênero até boa parte do século XX.¹⁹

Chegando à corte da década de 1880, com a produção de crônicas já relativamente substancial e consolidada, poderíamos continuar essa nota e projetar para os anos seguintes uma série de hipóteses interpretativas sobre as modificações do gênero dentro do conjunto de representações sociais características dos centros urbanos brasileiros em expansão. Porém, nos deteremos por enquanto até aqui, década de publicação da *Gazeta de Holanda*.

1.2 O Gênero: de castelã à velha patusca

Assim ele vai, corre, procura. O quê? Certamente esse homem, tal como o descrevi, esse solitário dotado de uma imaginação ativa, sempre viajando através do grande deserto de homens, tem um objetivo mais elevado do que o de um simples flâneur, um objetivo mais geral, diverso do prazer efêmero da circunstância. Ele busca esse algo, ao qual se permitirá chamar de Modernidade...²⁰

Feito um pequeno panorama histórico, é importante enfatizar que o nome do gênero literário, nosso objeto de pesquisa, é desenvolvido a partir da antiga denominação “folhetim”, se remetendo explicitamente a outro conjunto de textos produzido séculos antes e também denominados como “crônica”. Fazemos questão de recuperar esse argumento, pois ele ajuda a esclarecer um aspecto determinante do nosso objeto pesquisado: a relação pressuposta entre o gênero e o seu tempo.

¹⁸ CANDIDO, Antonio. “O Escritor e o Público”, In: **Literatura e Sociedade**, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 95.

¹⁹ Em relação ao estilo comum entre diferentes espécies de folhetins e romances, há outra abordagem mais “biográfica” recorrente na tradição crítica, mas que preferimos não destacar: trata-se dos jornais servirem muitas vezes como “laboratório” para escritores brasileiros. Nascidos e ligados pelo mesmo espaço-função na estrutura dos periódicos, tanto o romance-folhetim quanto os comentários da semana eram, não raro, escritos pelos mesmos autores. Meyer, argumentando nessa direção, reforça o vínculo social entre os gêneros puramente literários e os ligados aos folhetins: “...não será por acaso que os precursores da ficção são também os redatores dos jornais e os tradutores dos folhetins franceses”. MEYER, Marlyse. “Voláteis e Versáteis, de Variedade e Folhetins se fez a Chronica.” In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985, p. 39.

²⁰ BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 25.

Nos séculos anteriores, antes do desenvolvimento da imprensa, o nome do gênero remetia ao antigo conjunto de textos medievais e renascentistas cujos temas eram os relatos históricos registrados com uso eloquente da linguagem, sendo que um de seus principais autores na língua foi o cronista-geral do reino português, Fernão Lopes (1378?-1459?). Essa espécie de filiação entre o gênero literário-jornalístico do século XIX e o gênero mais antigo não se deu por “desenvolvimento” do gênero medieval, mas por *apropriação* do nome antigo, o que nos permite questionar quais elementos associados aos dois gêneros justificariam a referência indicada pelo nome em comum.

Além de Fernão Lopes – considerado o melhor de todos – outros escritores assumiram a função de cronista-mor do Reino, até que, na altura do século XVI, e já em pleno Renascimento, a Historiografia se afirmasse como gênero definido. A palavra crônica, no entanto, ainda que, posteriormente, viesse a abranger outros sentidos, permaneceu na língua portuguesa com o sentido antigo de narrativa vinculada ao registro de acontecimentos históricos.²¹

Além do significado dado pela raiz do nome, seu uso comum também se justifica pelo pressuposto do *registro de fatos históricos* a que foi associado o gênero crônica jornalístico-literária, em meados do século XIX. Independentemente da exatidão e pertinência das características do gênero crônica histórica (abordar esse tema fugiria de nosso recorte de pesquisa), nos interessa aqui constatar outro fato: a definição do novo gênero oitocentista teve, em um de seus principais horizontes, a comparação com a pressuposta imagem (irônica ou não) das características de registro histórico do gênero homônimo mais antigo.

Muitos dos críticos em que este trabalho se baseia já se debruçaram sobre as definições do gênero, destacando, invariavelmente, seus aspectos estruturais que se relacionavam a diferentes manifestações de referência à “temporalidade”. Até onde podemos averiguar, essa associação entre gêneros, nunca posta em termos muito claros, nunca foi também, e talvez por isso mesmo, alvo de problematização levada adiante entre os escritores da corte fluminense no século XIX, mesmo tendo sido diversas vezes tematizada nas crônicas.²²

²¹ BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica: História, Teoria e Prática**. São Paulo: Ed. Scipione. Col. Margens do texto, 1993, p. 12.

²² Tal relação entre os gêneros que remetem ao registro histórico antigo e ao jornalismo contemporâneo, do século XIX, era não só consciente, como objetivado, para Machado de Assis na concepção de algumas de suas séries de crônicas, conforme, por exemplo, foi argumentado por Leonardo Affonso de Miranda Pereira e John Gledson, respectivamente, sobre as séries *História de 15 dias* e *Bons Dias!* ASSIS, Machado de. **História de quinze dias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; e Idem. **Bons dias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

*A história é uma castelã muito cheia de si e não me meto com ela. Mas a minha comadre crônica, isso é que é uma velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as coisas miúdas e grandes, e põe tudo em pratos limpos.*²³

Em trecho de outra crônica anterior, igualmente bastante reproduzida em ensaios que já abordaram o tema, Machado de Assis, em tom de conversa leve e tom jocoso característico de parte de seus textos jornalísticos, já havia jogado com outra alegoria que nos traça uma imagem brincalhona e difundida entre seus contemporâneos.

*Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopando que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica.*²⁴

O principal ponto que esboçamos aqui é a suposta continuidade entre os dois gêneros ser dada por um elemento comum, segundo um consenso suficientemente acatado no século XIX: o suposto papel de registro e comentário sobre eventos históricos contemporâneos, segundo os paradigmas sociais de cada época e contexto.

Levando em conta os argumentos de comentadores que já passaram pela questão e a referência dada pelo “batismo” desse gênero literário-jornalístico, interessa-nos, então, levantar algumas características de como se manifestava essa necessária relação, de difícil definição, entre as crônicas e o tempo presente na imprensa fluminense do fim do século XIX.

Citemos então alguns exemplos, a partir da estrutura do gênero, de como a crônica do oitocentos se caracterizou a partir das relações temporais que estabeleceu: a) salvo algumas exceções, trataram-se de textos com curto espaço de tempo entre o acontecimento comentado, sua escrita e sua publicação (para padrões do século XIX); b) mesmo nestas exceções, o cronista acaba levando em conta e construindo seu texto a partir da expectativa do leitor por um pressuposto fato novo que deveria ter sido relatado na crônica; c) assim, em geral, a publicação de novos textos se dá em frequência maior que a produção de outros gêneros literários tradicionais e contemporâneos a ela; d) devido ao grande volume e quantidade, tratam-se de textos que logo tendem a ser esquecidos em brevidade de tempo similar ao em que são produzidos; e) por consequência, a brevidade temporal aparece transposta na

²³ A+B, 16/09/1886. In: ASSIS, Machado de. **Obra completa**. V.4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2007. (As citações das crônicas do escritor serão todas retiradas deste volume, e serão referidas como abreviação seguida de data de publicação. Por exemplo, *Gazeta de Holanda*: “GH, dd/mm/aaaa”).

²⁴ H15D, 01/11/1887.

brevidade espacial da linguagem, concisão e simplicidade (objetivando e proporcionando uma leitura rápida); f) e, enfim, o assunto comentado reverbera ou é reverberação de fatos contemporâneos, ou seja, acontecimento e relato do acontecimento são eventos cada vez menos distantes no tempo.

A despeito da falta de rigor com que justapomos tais definições feitas por outros comentadores do gênero, é interessante aqui observar que a novidade do cronista do século XIX está justamente no modo como sua relação com a temporalidade contemporânea é definidora do gênero que produz, diferentemente de outros gêneros literários estimados até então, nos quais tais variantes não aparecem como identitárias.

Cabe então pensar em que deriva essa noção de temporalidade registrada por meio de fatos banais, escritos e publicados rapidamente, e em grande quantidade e frequência. Que relação é essa entre o homem e seu tempo que, ao recuperar o nome do gênero antigo, em um contexto completamente diverso, se reconhece tanto como ruptura do passado, quanto como continuidade dele, e assim se impõe como aparente novidade?

Tratam-se de questões difíceis, mas cujas respostas podem ser devidamente iluminadas se olharmos para a causalidade imediata da produção desses textos: a relativamente nova forma de produção textual que se consolida, ou seja, tanto a parcela *compulsória* como o escritor passa a se relacionar com seu texto, quanto o caráter de *mercadoria* que o texto tem para com o leitor. Assim, as relações marcadas temporalmente acima citadas, e que ajudam a definir o gênero, se revisitadas, têm parte de sua causalidade material iluminada pelas necessidades da crônica em atender sua suposta função na estrutura maior do jornal. O que faria do gênero uma parte estritamente vinculada a esse suporte. A crônica “não tem pretensões de durar, uma vez que é filha do jornal e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa”, resumiria posteriormente Antonio Candido.²⁵

Partindo dessa ideia difundida da crônica como um gênero ligado ao jornal como “empresa industrial” e responsável por “produzir” o interessante dos fatos contemporâneos de modo agradável para tal empresa, Arriguicci Jr. descreve a relevância da constante adaptação dos cronistas para com sua matéria, definindo um estilo quase padrão por seu caráter dinâmico, ágil e “borboleteante”, não raro ao gênero.

A matéria mutável e meio monstruosa obrigava o folhetinista a percorrer todo o tipo de acontecimento, com uma volubilidade de 'colibri a esvoaçar em ziguezague'. [...]

²⁵ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 27.

O próprio cronista estava assim metido num processo histórico cuja dimensão era extremamente difícil e complexa de apreender.²⁶

Compreensível, portanto, que, espantado consigo mesmo, o gênero tenha tematizado recorrentemente o comentário metalinguístico sobre o próprio processo de escrita. Assim, por ser produto de relações relativamente novas de trabalho, os comentários do cotidiano presentes nas crônicas representam eles próprios também “um fato moderno”.²⁷

Resumidamente, argumentamos que, em termos de função social e de campo de comunicação, os gêneros crônica medieval-renascentista e crônica jornalística do oitocentos são completamente diversos. Porém, tanto no modo como foi batizado, quanto na representação que faz de seu mundo contemporâneo, ou em seu papel social determinado, o cronista ligado ao entretenimento jornalístico do século XIX “filiou-se” - não no sentido de tradição, mas no de específica referência - às crônicas antigas, representando em sua função de registro histórico do cotidiano a própria intenção de reflexão histórica que simbolizava.

*Porém, mais do que uma situação generalizadamente “moderna”, um dado histórico nos permite particularizar a discussão em um recorte mais específico e significativo: é importante enfatizar que estamos tratando de um gênero jornalístico-literário de caráter, digamos, “nacional”, uma vez que até onde pudemos averiguar, trata-se de um gênero com um amplo desenvolvimento *sui generis* na imprensa brasileira a partir do século XIX.*

Segundo Marques de Melo, em boa parte da imprensa estrangeira, o termo “crônica” se referiu e se refere ao campo *jornalístico*, um simples e objetivo “relato cronologicamente elaborado”, enquanto no Brasil, o termo se popularizou associado a um texto breve, do campo *literário*, de formato mais livre, mas ainda relacionado aos assuntos que pautavam a imprensa.²⁸

Assim, feito esse comentário sobre a localização e “filiação” do gênero, podemos, identificar a especificidade de como a crônica se desenvolveu no Brasil. O que, conforme

²⁶ ARRIGUCCI JR., Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: **Enigma e comentário** : ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 57.

²⁷ *Ibid.*, p. 53.

²⁸ MELO, José Marques. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985. Poderíamos considerar a existência de textos similares em outros países: conhece-se nas literaturas de língua inglesa, por exemplo, composições textuais em grande medida similares pelo nome de ensaio pessoal, informal, familiar, ou *sketch*. Além disso, a crônica existe em outros países, que têm seus *chroniqueurs* ou *columnists*. Porém, nossa ênfase se deu na associação do gênero com o *feuilleton* francês, o tipo de texto a que o surgimento da crônica no Brasil esteve diretamente associado.

veremos, sua função de entretenimento, sua característica compulsória e seu caráter genérico de mercadoria ainda são insuficientes para tentarmos compreendê-lo em contexto nacional.

1.3 No Brasil: o trabalho do cronista e o descompasso moderno

Da origem ao final do século XIX, de ser local de publicação de ficção estrangeira a ser caminho comum para publicação de livros nacionais, e de ser comentário passageiro sobre modas e curiosidades a se tornar análise de notícias relevantes através de formas literárias minimamente complexas, o gênero crônica passou por um processo de acumulação e transformação que é o da sua história no Brasil.²⁹ Além disso, baseando-nos em comentadores brasileiros que já debateram o tema, é notório o quanto o gênero crônica (enquanto comentário sobre o cotidiano, em registro poético ou não) se desenvolveu no Brasil e conquistou espaço significativo em nossa literatura.

Em José de Alencar, Francisco Otaviano e mesmo Machado de Assis, ainda se notava mais o corte de artigo leve. Em França Júnior já é nítida uma redução de escala nos temas, ligada ao incremento de humor e certo toque de gratuidade. Olavo Bilac, mestre da crônica leve e aliviada de peso, guarda um pouco do comentário antigo, mas amplia a dose poética, enquanto João do Rio se inclina para o humor e o sarcasmo, que contrabalançam um pouco a tara do esnobismo. Eles e muitos outros, maiores ou menores, [...] contribuíram para fazer do gênero este produto *sui generis* do jornalismo literário brasileiro.³⁰

Tendo como referência o panorama sugerido, derivam-se duas perguntas: mais relevante que a presença do gênero no Brasil, quais características associadas a ele justificam, ou ao menos explicariam, essa classificação difundida da crônica como gênero nacional? E, segundo, quais condições permitiram o desenvolvimento da identificação do gênero em tal direção?

Para tentar responder, vale contrapormos a observação do crítico a um famoso comentário feito pelo jovem Machado de Assis, que, analisando o gênero em outro momento histórico-social, faz uma constatação que, em certa medida, parece ir no sentido oposto à do crítico. Trata-se do texto “*O Folhetinista*”, de 1859, também já bastante referendado, por

²⁹ ARRIGUCCI JR., Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: **Enigma e comentário** : ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 56.

³⁰ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 28.

representar uma das primeiras fases de tomada de consciência dos escritores brasileiros sobre a natureza do gênero crônica.

[...] o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta última afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consociado com o frívolo. [...] Elemento estranho é este, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca o devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal... Todo mundo lhe pertence. [...] Entretanto, como todas as dificuldades se aplanam, ele podia bem tomar mais cor local, mais feição americana. Faria assim menos mal à independência do espírito nacional, tão preso a estas limitações, a esses arremedos, a esse suicídio de originalidade e iniciativa.³¹

O trecho é exemplo de como a definição sobre o gênero crônica foi reconhecida por parte daqueles que a praticaram, porém, não é feito em termos simples. As observações progressistas do jovem cronista são marcadas mais pela imagem do hibridismo como o gênero é reconhecido, entre “útil” e “fútil”, “sério” e “frívolo”, do que por uma definição objetiva, clara e consensual. Porém, mais do que deixar o problema em suspenso, Machado está reconhecendo, justamente no caráter contraditório associado ao gênero como um todo (e não apenas a alguns de seus textos), a manifestação e irrompimento de um estilo generalizadamente ágil, de “colibri”, capaz de aplanar suas dificuldades e truncagens da matéria que trata.

Além disso, acompanhando o trecho, ele ainda reconhece um segundo ponto sobre o gênero naquela época: a limitação de seu desenvolvimento supostamente bloqueado pela dependência de seu “espírito” para com um elemento externo, não “nacional”.

Assim, a comparação entre os dois comentários, no que tange a uma produção com falta de “cor local”, mas que passaria a ser marcada por certo “*sui generis*”, permitiria-nos questionar quais elementos de continuidade e divergências entre as épocas dos dois diagnósticos (do crítico e do cronista) possam ajudar a responder o que e quais condições permitiram identificar a crônica como um gênero nacional.

Machado de Assis não foi claro quanto à natureza da proclamada “cor local” almejada. Porém, olhando para produção de folhetins da época, décadas de 1850-1860, podemos supor alguns contraexemplos sobre o que o jovem cronista tratava.

³¹ ASSIS, Machado de. “O folhetinista”. Aquarelas. In: **O Espelho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 55-58.

Linhas acima, a citação sobre o “pintor da vida moderna”, de Baudelaire, não foi, claro, fortuita. Muito dela se justifica pela contemporaneidade entre os primeiros cronistas brasileiros e o aquarelista retratado pelo poeta francês, mas, principalmente, por serem personagens significativos de uma brusca reforma no modo de vida urbano e social. Cada qual, em seu devido contexto – seja no centro europeu capitalista, seja na periferia desse mesmo e amplo sistema de relações socioeconômicas.

Em primeiro lugar, no caso dos primeiros cronistas brasileiros, estes estão amplamente distantes da idealização daquele “apaixonado pela vida universal que entra na multidão como se isso lhe aparecesse como um reservatório de eletricidade”, pintado pelo poeta francês.³² A comparação aqui, porém, nos é útil justamente como contraposição, para enxergarmos como uma mística em torno do tipo encarnado pelo aquarelista, e pelo processo social do qual faz parte, serviu também aos cronistas brasileiros para se autoconhecerem como manifestação, em “tamanho fluminense”, do mesmo processo.

Um exemplo retirado, não por acaso, de José de Alencar, em folhetim-crônica de 1854, também bastante citado na discussão sobre o influxo cultural no período de estabelecimento do gênero, aponta a consciência sobre essa problematização.

Contudo parece-me que o estado vergonhoso do nosso Passeio Público não é unicamente devido à falta de zelo da parte do governo, mas também aos nossos usos e costumes, e especialmente a uns certos hábitos caseiros e preguiçosos, que têm a força de fechar-nos em casa dia e noite.

Nós que macaqueamos dos franceses tudo quanto eles têm de mau, de ridículo e de grotesco, nós que gastamos todo o nosso dinheiro brasileiro para transformar-nos em bonecos e bonecas parisienses, ainda não nos lembramos de imitar uma das melhores coisas que eles têm, uma coisa que eles inventaram, que lhes é peculiar e que não existe em nenhum outro país a menos que não seja uma pálida imitação: a *flânerie*.

Sabeis o que é a “*flânerie*”? É o passeio ao ar livre, feito lenta e vagorosamente, conversando ou cismando, contemplando a beleza natural ou a beleza da arte; variando a cada momento de aspectos e de impressões. [...] O que há de mais encantador e de mais apreciável na “*flânerie*” é que ela não produz unicamente o movimento material, mas também o exercício moral.³³

Interessante observar que muitos comentadores que passaram por esse trecho acabam apontando nele um exemplo de constatação e crítica sobre como a sociedade fluminense da época aceitava, como notório, o influxo cultural francês. O principal indicativo desse fato é o trecho: “Nós que macaqueamos dos franceses tudo quanto eles têm de mau, de ridículo e de grotesco, nós que gastamos todo o nosso dinheiro brasileiro para transformar-nos em bonecos

³² BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 21.

³³ *Ao Correr da Pena*, 29/10/1854. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

e bonecas parisienses”; porém, é justamente a continuação desse trecho que, além de confirmar a consciência sobre o influxo, ainda parece sugerir-lo, em certa medida, como insuficiente.

Alencar continua o trecho recomendando a transposição da “flânerie”, hábito associado ao desenvolvimento do cenário urbano parisiense de meados do século XIX, para a corte brasileira da mesma época, que passava pela urgência de ruas constantemente enlameadas e falta de iluminação noturna no Passeio Público. Ou seja, ao mesmo tempo, ele apresenta e recomenda³⁴ um sedutor “exercício moral” estrangeiro, espécie também de moda parisiense, que o próprio cronista admite ser de truncada aplicação na realidade material do cotidiano fluminense.

Em suma, o que fica do trecho é a postura supostamente crítica do cronista diante das políticas administrativas e hábitos culturais de seu tempo, assim como sua consequente autoavaliação social e seu alinhamento à esfera cultural prestigiada. Por outro lado, um leitor não muito mais atento pode apreender também que a provável crítica de Alencar acaba por, contraditoriamente, reiterar o criticado “macaqueamento”, mas agora não mais como adornos ou objetos (mercadorias), mas, mais arraigado, como a busca por um estado “moral”.

O que vimos no trecho citado é um exemplo do caráter de modernidade *postulada* e justificada por parâmetros supostamente externos. “Supostamente”, pois, a partir do momento que a prática do exercício moral moderno “macaqueado” se dá em contexto e de modo diverso daquele como é postulado, essa mesma prática passa a ser compreendida a partir da função que assume dentro de seu universo próprio de relações sociais. No caso do trecho de Alencar, a prática da flânerie evocada pode ser compreendida não como o referenciado por Baudelaire, mas como uma valorização social bem específica, pautada diretamente pelo diálogo com o peculiar “debate público” no qual a série *Ao correr da pena* faz parte.³⁵

Assim, vemos nesse exemplo a manifestação de um processo peculiar de autorreconhecimento das vozes públicas da época em relação à própria sociedade fluminense,

³⁴ De acordo com o restante do texto e pelo contexto da série *Ao Correr da Pena*, não há ironia ou qualquer sinal que Alencar não estivesse elogiando o hábito.

³⁵ Em grande medida, nosso horizonte de interpretação encontra caso similar naquele citado por Roberto Schwarz, ao exemplificar como a intelectualidade brasileira do século XIX, de modo geral, reconheceu a questão (tocada por Alencar na crônica) e tentou arremedá-la. O exemplo vem de Sílvio Romero que teria escrito que “é mister fundar uma nacionalidade consciente de seus méritos e defeitos, de sua força e de seus delíquios, e não arrumar um pastiche, um arremedo de *judas* das festas populares que só serve para vergonha nossa aos olhos do estrangeiro. [...] Só um remédio existe para tamanho *desideratum*: – mergulharmo-nos na corrente vivificante das idéias naturalistas e monísticas, que vão transformando o velho mundo.” ROMERO, Sílvio. **Ensaio de crítica parlamentar**. Rio de Janeiro: Moreira, Maximino & Cia., 1883, p. 15 apud SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 24.

medida e avaliada por referências novas, estranhas e descompassadas, mas que, ainda assim, lhe eram próprias.

Cabe, então, pensarmos sobre quais condições sociais tal descompasso peculiar e moderno caracterizou o gênero crônica em suas primeiras décadas de existência. No Brasil, como dito, desde seu princípio, a crônica foi produto de uma empresa pouco industrializada, estabelecendo relações de trabalho consideradas modernas em uma sociedade escravocrata.

Dessa constatação podemos traçar uma distinção fundamental para nos aproximarmos do inédito “debate público” formado pela imprensa brasileira em meados do século XIX. Baseando-nos na noção liberal-burguesa de esfera pública europeia (especificamente inglesa do início do século XIX), vemos que a expansão da imprensa periódica no velho continente havia sido o pilar principal no qual se sustentara a noção idealizada de “esfera pública”. Independentemente das incoerências como tal concepção universalizante de esfera pública se formava no caso inglês, é importante ressaltar que a imprensa se mostrava então como principal veículo de incitação à formação de uma opinião pública. Assim, forjava-se por lá, reconhecendo-se como tal, um espaço igualitário de crítica e debate cujo fundamento era o argumento e a racionalidade.

É certo que a participação nela [na esfera pública] pressupunha a propriedade e a distinção, o que se tornaria mais claro com o aprofundamento das fissuras sociais e o surgimento de uma contraesfera pública [...]. Nas circunstâncias iniciais, contudo, parecia que os jornais e periódicos cumpriam papel decisivo no avanço do esclarecimento (contra a dominação e a autoridade tradicional) ao fomentar a discussão geral, buscando dar voz à opinião pública.³⁶

Ou seja, vê-se que as noções de “debate público” ou de “opinião pública” acabam sendo fortemente determinadas pela própria concepção de “público” específico de cada contexto.

Além disso, o próprio conceito de “esfera pública”³⁷ acaba trazendo em si outras características que poderemos contrapor ao caso brasileiro. Sua concepção inglesa pressupõe o acesso garantido a todos os reconhecidos como cidadãos, que formariam, assim, um “corpo público”, na medida que têm garantidos os direitos de livre associação e livre manifestação de opiniões de interesse geral, sendo a imprensa seu meio de articulação. Assim, a “esfera

³⁶ A ideia e as todas as sugestões de bibliografia sobre a identificação do “debate público” brasileiro pensado a partir de sua relativização e contraposição à ideia de “esfera pública” inglesa é referência direta a um artigo, ainda não publicado, em que Edu Teruki Otsuka propõe a identificação do desenvolvimento do gênero crônica no Brasil.

³⁷ HABERMAS, Jürgen. “The Public Sphere: An encyclopedia article (1964)”. In: **New German Critique**, No. 3. (Autumm, 1974), p. 49-55.

pública” seria aquela que intermedia o corpo estatal e corpo público, por meio da garantia e manifestação da “opinião pública”, a qual permite e legitima o funcionamento adequado da esfera pública e o controle democrático do Estado.

Não por acaso, os conceitos de “esfera pública” e “opinião pública” se desenvolveram no século XVIII na Europa, sob condições históricas que permitiram a distinção entre “opiniões” particulares e a “opinião pública”. Apesar de opiniões pontuais (preconceitos coletivos, atitudes normativas, concepções de cultura, valores etc.) continuarem como significativos resquícios históricos manifestados na esfera pública, a opinião pública já poderia ser concebida, na medida em que um público existisse anteriormente e fosse institucionalmente assegurado, conforme os interesses da sociedade burguesa.³⁸

Assim, voltando a pensar a relação da crônica brasileira com o peculiar debate público nacional, vemos que este gênero tem como matéria-prima os próprios acontecimentos contemporâneos, aquilo que poderia ser considerado “novidade” para sociedade da época. *Recém chegada a uma sociedade essencialmente iletrada, a crônica alcançou um número, até então inédito de “leitores” no país, e incorporou a si mesma, enquanto novidade, entre os assuntos de que tratava, tornando-se seu próprio objeto de comentário.* Além disso, a crônica se estabelece acompanhando os demais textos do jornal, como um novo espaço, até então inédito também, “destinado” (conforme expectativas exemplificadas nos comentários do jovem Machado de Assis) a servir ao estabelecimento, igualmente inédito, de um vindouro “debate público”.

Assim, uma das características peculiares e “modernas” do novo produto crônica é o próprio contraste entre a expectativa de seu potencial comunicativo e as possibilidades da periférica sociedade na qual ela se insere. Para melhor exemplificar a aparente contradição, vale lembrarmos o comentário anterior de Marlyse Meyer sobre a tradução dos romances-folhetins: no Brasil havia folhetins, mas não havia folhetinistas. Isto, pois, se refere à qualidade, estima e difusão dos folhetinistas brasileiros e sua produção de romances publicados nos jornais. O que não dizer dos comentários simples, textos menores, “cão vadios, livres farejadores do cotidiano”, “muitas vezes sem dono”, a que se referiu Meyer?

No famoso ensaio de Roberto Schwarz, “As ideias fora do lugar”, o crítico exemplifica sua tese sobre as implicações acerca do funcionamento peculiar dos pressupostos burgueses e modernos no Brasil escravocrata, citando o seguinte caso referente à imprensa da corte:

³⁸ HABERMAS, Jürgen. “The Public Sphere: An encyclopedia article (1964)”. In: **New German Critique**, No. 3. (Autumm, 1974), p. 49-55.

Nas revistas do tempo, sendo grave ou risonha, a apresentação do número inicial é composta para baixo e falsete: primeira parte, afirma-se o propósito redentor da imprensa, na tradição de combate da Ilustração; a grande seita fundada por Gutenberg afronta a indiferença geral, nas alturas o condor e a mocidade entrevêem o futuro, ao mesmo tempo que repelem o passado e os preconceitos, enquanto a tocha regeneradora do Jornal desfaz as trevas da corrupção. Na segunda parte, conformando-se às circunstâncias, as revistas declaram a sua disposição cordata, de "dar a todas as classes em geral e particularmente à honestidade das famílias, um meio de deleitável instrução e de ameno recreio". A intenção emancipadora casa-se com charadas, união nacional, figurinos, conhecimentos gerais e folhetins [...]. Caricatura desta sequência são os versinhos que servem de epígrafe à *Marmota na Corte*: "Eis a Marmota / Bem variada / P'ra ser de todos / Sempre estimada. // Fala a verdade, / Diz o que sente, / Ama e respeita / A toda gente".³⁹

Assim, a despeito da situação supostamente adversa, pode-se supor, pelo exemplo, como a crônica se desenvolveu e o estilo ágil e familiar dos cronistas brasileiros se difundiu, em paralelo ao reconhecimento público de seus principais escritores.

Feito esse comentário sobre as peculiaridades e limitações desse campo de comunicação que foi a imprensa da corte na época, e devidamente contrapostas ao caso inglês, podemos voltar a acompanhar algumas etapas de seu processo de complexificação, e as consequências manifestas no gênero crônica, estruturalmente vinculado aos demais discursos de seu contexto de publicação.

Um sinal claro de mudança foi a consolidação da denominação "crônica", claramente diversa do "romance-folhetim", a partir da década de 1860. Essa mudança de postura dos cronistas não foi pontual, mas se estendeu pelas décadas que marcam os comentários jornalístico-literários, não raro cômicos e de teor político, de autores como Alencar, Machado e França Junior.

Tal mudança também não parece derivada de uma maior autonomia destes perante suas redações. Pelo contrário, a relação compulsória entre jornal e folhetinista parece se acentuar ainda mais pelas condições sociais brasileiras, que fazem da coluna fixa no jornal tanto uma espécie de palanque para sociedade, quanto, ao mesmo tempo, um caminho encontrado para ascensão social de parcela dos *happy few*.

Dessa forma, devemos considerar, principalmente em se tratando da sociedade brasileira escravocrata do século XIX, que o modo relativamente compulsório do trabalho do folhetinista, e de ampla dependência do intelectual brasileiro de modo geral, foram faces significativas da produção literária da época. "Caráter, não raro assumido pelo escritor, de

³⁹ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 21-22.

apêndice da vida social, pronto para submeter sua criação a uma tonalidade média, enquadrando a expressão nas bitolas do gosto”.⁴⁰

Voltando para a década de 1850, podemos ver o comentário acima exemplificado no estilo de outro trecho retirado também de *Ao Correr da Pena*, coluna em que Alencar tratou de variado conjunto de assuntos acerca da sociedade fluminense. Neste exemplo, o extenso e longínquo episódio que marcou a Guerra da Crimeia (1853-1856), que havia sido pauta obrigatória na imprensa da corte, dividiu espaço com os fatos banais noticiados nos dois anos que durou a seção e que, segundo Alencar, foi um dos acontecimentos mais relevantes da época: “A TOMADA DE SEBASTOPOL: Escrevendo-a, não traço unicamente a crônica da semana, mas a história do mundo durante um ano”⁴¹, ironizou o cronista. A despeito da “graça séria” sobre o acontecimento bastante noticiado à época, na prática, as novidades de episódios como esse eram servidas aos leitores de modo tão frívolo quanto os comentários sobre os bastidores das duas ou três salas de teatro existentes na corte, não havendo diferença substancial no tratamento dos assuntos. Em suma, “a religião, a ciência, a glória, o amor, a arte, todas essas coisas grandes e sublimes do mundo, tudo num momento dado some-se pelo fundo de um prato, ou pelas bordas de um copo de vinho”⁴², o que, na prática, era o caráter de banquete público alegoricamente assumido pelas novidades frescas que Alencar “servia” aos seus leitores.

O que, por sua vez, também nos permite entrever a concepção de “público” corrente na corte: um agrupamento literário e intelectual, por diferentes caminhos, privilegiado, e, em algum grau, dependente de autoridades públicas em uma sociedade majoritariamente iletrada.

A matéria tratada, no caso específico desta série de Alencar, era composta por variado conjunto de fatos e ideias, porém dentro de certos limites: os hábitos sociais valorizados da corte, a epidemia de cólera na cidade, as grandes notícias vindas da Europa, as expectativas e debates políticos parlamentares, e principalmente as modas teatrais e literárias comentadas, em suma, os campos de assunto valorizados em seu contexto, mas que, em relação à extensão de possível aprofundamento crítico, eram devidamente planejados nos ágeis e simpáticos jogos retóricos a que Alencar se impunha.

Assim, segundo Luiz Roncari, uma das marcas da presença de escritores como Otaviano e Alencar (as duas principais referências de cronistas na época em que Machado escreveu “*O Folhetinista*”) foi a exibição de um *domínio retórico* raro sobre os fatos

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. “O Escritor e o Público.” In: **Literatura e Sociedade**, Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006, p. 94.

⁴¹ *Ao Correr da Pena*, 26/11/1854. In: ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁴² *Ao Correr da Pena*, 27/05/1855. In: Ibid.

comentados. Roncari, que ressaltou a determinância das relações intertextuais das crônicas com os demais discursos que compunham o corpo do jornal, assim como com a própria opinião pública corrente, considera a crônica como o registro de um discurso proferido de uma espécie de *grande palanque social*, no caso, da coluna fixa no jornal.⁴³

Tal autorrepresentação da voz registrada nos periódicos se dava, justamente, por meio do estilo, sempre ágil, que ritmava um discurso aparentemente negligente: os cronistas, em geral, se referiam a suas seções como um espaço literário merecedor de pouco empenho, o que funcionava quase como um efeito compensatório se afirmar por meio do desdém (sincero ou não) da própria posição privilegiada na sociedade.⁴⁴

Podemos ver, assim, nas constatações mesmas desses diferentes comentadores aos quais recorremos, como tal “palanque social” almejado e alcançado por membros da imprensa da época dava um caráter mais personalista para seus falantes mais significativos, a despeito da aparência compulsória da relação entre escritores e periódicos.

Agora, deixemos o período em que Machado escreveu “*O Folhetinista*” e saltemos para as últimas décadas do XIX. De acordo com Margarida Souza Neves, grande parte dos cronistas da virada do século elegeram como matéria de seus comentários as mudanças físicas e sociais passadas pela cidade fluminense, ou seja, ainda amplamente pautados diretamente pelos acontecimentos contemporâneos. Naqueles anos, entre discursos críticos e apologéticos, reafirmavam e discutiam o protagonismo social e institucional da capital na consolidação da recém-declarada República. Assim, por meio de críticas ou elogios, o velho Machado de Assis, Olavo Bilac, Lima Barreto, João do Rio, entre outros cronistas estudados por Neves, estavam de alguma forma comprometidos em discutir a imagem e as mudanças contemporâneas da sociedade fluminense e seus desdobramentos em âmbito nacional.⁴⁵

A República recém-proclamada e os conflitos urbanos imediatamente consequentes, o grande levante social no nordeste protagonizado pela camada mais pobre da população, o

⁴³ RONCARI, Luiz. “A estampa rotativa na crônica literária”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985, p. 15. Mais dados e argumentações que demonstram essa relação, principalmente relativos aos anos posteriores, podem ser vistos em SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003; e MACHADO NETO, Antonio Luiz. **Estrutura social da república das letras: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930**. São Paulo: Grijalbo, 1973.

⁴⁴ Segundo Brito Broca, uma das razões que teriam levado a saída de José de Alencar, e o fim de seu *Ao Correr da Pena*, das páginas do *Correio Mercantil* teria sido, entre outras razões, sua insatisfação pessoal e literária em relação às condições de criação limitadas que lhe era impostas pela estrutura do jornal. Alencar ainda confessara, em correspondência posterior, que sua extinta seção foi uma das principais formas pela qual se projetou social e politicamente. BROCA, Brito. **Românticos, pré-românticos, ultrarromânticos** São Paulo: Polis, 1979, p. 248.

⁴⁵ NEVES, Margarida de Souza. “História da crônica. Crônica da História”. In: RESENDE, Beatriz (Org.). **Cronistas do Rio**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

recente predomínio do trabalho assalariado, e, principalmente, o crescimento populacional vertiginoso na capital, seguido por uma reforma urbana de proporções inéditas. Todos esses eventos, em curto espaço de tempo, dão exemplo do contraste que foi o desenvolvimento urbano moderno do Rio de Janeiro entre as décadas de um Alencar e as de um João do Rio.

Comparando a época de Ao correr da pena com a virada do século, vemos que o gênero crônica acompanhou o ritmo urbano, ganhou fôlego e se difundiu em novas colunas e novos cronistas conforme se ampliavam seus “palanques”, configurados na imprensa, mas, principalmente, conforme se acumulava a variedade de fatos e acontecimentos concretos que eram noticiados no país e na capital. Ou seja, na entrada do século XX, trata-se de um contexto social, um campo de comunicação, bem diverso da época alencarina, quando as crônicas correspondiam a comentários pautados majoritariamente por modas teatrais e literárias, repercussão de disputas políticas europeias, recomendações de “exercícios morais” valorizados, ou simples e/ou irônica descrição de curiosos e banais fait-divers provinciais e fluminenses.

Uma boa síntese da evolução do estilo da crônica em geral, que demonstra o constante diálogo entre o gênero e a sociedade, e que vai até meados do século XX, escapando do recorte da nossa pesquisa, é sintetizada no seguinte comentário de Antonio Candido:

Aos poucos o folhetim foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho. [...] Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar [deixada a outros tipos de jornalismo], para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tornou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa e da crítica política, para penetrar poesia adentro.⁴⁶

Compreendemos, assim, como a referencialidade e o discurso objetivo dos primeiros comentadores dos fatos cotidianos foi sendo gradualmente substituído por um caráter alusivo, intermediado pela representação da subjetividade de certo “narrador”, em textos de elaboração e autonomia artística cada vez mais complexa. E nesse momento já poderíamos entrar nas primeiras décadas do século XX, comentando o prenúncio da chamada “Crônica Moderna”, tipo de relato jornalístico-literário enraizado na crônica oitocentista, mas cujo comentário evitaremos nos estender, por se tratar de matéria mais extensa e que foge do nosso recorte de pesquisa.

Assim, um pouco a partir das últimas décadas do século XIX, e ostensivamente pelo século XX adentro, a crônica foi deixando de ter maior caráter de referência direta aos

⁴⁶ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 28.

fatos cotidianos da realidade e passou a incorporar mais sistematicamente uma nova estrutura textual: a ficção. *Em suma, a crônica foi perdendo a referencialidade explícita e factual que caracterizou boa parte das crônicas de Otaviano, de Alencar e do jovem Machado, e chegou, enfim, ao estilo mais alusivo e ambíguo do velho Machado, aos parnasianismos de Bilac, o “sensualismo e decadência”, à janela, de João do Rio, e uma ampla variedade de estilos que muitas vezes ecoaram o velho exibicionismo retórico ao longo do século XX.*⁴⁷

O que podemos observar nessa sugestão de desenvolvimento do gênero é que, a despeito das profundas modificações urbanísticas, sociais e políticas, que marcaram a segunda metade do século XIX, e da cada vez mais recorrente ficcionalização do gênero, alguns elementos da crônica permaneceram e se acentuaram. O mais característico deles é ainda seu estilo ágil e leve, em tom de conversa familiar com o leitor, para poder, principalmente, seguir nivelando os desníveis entre seriedade e frivolidade de seu conteúdo. Assim, vale questionar se esse suposto tom de conversa leve das crônicas, que marca tanto o antigo comentário justaposto quanto a posterior ficcionalização do gênero, “poesia adentro”, poderia se revelar como uma criativa compensação artística sobre o desvalorizado truncamento de sua forma.

Em termos mais concretos, vale questionar se a crônica não correspondeu a um produto cultural, cuja lógica própria de produção e circulação foi intensa a ponto de não poder se sustentar apenas sobre o comentário relevante sobre o cotidiano fluminense. Mais do que isso, se ela complexificou a justificação para sua existência por meio do trabalho criativo literário, em um tom fluido de conversa que, por consequência, se tornou identitário ao gênero por aqui.

Dessa forma, nos questionamos se não foi justamente no aparente descompasso, tão moderno, entre as implicações da velocidade do jornal e as implicações do ritmo da sociedade fluminense, que os cronistas brasileiros encontraram um espaço a ser preenchido pela forma artística, de variada qualidade e modo. Em outras palavras: entre os pressupostos de criação de uma “esfera pública” legitimadora, advinda com a imprensa nos moldes da sociedade burguesa europeia, e a quase inexistência de um público leitor livre e autônomo, capaz de

⁴⁷ Segundo Antonio Dimas, a partir do fim do século XIX – principalmente a partir de João do Rio (Paulo Barreto), cronista que atende à “dupla necessidade [da crônica literária]: a cognoscitiva e a sensível” – o gênero pôde atingir um nível mais elevado de hibridismo entre literatura e jornalismo, ou seja, sua prática generalizada pôde passar da simples “justaposição” de fatos, comentários e ficção, que marcou o princípio do gênero à época de Alencar, para a “fusão” simultânea desses elementos todos, no século XX. DIMAS, Antonio. “A ambiguidade da crônica.” In: **Littera**: revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa. Ano IV, Nº 12. Rio de Janeiro: Grifo, 1974, p. 50-51.

constituir uma “opinião pública” que não se confundisse ou dependesse da esfera administrativa do Estado – não teria sido a partir dessa relação conflituosa, estruturante e identitária para o gênero, que teria se desenvolvido, assim, uma breve tradição que chegou ao ponto de ser reconhecida como “*sui generis*” nacional?

Levando em conta nosso breve resumo histórico (e nos restringindo ao nosso recorte de pesquisa), acreditamos que essa seja a face pouco explorada, complementar e problemática da “originalidade com que se aclimatou e a naturalidade com que se desenvolveu” tal gênero brasileiro até meados do século XX.⁴⁸

Para exemplificar parte de tal processo de modificação do gênero, do caráter mais argumentativo para o mais ficcional, sem abandonar seu tom familiar, leve e interessante, vale pensar como Machado de Assis, um dos principais autores a influenciar esse panorama, trabalhou suas crônicas em resposta às exigências da matéria social de sua realidade contemporânea.

1.4 Nota: o cronista Machado de Assis

Ao longo dos cerca de 40 anos em que Machado de Assis atuou como jornalista (majoritariamente entre as décadas de 1860 a 1890), o gênero crônica foi marcado por modificações generalizadas entre quase todos cronistas do Rio de Janeiro, entre os quais o autor teve influência ativa e constante. Se nas décadas de 1850 e 1860, os comentários do jovem Machado foram marcados pela justaposição de argumentos que variavam entre o engajamento político, relativamente inconstante, e a abordagem superficial de modas,

⁴⁸ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 28. *Pensando um paralelo em relação às crônicas, sobretudo na década de 1870, podemos expandir a questão citando as semelhanças do desenvolvimento do gênero comparadas a outro produto cultural semelhantemente popularizado e pouco estimado à época: as polcas - dança e música de origem alemã, mas que, após difundidas na Europa, também haviam sido “abrasileiradas”. Em interessante estudo sobre o conto “Um homem célebre”, José Miguel Wisnik comenta que “o mundo em que proliferam as polcas, serelepe e livremente associativo, capaz de incorporar qualquer matéria à sua lógica vivaz, tocando alegre e irresponsavelmente o nervo agudo e fortuito das coisas, corresponde, ao próprio universo das crônicas, no qual o escritor se permite borboletear.” Wisnik justifica sua aproximação entre Polca e Crônica comentando que o contexto da época, que marca a manifestação de produtos culturais em geral, punha a sociedade fluminense em contato com uma nova realidade, tanto corriqueira, quanto mundial, que se oferecia ao sujeito como mercado, conferindo-lhe o “desplante inédito de um consumidor universal”, dentro, claro, de suas limitações e especificidades locais. WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 39.*

discursos e outros acontecimento contemporâneos do cotidiano, suas crônicas passaram a representar mosaicos de relações sociais cada vez mais complexas ao longo das décadas.

A divisão tradicional da obra do autor identifica em *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881) e *Papéis Avulsos* (1882) as duas publicações que marcam sua passagem para a chamada fase realista, produção madura de obras consideradas de melhor qualidade. Seguindo o difundido argumento, John Gledson sugere um paralelo próximo de inflexão qualitativa significativa na obra do Machado cronista, que teria se dado em época próxima, podendo ser mais claramente reconhecida, em linhas gerais, a partir das séries *História de quinze dias* (1876) e *Notas Semanais* (1878). De acordo com Gledson, as crônicas desse período podem ser interpretadas como um modo de se melhor compreender “que processo” corresponde ao “salto” literário machadiano.⁴⁹

Interessa-nos aqui sugerir quais características da produção anterior do cronista e qual o sentido da linhas de continuidade, modificação e ruptura que marcam as diferentes fases de sua obra. Para isso, apontaremos três momentos que iluminam nossa interpretação.⁵⁰

Em estudo sobre as primeiras crônicas do jovem Machado, Lúcia Granja⁵¹ argumenta como as duas séries publicadas pelo cronista no *Diário do Rio de Janeiro - Comentários da Semana* (1861-1862) e *Ao Acaso* (1864-1865) - são carregadas de estruturas textuais que em grande medida antecipam e servem de laboratório para formas literárias futuramente aplicadas em seus romances e contos. Mais do que reconhecer o espaço privilegiado de trabalho que foram as páginas do jornal para o escritor, nos interessa aqui esboçar algumas características específicas destas séries, e que iluminem os estudos sobre as crônicas posteriores.

Na década de 1860, Machado produziu textos jornalísticos de teor político mais explícito, caracterizado, entre outros elementos, pelo uso de ironias de mais fácil interpretação, diferentemente do estilo que o autor aprimoraria nos anos seguintes. Naquela época, demonstrando uma postura política claramente mais combativa, o empenho de esclarecimento, próprio do espírito romântico-progressista da época, é facilmente identificável em seus textos, que, além disso, ainda atendiam às necessidades de alinhamento editorial do jornal no trato da matéria cotidiana comentada. Forçando nossa nota de síntese, a autora argumenta como o cronista ensaia o uso de citações literárias, de pensadores políticos etc.,

⁴⁹ GLEDSON, John. Intr. In: **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 63-64.

⁵⁰ Um comentário mais extenso sobre as séries anteriores seria tentador e pertinente, porém, tal esforço iria além do fôlego deste trabalho.

⁵¹ GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação: a roda dos jornais**. São Paulo; Campinas, SP: FAPESP: Mercado de Letras, 2000.

não mais como referencialidade direta para argumentação, mas como distanciamento do discurso o qual pretendia caricaturar, criando para suas crônicas do *Diário do Rio de Janeiro* um tipo de “conclusão que salta desproporcional ao modelo [no caso] literário evocado”.⁵² Ou seja, o que o jovem cronista fazia era “escorar-se na tradição [literária, inclusive nas crônicas históricas,] para elaborar o comentário miúdo que cria simultaneamente registros diferentes” daqueles esperados.⁵³

O ponto de virada mais significativo teria ocorrido na década de 1870, na série *Notas Semanais*, a única que Machado publica semanalmente entre 1866 até o fim da década de 1880. Em estudo sobre esta série⁵⁴, John Gledson aponta como, apesar da determinância e recorrência de dois temas que pareciam preocupar o cronista à época (a organização sociopolítica em torno do novo gabinete Sinimbu e a situação cultural da corte e do país), tais temas não seriam o principal determinante da série.

O crítico inglês aposta não em um tema dos textos, mas na forte ficcionalização da matéria tratada como uma das principais mudanças que fundamentam a estrutura das *Notas Semanais*. Para ele, as *Notas* não foram a melhor série do cronista, mas certamente a mais relevante no processo criativo do autor.⁵⁵ A recorrência desse registro ficcional se soma e ganha destaque entre as ferramentas estilísticas utilizadas por Machado dali em diante, ao longo de sua carreira como cronista.

“O que essas crônicas permitem ver, [...] é que Machado de Assis estava consciente das muitas dimensões do dilema que enfrentou [...] e que reagiu de forma criativa”⁵⁶, resume, apontando que o caminho encontrado para representar os acontecimentos da realidade brasileira, onde nenhuma doutrina parecia se ajustar ou ter credibilidade, seria a ficção uma melhor opção. Basicamente, tratando-se de referências objetivas, de meros comentários justapostos como fazia no início da carreira, o problema se daria em tom irônico ou não, mas sempre de forma truncada. De acordo com Gledson, uma vez trazido para o plano ficcional, o todo poderia se mover finalmente sem dificuldades.

⁵² GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação: a roda dos jornais**. São Paulo; Campinas, SP: FAPESP: Mercado de Letras, 2000, p. 95.

⁵³ Ibid., p. 76-77.

⁵⁴ GLEDSON, John. Intr. In: **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

⁵⁵ Ibid., p. 80.

⁵⁶ Ibid., p. 77.

Por fim, em relação à penúltima série, *Bons Dias!* (1888-1889), o estudo de Gledson⁵⁷ se pauta mais sistematicamente pelo esclarecimento dos fatos contemporâneos à publicação das crônicas, no sentido de iluminar o modo como Machado se utiliza de uma forma literária capaz de representar relações históricas maiores por meio de referências factuais a acontecimentos pontuais, banais ou não. Ou seja, pode ser que Machado não desse um salto tão significativo de capacidade artística quanto na série *Notas Semanais* em relação às crônicas anteriores, porém, certamente, ele estava aprofundando o uso da estrutura ficcional em seus comentários cômicos e políticos sobre o cotidiano fluminense.

Em seu comentário sobre *Bons Dias!*, Gledson enfatiza um aspecto dessas série: a ficcionalização programática, evidenciada no primeiro conjunto de crônicas, acerca do pseudônimo que as assina. Apesar de discordarmos das justificativas extratextuais sobre as razões que teriam levado Machado a querer camuflar a autoria real das crônicas (não acreditamos que há dados que sustentem essa interpretação), cremos que o achado principal do comentário de Gledson recai no reconhecimento do sentido *programático* que o cronista deu à composição de sua série, o que demonstra maior grau de elaboração formal dos textos e aprofundamento das mudanças na composição do gênero. Sobre este aspecto específico da série *Bons Dias!*, voltaremos a tratar mais adiante.

Para concluir essas considerações iniciais sobre a crônica, e para não parecer superestimarmos o protagonismo de Machado no desenvolvimento do gênero, vale ressaltar que: no início de sua carreira, grande parte de seu estilo estava diretamente influenciado por Francisco Otaviano e José de Alencar; assim como, no final dela, outros cronistas, como Bilac, Lima Barreto e, sobretudo, João do Rio, “ensaiavam” também, em suas respectivas seções, soluções formais talvez tão relevantes quanto as trabalhadas pelo velho cronista.

⁵⁷ GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado. **Bons Dias!** São Paulo: Hucitec, 1990; e Idem. “Bons Dias!”. **Machado de Assis: ficção e história.** São Paulo: Paz e Terra, 2003.

2 Sugestão de um movimento

2.1 Leitura da primeira crônica: o anúncio de um “programa”

Ao longo de sua carreira na imprensa, Machado de Assis participou de mais de uma dezena de séries de crônicas literário-jornalísticas em periódicos fluminenses. E uma de suas séries mais curiosas e pouco abordadas pela tradição crítica foi a *Gazeta de Holanda*.⁵⁸ À primeira vista, a escassez de estudos sobre ela se deve em parte ao fato de Machado ter seu talento amplamente reconhecido enquanto prosador em outras formas textuais, principalmente em romances, contos e crônicas. Todos os três gêneros, em geral, associados à prosa.

O que pode despertar a curiosidade em relação à *Gazeta de Holanda* vem do fato de o consagrado prosador estar se experimentando na forma da crônica em versos. Neles, Machado tratou do tema político de modo satírico entre 1º de Novembro de 1886 e 24 de fevereiro de 1888, publicando-os no jornal para o qual costumava colaborar na época, o de maior tiragem do Rio de Janeiro, a *Gazeta de Notícias* (1875-1942).⁵⁹

Escrevendo dentro das limitações literárias da crônica em fins do século XIX, e valendo-se de uma forma peculiar para o próprio gênero, Machado de Assis produziu nesta série 48 textos que acabaram considerados aquém do rendimento literário da parte já consagrada de sua obra.⁶⁰

Assim, levando em conta as observações já feitas acima sobre o gênero e o esboço traçado sobre a obra do cronista, vale agora partirmos para a análise propriamente da *Gazeta de Holanda*. Para isso, melhor do que nos estendermos em um comentário introdutório sobre

⁵⁸Os textos mais importantes para essa pesquisa, dentre os quais abordam diretamente a série: MAGALHÃES Jr., Raimundo. “Versejador Saudosista”. In: **Vida e Obra de Machado de Assis**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981; GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a Gazeta de Holanda”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958; GLEDSON, John. “Bons Dias!”. In: **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003; e WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004.

⁵⁹Com um projeto editorial considerado moderno e inovador para época em que foi criado, o periódico de Ferreira de Araújo abria bastante espaço para literatura, e, com o passar dos primeiros anos, foi se engajando em campanha antimonarquista (moderadamente) e abolicionista. Colaboraram em suas páginas José do Patrocínio, Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha, Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Posteriormente, Olavo Bilac e João do Rio também assinaram seções de crônicas nele. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2004, passim.

⁶⁰Essa leitura sobre o pouco rendimento literário da série pode ser melhor vista mais diretamente em dois comentadores: MAGALHÃES Jr., op. cit. e GOMES, op. cit.

a análise, vale pautarmos nosso argumento diretamente em uma primeira leitura da crônica inaugural da série.

1.º DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 1

Um doutor da mula ruça,
Caolho, coxo e maneta,
É o homem que se embuça
No papel desta gazeta.

Gazeta que, se tivesse
Outra forma, outro formato,
Pode ser que merecesse
Vir com melhor aparato.

Mas é modesta, não passa
De uma folha de parreira,
Que dá uva, que dá passa,
Que dá vinho e borracheira.

Traz programa definido,
Para entrar no grande prélio;
Nem bemol, nem sustenido,
Nem Caim, nem Marco Aurélio.

Não traz ideias modernas,
Nem antigas; não traz nada.
Traz as suas duas pernas,
Uma sã, outra quebrada.

E vem, como é de ciência,
Entre muletas segura,
A muleta da inocência,
E a muleta da loucura.

Se uma não pega, outra pega,
E fica o corpo amparado;
Se para um lado escorrega,
Fica-lhe sempre outro lado.

De modo que, quanto diga,
Seja ou não o que a lei manda,
Há de achar entrada amiga
Esta *Gazeta de Holanda*.

Que traga ideias a folha
Liberal que se anuncia,
Que as espalhe, que as escolha,

Como a *Reforma*⁶¹ fazia.

Vá que seja — posto seja
Tarefa das mais reversas,
Fazer uma só igreja,
De tantas seitas diversas.

A prova é que, ainda agora,
Já pronta a bagagem sua,
Somente esperando a hora
De sair a folha à rua,

Feito um capítulo apenas,
De tão diversos capítulos,
E, contando boas penas,
Já traz a folha dois títulos.

Voz da Nação, ou — *Gazeta
Nacional*⁶²; só falta a escolha.
Já principia a maretá,
Antes de sair a folha.

Eu cá, perfeita unidade.
Ora aprovo, ora contesto,
Sem que haja necessidade
De ouvir protesto e protesto...

Exemplo: ao ler que se trata
De fazer um edifício
Para o júri: — colunata,
Vasto e grego frontispício⁶³,

⁶¹ Entre os anos de 1851 e 1852, existiram na corte dois periódicos de tendências liberais *A Reforma* (1851) e *A Reforma: jornal político* (1851 – 1852).

Outra possibilidade, segundo as notas produzidas por Mauro Rosso para a *GH*, seria o jornal *Reforma* que circulou na corte entre as décadas de 1870 e 1880. ASSIS, Machado de. **Crônicas**. A+B, *Gazeta de Holanda*. Ed. Mauro Rosso. São Paulo: Loyola/PUC, 2011, p. 53.

É difícil precisar se há referência específica que o cronista propõe, de qualquer modo, fica a alusão ao ideário do programa do partido liberal exatamente na época que antecede o período de Conciliação parlamentar e que marcou a estabilidade política no Império em parte das décadas de 1850 e 1860.

⁶² *Gazeta Nacional*, jornal abolicionista de pequena circulação no Rio de Janeiro da época. Ver: PESSANHA, Andréa S. S. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: Imprensa Republicana e Abolição. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006. Referência sobre *Voz da Nação* não encontrada.

⁶³ Em 26/10/1886, a *Gazeta de Notícias* (GN) publica carta assinada pelo então deputado Antônio Ferreira Vianna (1833-1903) que pede a construção de um novo edifício para abrigar o Fórum da corte, alegando o pequeno tamanho daquele existente. Seu argumento é baseado na repercussão dos protestos ao recente julgamento da ré Francisca de Castro, absolvida das acusações de torturar duas de suas ex-escravas, Joana e Eduarda, resultando na morte da primeira. Conforme descrito nas edições dos dias 24 e 25, no mesmo jornal, o julgamento fora marcado pela descrição de violência, pelo tom de comichão como o público e os jornais se referiam à acusada, e por ter entrado na pauta de abolicionistas no tocante à questão servil. Apesar das expectativas da imprensa, Castro foi absolvida. Em crítica ao resultado, Vianna aponta a administração e a estrutura física do prédio como agravadores do resultado: o livre acesso de curiosos nas sessões teria impedido que a deliberação do júri fosse secreta, assim como teria havido um mesmo indivíduo que participou do julgamento como jurado, leiga e depoente. Como exemplo da repercussão do artigo de Vianna nos jornais

E que esta ideia bizarra
Nasceu mesmo agora, agora,
Quando foi ali à barra
Uma distinta senhora;

Quando a afluência de gente
Era tal, que o magistrado
Teve de ir incontinente
Pedir sabão emprestado;

Comigo disse: — Bem feito
Que a Joaquina expirasse
De uma moléstia do peito,
E que a Eduarda cegasse.

Só assim tínhamos prédio
Para um tribunal sem nada;
Não foi morte, foi remédio;
Foi vida, não foi pancada.

Pangloss, o doutor profundo,
Mostra que há grande harmonia
Entre as coisas deste mundo,
Entre um dia e outro dia;

Que os narizes foram dados
Para os óculos; portanto,
Trazem óculos pousados...
Pangloss é o meu padre-santo.

Logo, se uma e outra escrava
Brigaram sem sentimento,
A razão de ação tão brava
Foi termos um monumento.

Neste ponto o ponto pingo,
E despeço-me no ponto
Em que cada novo pingo,
Já não é ponto, é posponto⁶⁴.

MALVOLIO

contrários à linha da *GN*, a descrição do “grego frontispício” chegou a ser criticada pelo jornal *Rio de Janeiro*, como um “símbolo de paganismo”, conforme reprodução do editorial no dia 29.

⁶⁴ Referência à imagem de ponto de costura em que a agulha entra um pouco atrás do lugar por onde saiu, formando-se pontos sobrepostos.

Como visto, Machado de Assis elege como matéria principal de sua primeira crônica a apresentação de um “programa definido”, e que, a princípio, pautaria a nova seção do jornal. Em primeiro lugar, usar a crônica de abertura para anunciar as próximas edições ainda não escritas da série que se inicia não é propriamente uma especificidade da *Gazeta de Holanda*. Pelo contrário, trata-se de uma prática bastante corrente nas novas seções de autoria individual ou coletiva feitas nos jornais da época. Tal programa exposto cumpre parte da função de apresentar ao leitor no que consiste (ou consistirá) o novo espaço de produção literária, o qual também obedece às regras editoriais do espaço de debate social mais amplo que é o jornal.

Além do anunciado e descrito explicitamente na crônica, outros aspectos do texto também são em diferentes níveis implicitamente apresentados, de modo a anunciarem, quando interpretados em conjunto, algumas das bases sobre as quais a seção viria (talvez) a se estruturar. Por exemplo, nas duas primeiras quadras, o cronista faz referência a dois elementos que estarão intrinsecamente ligados ao programa que anunciará: a voz a que seria atribuída a autoria dos versos (“um doutor de mula ruça”) e o próprio “formato” da seção (título, epígrafe, pseudônimo, versos, etc.), tanto anunciados quanto dados pela própria concretude do texto impresso.

Aqui se faz necessário um primeiro desvio na exposição para esclarecer a utilização de alguns termos. Sabemos a possível ambiguidade que possa gerar se falar sobre “autoria”, “narrador”, “enunciador”, “escritor”, sem que os limites de tais estruturas estejam claramente traçados. Por isso, recorremos ao argumento utilizado por Dilson F. Cruz Jr., em seu excelente estudo⁶⁵ em que trata da demonstração da polifonia existente nas crônicas machadianas, enunciados menores e cotidianos. Cruz Jr. divide a enunciação em “ao menos três personagens que podem ou não ser sincretizados em um único ator: o falante, aquele que produz fisicamente o enunciado; quem se responsabiliza pelo enunciado; e o enunciador, o ponto de vista exposto no enunciado”.⁶⁶ Para fins deste trabalho, compreenderemos o primeiro, o “falante”, como sendo o escritor, o cronista, Machado de Assis; já o segundo, “que se responsabiliza pelo enunciado”, como sendo o pseudônimo, o narrador, Malvolio, que é ficcionalmente associado à autoria da seção; e, por fim, o terceiro, de mais complexa e variável definição, como sendo qualquer ou quaisquer vozes sociais direta ou indiretamente

⁶⁵ CRUZ Jr., Dilson Ferreira. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo: Nankin Editorial : Humanitas : FAPESP, 2002.

⁶⁶ Ibid., p. 136. Importante observar que, por sua vez, os argumentos de Cruz Jr. são diretamente baseados na teoria da polifonia de Oswald Ducrot. Cf. DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

evocadas pelo texto, que possam explícita ou implicitamente fazer parte do campo de comunicação a que a crônica analisada pertence.

O problema dessa classificação é, em geral, ela não se dar de forma clara na concretude dos textos, aliás, muito pelo contrário: boa parte do efeito humorístico das crônicas de Machado de Assis se dá justamente na inapreensibilidade do deslocamento de vozes entre autor, pseudônimos e enunciadores representados. Porém, essa é uma questão mais complexa a ser abordada ao longo deste trabalho.

Voltando para a crônica de abertura da série: se por um lado, tanto o programa anunciado aqui quanto a identidade do pseudônimo não reaparecem de modo rigorosamente coerente nas crônicas posteriores; por outro, já temos a evidência de uma máscara social ficcionalizada sobre um comentador político e dos fatos cotidianos, e que é logo assumida na crônica de abertura. Por isso, antes de buscarmos compreender as possíveis especificidades e fraturas desse pseudônimo ao longo dos textos seguintes (aspecto fundamental para se compreender sua carga humorística), vale interpretarmos o papel deste pseudônimo dentro da estrutura específica deste primeiro texto.

No caso da crônica inicial, a representação do pseudônimo confunde-se com a imagem do cronista Machado de Assis dentro da estrutura e ritmo de produção do jornal *Gazeta de Notícias*. Ao escrever que sua série “traz programa definido, para entrar no grande prélio”, Malvolio aponta que sua composição textual reverbera a relação compulsória característica do gênero. Um exemplo disso é a necessidade de se escrever rapidamente, justificando versos relativamente simples e indicando baixo nível de elaboração artística das quadras, pois, afinal, se houvesse mais tempo, o texto poderia “vir com melhor aparato”. Sem entrar na questão sobre até que ponto o prosador Machado de Assis estaria justificando a própria deficiência de seus versos, podemos afirmar que o “doutor de mula ruça” está justificando seu modo “coxo” de comentar o cotidiano. Ou seja, Malvolio assume sua crônica como produto prestes a ir às ruas, confirmando sua característica de gênero novo articulado com o pequeno mercado consumidor de notícias apressadas e de entretenimento jornalístico.

Assim, vemos que esse espelhamento entre Malvolio e o formato de suas crônicas se articula justamente nessa característica fundante do gênero, que é dado pela referência sobre suas condições de produção. Como consequência, podemos verificar o estilo individual (decisivo na compreensão do programa anunciado) sendo constituído e respondendo ao estilo geral característico deste gênero jornalístico-literário.⁶⁷ Esse estilo individual, materializado

⁶⁷ BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010, p. 265.

na voz do pseudônimo Malvolio, se autodefine nos versos posteriores como uma justaposição de imagens que servem de metáforas e exemplificações de seu dinamismo e de seu tom ágil, leve e agradável, inclusive no que tange seu diálogo com o suposto leitor. O pseudônimo se descreve como um indivíduo simpático e capaz de conciliar as mais diversas diferenças, chegando a concluir que:

De modo que, quanto diga,	De
Seja ou não o que a lei manda,	tantas
Há de achar entrada amiga	seitas
Esta Gazeta de Holanda.	diversas
[...]	
Vá que seja — posto seja	.
Tarefa das mais reversas,	
Fazer uma só igreja,	

Malvolio expõe sua lógica argumentativa sobre suas “habilidades conciliadoras”, de acordo com o esperado desse gênero marcado pelo estilo leve e agradável. Assim, Machado constrói a imagem de um Malvolio que se coloca acima “do que a lei manda” e que se diz capaz de construir *a priori* uma “igreja” também superior às “seitas diversas” que constituem a opinião pública de sua sociedade fluminense.

Podemos evidenciar, a partir desses comentários do pseudônimo sobre si mesmo (baixa qualidade do texto, mas autossuficiência dos argumentos), que Machado de Assis representa aqui uma voz enunciativa caracterizada pela consciência sobre as limitações do próprio discurso, mas que não vê nessa sua reconhecida falibilidade um aspecto necessariamente negativo. Em outras palavras, a representação dada pelo primeiro plano do discurso é a de uma voz que reconhece as contradições postuladas de seus próprios argumentos, porém, não enxerga nesse fato um contratempo que o separe dos objetivos práticos de sua argumentação. As assumidas limitações de seus argumentos acabariam compensadas e superadas *caprichosamente* pelo que essa voz alega ser o resultado prático, e para si positivo, retoricamente alcançado.

No famoso estudo de Roberto Schwarz sobre as *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, encontramos o exemplo da argumentação que, acreditamos, revela nosso horizonte de interpretação sobre o trecho, principalmente, em relação às implicações de tais recursos literários em relação à matéria social específica.

Por definição, a vitória do capricho é a derrota da subjetividade em sua acepção burguesa exigente, que pesa sobre aquela como um remorso: em busca de satisfação imaginária imediata, narrador, personagem ou leitor abrem mão do relacionamento externo ou interno que em dado momento *é o seu*. [...] Em plena era individualista, é

uma abdicação de monta, ideologicamente crucial. A série dos seus efeitos literários — poderosos e profundos, sem nenhum exagero — dá a medida de seu alcance.⁶⁸

Esta seria a primeira observação que consideramos mais relevante sobre o programa anunciado que começamos a estudar. Porém, a questão do programa se desdobra de modo mais nuançado e específico se continuarmos a análise da *Gazeta de Holanda*, agora, enquanto série recém-lançada.

2.1.1 Primeiras estruturas da série

Sem perder do horizonte a compreensão do programa anunciado, podemos observar as referências explícitas da composição que não se restringem apenas aos primeiros textos da série, mas, em vez disso, se repetem em cada um dos 48 textos publicados na seção *Gazeta de Holanda*.

À primeira vista, identificamos na forma do texto quatro referências literárias: o nome do pseudônimo; o par título-epígrafe; certas características comuns de textos satíricos consagrados; assim como de outros comentários jornalísticos versegados, forma já conhecida na imprensa da época.

Em primeiro lugar, o pseudônimo “Malvolio” corresponde a uma referência à personagem homônima da comédia *Noite de Reis*, de William Shakespeare. Dentro do enredo dessa peça, o caráter conservador, volúvel, orgulhoso e prepotente do personagem shakespeariano acaba permitindo que diversas outras personagens, inclusive as de caráter mais cômico e baixo da trama, enganem-no. No desfecho do enredo, após expressar pateticamente um desejo de “vingança” generalizado contra todos os demais personagens, mas sendo desprezado pelos mesmos, o Malvolio shakespeariano é o único cujo destino destoa do generalizadamente feliz dos demais.⁶⁹

Sobre o título da série e a epígrafe, como era comum nos periódicos fluminenses da época, o gênero crônica não trazia título específico para cada um de seus textos. No caso da série *Gazeta de Holanda*, eles eram identificados apenas pelo nome da seção, numerados e antecedidos todos pelos seguintes versos que lhes serviam de epígrafe:

⁶⁸ SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo*. São Paulo: Ed. 34, 2008, p. 54.

⁶⁹ SHAKESPEARE, William. *A Noite de Reis*; ou o que quiserem. Trad. Sérgio Flaksman. Rio de Janeiro: Dumara, 1990.

Voilà ce que l'on dit de moi
dans la "Gazette de Hollande"

A epígrafe é trecho da fala do personagem *Prince Paul*, da ópera bufa *La Grande Duchesse de Gérolstein*, escrita por Henri Meilhac e Ludovic Halévy e musicada por Jacques Offenbach⁷⁰ De modo geral, as óperas de Offenbach estavam associadas a uma vida sociocultural não de todo prestigiada ligada à corte brasileira durante as últimas décadas da monarquia. O próprio Machado de Assis, em seu primeiro romance, já se vale de tal constatação pela fala do personagem Luís Batista, que, com significativa alusão às óperas, aconselha o personagem Félix sobre seu noivado:

Não desconheço que uma aventura destas, em véspera de noivado, produz igual efeito ao de uma ária de Offenbach no meio de uma melodia de Weber. [...] A vida é uma ópera bufa com intervalos de música séria [...], delicie-se com seu Weber até que se levante o pano para recomençar o seu Offenbach. Estou certo de que irá cancanear comigo.⁷¹

Já na trama da ópera em questão, a citação aparece logo após o príncipe bradar contra os escritores do jornal *Gazette de Hollande* que haviam publicado sobre sua vida pessoal.⁷²

Complementando o comentário sobre título e epígrafe, outra importante conotação é sugerida pelo breve comentário de Eugênio Gomes sobre a série, embora nossa abordagem e a sua interpretação divirjam completamente. No início de seu ensaio, o crítico cita a introdução da obra de João Ribeiro, “A Língua Nacional”, em trecho em que este comenta que, à época da série, o termo “Gazeta de Holanda” era sinônimo de publicação obscura e indesejável

⁷⁰ MAGALHÃES Jr., Raimundo. “Versejador Saudosista”. In: **Vida e Obra de Machado de Assis**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, p. 102.

⁷¹ ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1997, Vol. III, p. 182. Em outras crônicas anteriores, sobretudo em fins da década de 1870, Machado já havia se referido às operas de Offenbach em termos semelhantes, como símbolo de diversão descolada dos espetáculos prestigiados da corte, mas nem por isso menos populares. Por exemplo, ao comentar as igrejas que tocavam trechos das musicas apresentadas nos teatros, seu pseudônimo, Manassés, alegava que o aspecto criticável dos teatros é compensado pelo de autoridade das igrejas, atendendo, ambos, ao mesmo público. “E as meninas... tinham o gosto de dividir o pensamento entre a Rua Uruguaiana e a Rua da Amargura, isto sem cair em pecado mortal, porque em suma, desde que Offenbach podia entrar na igreja, era natural que os fiéis contemplassem Offenbach.” *H15D*, 01/01/1877.

⁷² “Mon dieu, oui... on ose parler de moi... il a paru / depuis quelque temps une race d' hommes qui s' est / donné pour mission de parler de tout, d' écrire sur / tout, afin d' amuser le public... on les appelle des / gazetiers... ils osent entrer dans la vie privée, ce / qui est monstrueux, et ce qui est plus monstrueux / encore, c' est qu' ils osent entrer dans ma vie privée, / à moi ! écoutez un peu. / ‘Pour épouser une princesse, / le prince Paul s' en est allé ; / mais il paraît que rien ne presse : / le mariage est reculé ! / Tous les jours, quand paraît l' aurore, / le prince Paul met des gants blancs : / est-ce aujourd' hui ? ... non, pas encore... / alors le prince ôte ses gants... / le prince Paul a l' âme grande : / il souffre, mais il se tient coi...’ / voilà ce que l' on dit de moi / dans la gazette de Hollande ! ... ” E Prince Paul continua mais adiante: “Le prince était tout feu, tout flamme, / en arrivant à cette cour ; / le prince était brûlant d' amour, / en arrivant près de sa dame. / Il a tant brûlé qu' on suppose, / après six mois de ce jeu-là, / qu' il ne doit pas rester grand' chose / de tout ce feu dont il brûla... / dans ta poche mets ta demande, / Prince Paul, et rentre chez toi... ” / voilà ce que l' on dit de moi / dans la gazette de Hollande ! ... ”. HALÉVY, Ludovic e MEILHAC, Henri. **La Grande Duchesse de Gérolstein**. Paris, 1867.

“destinada a semear a confusão e a intriga, resguardada pelo anonimato” e que caracterizava a “embaraçosa teia de retaliações criada por intermináveis discórdias”.⁷³ Ou seja, o julgamento de Gomes vai no sentido de criticar a seção de Machado pela escolha do título portador de uma série de conotações desprestigiosas. Significação essa, a qual não descartamos em absoluto. Pelo contrário, concordamos com essa hipótese interpretativa, porém, veremos mais adiante como ela pode ser bem frutífera se interpretada, em sentido contrário, irônico, em sua relação com os demais elementos que estruturam a série.

A terceira referência literária são as narrativas satíricas nas quais o narrador-pseudônimo alega estar escrevendo sobre e/ou de outro tempo-lugar, com o propósito de tornar o texto mais alusivo, e assim poder insinuar comentários que problematizem seu próprio contexto social. Poderíamos tentar traçar uma linha que recuperasse outras obras onde essa forma satírica foi mais evidente, como as *Cartas Chilenas* (1789), assinadas por Critilo - Tomás Antônio Gonzaga, e as *Cartas Persas* (1721), de Montesquieu. Porém, é mais produtivo citar outros exemplos encontrados nos jornais da época que mostrem como essa prática satírica já era relativamente difundida, tendo mais efeito de referência a uma forma satírica facilmente reconhecível, do que uso de suas ferramentas para criticar implicitamente um alvo real.

Por exemplo, no período de publicação da *Gazeta de Holanda*, na seção *Rimas por Flauta*, aquele anônimo autor se utiliza do mesmo recurso ao falar de uma suposta manifestação na China onde o povo pedia morte de “Coh-Thien-Gi”. Esse texto é referência às notícias que comentavam que, após algumas manifestações abolicionistas ocorridas naquela semana, parte dos manifestantes saiu às ruas em meio a gritos, tais como: “morra o Barão de Cotegipe”.⁷⁴ A trivialidade desse exemplo comum pode ilustrar como a referência simples a tal composição satírica já não remetia necessariamente a uma composição textual de grande alcance significativo na época, mas apenas a uma forma estereotipada de relatar uma notícia.

Por fim, outra especificidade da série é sua forma em versos, em vez do habitual texto corrido da prosa comum ao gênero. Consideramos a possibilidade que seu diferencial de forma versificada tenha se dado como certa “moda” jornalística entre os periódicos fluminenses da época, associando-se ao desejo da experiência formal por parte do cronista ou ao próprio projeto editorial do periódico.

⁷³ GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a Gazeta de Holanda”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 20.

⁷⁴ GN, 18/08/1887.

Nos poucos comentários existentes sobre a série, encontramos diferentes versões sobre os motivos que teriam levado Machado a escrever em versos: Ferreira de Araújo, proprietário da *Gazeta de Notícias*, teria insistido para o escritor compor uma série de crônicas rimadas. Independentemente de ser verdade, a experimentação formal com ares literários era prática corrente no periódico de Araújo, anterior e posteriormente à *Gazeta de Holanda*. A própria série anterior de Machado, *A+B*, é exemplo dessas tentativas. Ela durou apenas sete edições e seus textos foram todos escritos em forma de diálogo.

É provável que tivesse partido de Ferreira de Araújo a sugestão, pois quase todos os jornais da época publicavam folhetins rimados [...]. A “*Gazeta de Notícias*” estava então sem “poeta” e é possível que Machado de Assis tivesse corrido a suprir a falta. Na verdade, quando ele volta a escrever folhetins em prosa, tem aquele jornal “poetas” que publicavam coisas alegres, ora na primeira, ora na segunda página.⁷⁵

A observação de Magalhães Jr. é corroborada pelo fato de, duas semanas antes da estreia da série, a seção do jornal *Crônica da Semana* trazer, excepcionalmente naquela edição, sua principal coluna política publicada em versos, os quais, em tom empolado e de péssima qualidade, trouxeram como assunto principal a própria impossibilidade de se versejar um conteúdo estritamente político.⁷⁶

Seja qual for a razão imediata para a forma escolhida, o sentido dos textos da *Gazeta de Holanda* acaba se constituindo mais devido à argumentação que estrutura o discurso do cronista do que pela força das imagens, do ritmo, da sonoridade, enfim, da “poesia” de seus versos. Ao considerarmos as motivações acima como possíveis esclarecimentos para a escolha do formato da série, preferimos nos ater apenas aos efeitos de sentido possibilitados por tal escolha. Por isso, consideraremos os versos em funcionamento, ainda que secundários, como parte da estrutura, sobretudo, argumentativa dos textos analisados. Adiantemos, então, que nos poucos momentos em que a característica poética dos versos se destaca nos textos, ela se dá muitas vezes em chave irônica, destacando o artifício da argumentação do narrador ao desenvolver seu comentário cotidiano.

Assim, a maior possibilidade de rendimento literário da forma versificada da *Gazeta de Holanda* acaba por não estar na análise específica de seu caráter poético convencional, mas, justamente, no modo como tal fratura foi reelaborada ou estereotipada pelo cronista no discurso no narrador. Ou seja, os problemas dados pela sua forma rimada acabam incorporados, em geral, pelos ditames dos gracejos comuns dos jornalistas da época. Assim, a

⁷⁵ MAGALHÃES JR., Raimundo. “Prefácio”. In: ASSIS, Machado de. **Diálogos e Reflexões de um Relojoeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

⁷⁶ GN, 17/10/1886

característica mais forte identificada em seus versos se mostra um artifício não muito elaborado, que, por meio do entroncamento de ideias, ausência de ritmo, rimas simples e recorrente apelo ao senso comum, evidenciam o estranhamento do conteúdo essencialmente coloquial e argumentativo nessa forma.

Tal esclarecimento sobre a não-poeticidade dos versos da *Gazeta de Holanda* se dá, justamente, como complementação a outros textos produzidos pela crítica acumulada sobre a série. Dentre os poucos textos mais relevantes sobre o assunto, destaco a abordagem já citada de Eugênio Gomes, que, justamente por concordarmos com aspectos fundamentais dela, se dá por critérios em certo grau opostos da nossa.⁷⁷

Desse modo, a coloquialidade característica do próprio gênero crônica, e das fracas redondilhas da *Gazeta de Holanda*, é corroborada pelas suas primeiras estruturas: o caráter vilanesco, mas inofensivo, da referência shakespeariana; a contraditória popularidade desprestigiada das óperas bufas de Offenbach; a fácil decodificação da forma satírico-política e pseudo-alusiva; e a própria conotação de picunhias publicizadas nos jornais, dada pelo título.

Essas quatro referências presentes em todos textos da série formam um grupo de características que parecem se articular a partir de suas significações estereotipadas na imprensa. Assim, esvaziadas de uma referência literária mais rica e profunda, elas servem como estruturas complementares de suma importância quando articuladas ironicamente, em seu modo estereotipado, com o programa “pretensioso” exposto pelo Malvolio machadiano. O resultado dessa articulação é o efeito debochado do modo como são usadas essas referências formais da série, se refletindo e se confirmando no conjecturado *pressuposto de conciliação* sugerido pelo pseudônimo.

Por fim, uma quinta e última estrutura formal captada apenas pela leitura de todos os 48 textos da série, e que não é propriamente uma referência literária, são os diferentes deslocamentos de vozes entre escritor, pseudônimo e locutores. Retomando a observação feita acima baseada no trabalho de Cruz Jr., parte da estratégia de composição das crônicas estudadas em seu trabalho se dá no *deslocamento significativo* entre enunciadores (vozes sociais evocadas pelo tema), que perdem sua ligação necessária com os discursos e/ou as identidades de pseudônimos e interlocutores.⁷⁸ O resultado dessa ferramenta tão bem

⁷⁷ Citaremos apenas como contraponto, apesar de concordar com Gomes nos julgamentos em relação à (falta de) riqueza poética dos versos e ao latente “esforço que empregava” para compô-los. GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a *Gazeta de Holanda*”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

⁷⁸ CRUZ Jr., Dilson Ferreira. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo : Nankin Editorial, 2002 : Humanitas : FAPESP, p. 141.

explorada pelo cronista seria conseguir transitar, pelas palavras dos mais diversos pseudônimos e locutores, os mais diferentes e contraditórios enunciados pertencentes ao campo de comunicação em questão. Assim, a grandeza do efeito humorístico alcançado em suas melhores crônicas, lidas isoladamente, estaria no feito de se deixar subentendido os maiores absurdos sobre a sociedade fluminense, sem que necessariamente essas vozes adquirissem a gravidade de estarem associadas a este ou àquele locutor.

No caso da *Gazeta de Holanda*, tal significativo deslocamento se dá muitas vezes entre Malvolio e seus interlocutores. Porém, o par constante desse movimento, dado pela própria estrutura composicional e recorrente da série será mais frequentemente o deslocamento entre o cronista Machado de Assis e a feição que venha adquirir Malvolio em cada uma das crônicas que assina.

No caso da crônica de abertura, a ambiguidade já é significativa: Malvolio se identifica como parte da redação da *Gazeta de Notícias*? Uma figura pública conhecida como Machado de Assis discorreria daquele modo sob tal pressuposto de conciliação? O cronista realmente ignorou as principais vozes envolvidas no acontecimento noticiado, ou ressaltou-as justamente por meio de seu silêncio? Acreditamos, a princípio, que no modo como cada crônica impede uma resposta assertiva sobre cada uma dessas questões esteja um dos principais pontos de sustentação do humor em seus textos.⁷⁹

O resultado desse procedimento é que, muitas das vezes que nos referirmos a um ou a outro, cronista ou pseudônimo, mais prudente seria nos referirmos a uma estrutura híbrida, e não fixável, Machado-Malvolio, pois grande parte do sentido de suas crônicas atravessará justamente esse território convenientemente ambíguo para o efeito cômico de cada um dos melhores textos da *Gazeta de Holanda*.

⁷⁹ Valer apontar aqui que, com as devidas ressalvas e muito resumidamente, estamos iluminando nosso trabalho com a discussão sobre o “Humorismo”, como a *percepção do contrário*, e de “ironia”, como *fingimento retórico*, feita pelo dramaturgo italiano Luigi Pirandello. Cf. PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. São Paulo: Experimento, 1996.

2.1.2 A abertura da série

Um doutor da mula ruça,
Caolho, coxo e maneta,
É o homem que se embuça
No papel desta gazeta.

Gazeta que, se tivesse
Outra forma, outro formato,
Pode ser que merecesse
Vir com melhor aparato.

Mas é modesta, não passa
De uma folha de parreira,
Que dá uva, que dá passa,
Que dá vinho e borracheira.

Traz programa definido,
Para entrar no grande prélio;
Nem bemol, nem sustenido,
Nem Caim, nem Marco-Aurélio.

Não traz ideias modernas,
Nem antigas; não traz nada.
Traz as suas duas pernas,
Uma sã, outra quebrada.

E vem, como é de ciência,
Entre muletas segura,
A muleta da inocência,
E a muleta da loucura.

Se uma não pega, outra pega,
E fica o corpo amparado;
Se para um lado escorrega,
Fica-lhe sempre outro lado.

De modo que, quanto diga,
Seja ou não o que a lei manda,
Há de achar entrada amiga
Esta Gazeta de Holanda.

Em uma segunda leitura da crônica de abertura, agora colada ao discurso do pseudônimo e buscando esclarecer a maior parte das referências trazidas, notamos que Malvolio se descreve ao leitor enfatizando suas características físicas negativas. Sua descrição “caolho, coxo e maneta” remete a características binárias (par de olhos, par de pernas e par de mãos), nas quais um dos membros é defeituoso ou ausente. Por extensão, conforme Malvolio fará a seguir, associando sua própria descrição física ao seu estilo de escrita, vê-se que Machado o elabora como personificação de possíveis oposições binárias, perfeito-defeituoso, certo-errado, etc.

Em seguida, o pseudônimo projeta seu próprio estilo de escrita à sua nova seção, que “se tivesse outro formato”, as partes de seu conjunto poderiam ter mais valor, porém, ele se justifica alegando que a junção desses três elementos, Malvolio-estilo-seção, são modestos, medianos. Assim, seus versos não passam de “folha de parreira” e seus assuntos seriam subprodutos desta. Uva, passa, vinho e borracheira, todos eles remetendo à comida e à bebida, imagem de espécie de banquete confraternizante e festivo, de uma familiaridade ampliada de modo geral. Festivo, mas ambíguo, se considerarmos a conotação negativa da palavra “borracheira”.

Malvolio diz que sua “folha” traz programa definido para ser impresso e ir às ruas. Tal pressuposto de escrita, seu “programa”, seria: não aderir exclusivamente a qualquer posicionamento extremo corrente em conflitos ou em questões públicas que viesse a

tematizar. Além do não comprometimento com as partes de qualquer disputa já constituída, Malvolio alega que também não trará novidades, nem histórias repetidas. Resume, em suas próprias palavras, que trará “nada”.

Uma vez proposto como um pressuposto do texto se diferenciar de qualquer posição extremada nas questões que discutirá, o narrador se diz dividido e sustentado entre “inocência” e “loucura”, duas categorias que têm como elemento comum a ausência de culpa. Assim, cria-se a imagem do pseudônimo autoconfiante que não assume nem grandes responsabilidades, nem grandes ousadias. Tal autorrepresentação sem culpa, dada pela falta de empenho justificada em seu caráter modesto, lhe permitiria receber bem a todos em sua série, não importando se se enquadrem dentro ou fora de normas sociais postuladas. Malvolio sustenta tal procedimento pelo pressuposto de sempre argumentar de forma diversa, alegada como modesta, mas que, na lógica de seu discurso, impõe-se sobre os demais argumentos e busca diluir seus pontos conflitantes.

Que traga ideias a folha
Liberal que se anuncia,
Que as espalhe, que as escolha,
Como a *Reforma* fazia.

Vá que seja — posto seja
Tarefa das mais reversas,
Fazer uma só igreja,
De tantas seitas diversas

A prova é que, ainda agora,
Já pronta a bagagem sua,
Somente esperando a hora
De sair a folha à rua,

Feito um capítulo apenas,
De tão diversos capítulos,
E, contando boas penas,
Já traz a folha dois títulos.

Voz da Nação, ou — *Gazeta Nacional*; só falta a escolha.
Já principia a maretá,
Antes de sair a folha

Eu cá, perfeita unidade.
Ora aprovo, ora contesto,
Sem que haja necessidade
De ouvir protesto e protesto...

Há, posteriormente, nova referência a pares opostos dados pelo trecho acima (“Voz da Nação” x “Gazeta Nacional”): a dupla opção desenhada pelas possibilidades de escolha do título da seção. Trata-se de uma hipótese de difícil comprovação: um dos títulos anunciados, *Gazeta Nacional*, se refere a um jornal abolicionista de pouca circulação. Sobre o *Voz da Nação*, não há referências, porém, a recorrência da apresentação de pares contraditórios nos permitiria supor que se trata de outro pequeno periódico da época, porém, de linha editorial oposta ao da *Gazeta Nacional*. Assim, pelo discurso de Malvolio, haveria uma série de alternativas dadas pelo tema, que se abriam em pares de opções opostas, e não necessariamente conciliáveis.

Porém, nas duas citações, o narrador escapa de aderir a qualquer uma das duas possibilidades apresentadas. Quando parece fazê-lo, ratifica a imagem de sua superioridade

por meio do pressuposto de argumentação que lhe permite ora aprovar, ora contestar, sem que haja necessidade de ouvir qualquer protesto. Esta seria a “perfeita unidade”, conciliatória de opostos, com a qual se define a falsa modéstia sem empenho e sem culpa de Malvolio.

Define-se a voz do pseudônimo: consciente sobre as diferenças e contradições da matéria cotidiana que o cerca e as quais classifica como dicotômicas, alegando oscilar sua posição conforme a necessidade de dança social, conciliando-se e confraternizando-se com todas as partes. Enfim, diz-se assegurado por um pressuposto superior de dissolução das contradições alheias, mas que, na verdade, trata-se de um pressuposto de superioridade que não as considera além da aparência necessária.

Exemplo: ao ler que se trata	E
De fazer um edifício	m
Para o júri: — colunata,	
Vasto e grego frontispício,	q
	u
E que esta ideia bizarra	e
Nasceu mesmo agora, agora,	c
Quando foi ali à barra	a
Uma distinta senhora;	d
	a
Quando a afluência de gente	n
Era tal, que o magistrado	o
Teve de ir incontinente	v
Pedir sabão emprestado;	o
	p
Comigo disse: — Bem feito	i
Que a Joanhinha expirasse	n
De uma moléstia do peito,	g
E que a Eduarda cegasse.	o
	,
Só assim tínhamos prédio	J
Para um tribunal sem nada;	á
Não foi morte, foi remédio;	n
Foi vida, não foi pancada.	ã
	o
Pangloss, o doutor profundo,	é
Mostra que há grande harmonia	p
Entre as cousas deste mundo,	o
Entre um dia e outro dia;	n
	t
Que os narizes foram dados	o
Para os óculos; portanto,	,
Trazem óculos pousados...	é
Pangloss é o meu padre-santo.	p
	o
Logo, se uma e outra escrava	s
Brigaram sem sentimento,	p
A razão de ação tão brava	o
Foi termos um monumento.	n
	t
Neste ponto o ponto pingo,	o
E despeço-me no ponto	.

Como esclarecido em nota, o cronista cita, reelaborando-as, as razões que levaram Ferreira Vianna a publicar carta na *Gazeta de Notícias* em próprio nome e de outros homens públicos interessados na construção do novo edifício. A causa imediata para tal carta foi o inesperado desfecho do julgamento de uma ex-senhora de escravos, acusada de torturar duas ex-escravas.⁸⁰

Faz-se necessário compreender o debate por trás do discurso de Vianna e que foi um dos principais motivos da repercussão do julgamento na imprensa. De um lado, a defesa alegava que as ex-escravas, uma delas morta com múltiplos ferimentos, haviam brigado e ferido a si mesmas. Do outro, a ex-senhora acusada de torturá-las. Pela repercussão alcançada na imprensa da época, o caso, durante o julgamento, chegou a ser citado como símbolo da campanha abolicionista pela resolução da questão servil. Apesar das expectativas criadas na imprensa, a ré foi absolvida, levando abolicionistas a protestarem publicamente com motivos e reivindicações semelhantes aos de Vianna.

Por sua vez, na crônica de abertura, ao citar o julgamento, ignorando a versão da defesa, considerando apenas seu resultado final e, porém, legitimando o argumento de Vianna, o cronista expõe para o leitor o funcionamento supostamente conciliador e superior que move o argumento de Malvolio. Dessa forma, o pseudônimo realiza aquilo a que se propõe: não toma partido das posições em conflito, nem da ré (escravagistas), nem das escravas (abolicionistas); e, não importando o conteúdo do conflito, ele justifica sua ocorrência no fato de ter sido este a causa necessária que possibilitaria a construção do novo edifício. Por fim, parafraseando o personagem voltairiano⁸¹, seu “padre-santo”, o pseudônimo se sustentaria na

⁸⁰ Em 26/10/1886, a *GN* publica carta assinada pelo então deputado Antônio Ferreira Vianna que protesta pela construção de novo edifício para abrigar o Fórum, alegando a pequena capacidade daquele existente até então. Seu argumento é animado pelo protesto ao recente julgamento da ré Francisca de Castro, absolvida das acusações de tortura e morte a duas de suas ex-escravas, Joana e Eduarda. Conforme descrito nas edições de 24 e 25, no mesmo jornal, o julgamento foi marcado pela violência dos crimes, pela comicidade em torno da acusada, por suas referências à questão servil. Apesar das expectativas, ao final, Castro é absolvida sob o argumento que as escravas teriam se ferido mutuamente em briga. Como crítica ao resultado do processo, e reforço de sua argumentação, Vianna aponta como problemas no julgamento: o livre acesso de grande público curioso que lotou as sessões, o que teria impedido que a deliberação do júri fosse secreta, e o caso de um mesmo indivíduo que participou do julgamento como jurado, legista e depoente.

⁸¹ Dr. Pangloss é o personagem voltairiano que se tornou referência irônica como um otimista incurável e que, por isso, não se sustenta na realidade dos fatos, por pior que sejam. Guia do protagonista de *Cândido*, no livro, diante de uma série de infortúnios, Pangloss afirma reiteradamente “*Tout est pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*” (“*Tudo é para o melhor no melhor dos mundos possíveis*”). A lição sobre os “narizes”, recurso argumentativo reiterado na obra do cronista, é, neste caso, referência direta ao 1º capítulo da obra de Voltaire. VOLTAIRE, François Marie. **Cândido ou o otimista**. São Paulo: Edipro, 1996. Em crônica anterior, Machado já citara o personagem voltairiano com o mesmo propósito de justificar a situação problemática que escolhera para comentar. Tratando sobre um caso de vinhos falsificados, seu pseudônimo da série *Balas de Estalo (BE)* “justifica”: “Penetremos nas intenções da Providência. Se com drogas químicas se pode chegar a uma aparência de vinho, não parece que este resultado é legítimo, lógico e natural? Acaso a natureza é uma

justificação dos acontecimentos como eles se deram, pois, ainda assim, viveríamos no melhor dos mundos possíveis.

Finalmente, tendo Malvolio desenvolvido seu tortuoso raciocínio, sua última quadra ainda funciona como espécie de palavra final, já que encerra o texto declarando que qualquer continuidade do assunto (após sua crônica) seria superficial e/ou repetitiva, isto é, “posponho”. Ou seja, a exposição da matéria encaminha a discussão sobre o problema levantado em direção a um desfecho mais imposto como palavra final de Malvolio que conclusivo pela força de seu argumento.

Assim, vale ressaltar que, nesta primeira crônica, não é o autor Machado de Assis quem pratica o pressuposto de conciliação entre os termos contraditórios da sociedade fluminense, mas sim sua representação literária (em outros termos, sua “máscara”), ou seja, seu pseudônimo Malvolio. Dessa forma, é importante salientar que a representação dada pela crônica é a de, no mínimo, dois elementos articulados entre si: a representação que Machado faz de Malvolio, e a representação que este faz da matéria social referenciada.

Esquemáticamente, na própria crônica de apresentação de seu programa, Malvolio já exemplifica na prática, após discorrer sobre ele, como funcionaria seu pressuposto de conciliação: o pseudônimo se refere a uma questão intrincada presente na imprensa da época, e que traz consigo uma rede conflituosa de vozes sociais (enunciadores em potencial), porém, ignorado *parte* desse conjunto de enunciadores trazidos à tona, impõe um único ponto de vista peculiar na voz arbitrária assumida pelo pseudônimo. Assim, pode-se dizer que a retórica de Malvolio se impõe sobre os acontecimentos e ri ao congelar em imagem debochada uma discussão pública grave.

E eis aqui uma parte da nossa argumentação, anunciada anteriormente, e que deve ficar mais clara: recuperando o anúncio acima sobre o deslocamento de vozes da crônica e seu efeito humorístico, a representação debochada sobre os fatos se dá justamente pela pertinência como Machado representa um enunciador que ignora apenas *parte* do conjunto de enunciadores que evocou indiretamente.

Esse enunciador (Machado? Malvolio? - o deslocamento ambíguo impede uma resposta unívoca) constrói seu discurso se sobrepondo a um conjunto de vozes que *supostamente* descarta. Estão lá citados e/ou evocados uma ampla parcela da população fluminense, mas não são propriamente representados pela retórica autossuficiente do texto: nem a promotoria e a defesa, nem as escravas e a ré, nem discursos abolicionistas e

escola de crimes? E dado mesmo que um tal vinho seja danoso à saúde pública, não pode acontecer que seja útil à virtude pública, levando os homens a abster-se?” *BE*, 23/08/1884.

escravagistas, nem a população curiosa e Ferreira Vianna. Consequentemente, tem-se a representação de um discurso absurdo e isolado, que não se caracteriza pela substância ou referência do argumento, mas pela sua predisposição à cumplicidade formal com um dado da realidade: o desfecho em aberto da notícia referida.

O resultado é uma relação ambígua que Malvolio estabelece com a polêmica a que se refere: por um lado, nega e subverte amplamente o conjunto de vozes sociais relacionadas ao problema noticiado; por outro, aproxima-se por cumplicidade implícita das vozes concordantes com o aparente *status quo* social. Além do absurdo da argumentação, o humor neste caso se dá justamente pela inapreensibilidade do alinhamento obscuro e velado, sem concordância substancial tácita, entre a voz que assume Malvolio e os enunciados difusos daquele campo de comunicação cujo elemento comum é a não-problematização de um dado da realidade. Assim, os termos específicos das oposições e dos contrastes perdem sua determinância perante a representação maior do funcionamento vivo do contraste, porém, só adquirem real significância na medida em que evidenciam uma situação concreta da realidade.

Trata-se, por fim, de se representar um debochado alinhamento de vozes difusas e sem substância comum, mas apaziguadas entre si pela cumplicidade com a realidade, potencialmente o “melhor dos mundos possíveis” para cada uma daquelas vozes “sobreviventes”, ou melhor, “vencedoras”, para usar uma referência comum à crítica machadiana. Por outro lado, além do discurso, há o outro coro talvez mais complexo, referido mas não representado pelo cronista, que permanece inacessível sob o véu do discurso de Malvolio: são as vozes, neste caso, das ex-escravas, dos abolicionistas derrotados, e até mesmo da carta de Ferreira Vianna. Estas vozes, apesar de subvertidas, escapam à afinidade implícita das conclusões de Malvolio, permanecendo intactas, mas girando em falso na realidade concreta do desfecho da crônica, pois, apesar de serem evocadas pelo narrador, não têm no texto uma voz que as valide, nem as refute.

2.2 Verificação do pressuposto de conciliação nos primeiros textos

5 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 2

Muito custa uma notícia!
Que ofício! E nada aparece,
Que canseira e que perícia!
Que andar desde que amanhece!

E tu, leitor sem entranhas,
Exiges mais, e não vês
Como perdemos as banhas
Em te dar tudo o que lê.

És assim como um janota
De maneiras superfina,
Que não sabe o preço à bota
Com que cativa as meninas.

Agora mesmo, buscando
Saber de associação
Que se deu ao venerando
Ofício de proteção

Aos animais — não sabia
Onde achasse os documentos
Dessa obra de simpatia,
Para transmiti-la aos ventos.

Achei quatrocentas atas
De reuniões semanais,
Ofícios, notas e datas,
Tudo espalhado em jornais.⁸²

⁸² Referência não encontrada. Entretanto, vale citar alguns exemplos que sugerem como tais sociedades eram vistas com desconfiança, para dizer o mínimo, pela opinião pública. Em uma de muitas notícias sobre um caso de uma criança que apanhara na escola (ver crônica 7), o redator comenta um carta escrita pelo pai da criança dizendo que autorizaria a surra em outras circunstâncias. Diante dessa reação paterna, o redator ironicamente aconselha que a criança fosse entregue aos cuidados das sociedades protetoras dos animais. *GN*, 29/11/1886. Noutra

Mas das ações praticadas
Em favor da bicharia,
E das vitórias ganhadas,
Nada disso conhecia.

Então, lembrei-me de um burro,
Sujeito de algum valor,
Nem grosseiro nem casmurro,
Menos burro que o senhor.

E pensei: naturalmente
Traz toda a história sabida;
É burro, há de ter presente
A proteção recebida.

Lá fui. O animal estava
Em pé, com os olhos no chão,
Tinha um ar de quem cismava
Coisas de ponderação.

Que coisas, porém, que assunto
Tão grave, tão demorado,
Ocupava o seu bestunto,
Nada lhe foi perguntado.

Talvez, ao ver-se assim magro,
Cativo como um Nagô⁸³,
Pensasse no velho onagro
Que foi seu décimo avô.

Entrei, dizendo-lhe a causa
Daquela minha visita;
Ele, depois de uma pausa,

oportunidade, em uma transcrição de discussão no senado, o senador Francisco Otaviano (1825-1889), respondendo a uma alegação de que o ministério de Barão de Cotegipe (1815-1889) estaria ameaçado de ser derrubado, convoca ironicamente a Sociedade para protegê-lo. *GN*, 19/05/1887.

⁸³ Termo com que, originalmente, os franceses designavam todos os negros de fala Iorubá, passando a ser uma das identidades criadas pelo tráfico negreiro para diferenciação de africanos escravizados. Cf. BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 67.

Como gente que medita,

Respondeu-me: — Em frases toscas
Mas verdadeiras, direi,
Enquanto sacudo as moscas,
Tudo o que sobre isto sei.

Juro-te que a sociedade,
Contra os nossos sofrimentos,
Tem obras de caridade,
Tem leis, tem regulamentos.

Tem um asilo, obra sua,
Belo, forte, amplo e capaz;
Já se não morre na rua,
Dá-se ali velhice e paz.

Gozam dessa benta esmola,
Em seus quartos separados,
Mais de uma onça espanhola⁸⁴,
E muitos gatos-pingados.

Todos os galos na testa
Acham lá milho e afeição;
Lá vive tudo o que resta
Da burra de Balaão.

Mora ali a vaca fria.
E mais a cabra Amalteia,
Única e só companhia

⁸⁴ A partir deste ponto, o cronista faz uma série de referências a animais mitológicos e imaginários, assim como a ditos que trazem alguma referência a animais em sua composição. Dentre aqueles que achamos necessário esclarecer: “Onça espanhola” (antiga moeda de Espanha), “Burra de Balaão” (na mitologia judaico-cristã, animal bíblico que, falando, faz revelação a Balaão. Cf. “Livro dos Números”. Cap. 22. In: **Bíblia sagrada**. São Paulo: Editora Rideel, 1997), “Vaca fria” (expressão com sentido de “notícia velha”), “Cabra Amalteia” (na mitologia romana, animal cujo leite nutriu Júpiter na infância), “Leão de Nemeia” (animal morto por Hércules em seu primeiro dos doze trabalhos), “Cisne de Leda” (Zeus transformado em animal com propósito de seduzir Leda, rainha espartana) e “Boi Ápis” (na mitologia egípcia, animal que representa a força geradora e em cujo corpo habitava a alma da divindade Osíris). No caso das referências à mitologia greco-latina e egípcia, ver: BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 149, 159 e 282.

Do pobre leão de Nemeia.

Não posso fazer elipse
Dos bichos caretas⁸⁵, nem
Da besta do Apocalipse,
Que ali seu abrigo tem.

E o cisne de Leda, e um bode
Expiatório, e o cavalo
De Troia, escapar não pode;
Mas há outros que inda calo.

Peguei no papel, e à lápis
Escrevi tudo, e escrevi
Mais o nome do boi Ápis,
Que ele inda me disse ali.

E perguntei: — Meu amigo,
Por que é que a tantos amaina
O tempo, naquele abrigo,
E você anda na faina?

Ele, burro circunspecto,
Asno de boa feição,
Tirou de fino intelecto
Esta profunda razão:

— Se eu estivesse ali junto
Com outros da minha banda,
Você não tinha este assunto
Para a *Gazeta de Holanda*.

Vá consolado: que importa
Que eu viva cá fora ou lá?
Qualquer porta há de ser porta,
Para sair; vá, vá, vá, vá.

E enquanto assim me dizia
frases que chamava toscas,
Chagas de pancadaria
Iam convidando as moscas.

Lá o deixei como estava,
Em pé, com os olhos no chão,
Parecendo que cismava
Coisas de ponderação.⁸⁶

⁸⁵ Regionalismo: Brasil. Diz-se de bovino ou equídeo cujo focinho não apresenta a mesma cor do resto do corpo.

MALVOLIO

⁸⁶ Figura constante nas crônicas machadianas, o cronista voltaria a se valer do mesmo mote no futuro, inclusive reutilizando a figura do burro como animal não protegido por essas sociedades, cujas origens aparentemente são inglesas, e que, por sua vez, se voltariam apenas para proteção de animais como o “Cavalo de Troia”. A justificativa seria que algum animal, no caso, o burro, deveria continuar exercendo os trabalhos de esforço físico. *BD*, 13/02/1889.

No fim do século XIX, no Rio de Janeiro, eram relativamente raros agrupamentos sociais tais como as Sociedades Protetoras de Animais. Chegamos a tal conhecimento, basicamente, por meio de crônicas de Machado, ou por referências muito pontuais espalhadas pelos jornais ao longo do período em que a série foi publicada. Ou seja, além de ser uma referência de difícil acesso, não vimos qualquer registro dela nos jornais nas semanas imediatamente anteriores à publicação da crônica, ao invés do que é dito pelo pseudônimo, o que já é um indício, neste texto, da falta de credibilidade e/ou seriedade deste Malvolio.

A questão que ele levanta é sobre a real eficiência de tais sociedades, e se elas estariam cumprindo os compromissos pelos quais divulgavam terem sido criadas. Para responder a questão, o narrador recorre à “autoridade” de um interlocutor: um dos possíveis animais beneficiados por essas organizações, um burro, e a resposta obtida é de que as Sociedades não podem proteger todos os animais.

Na verdade, elas ajudam um variado grupo, mas especificamente limitado pela característica comum de estarem associados a mitologias ou a expressões populares, ou seja, por oposição à realidade cotidiana, supõe-se um critério de características ficcionais para delimitação do grupo de animais beneficiados.⁸⁷ Ao ser questionado novamente se essa situação invalidaria a atuação das Sociedades, o animal de trabalho de carga se abstém de responder a favor ou contrário a elas, e a sugerida ficcionalidade da assistência promovida por tais Sociedades Protetoras acaba justificada e conciliada com a realidade contraditória vivida pelo interlocutor, ao menos, em seu plano discursivo:

- Se eu estivesse ali junto
Com outros da minha banda,
Você não tinha este assunto
Para a *Gazeta de Holanda*.

Agora, apesar de Sociedades Protetoras serem diretamente referenciadas na crônica, há outra possibilidade de interpretação para um leitor com referências sobre os textos presentes nos jornais da época.

No mesmo período, o amplo debate sobre a questão servil continuava sendo travado farta e diariamente nos jornais fluminenses, em contraste às referências sobre as tais

⁸⁷ Para exemplificar como nos utilizamos das constatações de Eugênio Gomes, porém, com avaliação completamente diversa, vale citar pontualmente como o crítico considera essa mesma sucessão de citações e expressões populares: tão imprudente “quanto um esfuziar de foguetinhos saltitantes numa sala fechada”. GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a Gazeta de Hollanda”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 23.

Sociedades Protetoras de Animais, as quais, apesar de existirem, não encontramos uma nota sequer.

Nossa hipótese interpretativa considera que seria até mais esperado pelos leitores se falar sobre um “ofício de proteção” não associado aos animais abandonados da cidade, como indicaria o sentido precipitadamente sugerido pela frase quebrada e dividida entre as duas quadras:

Agora mesmo, buscando	Aos animais — não sabia
Saber de associação	Onde achasse os documentos
Que se deu ao venerando	Dessa obra de simpatia,
Ofício de proteção	Para transmiti-la aos ventos.

Um indício mais forte que possa corroborar tal interpretação é a caracterização do interlocutor de Malvolio, um burro que...

Talvez, ao ver-se assim magro,
Cativo como um Nagô,
Pensasse no velho onagro,
Que foi seu décimo avô.

Assim, nesta segunda crônica, há elementos que nos levam a considerar, portanto, uma possível aproximação entre os dois temas, como se a forma problematizada e dividida, entre beneficência postulada e omissão efetiva das Sociedade Protetoras, fosse representada e sugerida como espelhamento de um problema pertencente ao outro campo. Porém, mesmo que a associação direta com a questão servil não seja explicitamente comprovável (e o efeito humorístico do enunciado esteja justamente nas pontas soltas que o discurso de Malvolio deixa), ao menos, é incontornável que a representação da oposição entre “animal-interlocutor-realidade” x “beneficiários ficcionais da Sociedade”, também se alinha à oposição entre o anônimo trabalhador braçal e castigado, e seres populares saudáveis e/ou valorosos.

E enquanto assim me dizia
Frases que chamava toscas,
Chagas de pancadaria
Iam convidando as moscas.

Assim, para não anteciparmos conclusões sobre a possível recorrência, em diferentes registros, do pressuposto de voz conciliatória apresentado e exemplificado na crônica de abertura, vale passarmos a observar como ele se articula não mais apenas em um único texto, mas também continuamente entre as crônicas da *Gazeta de Holanda*.

Na crônica seguinte, por sua vez, o narrador justapõe dois assuntos principais. Primeiro, comenta anúncios de aluguel de becas encontrados em jornais da corte, e acaba por compará-los a pessoas que discorrem sobre os mais variados assuntos usando referências que na verdade não possuem, ou seja, indivíduos que trazem “a ciência alugada”. Novamente, vê-se que aquilo que a princípio se mostraria uma teórica contradição (sustentar um conhecimento que não se possui) acaba sendo logo sugerido ao leitor sob um ponto de vista positivo, utilitário e, sobretudo, lucrativo.

12 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 3

Aqui está, em folhas várias,
Uma coisa que se presta
A notas e luminárias.
Aqui vai a coisa, é esta:

“Na rua Larga se aluga,
“Em bom estado, uma beca.”
Parece uma simples nuga⁸⁸,
E é mais que uma biblioteca.

Eis aqui o que eu diria:
Há nesta beca alugada
Uma ideia que devia,
Há muito andar publicada.

Primeiramente, repare
Que esta beca não se vende
Por preço barato ou caro;
É que, alugada, mais rende.

Comprá-la era possuí-la;
Alugá-la é só trazê-la,
Usá-la e restituí-la,
Sem rompê-la ou descosê-la.

Não haverá neste caso
Um sintoma? Não parece
Que a beca tomada a prazo

Uma lição oferece?

Que, sem correr Seca e Meca⁸⁹,
Muita gente delicada,
Assim como traz a beca,
Traz a ciência alugada?

Que, sendo esta leve e pouca,
Apenas meia tigela
Não chega a entornar da boca,
E pouco pedem por ela?

Que, inda mesmo sendo um quarto
De tal tigela, e não meia,
Parece falar de farto
Quem fala de boca cheia?

E que esse pouco, bastando
A que o locatário almoce,
É tolice andar catando
Ciência de sobreposse?

Nada sei; mas ofereço
A toda a pessoa séria
Este problema de preço;
E passo a outra matéria.⁹⁰

⁸⁹ Expressão com sentido de não haver necessidade de andar por terras distantes, de fazer longo percurso.

⁹⁰ Poucos anos antes, o cronista já havia tratado sobre os mesmos dois principais temas desta crônica utilizando praticamente com os mesmos termos. “Há casacas próprias, com certeza, umas mais novas que outras, de pano mais fino ou mais grosso; há mesmo algumas do tempo do cólera-morbo (1855), e outras recentíssimas; mas normalmente pedem-se emprestadas. Comte, Zola, Mac-Culloch, Leroy-Beaulieu...

⁸⁸ Coisa ou objeto cuja relevância é desprezível.

tem-nos emprestado muitas casacas, e [...] parece que foram talhadas para nós mesmos. É claro que um tal sistema não deve continuar. Substituí-lo pelo da compra simples seria um salto mortal; mas alugá-la é um meio-termo”. *BE*, 10/07/1883.

Após um questionamento retórico, que fortalece seu apontamento sobre as vantagens econômicas (ou de sobrevivência?) da suposta “Ilustração”, como um bem arrendável (ou seja, cuja posse depende de contrato comercial) e não como um conhecimento é de fato transmitido, Malvolio pede às “pessoas sérias” que o respondam. Assim, ao rotular Malvolio com ar complacente de piada descompromissada, mas ao mesmo tempo, suplantar por antecipação as vozes graves que possam se debruçar sobre a questão, Machado de Assis está novamente retratando pontualmente com cores insolúveis uma contradição social que, no entanto, *parece* ser um dado da realidade.

Já no segundo tema desta crônica, diretamente relacionado às notícias publicadas pelos jornais daquele mês, o narrador comenta os riscos do possível avanço de uma epidemia de cólera de Buenos Aires para o Rio de Janeiro.

Escreve um correspondente
Cólera Morbus chamado⁹¹:
“Conto que proximamente,
Malvolio, estou ao teu lado.

“Aqui nesta Buenos Aires,
Terra de belas meninas...
Que *salero* e que donaires⁹²!
Que formosas Argentinas!

“Aqui, por mais que me esbofe,
Levo uma vida vadia;
Esperava um rega-bofe
E vou de pança vazia.

“Quando mato uma pessoa,
Surge-me logo uma junta,
Que a declara viva e boa,
Por mais que a deixo defunta.

⁹¹ Nas semanas anteriores e durante os meses posteriores, noticiou-se diariamente a ameaça de avanço da epidemia de cólera de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. As principais questões levantadas pelos jornais sobre tal risco eram: a quarentena ou a proibição de desembarque para navios platinos; o cordão sanitário na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai; e a divergência dos telegramas argentinos sobre o número de mortos. Todos os fatos relatados na crônica correspondem a acontecimentos noticiados pela *GN*, e podem ser encontrados, entre outras datas, em 04, 12 e 20/11/1886, respectivamente.

⁹² Ambas as palavras têm praticamente o mesmo significado: formosas, elegantes, graciosas.

“Negam-me tudo; o meu ato,
O nome, e até a existência;
Chamam-me simples boato,
Sem razão nem consistência.

“Aborrecido com isto,
Determinei ir-me embora
Por esse mundo de Cristo;
Estou aqui, estou lá fora.

“Aí me vou, *caro mio*,
Só não sei de que maneira,
Se diretamente ao Rio,
Se atravessando a fronteira.

“Ir por água é arriscado
A dar com o nariz na porta,
Se achar o porto trancado,
E a ficar de cara torta.

“Enfim, veremos... Espero
Que, de um modo ou de outro modo,
Lá, entre; e aqui te assevero
Que com pouco me acomodo.

“Saudade, tenho saudade
De outrora. Há mais de trinta anos
Que andei por essa cidade
Com grandes passos ufanos.⁹³

⁹³ Em 1855 e 56, ocorreu grande epidemia de cólera na corte do Rio de Janeiro e que se

“Mudou tudo? Existe ainda
O teatro Provisório?⁹⁴
Onde está Lagrua, a linda,
Que teve um lapso amatório?

“O gordo Tatti? O magano
Ferranti? A Charton divina?
Vive ainda o João Caetano?
Vive ainda a Ludovina?⁹⁵

“A Loja do Paula Brito
Mudou de dono ou de praça?
Paranhos grave e bonito
Vive ainda? Vive o Graça?⁹⁶

prolongou até 1867, tendo como um dos estigmas o crescimento da prática de medicina homeopática na corte. Cf. PIMENTA, Tânia Salgado. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. Além da epidemia daquela época já ter sido comentada pelo cronista em outras séries ao longo de sua carreira, vale observar que o próprio José de Alencar também a comentou em algumas crônicas da série *Ao Correr da Pena*, publicada contemporaneamente ao surto da epidemia. Cf. ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

⁹⁴ Referência ao antigo Teatro Provisório, inaugurado em 1852, foi dois anos depois rebatizado Teatro Lírico Fluminense. Após a construção do Teatro Dom Pedro II, começou o declínio do antigo Provisório, que foi demolido em 1875. Cf. SILVA, Lafayette. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1931, p. 44-48.

⁹⁵ Referência a artistas célebres no Rio de Janeiro na década de 1850: as sopranos Emília La Grua (?) e Anne Charton-Demeur (1824-1892), o barítono Ferranti (?), e os atores João Caetano (1808-1863) e Ludovina Soares da Costa (1802-1868) são artistas que marcaram a cena teatral da corte nos anos de 1850 e início de 1860, conforme se pode observar frequentemente a partir da leitura de crônicas da época, escritas por José de Alencar e Machado de Assis. No caso de Caetano e Soares da Costa, o sucesso na corte remonta pelo menos desde a década de 1830. Cf. SILVA, Op. cit.; FARIA, João Roberto. *Intr. In: ALENCAR, Op. cit.; FARIA, João Roberto. Intr. In: ASSIS, Machado de. O Espelho*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. Referência ao “gordo Tatti” não encontrada.

⁹⁶ Comentando as personalidades e mudanças físicas da corte, recorda-se: Francisco de Paula Brito (1809-1861), primeiro e principal editor brasileiro até meados do século XIX; José Maria da

“Mora ainda no Rocio
Muita família? O teatro
Tem inda o mesmo feito?
São ainda os mesmos quatro?⁹⁷

“Publica-se inda o elegante
Mercantil? Que faz? Que escreve
Maneco? e o Muzzio? e o brilhante
Alencar de estilo leve?⁹⁸

“Vou vê-los todos, e juro
Em honra aos dias passados,
Que ao meu golpe áspero e duro
Serão poupados, poupados...”

MALVOLIO

Silva Paranhos (1819-1880), visconde de Rio Branco, frequentador da loja de Brito (conforme Machado de Assis voltaria a citar na crônica conhecida como “Velho Senado”, publicada em 1898). Referência a “o Graça” não encontrada.

⁹⁷ Na série de crônicas *Ao Acaso*, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* entre 1864 e 1865, Machado de Assis comenta mais uma vez, e inclusive na crônica de estreia (05/06/1864), a cena teatral da corte estar dividida basicamente em quatro teatros: Ginásio Dramático, o S. Pedro de Alcântara, o S. Januário e o Lírico Fluminense (antigo Provisório). Apesar do cronista comentar a existência de apenas quatro teatros, sabe-se da existência de outras casas de menor relevância com apresentações teatrais naquela época. Cf. SILVA, op. cit.

⁹⁸ Sobre a imprensa, lembra-se: do jornal *Correio Mercantil*, que durou da década de 30 até 1862; de “Maneco” (Manuel) Antônio de Almeida (1831-1861), José de Alencar (1829-1877) e de Henrique César Muzzio (1831-1874), médico e jornalista, com quem Machado de Assis trabalhou no *Diário*. Cf. MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis**: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 245.

Nas semanas anteriores e durante os meses posteriores a esta crônica, publicaram-se diariamente notícias sobre a ameaça de chegada da doença e suas prováveis implicações na cidade. As principais questões levantadas pelos jornais acerca do risco de vinda da cólera eram: a possibilidade de quarentena, ou total proibição, para os navios platinos; a formação de cordão sanitário na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai; e a divergência dos telegramas argentinos sobre o real número de mortos, conforme destacado em nota.

O modo como este Malvolio apresenta o segundo tema e desenvolve as questões referentes às notícias dadas pelo jornal remete, de certo modo, à mesma estratégia usada na crônica anterior: Malvolio argumenta e conclui o texto pela voz de um interlocutor, neste caso, a própria doença personificada.

Apesar de citar as questões relativas às grandes chances de proximidade da doença, nem pseudônimo nem seu interlocutor se atêm a elas, muito menos discutem as diferentes opiniões encontradas nos jornais sobre cada uma. Pelo contrário, o “interlocutor” desvia o assunto recordando, com certo saudosismo, de uma série de pessoas e lugares ilustres do Rio de Janeiro associados às décadas anteriores. Porém, todas as personagens e locais citados têm algo em comum: eram pessoas já falecidas ou lugares que não existiam mais. Dessa forma, Machado, sem deixar de parecer prestar pequena homenagem a colegas falecidos, descreve, em tom irônico, certa expectativa negativa das questões que marcavam o debate nos jornais em 1886.

“Vou vê-los todos, e juro
Em honra aos dias passados,
Que ao meu golpe áspero e duro
Serão poupados, poupados...”⁹⁹

Mais uma vez, porém de forma um pouco mais diversa, vê-se que o cronista expõe a discussão pública dada pelos jornais da época e, novamente pela voz de um interlocutor, conduz sua fala em direção a uma acomodação não prevista nas possibilidades de resolução dadas pelos argumentos evocados.

Assim, sem nos determos em demasiados detalhes de cada crônica e chegarmos a conclusões que podem ser alcançadas pelo esclarecimento do contexto (já sugerido pelas notas do Anexo), resumiremos adiante a argumentação e a matéria trabalhada de seis crônicas seguintes da série *Gazeta de Holanda*.

⁹⁹ Algo que Eugênio Gomes interpreta como um “melancólico sentimento do passado” por parte do cronista. GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a Gazeta de Hollanda”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958, p. 23-24.

Nas crônicas iniciais da série, o assunto tratado continua em geral sendo referência direta à discussão presente nos jornais da época. Por exemplo, na quarta edição, o cronista a inicia fazendo referência à discussão sobre o sucesso ou não da nova instituição financeira que seria inaugurada, o *Banco Internacional do Brasil*. Segundo comentários da época, um dos objetivos da inauguração do novo banco seria a criação de uma instituição com aporte financeiro tal capaz de torná-lo o novo órgão regulador do meio circulante no país.¹⁰⁰

Após o comentário sobre a expectativa em torno da nova instituição financeira, Malvolio associa esse evento à segunda parte de sua crônica: o reencontro com um antigo colega que passara a pedir esmolas. Aqui temos novamente, agora de modo mais claro, uma característica recorrente em suas crônicas após a década de 1870: a mescla direta do assunto real (a inauguração do banco) com um suposto episódio ficcional (o encontro com seu amigo empobrecido). Nesta crônica, é feita a comparação entre a fartura do empreendimento bancário recém-anunciado e a intimidade e peculiaridade das ações tomadas pelo conhecido pobre. Novamente, a conclusão da crônica é dada pela voz de um interlocutor, o amigo que arrecada dinheiro na rua.

“Esta opa, esta bacia
Alugo a alguma irmandade;
Dou cinco mil-réis por dia,
E corro toda a cidade.

A aparente oposição que haveria entre os dois temas comparados pelo cronista, da fartura e da escassez, acaba relativizada na forma peculiar como o interlocutor alega lidar com sua própria situação. Vemos que o interlocutor de Malvolio representaria certo aspecto socialmente negativo, mas que, na prática, ele não se vê como tal. Seu interlocutor lhe explica que sua condição de pedir dinheiro é até lucrativa, e que, por isso, se considera como uma espécie de versão menor, individual, de grandes instituições financeiras, tais como, supomos, o *Banco Internacional* que seria inaugurado.

Novamente, vemos em funcionamento o pressuposto de conciliação que rege a crônica, já que, mesmo que Malvolio não emita explicitamente um juízo de valor sobre o fato, ele expõe a lógica como a aparente diferença entre fartura e escassez acaba relativizada e diluída. O interlocutor, por sua vez, conclui sua fala da seguinte forma:

“Este é meu banco. O fundo
É variável, mas certo;
Deus dá banco a todo o mundo;

¹⁰⁰ ASSIS, Machado. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Uns vão longe, outros vão perto.

Na próxima crônica, nº. 5, é feita a primeira referência direta a um tema internacional: a tensão político-militar europeia, mais especificamente, tendo o Estado búlgaro como principal cenário. Na época, em decorrência da guerra russo-turca (1877-1878), países como Sérvia, Montenegro e Romênia haviam se tornado Estados nacionais. No mesmo contexto, a Bulgária *se tornou um principado autônomo do império otomano, porém, era governada pelo sobrinho do Tsar Alexandre II (1818-1881). Com a abdicação de Alexandre I (1857-1893) do trono búlgaro, em setembro de 1886, a imagem do país na imprensa ocidental passou a ser a de palco principal das tensões políticas envolvendo Rússia e as demais potências européias, dentro do contexto da corrida armamentista das nações imperialistas.*¹⁰¹

Para ilustrar a impossibilidade da escolha de um líder político búlgaro soberano, seja pelo voto, seja imposto pelas lideranças internas do país, Malvolio compara a situação da Bulgária com um episódio de *Dom Quixote*, outras vezes já citado pelo cronista: o capítulo em que Sancho Pança é enganado, acreditando ter tomado posse de sua tão almejada ilha, mas se vê impedido de tomar decisões sobre ela.¹⁰² Mais especificamente, a situação da Bulgária é comparada à de Sancho, que, faminto e diante de uma mesa repleta de iguarias, é impedido de saciar sua fome.

Assim anda a tal Bulgária;
Elege, mas não elege,
Pois, como na Baratária,
Há um doutor que a protege.

Resumidamente, a constante ameaça de invasão militar russa, propagada pelos jornais europeus, obrigava qualquer que fosse a nova liderança política eleita pela Bulgária a ser aprovada pelo governo russo. Pela leitura dos jornais da época, sabe-se que o impasse no continente europeu se estendeu ainda por alguns meses, voltando a ser referido quase diariamente em notícias e algumas crônicas posteriores da *Gazeta de Holanda*.

No caso desta quinta crônica, vale-se destacar dois pontos. O primeiro é novamente o de uma situação real e de grande repercussão na imprensa que é igualada e comparada a um episódio ficcional. Mais do que isso, é comparado a um episódio ficcional que assume tom irônico, já que as alternativas para se escolher as lideranças políticas búlgaras eram comparadas a pratos exóticos que podiam ser apenas observados em um grande, falso e

¹⁰¹ CASTELLAN, Georges. *La Bulgarie*. Paris: PUF, 1976, p. 35-39.

¹⁰² Referência ao capítulo XLV, “De como Sancho Pança tomou posse da sua ilha, e do modo como principiou a governá-la.”, de *Dom Quixote*. Cf. CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

cômico banquete. Ou seja, por meio de uma analogia recorrente em suas crônicas, Machado de Assis equipara a situação política concreta a um episódio grotesco e humorístico.

O outro ponto importante é que, pela primeira vez, o pseudônimo parece não trazer o mesmo tom discursivo conciliatório e superior que nivela as partes conflituosas da questão que problematiza. Neste caso, pelo contrário, talvez devido à enorme distância político-geográfica entre Brasil e Bulgária, seu conselho e sua conclusão da crônica sugerem a sujeição búlgara diante da eminência do conflito militar, o que funciona como um comentário pessimista sobre a tensão generalizada no continente europeu.

Bulgária dos meus pecados,
Imita o meu pobre Sancho,
Que, vendo os pratos negados,
Agarrou um pão a gancho.

Retomaremos o comentário sobre essa diferenciação mais adiante.

Na seguinte crônica, nº. 6, Malvolio retoma o problema da ameaça de chegada da epidemia argentina, agora pela voz de um “boticário”, inventor de remédios. Neste caso, seu discurso desvia a atenção do leitor dos possíveis problemas que o retorno de uma epidemia de cólera poderia trazer para a corte. Em primeiro lugar, destaca as possibilidades de lucro que a chegada da doença traria para os boticários da cidade. Depois, com a mesma postura de diminuir o efeito de polêmicas encontradas nos jornais, Malvolio cita a notícia sobre os internos de um manicômio argentino que foram vitimados pela doença,¹⁰³ e considera, então, que a morte em decorrência de cólera poderia ser uma “solução” para os internos brasileiros que viviam nos manicômios do Rio de Janeiro.

E digo: Oh! Abençoado
Destino que tal prescreve!
Que haja ao pé do alienado
A epidemia que o leve!”

Já na crônica nº. 8, Malvolio compõe seu texto mais diverso dentre as crônicas iniciais, já que parece ser o único texto que não traz conexões explícitas a matérias jornalísticas ou a outras referências literárias, e que, além disso, descreve um episódio inteiramente fictício: o da oferta que lhe fora feita por um “demônio”, por meio da qual Malvolio poderia ter qualquer de seus desejos realizados. No caso, a suposta barganha demoníaca, ou divina, mote recorrente em outras crônicas, aparece como mera estratégia para se chegar ao suposto tema, a ser pautado pelo encaminhamento que o pseudônimo dá à barganha.

¹⁰³ GN, 20/11/1886.

Sabes tu o que eu quisera?
Quisera ser cartomante,
Dizer que espere ao que espera,
E dizer que ame ao amante.

Além da comum postura crítica em relação à prática da cartomancia e outros “charlatanismos”, chamam atenção quais desejos seriam satisfeitos pela habilidade da cartomancia. Resumidamente, os primeiros são: saber se uma senhora seria ou não comprometida; se outra seria adúltera; se outra ajudaria o esposo diplomata; e se suas filhas seriam belas. Já os últimos são: se a neta da lavadeira roubou algo; se ela estaria prestes a morrer; ou se ficaria deformada por alguma doença não tratada.

Note-se que a principal diferença deste texto, além da certa independência às referências dos jornais (até onde pudemos apurar), está na aparente inexistência de um problema central a ser desfeito pela argumentação do narrador. Porém, neste caso, pode-se ver que, mesmo não havendo um problema retirado diretamente das matérias dos jornais da época, ainda assim há uma oposição, ou mais especificamente uma pluralidade, de personagens sociais que se ligam a e se encontram em um mesmo elemento da sociedade: a prática da cartomancia.

Observa-se que a intenção de Malvolio de estar justamente nesse lugar comum da sociedade, de convergência dessas diferenças sociais, frequentado desde o polo mais abastado (de mulheres de diplomatas) até o polo mais pobre (de netas de lavadeiras). Almejando justamente esse interregno social, a ambição assumida no texto por este Malvolio teria como benefício próprio a capacidade de apaziguar todas as aflições apresentadas por suas diversificadas clientes.

Na crônica seguinte, a mesma lógica discursiva volta a ser utilizada, tomando-se a matéria política. É feita referência a um velho lugar comum nos comentários políticos da época: trata-se da incongruência entre as supostas diferenças ideológicas proferidas pelos principais porta-vozes dos partidos e as instáveis alianças políticas estabelecidas entre eles. Basicamente, o narrador atualiza a crítica recorrente entre discurso e prática política dos principais partidos, exemplificando como a recém-subida do gabinete conservador descaracterizava e reordenava o partido Liberal.¹⁰⁴

Porque, como ora se trata
De uma operação sabida,
Que a gente que se maltrata
Torna a por amada e unida,

¹⁰⁴ Barão de Cotegipe assume o gabinete ministerial em 1885. A última vez que o Partido Conservador havia chefiado o gabinete fora em 1877.

Operação que dissolve
Os grupos mais separados,
E rapidamente absolve
Todos os ódios passados;

Quisera, logo que esteja
Toda a obra recomposta,
E esta liberal igreja
De novo aos fiéis exposta, [...]

Como solução para o problema apresentado, o narrador estrutura toda crônica como um longo pedido para que lhe seja dada uma espécie de medicamento mágico, “pastilhas, pílulas ou qualquer droga”, capaz de resolver tal contradição característica do sistema político nacional. Essa solução “conciliadora”, com toda a conotação política que o termo possa carregar consigo, na imagem de um medicamento, faz parte, assim como a cartomancia, do repertório de “charlatanismos” alegóricos a que o autor irônica e frequentemente recorreu ao longo de sua obra, não apenas como cronista.

Por fim, na crônica nº. 10, Malvolio saúda a chegada do novo ano e, ao mesmo tempo, traça um breve comentário retrospectivo sobre alguns eventos do ano anterior. Na primeira metade da crônica, saúda ironicamente redatores de outros jornais, relembra as inconclusas eleições municipais, desejando menos conflitos entre os vereadores cariocas, além de citar outros fatos pontuais do ano anterior. Ao fazer votos para menos discussões infrutíferas na Câmara dos Deputados, deseja mais festas populares na cidade.

Grandes bailes mascarados
E passeatas nas ruas,
Câmaras de deputados
Sem as discussões tão cruas.

Após essa breve série de citações pontuais em retrospecto do ano anterior, o narrador chega ao seu assunto principal: a comparação entre os problemas econômicos passados por Brasil e EUA, e que eram debatidos na imprensa durante as semanas anteriores. Basicamente, os jornais repercutiam as notícias sobre novas medidas econômicas do governo norte-americano a respeito de um problema alavancado pela superprodução industrial naqueles últimos meses. Segundo o discurso referido na crônica, pronunciado pelo presidente Grover Cleveland (1837-1908) ao congresso norte-americano no mês anterior, a projeção da receita federal para o ano seguinte era maior do que a dívida pública acumulada.¹⁰⁵ No caso

¹⁰⁵ CLEVELAND, Grover. The writings and speeches of Grover Cleveland. *New York, Cassell Publishing Company*. Disponível em: <http://www.archive.org/details/writingspeeches01clev>. Acesso em: 15/11/2010.

brasileiro, os jornais nas semanas anteriores noticiavam a falta de dinheiro nos cofres públicos que direcionavam o governo no sentido de nova renegociação da dívida externa nacional.¹⁰⁶

Diante do assunto internacional, assim como no outro comentário, sobre a Bulgária, Malvolio não argumenta no sentido de uma conciliação ou pressuposta resolução do problema. O pseudônimo apenas realiza um pequeno apontamento para uma superficial lógica de compensações, como se o mundo “peralta” pregasse um pedaço arbitrário nos cofres do império brasileiro. De qualquer modo, no caso dessa crônica, os problemas continuam evocados, mas a discussão sobre suas razões permanecem misteriosas, disfarçadas sob o véu “magano” de Malvolio.

Vê tu que singular obra
A deste mundo peralta:
Geme um pelo que lhe sobra,
E outro pelo que lhe falta.

2.2.1 Perspectiva de análise e “Confraternização Fluminense”

Por mais que esse trabalho tenha como horizonte teórico ensaios fundamentais sobre a forma literária associados ao princípio de composição de determinados romances brasileiros¹⁰⁷, e neles tenha extensamente se inspirado, é importante destacar que determinadas aproximações desta pesquisa para com tais referências se tornam impossíveis, sobretudo, pelo fato do gênero crônica obedecer a uma natureza completamente diversa do gênero romance. Apesar disso, esperamos que as referências a tais textos se mostrem incontornáveis, devido à própria contribuição desses ensaios desde a origem desta pesquisa. Estamos nos referindo especificamente às possíveis aproximações que possam ser feitas, pela perspectiva comum almejada, entre o princípio formal de composição daqueles romances ali analisados e, até aqui, o pressuposto de conciliação que reconhecemos como resultado comum dos deslocamentos de vozes sociais, pelos quais passa a estrutura híbrida e ambígua do cronista-pseudônimo na *Gazeta de Holanda*.

¹⁰⁶ Nas retrospectivas sobre o ano de 1886, publicadas na *GN* de 03 e 04/01/1887, o autor dos textos destaca a iniciativa do governo durante todo o ano anterior em tentar baixar a dívida externa do país, o que havia diminuído valorosamente as reservas dos cofres públicos nacionais.

¹⁰⁷ Temos em vista as análises feitas sobre *Memórias de um Sargento de Milícias*, *O Cortiço* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Cf. CANDIDO, Antonio. “O discurso e a cidade.” In: **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993; e SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

Em primeiro lugar, é importante lembrar algumas diferenças claras entre os dois gêneros. Uma série de crônicas não se trata de uma unidade narrativa autonomamente pressuposta, mas, justamente o contrário: o gênero crônica no século XIX pressupunha o diálogo contínuo e fragmentário com a matéria social presente nas folhas dos jornais. O resultado disso é o fato de ser até arriscado, com considerável chance de fracasso, pressupormos, antes de uma leitura mais atenta, que haja uma unidade formal para uma série de textos que em sua concepção podem ser compreendidos independentes entre si.

Em segundo lugar, porém, conforme viemos argumentando, há temas e procedimentos formais de uma série, como a *Gazeta de Holanda*, que em sua recorrência articulada podem revelar uma articulação significativa, mas não compreendendo necessariamente um princípio de composição. Por exemplo, além da moldura de referências literárias estereotipadas já apontadas acima (pseudônimo, título-epígrafe, tradição satírica e crônica versificada), o modo de deslocamento das vozes sociais que marca as diversas faces que assume o pseudônimo poderia talvez ser associado como uma especificidade da *Gazeta de Holanda*. Porém, tal conclusão, se assim exposta, seria também equivocada.

Conforme apontado nas notas elaboradas para esses textos, pode-se constatar que tais características de deslocamento, e determinadas soluções formais que o cronista usa para tratar determinados assuntos, enfim, o próprio repertório de formas e temas da *Gazeta de Holanda*, foram muitas vezes utilizados esparsamente em textos de séries anteriores, e retornaram posteriormente nas séries seguintes. O resultado é que determinados apontamentos feitos sobre uma série de crônicas específica possam ter maior rendimento literário se associados ao próprio estilo do cronista, e não limitados a um recorte menor de sua publicação.¹⁰⁸

Há, entretanto, fatores que nos impedem de fugir do recorte da série, que pode (sempre uma possibilidade que corre o risco de não se efetivar) ser caracterizada, entre outras possíveis razões, pela existência de uma intenção programática que reja os textos, ou ao menos parte deles. Nossa principal referência, para essa suposta unidade entre os textos, é o estudo feito por John Gledson sobre a série *Bons Dias!*, conforme lembrado na introdução deste trabalho.¹⁰⁹

Outro fator que possa justificar o recorte de uma série para um estudo individual é o papel que ela tenha no desenvolvimento do escritor, conforme já apontado nos estudos,

¹⁰⁸ Esse é um dos principais pontos que nos aproxima do trabalho de Dilson Cruz Jr. CRUZ Jr., Dilson Ferreira. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo : Nankin Editorial, 2002 : Humanitas : FAPESP.

¹⁰⁹ GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado. **Bons Dias!** São Paulo: Hucitec, 1990; Idem. "Bons Dias!" In: **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

também referidos acima, sobre *Comentários da Semana* (e sua contribuição estilística para os futuros trabalhos do romancista), *História de quinze-dias* e *Notas Semanais* (para a viravolta do cronista: da predominância da justaposição de comentários sobre o cotidiano em direção a um maior grau artístico de representação ficcional).¹¹⁰

Porém, apesar da essencial relevância destes para os estudos literários sobre o desenvolvimento estilístico do autor e do gênero, nossa principal referência de estudos específicos sobre uma série de crônicas continua sendo a unidade sugerida pelo ensaio sobre *Bons Dias!*. O exemplo da relação entre as crônicas de 1888-1889 e os eventos históricos da época, é explorado com grande proveito por Gledson. O crítico inglês demonstra uma espécie de “programa” do cronista nas primeiras crônicas de *Bons Dias!*, tematizando sobretudo a escravidão em contexto de Abolição. Posteriormente, em diálogo com os eventos contemporâneos, tal programa se modifica, e é justamente esse *movimento* que ilumina a tensão difusa do desfecho da série para com o debate social e o contexto da queda do Império.

Parece claro, em conclusão, que "Bons dias!" tem uma história a contar. Machado começou a série num estado de tensão (criativa) em relação aos seus leitores. Com o fim da escravidão, essa tensão se focalizou quase que inteiramente na questão do regime, do fim inevitável da Monarquia e da chegada da República, que Machado temia porque achava que daria o poder às oligarquias provinciais (sobretudo a paulista). Isso, para ele, é o significado real do federalismo - e que levaria, muito possivelmente, ao "cesarismo", à ditadura. Quando essas coisas se aproximaram, o desejo de diálogo, mesmo na forma fingidamente cortês estabelecida pela forma-título da série, começou a minguar, ou, quem sabe, a se revelar impossível.¹¹¹

A respeito de *Bons Dias!*, o trecho destacado traz algumas conclusões com as quais não concordamos. Por exemplo: o possível “temor” do cronista em relação ao advento do federalismo – um processo de transformação política há muito já dado como iminente; ou, o receio de que o poder às oligarquias paulistas pudesse tomar ares de “ditadura” diversos dos ares da monarquia;¹¹² ou, ainda, principalmente, que a urgência da situação social tenha funcionado como razão para “minguar” a formalidade cortês do narrador. Assim, a despeito de alguns pontos de chegada com os quais não concordamos nessa interpretação, consideramos que o trecho destacado evidencia um ponto de vista essencial a ser analisado visando compreender a identidade formal de um gênero fragmentado como a crônica.

¹¹⁰ *Idem*. Intr. In: ASSIS, Machado de. **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

¹¹¹ GLEDSON, John. “Bons Dias!”. In: **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 185.

¹¹² O crescimento da influência política dos grupos oligárquicos paulistas no parlamento já fora evidenciado e ironizado pelo cronista cerca de uma década antes. *NS*, 16/06 e 14/07/1878. Sobre as manifestações violentas de governos republicanos, em geral vinculados ao corpo militar, esta foi uma constante nas vezes que o cronista comentou sobre os demais países sul-americanos, em suas crônicas desde a década de 1870. Ex. *NS*, 02/06/1878. Voltaremos a essa questão mais adiante.

Gledson faz uma constatação bastante pertinente de como um dado da organização sociopolítica brasileira,¹¹³ manifestado por exemplo na escolha temática que rege o programa inicial da série, continue pautando as representações elaboradas pelo cronista, mesmo que o assunto “Abolição” seja relativamente ultrapassado pelo decorrer do ano 1888. A unidade da série *Bons Dias!* acaba se dando justamente na recorrência como o cronista capta, a partir da emergência dos assuntos cotidianos, as manifestações de um mesmo processo social brasileiro nunca concluso, pois sempre contemporâneo à escrita dos textos. Trata-se de um dado da realidade social brasileira, a manutenção da estrutura oligárquica, que ora se manifestou como esgotamento da escravidão, ora se manifestou como a queda do Império. Assim, pode-se afirmar que *Bons Dias!* teve, entre outras características, o “acaso” de ser contemporânea a dois marcos formais de um longo processo histórico-social tão caro a Machado. E, mais do que a sucessão de temas, a unidade criativa de *Bons Dias!* é também justificada em como ela manteve, em seus pontos altos, a tensa representação das vozes sociais que sustentaram as forças sociais desse processo.¹¹⁴ Por isso, o caminho interpretativo de como Gledson pensou a série *Bons Dias!* nos ajuda imensamente.

De qualquer modo, tendo em mente agora o exemplo de *Bons Dias!*, cabe voltarmos para a série *Gazeta de Holanda*, porém, sem esquecer da contradição, tão moderna, do gênero. Contradição essa, por ele ser: uma série de textos por definição independentes entre si, ligados ou não aos fatos sociais e às necessidades mercadológicas de sua circulação, cujas veiculações na imprensa são fragmentadas desreguladamente ao longo de determinado período; mas, ao mesmo tempo, também por serem uma unidade formal sempre em potencial, dada pela moldura que delimita, denomina e permite identificar a seção. Enfim, é importante enfatizar que teremos sempre em vista que a identidade significativa de um texto, ou conjunto deles, continua sendo dado a partir da relação estabelecida por sua lógica interna. Razão essa que

¹¹³ Conforme exemplificado na imagem explicitada por Machado de Assis, mas em língua alemã, que o crítico traduz, tratando de uma das principais crônicas de *Bons Dias!*: “Seria fácil provar que o Brasil é mais uma oligarquia absoluta do que uma monarquia constitucional”. *BD*, 11/05/1888. Cf. GLEDSON, John. “Bons Dias!”. In: **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006, p. 145.

¹¹⁴ Temos em vista o ensaio do historiador Fernando Novais, “Passagens para o novo mundo”, no qual alega lhe parecer mais acertado encarar a Independência do Brasil como momento de um longo processo de ruptura, ou seja, a tensionalização dada pela desagregação do Sistema Colonial e a emergência e montagem do Estado nacional. Cf. NOVAIS, Fernando. “Passagens para o novo mundo.” In: **Aproximações**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2005, p. 184-186.

No caso do biênio 1888-1889, época da Abolição da escravatura e da queda do Império, acreditamos os dois acontecimentos estejam ligados a uma fase mais avançada, mas, ainda, do mesmo processo de ruptura no nível das estruturas, tendo, então, talvez já como horizonte uma etapa ainda posterior. No caso da série *Bons Dias!*, contemporânea aos dois marcos históricos, acreditamos que parte de sua fatura se dê pela articulação, por meio da forma literária produzida *in loco*, entre os dois níveis de realidade, ou seja, a expressão superficial dos acontecimentos e seu movimento de fundo.

nos permite afirmar que a análise de um gênero como a crônica acaba não estando tão distante da análise de um romance.

No caso da *Gazeta de Holanda*, a recorrência formal que marca o princípio da série tem relativo respaldo na apresentação do programa proposto na crônica de abertura. Porém, sua própria sequência de textos serve também como demonstração que tais indícios de identidade podem adquirir diferentes matizes, chegando até a talvez se descaracterizarem e se perderem sob formas mais difusas. O mais interessante de nossa preocupação aqui, assim como valorizamos na análise sobre *Bons Dias!*, será a identificação desse movimento.

Antes de podermos ou não confirmar tal possibilidade, a partir da breve leitura das crônicas iniciais, podemos identificar algumas recorrências no reiterado modo conciliatório como Malvolio apresenta e argumenta sobre sua matéria.¹¹⁵

Em primeiro lugar, o humor e a ironia de Malvolio abordam temas bastante problemáticos. No quadro dado pelas crônicas acima citadas e conciliado confraternizantemente pela retórica do(s) pseudônimo(s), vemos que se tratam de retratos poucos otimistas, não apenas sobre a matéria social fluminense. Da primeira à décima crônica, Malvolio traz à vista do leitor, ainda que só em um nível descritivo, aspectos supostamente problemáticos, porém os justifica todos: uma escrava morta e outra mutilada; um animal de carga surrado e abandonado; o temor e a expectativa de chegada de uma epidemia; a conformidade com a prática de estelionato por um antigo colega; a imposição militar russa na Europa; mais mortes causadas pela epidemia; e, por fim, o Estado brasileiro assumindo mais dívidas junto a financistas estrangeiros.

Além disso, apesar do tom arbitrário como conclui a crônica de abertura, vimos mais de uma vez, nos textos seguintes, que Malvolio recorre a um interlocutor a quem dá voz e, muitas vezes, permite-lhes enunciarem a conclusão da crônica. Seja com interlocutores ficcionais, tentando encontrar tais interlocutores, ou sendo um diálogo estabelecido com o próprio leitor, as falas de Malvolio assumem recorrentemente um tom apelativo. Daí, demonstrando concordar ou não com os argumentos dos interlocutores, Malvolio agrega essa voz à sua e, assim, representa o respaldo às opiniões expressas. O resultado desse diálogo acaba sendo a cumplicidade entre interlocutores, seja de Malvolio em relação aos seus interlocutores, seja do suposto leitor em relação ao pseudônimo.

¹¹⁵ Adiantemos que muitas das conclusões provisoriamente encontradas a partir apenas das dez crônicas iniciais têm respaldo na leitura das demais crônicas da *Gazeta de Holanda*. Os demais exemplos e contraexemplos serão indicados em seu devido momento.

Desse modo, a contradição representada permanece viva, mas ela só poderia permanecer viva (e incoerentemente de pé, já que é contradição), pois seria sustentada por vozes sociais em alguma medida cúmplices de tal representação. Ao evidenciar o absurdo daquela voz que encerra a representação de cada texto, Machado está evidenciado humorística e alusivamente o absurdo das outras vozes sociais, estas, bem concretas e não ficcionais. Além disso, se esses enunciadores reais fossem assim confrontados nas páginas dos jornais, por mais elaboradas que fossem as ironias, haveria o risco e custo de um confronto personalista, grave e direto (entre os sujeitos que produzem fisicamente os enunciados). Atitude pública da qual o escritor mantinha relativa distância há muitos anos.

Notemos também que muitos desses diálogos entre vozes são marcados por reencontros, convocações, pedidos e saudações, ou por imagens de banquetes ou de festas propriamente ditas. Ainda podemos somar, a esse retrato de sociabilidade em formação, o tom coloquial, ritimado pela rima fácil dos versos, e em tom de bate-papo leve e simpático na maioria dos textos. Assim, percebemos uma série de elementos que vão compondo certa cumplicidade celebrativa, pautada na relação positiva entre Malvolio e as vozes sociais a que ele se refere diretamente. Além da simples dissolução retórica de situações contraditórias, tal pressuposto conciliatório ainda assume feições simpáticas com as vozes que valida. E o que era retoricamente cumplicidade pressuposta entre vozes sociais adquire feições ficcionais de *confraternização* (tão característico do “debate público” de que a série faz parte).

Por termos pautado nossas análises pela hipótese da existência de um pressuposto de conciliação comum aos textos iniciais da *Gazeta de Holanda*, é necessário confirmar sua aplicação para melhor identificá-lo. Por exemplo, tal estrutura de exposição argumentativa aparece de forma menos óbvia ou então meramente alusiva nas crônicas nº. 5, 7, 8 e 10. Por isso, vale verificarmos como as diferentes manifestações desse pressuposto de conciliação nos primeiros textos da série nos ajudam a entender as especificidades dessa forma comum das crônicas.

Se compararmos os temas escolhidos e comentados nas crônicas nº. 5, 7, 8 e 10 com as demais já brevemente comentadas até agora, veremos que estas se diferem das quatro por trazerem acontecimentos diretamente associados à sociedade fluminense. Já no caso da matéria referenciada nestas quatro crônicas, nas quais o pressuposto de conciliação aparece de modo diverso e até questionável, vemos que se tratam de: temas exclusivamente internacionais ou de comparação entre o Brasil e outro país estrangeiro (nº. 5 e 10); ou que traçam panoramas com referências a uma série de pequenos acontecimentos sem espaço para

aprofundamento de cada um dos pontos citados (nº. 7 e 10); ou, ainda, assemelham-se a causos fantásticos sem qualquer ligação tácita com eventos recentes (nº. 8).

Assim, vemos que tais exceções, em vez de contrariarem a “regra”, acabam por ajudar a identificar sobre qual matéria específica tal conciliação prenunciada na crônica de abertura se faz mais constante: trata-se, ao menos nos primeiros textos, da correspondência mais clara entre a representação de uma pressuposta conciliação e o assunto social fluminense. A recorrência de uma mesma estrutura de composição, a conciliação confraternizante, anunciada por Malvolio em forma de programa, parece corresponder, seguindo esse raciocínio, ao tratamento literário que receberia aquela matéria social.

Porém, antes de alguma afirmação mais assertiva sobre esse caminho interpretativo, acreditamos que a próxima análise possa trazer argumentos mais elucidativos sobre essa questão.

2.3 Décima primeira crônica

Pela própria natureza fragmentária do gênero crônica, não é raro encontrarmos muitas das estruturas de um texto reaproveitadas quase integralmente em textos novos, não apenas entre os textos de uma única série, mas mesmo em textos de séries diversas do mesmo autor. Pensando especificamente na *Gazeta de Holanda*, acreditamos que sua crônica nº. 11 possa sintetizar de forma esclarecedora muito sobre a estrutura da série que viemos apontando até aqui.

20 DE JANEIRO DE 1887

Como é nosso o bom bocado.

Voilà ce que l'on dit moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

Dizem até que, não tendo
Firme a personalidade,
Vamos tudo recebendo
Alto e malo, na verdade.

N.º 11

Coisas que cá nos trouxeram
De outros remotos lugares,
Tão facilmente se deram
Com a terra e com os ares,

Que é obra daquela musa
Da imitação, que nos guia,
E muita vez nos recusa
Toda a original porfia.

Que foram logo mui nossas
Como é nosso o Corcovado,
Como são nossas as roças,

Ao que eu contesto, porquanto
A tudo damos um cunho
Local, nosso; e a cada canto

Acho disso testemunho.

Já não falo do quiosque,
Onde um rapagão barbado
Vive... não digo num bosque,
Que é consoante forçado,

Mas no meio de um enxame
(É menos mau) de cigarros,
Fósforos, não sei se arame;
Parati para os pigarros;

Café, charutos, bilhetes
Do Pará, das Alagoas,
Verdadeiros diabretes,
E outras muitas coisas boas.

Mas a polca? A polca veio
De longas terras estranhas,
Galgando o que achou permeio,
Mares, cidades, montanhas.

Aqui ficou, aqui mora;
Mas de feições tão mudadas,
Que até discute ou memora
Coisas velhas e intrincadas.

Pusemos-lhe a melhor graça,
No título, que é dengoso,
Já requebro, já chalaça,
Ou lépido ou langoroso.

Vem a polca: *Tire as patas,*
Nhonhô! — Vem a polca: *“Ó gentes!*
Outra é: — Bife com batatas!
Outra: Que bonitos dentes!

— *Ai, não me pegue, que morro!*
— *Nhonhô, seja menos seco!*
— *Você me adora? — Olhe, eu corro!*
— *Que graça! — caia no beco!* ¹¹⁶

E como se não bastara
Isto, já de casa, veio
Coisa muito mais que rara,
Coisa nova e de recreio.

Veio a polca de pergunta
Sobre qualquer coisa posta
Impressa, vendida e junta
Com a polca de resposta.

Exemplo. Já se sabia
Que esta câmara apurada,
Inda acabaria um dia
Numa grande trapalhada.

Chega a polca, e, sem detença,
Vendo a discussão, engancha-se,¹¹⁷
E resolve: — *Há diferença?*
— *Se há diferença, desmancha-se.*¹¹⁸
Digam-me se há ministério,
Juiz, conselho de Estado,
Que resolva este mistério
De modo mais modulado.

É simples, quatro compassos,
E muito saracoteio.
Cinturas presas nos braços,
Gravatas cheirando o seio.

— *Há diferença?* diz ela.
Logo ele: — *se há diferença,*
Desmancha-se: e o belo e a bela
Voltam à primeira avença.

¹¹⁷ Associar a imagem de bailes ao tema político era comum tanto em demais série do cronista, quanto em outras seções dos jornais. A coluna *Macaquinhos no Sótão*, onde as danças e contradanças de uma festa servem de imagens para José Telha, pseudônimo de Ferreira de Araújo (?-1900), fundador e proprietário da *GN*, comentar o truncado processo eleitoral do município naqueles últimos meses. *GN*, 13/02/1887. Sobre esta questão, vale citar que ao Ministro do Império foi solicitado para que interviesse na sucessão de vereadores, alegando fazer cumprir a legislação eleitoral que exigia que os vereadores do quadriênio anterior (1883-1886) fossem reempossados provisoriamente para realizarem a apuração dos votos novamente. *GN*, 18 e 19/01/1887.

¹¹⁸ Pela leitura dos jornais da época, pode-se afirmar que se trata de expressão em forma de pergunta seguida de resposta bastante popularizada. Ficou difundida na imprensa e nas ruas, um tanto devido sua conotação irônica e política, sendo incorporada como título de uma polca de sucesso durante carnaval de 1887.

¹¹⁶ Não foram encontradas referências para se confirmar, mas se compreende como títulos de polcas, fictícias ou não.

E polcam de novo: — Ai, morro!
— Nhonhô, seja menos seco!
— Você me adora? — Olhe, eu corro!
— Que graça! Caia no beco!

Desmancha, desmancha tudo,
Desmancha, se a vida empaca.
Desmancha, flor de veludo,
Desmancha, aba de casaca!¹¹⁹

MALVOLIO

¹¹⁹ Associar a festividade característica das polcas e bailes dançantes às disputas políticas, eleitorais e nas Câmaras, era espécie de lugar comum na imprensa da época. Em comentário sobre crônica de 09/06/1878, John Gledson argumenta e exemplifica como Machado já representara o esvaziamento cultural e as incoerências de instituições públicas e do debate público por meio da associação desses aspectos sociais com a imagem das polcas. Cf. GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado de. **Notas Semanais**. Campinas, Ed. Unicamp, 2008. Outro exemplo dessa mesma comparação é a crônica de alguns anos antes, em que Machado “sugere” a impossibilidade do registro da história nacional de forma mais séria, a não ser por meio de produtos culturais popularizados como a polca. *BE*, 26/09/1884. Posteriormente, ainda voltará a fazer a mesma associação de modo muito mais irônico-dissimulado. Após traçar panorama em que série de bailes na sociedade contrasta com a urgência de questões problemáticas ao longo da semana, Machado comenta (diríamos, se não fosse anacrônico, como num ato falho) que “já agora fico triste de uma vez, e digo que é muito melhor infringir a lei que reformá-la. Onde é que está a tristeza disso? Não sei; escrevi triste, como podia escrever alegre ou polca”. Dois meses depois, ao tratar sobre a epidemia de febre amarela, volta a utilizar a mesma metáfora: “Seja ela [a febre] o que for, é certo que, assim como em França *tout finit par des chansons*, cá em nossa terra *tout finit par des polcas*.” *BD*, 25/11/1888, e 26/01/1889.

Por cerca de três meses antes da publicação desta crônica, a Câmara de Vereadores da cidade passou por um processo eleitoral que, por quatro vezes, foi interrompido e refeita a votação municipal devido a decisões judiciais que o cancelaram total ou parcialmente. Terminado o mandato dos vereadores que deveriam ser substituídos, os novos assumiriam seus cargos, porém, não foi o que aconteceu. Conforme determinado pelo juiz responsável, a própria Câmara Municipal era a instituição habilitada a decidir a questão eleitoral, portanto, os antigos vereadores reassumiram seus cargos até que o problema fosse resolvido.

Novamente, associada estereotipadamente ao tema político, o cronista recupera a alegoria de festas, bailes e confraternizações. Tal associação ironiza a sugestão de resolução das diferenças entre vereadores (ou partidos, ou gabinetes) por meio de uma dança de “polca de respostas”, que, ao seu modo, traz semelhanças ao pressuposto de conciliação confraternizante que até agora sugerimos: “– Há diferença? – Se há diferença, desmancha-se.”

Porém, apesar do mote factual, a truncada sucessão de vereadores ter sido o estopim último que determinou a tematização da crônica, o cronista e outras figuras públicas já haviam se utilizado da mesma alegoria em diversas outras ocasiões, tratando-se, portanto, de uma imagem “lugar-comum” difundida sobre os processos políticos brasileiros. Fato esse que nos exemplifica como Machado de Assis estava se utilizando de um repertório de estereótipos políticos relativamente difundido, e talvez até desgastado, entre os leitores da época. Resultando que a crônica, além de referência a uma situação política alegorizada, seria também referência ao próprio modo como tal “debate público” era reconhecido.¹²⁰

Na décima primeira crônica, há outras características comuns aos textos anteriores que, neste, aparecem de modo mais claro. Por exemplo, além da busca por um interlocutor que apresente uma resolução para a questão e se torne cúmplice do comentário de Malvolio, vemos também os ares de feições mais popularizadas aos versos, que, desta vez indo além da linguagem e do uso das redondilhas, o cronista se utiliza de títulos de polcas (reais ou não) que remetem a assuntos relativamente difundidos na época. Os próprios títulos das outras polcas citadas acabam tratando de modo relativamente simpático, pois standardizados, os temas a que remetem, tais como: galanteios, elogios, brincadeiras e maus-tratos aos escravos, este, supostamente contrastante, mas não menos popularizado ou divertido.

— *Ai, não me pegue, que morro!*
— *Nhonhô, seja menos seco!*

¹²⁰ Apenas para citar exemplo, de um período próximo à publicação desta crônica, outras seções recorriam à mesma associação: em uma das principais colunas do jornal, *Macaquinhos no Sótão*, de 13/02/1887, imagens de danças e contradanças de uma festa alegorizaram as sucessivas eleições e cancelamentos de apuração que ocorriam na Câmara Municipal nos últimos meses.

— Você me adora? — Olhe, eu corro!
— Que graça! — caia no beco!

Sobre a recepção de “coisas que cá nos trouxeram / de outros remotos lugares”, ou seja, em relação à assimilação de modas, literatura, costumes e comportamentos estrangeiros (entre outras concepções de ideias com incorporação e desenvolvimento específico na sociedade brasileira), o cronista também faz referência a argumentos e interpretações já supostamente difundidos na época.

Dizem até que, não tendo
Firme a personalidade,
Vamos tudo recebendo
Alto e malo, na verdade.

Cabe agora, analisarmos manifestado nesta crônica aquele que parece ser um espécie de “guia” para a série, e que pode confirmar e acrescentar à interpretação sobre a *Gazeta de Holanda* feita até aqui.

2.3.1 Símbolo da série: o bordão popular

Na rica análise sobre o conto “Um Homem Célebre”, de Machado de Assis, José Miguel Wisnik abre sua interpretação para um encadeado de apontamentos interessantes não apenas sobre a produção machadiana, mas sobre a própria natureza do gênero crônica e sobre o desenvolvimento da música popular brasileira, entre outras áreas da cultura nacional.¹²¹ E parte de sua análise encontra exemplificação justamente nesta décima primeira crônica.

Outra observação sobre a qual Wisnik sustenta grande parte de sua argumentação é no reconhecimento da natureza híbrida e complexa do estilo musical que representava a “polca”, popularizada em fins do século XIX. Basicamente, para não nos estendermos nos campos abordados pelo crítico, tentaremos resumir os trechos do estudo que contribuam mais claramente para o desenvolvimento específico de nossa análise.

Segundo Wisnik, na década de 1870, já ocorria “o processo de transformação da polca naquela outra coisa que se chamará maxixe, por obra dos deslocamentos rítmicos que acompanharam a africanização abasileirada dessa dança europeia”. Assim, em fins da década de 1880, a “polca” não significaria mais aquele objeto importado, deslocado de sua terra natal,

¹²¹ WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: *Sem Receita*. São Paulo: Publifolha, 2004.

mas propriamente um “objeto sincrético” cuja “nomeação é problemática, pois envolve a mistura de música de escravos com dança de salão”.¹²² Além disso, o próprio termo “maxixe” por muito anos esteve associado às diversões boêmias masculinas, sendo um nome impúblicável como estilo musical quase até a virada do século. Assim, a transformação pela qual teria passado a “polca”, conforme apontado pelo cronista, seria na verdade a mescla desse antigo estilo de música e dança ao maxixe. Tal adaptação, assim parece, foi amplamente reconhecida à época, mas, inominada, acabou por recalcada em meio à manutenção do termo original em uso popularizado correntemente, mesmo que, no futuro, tais transformações estivessem nas raízes do samba popular carioca. “Trata-se, pois, de um caldo de cultura que tem, além de seu inequívoco sabor, implicações múltiplas e relações profundas com a cultura urbana que engendrará a música popular brasileira”.¹²³

No início de 1887, a expressão popularizada composta pela pergunta seguida de resposta “Há diferença? Se há diferença, desmancha-se!” foi usada não apenas por Machado de Assis em seu comentário político, porém, marcou também o comentário de outros autores que publicavam na imprensa, não só de jornalistas, chegando a ser, pelo que relatam os jornais, expressão de uso comum nas ruas da corte. Prova disso é sua grande difusão, tanto da expressão quanto das polcas que recebiam tal título, durante o carnaval carioca de 1887, semanas após a publicação da décima primeira crônica.

As referências encontradas, apenas no jornal *Gazeta de Notícias*, já nos ajudam a entender que naqueles meses de 1886 e 1887 não parece ter havido outra expressão tão difundida entre os periódicos. Nos demais textos do jornal de Ferreira de Araújo encontramos referências diretas a ela: nas trocas de acusações públicas entre os deputados Cesário Alvim e Afonso Celso, na notícia sobre o registro da polca, como título de diversas propagandas, no título de outras polcas que tentavam se aproveitar do sucesso da original, ao reproduzir utilizações da expressão feitas por outros jornais, e, em geral, nos comentários de fatos diversos, mesmo que não tivessem qualquer ligação com a música.¹²⁴

O melhor exemplo da difusão da expressão é a notícia de 21 de fevereiro de 1887, que, ao comentar os desfiles do carnaval carioca no dia anterior, dá especial destaque para seu uso recorrente nas ruas da corte:

¹²² Por falta de conhecimento sobre a área musical, não citaremos os termos teóricos e técnicos com que Wisnik explica e explora a questão dessa hibridização musical. Mas vale citar a pertinência e profundidade, respaldada por estudiosos da música brasileira, sobre como fundamenta e explica o “abrasileiramento” da polca. WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: *Sem Receita*. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 46-49.

¹²³ Ibid., p. 38-39.

¹²⁴ GN, 16/01, 31/01, 11/02 e 17/02 e 05/03/1887.

Destes máscaras avulsos não se pode repetir as frases espirituosas, tantas são elas. A que, porém, mais avultou, é justo que seja consignada: Há alguma diferença? Perguntavam uns, e outros respondiam – Se há, desmancha-se. Como se vê, não há nada de mais finamente argucioso e engraçado.¹²⁵

Outros importantes exemplos de seu pressuposto irônico e crítico foram: a prisão de um ator por utilizar a expressão com sugestão de sentido crítico e a proibição da apresentação teatral que tinha como nome a famosa expressão.¹²⁶

Apesar de, ao longo daqueles meses, o dito ter adquirido certo rótulo um pouco crítico, um pouco subversivo, como exemplificado pelas prisões realizadas e pelos protestos públicos decorrentes, o fato é que sua maior característica foi se tornar uma espécie de bordão popular com ar jocoso. De comprovada difusão nos desfiles de carnaval, sua popularização permitiu que a graça a ele associada fosse apropriada pelos discursos presentes nos anúncios das últimas páginas dos jornais, com fins comerciais, e nos debates entre homens públicos, com fins políticos.

Porém, a difusão do bordão não parece ser caso isolado, muito pelo contrário. Tematizando a popularização das polcas, Wisnik explica que não era incomum a popularização dos de seus títulos, tais como (citando pontualmente um único exemplo entre dezenas possíveis) o da polca-lundu “Que é da chave?”, que, por sua vez, desencadeou a série: “Que é da tranca?”, “Não sei da chave” e finalmente “Achou-se a chave”.¹²⁷ Sobre o reconhecimento desse fenômeno pelo cronista, Wisnik aponta que Machado, uma década antes, já representava

a linguagem da polca plenamente implantada como moeda musical corrente, fluente e intercambiável. É o que comprova um fenômeno curioso, anotado e recriado hilariamente pelo cronista: a recorrência da polca cujos títulos, engraçados e bizarros, conversam entre si, em forma de pergunta e de resposta, numa animada e polimorfa correspondência que ora beira ora descamba alegremente no *nonsense*. “*Se Eu Pedir, Você Me Dá?*” é o título de uma polca distribuída há algumas semanas. Não ficou sem resposta; saiu outra polca denominada: *Peça Só, E Você Verá*. Este sistema telefônico, aplicado à composição musical, não é novo, dada de alguns anos; mas até onde irá é que ninguém pode prever” [escreve Machado em crônica de 09/06/1878].

O fato por si só já é um índice eloquente de que a polca tinha se incorporado, a essa altura, a um sistema de autores, obras e público, e que se realimentava velozmente de sua própria vendabilidade e familiaridade. O tom sestroso e inconclusivo, cheio de negação e nuance, em que se compartilha com cumplicidade

¹²⁵ Como sugestão da permanência da expressão na oralidade carioca, vale citarmos trecho de *Buruncutum*, música gravada por Carmen Miranda em 1930: “Buruncutu, venta lá, venta cá / Se há diferença, desmancha-se já”. CARDOSO Jr., Abel. **Carmen Miranda**, a cantora do Brasil. São Paulo: Cardoso Júnior, 1978, p. 290.

¹²⁶ *GN*, 05/02 e 01/03/1887, respectivamente.

¹²⁷ WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 36.

algo que se diz não dizendo, atravessa os títulos pipocantes e atesta que elas, as polcas, se comportam num certo espaço público com desenvoltura e intimidade, secretando recados ao léu.¹²⁸

Na compreensão do fenômeno, o crítico recorre, entre outras explicações, a de Mário de Andrade, manifesta no ensaio sobre o compositor Ernesto Nazareth (1863-1934), de que a difusão dos títulos das polcas “‘nada têm a ver com as músicas que titulam’; em vez disso, ‘são manifestações livres do espírito, de carinho, de sensualidade, e por vezes dessa vontade de falar bobagens metafóricas [...], costume tão inconfessavelmente nacional’”.¹²⁹

Em outras palavras, voltando para a polca “- Há diferença?...” e suas derivadas, observamos que houve a reapropriação do bordão músico-popular, com quê de galhofa, em diferentes esferas sociais citadas pela imprensa, não apenas na crônica. Mesmo assim, acreditamos que em boa parte dessas manifestações de uso apresentadas, o tom de crítica política tenha sido um horizonte considerado. O próprio índice de indeterminação do sujeito do verbo “desmanchar” despersonaliza o alvo da crítica, fazendo com que a expressão, caso não seja bem aplicada no seu contexto, despersonalize o alvo criticado, funcionando apenas como indicação genérica de que a mensagem é crítica em vez de enriquecer a potencialidade de seu conteúdo específico.

Forçando um paralelo com os dias de hoje, acreditamos que o caráter difundido e crítico da expressão tenha se transformado em algo similar ao inofensivo e banal “tudo acaba em pizza”, ou seja, em uma expressão com potencialidade de difusão por remeter a uma forma crítica, que, enquanto mera forma apenas, é esvaziada de especificidade e potência.

Vale a pena, agora, voltarmos a algumas características da série *Gazeta de Holanda* para reconhecermos como o uso do bordão, a nosso ver, sintetiza seu pressuposto de conciliação. Se revisitarmos a impossibilidade de Malvolio “desmanchar as diferenças” que movem os problemas tematizados, para além do plano retórico, veremos que poucas serão as vezes em que seu pressuposto de conciliação toca objetivamente no assunto que alega tratar. Trata-se, portanto, na maioria dos textos da série, de uma prenunciada voz crítica (ora do pseudônimo, ora de seus interlocutores) que é reconhecida como tal, mas que se imprime em negativo, reafirmando uma situação problemática que alega conciliar, o que acaba revelando a voz conclusiva da crônica como, na prática, esvaziada de especificidade e potência.

¹²⁸ WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 34.

¹²⁹ ANDRADE, Mário de. “Ernesto Nazaré”. In: **Música, Doce Música**. São Paulo: Martins, 1963, p. 127 apud WISNIK, op. cit., p. 40-41.

Acreditamos que a digressão sobre a repercussão do bordão popular e de suas implicações na “opinião pública” fluminense do período ajude o leitor de hoje a ter ideia da potencialidade de assimilação pelos leitores da época sobre seu uso. E, mais especificamente, como a estrutura comum, exposta no programa da crônica inicial e posta relativamente em prática nas dez crônicas seguintes, encontra uma espécie de símbolo na tematização do fenômeno social da polca-amaxixada e do bordão político-musical que marcava o cotidiano das ruas cariocas (ao menos, segundo os registros da imprensa).

Além disso, a exemplaridade da décima primeira crônica também se dá pelo fato da pressuposta conciliação se apresentar de forma mais explícita justamente nas determinadas crônicas pautadas pela matéria nacional presente nos debates do cotidiano. Assim, vê-se que a questão social que move tanto o bordão “Há diferença?...” quanto o pressuposto conciliatório da *Gazeta de Holanda*, não correspondem exclusivamente a um tema, pelo contrário, é um modo específico de como...

A tudo damos um cunho
Local, nosso; e a cada canto
Acho disso testemunho.

Assim, mais do que o efeito *nonsense* de “desmanchar as diferenças”, vemos que o grau humorístico a que alcança tal “solução” proposta por Malvolio está diretamente vinculada ao campo social em que tais ditos populares são cultivados. Em outras palavras, é o modo como as contradições da sociedade fluminense são reconhecidas pelo próprio discurso cotidiano, do qual fazem parte tanto polcas (sincréticas e populares, mas recalçadas) quanto crônicas (leves e agradáveis, mas desvalorizadas). Mais do que isso, é o modo como tal reconhecimento não implica em um efetivo questionamento da situação problematizada, mas, pelo contrário, resulta muitas vezes no apaziguamento e/ou recalque de manifestações espontâneas e de contradições sociais, sobrepujadas por uma voz pública farsesca e arbitrária.

Por fim, é importante deixar claro um aspecto de nossa abordagem: não estamos partindo de um “programa” para buscar uma lógica formal correspondente, ou partindo da referência ao bordão para compreender o programa da crônica, ou qualquer sequência de raciocínios em que uma referência desencadeie a análise sobre as demais. Enfatizamos que se tratam de estruturas autônomas de relevância para compreensão dos textos isoladamente, e que, devido ao modo como se articulam entre si (referência ao bordão, pressuposto de conciliação, programa de abertura, produtos culturais abasileirados, sociabilidade fluminense

etc.) acabam por confirmar a pertinência de suas características comuns, sem que o alcance significativo de uma estrutura identificada se sobreponha a outra.

3 Matizes do movimento

3.1 “Desregramento” do programa inicial

Conforme expusemos até aqui, nosso interesse de análise sobre a *Gazeta de Holanda* recaiu justamente em traçar as semelhanças formais que parecem guiar e possibilitar a identidade comum aos textos iniciais da série. Porém, enfatizando que tratamos do gênero crônica do final do século XIX, marcado pela fragmentação, pela pressuposta interdependência de seus diversos textos, e pela relação de referencialidade direta com os assuntos que pautam a imprensa (e seu, já comentado, peculiar debate público), encontramos uma sugestão bastante diversa da suposta unidade formal que poderia se dar em um romance convencional.

Ainda assim, acreditamos que o pressuposto de conciliação se trate de um essencial índice de composição para esta série do gênero crônica, e que, uma vez que não é rigoroso e fechado, deverá ser compreendido em seu movimento de transformação, adaptação, ou “desregramento” do programa anunciado, conforme se derem os demais textos da *Gazeta de Holanda*. Ou seja, nos interessa aqui seguir os indícios de uma identidade específica que marque a série, mesmo ela estando diretamente vinculada à imprevisibilidade dos acontecimentos do cotidiano. Cabe, então, nesta parte da pesquisa, apontarmos o aproveitamento literário de como essas relativas “regras” de composição anunciadas são irregularmente reelaboradas até o desfecho da série, sugerindo, assim, um maior rendimento literário para interpretação do conjunto desses textos dispersos.

Não achamos possível precisar em que momento da *Gazeta de Holanda*, ou em qual edição específica, teria ocorrido tal mudança na identidade dos textos em relação à matéria tratada. O que se dá, conforme o desenrolar de novas edições, é que a lógica de exposição até aqui apresentada se mostra recorrentemente mais alusiva e esparsa. Porém, mesmo chegando ao final da série, ainda identificamos textos que estão perfeitamente de acordo com o programa anunciado na crônica de abertura. Assim, localizar coerentemente uma virada formal e pontual, ou classificar crônicas entre composições do tipo “A” ou tipo “B” nos parece, a princípio, forçar a mão na análise.

Por isso, nesse “segundo” momento, a partir de algumas semanas ou meses após a décima primeira crônica, reconhecemos a recorrência de temas e modos de abordagens pelo cronista, porém, não identificamos algo como um novo programa abruptamente diverso ou coisa que o valha. Pelo contrário, no que tange às semelhanças entre o princípio e o desenrolar da série, delimitadas pelo grau de variação das crônicas, vemos que, inclusive, o variado conjunto de temas abordados pelo cronista permanece relativamente recorrente.¹³⁰

Apesar de, ao longo de toda *Gazeta de Holanda*, haver reiterada referência direta e indireta ao bordão e ao programa, antes de abordarmos especificamente exemplos de sua reincidência, vale também entendermos as modificações da série dentro da perspectiva do caráter fragmentado do próprio gênero crônica.

Em primeiro lugar, vale um apontamento que não explica as mudanças nem o fim da série, mas ajudará a contextualizá-los: trata-se das variações da frequência de publicação dos textos. Em seu primeiro mês, novembro de 1886, a *Gazeta de Holanda* foi publicada seis vezes e, posteriormente, essa frequência diminuiu até se tornar menor que uma crônica mensal, sem data específica, na semana ou no mês. Porém, a partir de agosto de 1887, a frequência da série mudou radicalmente, tornando-se dali em diante estritamente semanal, salvo em suas quatro últimas edições, novamente ligeiramente esparsadas. Devido a esse fato, levantamos a hipótese de que a breve série, já em relativa decadência em meados de 1887 (quando chegou a ficar mais de um mês sem ser publicada), ganhou novo fôlego na sua nova e rígida regularidade. Durante o período de publicação fixadamente regular, sua lógica de elaboração dos textos foi se distanciando ainda mais daquela destacada na exposição inicial.¹³¹

¹³⁰ Pode-se citar apenas, talvez, o acréscimo de notícias significativas referentes a eventos ocorridos no interior do país, mas mesmo esse tema não seria essencialmente novo, uma vez que fazia parte do repertório de assuntos de que Machado também se valeu em outras séries.

¹³¹ Sugerimos aqui um processo dado irregularmente ao longo de mais de um ano, até a criação das condições em que se deu o fim da *Gazeta de Holanda* e o princípio de série seguinte. John Gledson especula sobre outro motivo para o desfecho da série em versos: segundo ele, a nova série teria sido um modo de Machado Assis voltar a escrever de maneira anônima. Ao tomar conhecimento sobre “um discurso no qual o Ministro da Justiça... deixou escapar a notícia que todos esperavam: a escravidão ia ser totalmente abolida, sem indenização aos proprietários”, Machado de Assis teria decidido encerrar a *Gazeta de Holanda* e retornar, anonimamente, para produção de crônicas em prosa: *Bons dias!* “Quando começamos a compreender as crônicas (Bons dias!), as razões para esse sigilo se tornam claras. São textos de contundente sarcasmo, que assumem uma visão pessimista – pode-se imaginar que seriam chamadas de cínicas e negativas – sobre a Abolição (entre outras coisas)... Machado tinha algo a dizer, e iniciou uma nova série com esse objetivo, aproveitando-se da liberdade extra proporcionada pelo anonimato”. O suposto anonimato não seria possível na *Gazeta de Holanda*, pois a *Gazeta de Notícias* já havia identificado a autoria da série. “Às perguntas de vários de nossos assinantes sobre quais sejam os escritores que na *Gazeta de Notícias* usam de pseudônimos satisfazemos com as seguintes informações... MALVOLIO (“*Gazeta de Holanda*”) e LELIO (“*Balas de Estalo*”) Machado de Assis”. GN, 15/01/1887. In: GLEDSON, **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.138.

Se buscarmos iluminar nossa análise pela de Gledson sobre *Bons Dias!*, veremos como a abordagem a determinados temas e regularidade na composição dos textos, podem iluminar os estudos de ambas as séries. Segundo Gledson, “[Bons Dias!] são uma série particularmente importante, em grande parte porque há nelas um esforço mais consciente para se comprometer com grandes temas históricos, por mais que esse comprometimento seja dissimulado pela ironia. É como se o apenas eficiente cronista de “Balas de estalo” ou da

Não temos dados biográficos sobre o autor, ou uma interpretação pautada em fatos concretos, que possam iluminar a questão, porém, interessa-nos aqui mostrar como tal modificação pôde ser evidenciada a partir da própria leitura das crônicas.

Do princípio da *Gazeta de Holanda* até seus últimos textos, Malvolio continua a recorrer à fala de seus interlocutores para complementar e justificar sua argumentação, continua a trazer um caráter confraternizador para as imagens de bailes e banquetes que ilustram seus temas, sobretudo, os políticos. Porém, a principal mudança entre as primeiras e as últimas crônicas é sua forma expositiva.

Em um primeiro momento, vale observar a reiterada referência ao bordão e ao programa inicial em textos posteriores da série, porém, por meio de uma forma expositiva essencialmente diversa. O exemplo mais claro, acreditamos, seja a crônica nº. 37, na qual Malvolio, metalinguisticamente e aproximando-se da crônica de abertura, inicia comentando brevemente as dificuldades pelas quais passa um cronista antes de escrever seus textos:

Pessoas há... Por exemplo,	Nã
Que vale um desfalque triste	o
Cuja notícia contemplo?	do
Acho que já nem existe.	tris
	te
Pois, entrados os cobritos,	gaz
Desmancha-se a <i>diferença</i> ,	etei
E o que eram terríveis gritos	ro,
Chega à pura <i>indiferença</i> .	Qu
	e
Pessoas há que detestam	rói
Rimas daquele feitio;	o
São cadeias que molestam	tem
A inspiração, mais o brio.	po,
	e
Eu cá, sendo necessário	tra
Ir andando, vou andando;	bal
Rimo <i>Corsário</i> e corsário,	ha
E bando com contrabando,	Se
	m
Sem saber se o leitor gosta,	enc
Ou não dessa rima rica.	ont
Se eu quero a obra composta,	rar
Menos que fazer me fica.	no
	tint
Se não sair boa a quadra,	eir
Que saia, ao menos, completa;	o
Lá, se lhe quadra ou não quadra,	
É queixar-se do poeta;	

“Gazeta de Holanda” visse que podia alargar as possibilidades do gênero, lançando mão da sua trivialidade convencional para seus próprios fins. Ibid.

Veremos ao longo do trabalho como concordamos em partes com o crítico inglês, apesar de não corroborarmos tais pontos tão taxativamente.

Qualquer assunto que valha.

Após o preâmbulo sobre a dificuldade de se encontrar assunto e expor (novamente) a forma como o faz, nas quadras seguintes, o pseudônimo se refere a cinco ou seis notícias daquela semana, sem se aprofundar em nenhuma. Poucas foram as crônicas da série em que o cronista chegou a apresentar um panorama de referências aos fatos da semana tão múltiplo e desarticuladamente justaposto. De modo geral, Machado se restringiu a três ou quatro assuntos por crônica, quando muito.

Posteriormente, na crônica nº. 37, o autor ainda a conclui com uma estranha versificação, sobre a qual não fomos capazes de supor um comentário analítico mais interessante, acreditando esta crônica se tratar de um dos momentos qualitativamente mais baixos da série.

Foi o que li e acredito;
Que eu creio em tudo o que leio,
E como sigo um só rito
Só leio aquilo em que creio.
Faça o leitor outro tanto;
Se não crê nesta *Gazeta*
De Holanda, ponha-a num canto;

E rimará
com
Gazeta.

De qualquer modo, mais do que um julgamento qualitativo pontual, consideramos importante essa crônica no desenvolvimento do conjunto, pois ela recupera, destacando em tom completamente diverso, o bordão popular a que viemos nos referindo.

Dessa vez, porém, mais do que desmanchar diferenças, a “inspiração molestada” do pseudônimo não se reveste mais retoricamente com o pressuposto da conciliação. Em vez disso, ele não demonstra seu antigo tom galhofeiro, submetido à opinião crítica sobre a pobreza de seus versos justificados apenas pela necessidade do “triste gazeteiro”, sem nenhum resultado artístico que associasse à declaração um tom irônico significativo. Em outras palavras, a representação da voz social sobre a qual se sustentaria o falso “desmanche de diferenças” é aqui substituída por uma simples e declarada “indiferença”, ou seja, sem o deslocamento ambíguo de vozes que fora um dos pontos altos de várias crônicas desta série.

Além disso, tais considerações sobre o processo de escrita não parecem ser casos isolados. Outro exemplo de retorno a esse comentário “programático” no fim da série é o da crônica nº. 42. Nesta, não mais recupera o bordão, mas seu complementar: o programa da crônica de abertura.

28 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 42

Eu cá, quando toda a gente
Chora ou treme de assustada,
Tenho um desejo veemente
De dar uma gargalhada.

E a razão, — se há razão nisto, —
Não é senão porque é útil
Fazer deste mundo um misto
De terrífico e de fútil.

Outrora o teatro dava,
Ao riso afrouxando a rédea,
Depois de uma peça brava,
Uma farsa, uma comédia.

Acabado o *Aristodemo*,
Vinha uma ária do Martinho;¹³²
Ao fel que chorava o demo,
Ao fel que sucedia o vinho.

Eu não, eu misturo tudo,
De modo que cada grito,
Angustioso ou sanhudo,
Não nos traga um faniquito.

Ou então uso o contrário;
Quando é geral alegria,
Solto o verbo funerário
E misturo a noite e o dia.

Para não irmos mais longe,
Ninguém dirá que passamos
Uma existência de monge,
Que rezamos, que choramos.

Antes vejo anunciados
Bailes de vários feitios,
Teatros abarrotados
De cristãos e de gentios.

Mal grado o sol e a poeira,
Corridas de bons cavalos;
Toda uma cidade inteira
Brincando sem intervalos.

Pois é justamente agora
Que eu, por integrar a vida,
Deito a vista para fora,
Desordenada, insofrida.

E, ao ver do lado do norte
Aquele pobre diabo
Que encontrou comprida morte
Onde torce a porca o rabo;

Que foi com rara presteza,
Agarrado, arrebatado,
E com toda a ira acesa,
Crucificado e esfolado;¹³³

Vingando a sorte, vingando
Aquele porca mesquinha
Que, em suas roças entrando,
Foi morta e não foi rainha;

E, ao lado do sul, a dama
Que à preta engolir fazia,
Não garoupa sem escama,
Nem doce, nem malvasia¹³⁴;

Mas, comidas singulares,
Não feitas por encomenda,
E a beber com tais manjares

¹³² *Aristodemo* (1786), peça do poeta neoclássico italiano Vincenzo Monti (1754-1828). Obra foi representada no Brasil durante a década de 1850. MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Fauchon, 19-?, p. 73.

Martinho Corrêa Vasques (1822-1890), um dos poucos atores que se apresentavam no Teatro S. Pedro de Alcântara a quem Machado reservava elogios por seu “merecimento” no fim da década de 1850. Série de textos sobre crítica teatral *Revista de Teatro*, 23/10/59. ASSIS, Machado de. **O Espelho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

¹³³ Referência à reprodução de nota do jornal *Comércio de Caxias*, que comenta notícia de 26/11, ocorrida no Maranhão. Referência à história de um senhor de idade avançada, cujo nome não é informado, que sacrifica a porca dos vizinhos que lhe estragava a lavoura. Ao devolver o corpo do animal aos donos, para que a carne fosse aproveitada, estes o teriam agredido, crucificado em uma árvore e o esfolado, matando-o. O filho do homem atacado se vinga da morte do pai assassinando os dois vizinhos. *GN*, 23/12/1887.

¹³⁴ Vinho feito de uva de mesmo nome, famosa por ser muito doce.

Vinho de outra pipa horrenda;¹³⁵

E se a boca recusava
O petisco enjoativo,
Tição aceso lhe dava
Novo e forte aperitivo;

Sem contar a bordoadada,
Que as rijas carnes alanha,
E era a música obrigada
Daquela ceziata estranha;

Às pressas trago estas duras
Histórias com que tempero
As folias e aventuras,
E ato ao jovial o fero,

Para que, quando tomarmos
No Pascoal¹³⁶ alguma coisa,
Ou algum colar mirarmos
Na loja do V. de Souza,

Digamos: — Tra lá, menina,
Menina in-oitavo, in-fólio,
Dá cá tua mão divina
Ao teu amador

MALVOLIO

¹³⁵ Referência à segunda notícia, ao fato ocorrido no “lado do sul”, não encontrada.

¹³⁶ Referência não encontrada.

Notemos, a princípio, que Machado-Malvolio continua representando a voz que manipula seu assunto pela exposição de pares contrários: ao choro e tremor da gente, *se vale* de sua gargalhada; à alegria geral, *solta* o verbo funerário; à cidade inteira brincando sem intervalos, *comenta* as trágicas notícias do norte; às folias e aventuras, *registra* as duras histórias; ao jovial, o fero; etc. Porém, diferentemente da crônica de abertura, em que *aquele* Malvolio alegou a habilidade de “conciliar” as diferenças dadas na sociedade fluminense, o que *este* Malvolio faz aqui é, usando o verbo em primeira pessoa para se colocar como uma das opções contraditórias, continuar revelando as contradições das situações que comenta.

Nas primeiras crônicas, a representação do problema se dava pela superficialidade, muitas vezes absurda, à qual se apegava a voz preponderante representada nos textos (independentemente se essa voz estivesse associada ao pseudônimo ou a seus interlocutores). Aqui, diferentemente, o pseudônimo não se apresenta mais como “solução”, mas como uma das partes dicotômicas das notícias ou dos fatos que comenta, e que, assim, se opõe ao *status quo* predominante. Na crônica nº. 42, a voz social, que sustenta o “faniquito” por trás do “grito angustioso” do teatros e da “alegria geral” da cidade inteira “brincando sem intervalos”, é explicitamente confrontada pela voz assumida pelo pseudônimo.

Em outras palavras, nas crônicas nº. 37 e 42, o cronista acaba explicitando a lógica de seu programa apresentado na abertura da série, ou seja, repetindo, não mais como farsa, mas o próprio funcionamento de seu problemático pressuposto de conciliação. Por essa razão, optamos por compreender tal movimento como um *desregramento*, ou seja, algo antes anunciado como orgulho por “desmanchar diferenças”, mas que, ao se exceder, revela uma face “indiferente” em relação aos estados de euforia de uma sociedade retoricamente conciliada.

Resumidamente, não se trata de um princípio de composição anunciado na abertura da série que é “substituído” por um segundo princípio de composição ao longo dos textos. Trata-se de um pressuposto anunciado como programa, que é posto em prática ao longo dos meses, com pontos altos e baixos de aproveitamento literário; e, posteriormente, há outras crônicas que anunciam fragmentariamente indícios de uma lógica argumentativa não de todo diversa da original, e que também ajuda a compreender e confirmar as variantes da execução do programa originalmente enunciado. Estamos sugerindo aqui, que: a partir da leitura dos 48 textos da série, podemos observar melhor o quão progressiva é a alternância irregular das variantes de tal pressuposto, mas que evidencia, em quase todos os textos, uma voz social convenientemente ligada a um *status quo* contraditório representado nos comentários machadianos sobre os assuntos que pautam a imprensa da corte.

Cabe agora verificar, então, o significado dessa modificação formal articulada com os temas da sociedade fluminense trabalhados por Machado de Assis nessa “segunda fase” da série (por falta de denominação melhor). Para isso, proporemos um agrupamento temático que possa, pertinentemente, iluminar o movimento da *Gazeta da Holanda*.

3.1.1 Questão Servil: pauta do “debate público”

Grande foi a gama de temas aos quais recorrentemente Machado de Assis retornou durante a série da *Gazeta de Holanda*: a falta de regimento interno da Câmara Municipal, que atrasaria os trabalhos legislativos ou protelaria a resolução de casos de mau uso do dinheiro público; a recorrência de conflitos entre grupos capoeiras rivais e o abuso de violência policial na corte; a crescente adesão de conservadores e liberais à influência militar e republicana, o que confirmava o estado de debilidade política do regime monárquico; a “sede de nomeada” por parte de homens públicos, demonstrando em diversas oportunidades ambição social desde por cargos políticos à conhecida manifestação do desejo de que seus nomes batizassem as vias públicas; ou, ainda, atos de violência extrema ocorridos em regiões distantes no interior do país. De qualquer modo, sem parecer prevalecer este ou aquele tema no decorrer da série, proporemos um recorte que nos parece mais produtivo para sua análise.

Por isso, levando em conta a recorrência do tema da questão servil, associado ao (e talvez explicado pelo) peso do tema abolicionista nos jornais na década de 1880, o assunto se destaca numa série como a *Gazeta de Holanda*.

No dia 02/10/1887, o jornal *Gazeta de Notícias* publica a seguinte notícia:

MORTA-VIVA. Em um quarto da casa n. 51, da rua do Barão de S. Félix, reside a preta mina Úrsula Maria da Conceição, heroína desta notícia. Anteontem, ao deitar-se, colocou ela junto à cama o lampião de querosene; depois benzeu-se, catou as pulgas e adormeceu na paz do Senhor. Às 5 ½ da madrugada, o lampião explodiu, comunicando-se o fogo à roupa de Úrsula que ficou horivelmente queimada. Acudiram os vizinhos, que conseguiram abafar o fogo; porém Úrsula parecia estar morta. Então foi chamado o inspetor do 8º quarteirão do 2º distrito da freguesia de Sant’Anna, que, sem mais, requisitou a carrocinha de conduzir cadáveres, mandou trancafiar Úrsula no caixão, pô-lo na carrocinha e... lept! Toca cocheiro para o necrotério. No necrotério, apenas foi Úrsula colocada sobre a mesa, viu o porteiro com espanto que ela fazia pequenos movimentos. Horrificado, acreditando talvez em almas do outro mundo, o porteiro [...] correu espavorido para chamar o subdelegado do 10 subdistrito da freguesia de S. José, que verificou de fato estar viva aquela morta. Úrsula foi conduzida para o Hospital de Misericórdia. Há cerca

de três anos foi ela vítima de igual engano, não chegando, porém a ir ocupar uma das mesas do Necrotério, como desta vez aconteceu. Ela que se livre de ser morta viva pela terceira vez, porque então, por efeito de um célebre prolóquio, há de ser morta-morta e bem morta.

No dia seguinte, foi publicada a seguinte nota:

Às 6 horas da tarde de ontem faleceu, no Hospital de Misericórdia, a infeliz Úrsula Maria da Conceição, que, como ontem noticiávamos, havia sido conduzida como morta para o Necrotério.

Quase três semanas depois, é publicada edição da *Gazeta de Holanda* comentando a notícia:

20 DE AGOSTO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 23

Ouvi que algumas pessoas
Entendidas e capazes
De distribuir coroas,
Andam estudando as bases

Da festa que comemore
Uma grave ação recente:¹³⁷ —
Jantar que a pança devore,
Doce de atolar o dente,

Ou retrato a óleo, e banda,
Com algum palavreado,
Uso desta velha Holanda,
Antigo e repinicado.

Há quem pense em monumento,
Obra fina que reúna
Bronze, mármore e cimento,
Ou busto ou simples coluna

Em suma, nada que cheire
A inquérito ou a devassa,
Ou coisa que se lhe abeire...
Grande obra e de grande traça.

Porquanto, se aquela preta,
Que ia sendo sepultada,
Não chega a fazer mareta,
E desce tranquila ao nada,

Se já no caixão metida
E levada ao necrotério,
Não suspira pela vida,
Mistério contra mistério,

Não tinha havido barulho,
É certo, nem artiguinhos;
Tudo acabava no entulho,
Bichinho entre mil bichinhos;

Mas também nem a vitória
Ao inspetor caberia,
Que mandou a preta à glória,
Aonde ela ir não queria.

Pois no rosto da sujeita,
Que ressurgiu com malícia,
Talvez porque em sua seita
Ninguém morre de polícia,

Tu, sagaz, tu descobriste
Que a morte era coisa certa.
E, — vendo quanto era triste
Viver de ferida aberta

No meio desta cidade,
Por mais algum magro dia, —
Encheste-te de piedade,
Vibraste de inspetoria.

¹³⁷ Referência de difícil confirmação. Acredita-se tratar do aniversário de dois anos do gabinete Cotegeipe, comemorado na data de publicação da crônica.

E perdoando à coitada
O resto da vida horrenda,
Mandaste dar-lhe pousada
Debaixo da eterna tenda.

Ela, que tornou ao mundo,
Entre as cantatas da imprensa,
Torna ao báratro profundo,
Morre sem pedir licença.

Triunfa, inspetor, triunfa!
Neste voltarete, filho,
Trunfa, trunfa, trunfa, trunfa,
Que a todos deste um codilho.¹³⁸

Imagina tu se abrissem
Inquérito sobre o caso,
E que afinal concluíssem
Que o teu ato era um desaso;

E que isto de meter gente
Viva em caixão de finado,
Sem exame competente,
Devia ser castigado;

Que cara com que ficávamos,
Agora que a preta é morta!
Seguramente tomávamos
Novas da nossa avó torta¹³⁹.

MALVOLIO

¹³⁸ No sentido figurado, a expressão “dar codilho”, significa: lograr, desbancar.

¹³⁹ Expressão para designar: mãe do padrasto ou da madrasta; ou, madrasta do pai ou da mãe, em relação ao filho.

Malvolio introduz a crônica citando: comemorações, uma data festiva, pessoas ligadas ao poder político do Império, fartura à mesa e ornamentos. Apesar de não ser de todo obscura a indicação de qual o tipo fluminense entendido e capaz de “distribuir coroas” a que o autor se refere, ainda assim fica a pergunta: que “grave ação recente” seria essa? E por que esse grupo de pessoas a comemorariam? Por meio da leitura dos jornais da época, chegamos inicialmente a três possibilidades: a proibição dos chamados *meetings* abolicionistas, ou seja, das reuniões promovidas pela Confederação Abolicionista¹⁴⁰; a recente “reescravização” de 13 mil pessoas no município de Campos¹⁴¹; ou o aniversário de dois anos de Barão de Cotegipe à frente do Gabinete ministerial (a nosso ver, esta última, a referência mais provável). É difícil crer que Machado de Assis tenha ignorado essa “coincidência” de datas, pois o aniversário do governo foi motivo para mais de um editorial em diversos jornais da corte, inclusive na própria *Gazeta de Notícias* ou na *Gazeta da Tarde*, de José do Patrocínio.¹⁴²

Porém, a escolha por uma interpretação não inviabilizaria a potencial referência às outras, muito pelo contrário, a incerteza sobre a referência parece jogar justamente com essa grau de indefinição. De qualquer modo, apesar de incerto, podemos ver que se trata de uma possibilidade de interpretação em aberto, porém bastante direcionada.

Em seguida, Machado-Malvolio argumenta que tal comemoração (equivalente a uma cidade “brincando sem intervalos”) acaba ofuscando o que seria o tema principal da crônica: o crime do inspetor que levou Úrsula a ser declarada morta (e que vem à tona por meio do fero “verbo funerário” do pseudônimo). Desse modo, já se coloca nitidamente em prática, aquilo que Malvolio anunciaria parcialmente meses depois (crônica nº. 42, conforme visto acima). Ou seja, trata-se de momentos diferentes da série em que o pseudônimo continua a evidenciar uma voz social conivente com o estado de coisas, uma voz social cúmplice das diferenças falaciosamente desmanchadas. No caso desta crônica, sobre Úrsula enterrada viva, a voz social evidenciada é a que vai ao encontro da autoridade policial arbitrária e irresponsável, com a autoridade política em festa, ou com elemento que o valha. Por isso, ainda levando em

¹⁴⁰ No começo de agosto, a polícia teve o apoio do governo para coibir por meio de violência uma série de encontros, *meetings*, convocados por membros da Confederação Abolicionista. Mesmo após a polícia publicar um edital os proibindo, a discussão chegou ao parlamento. Uma das possíveis consequências dessas discussões foram os *meetings* se repetirem em outras províncias pelo país, conforme confirmado nos periódicos dos dias seguintes.

¹⁴¹ Durante o início do mês de agosto, houve uma discussão no parlamento a respeito das matrículas de escravos realizadas no município de Campos. Devido a uma situação não prevista em lei, as matrículas de 13 mil escravos estavam irregulares. Conservadores queriam desconsiderar a libertação deles, por considerarem um problema de ordem “administrativa”, enquanto que Abolicionistas, pressionando o governo, alegavam que a libertação não poderia ser cancelada, já que a questão “administrativa” incidia sobre uma questão “judicial”.

¹⁴² “Hoje há festa no palácio Cotegipe. O nobre presidente do Conselho convida os seus parentes e amigos, bem como aos parentes e amigos da situação para a prática solene do terceiro mandamento da sua religião governamental: convida-os a cear”, comenta José do Patrocínio sobre a data. PATROCÍNIO, José do. *A Campanha abolicionista*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1996, p. 101.

conta a crônica nº. 42, vale notar o tom mais sóbrio com que o cronista-pseudônimo não deixa de considerar o episódio de Úrsula como um caso que mereça “inquérito” ou “devassa”, afinal, trata-se de “nossa avó torta”. Ou seja, trata-se de um elemento postigo que, ao ter sido hibridizado à “nossa” história social, do cronista-pseudônimo e do inspetor (e, por que não?, do leitor), lhes dá uma identidade bastante característica: a mestiça.

Característica essa que só seria assumida num plano imaginário, pois,

Imagina tu se abrissem
Inquérito sobre o caso,
E que afinal concluíssem
Que o teu ato era um desaso;

E que isto de meter gente
Viva em caixão de finado,

Sem exame competente,
Devia ser castigado;

Que cara com que ficávamos,
Agora que a preta é morta!
Seguramente tomávamos
Novas da nossa avó torta.

Não há resposta, pois não houve inquérito. Em suma, trata-se da representação de um reconhecimento identitário entre cronista-inspetor-leitor, porém, reconhecimento este que é afirmado a partir de sua impossibilidade, de sua irrealização explicitada.

Porém, mesmo que não entremos na questão da mestiçagem cultural, tal caminho interpretativo está solidamente montado sobre a questão racial abordada pelo cronista. Principalmente se considerado o contexto de publicação original da crônica, salta aos olhos a questão servil: o desfecho da crônica vem somar-se à crítica corrente sobre as ações policiais de impedimento de meetings abolicionistas e as medidas políticas, por parte de senadores e deputados, entendidas como meios de se adiar a votação de leis emancipatórias.

Outro exemplo importante de crônicas relacionadas ao mesmo tema da questão servil são as nºs. 28 e 29. Na primeira delas, Machado faz referência às chuvas torrenciais, que marcaram a corte nas duas semanas anteriores, como alegoria de seu assunto principal: a “nuvem prenhada” que desaguou no “paço do senado”.

20 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 28

Quando tudo em paz corria,
Cai uma nuvem prenhada

De chuva e ventania,
De saraiva e trovoada.¹⁴³

¹⁴³ Durante todo mês de setembro daquele ano, a cidade passou por sucessivos temporais e chuvas de granizo, como pode ser observado a partir das notas da GN. Além disso, há outros fatos que esclarecem a referência: até aquele momento, o governo tinha como um de seus principais aliados o senador conservador Antônio da Silva Prado (1840-1829), que

E cai lá naquela banda
Do paço dos senadores,
O melhor paço da Holanda,
Boa pedra, arminho e flores.

Inda se fosse no paço
Dos deputados, vá feito;
Embora sendo embarço,
Caía no próprio leito.

Pois se este paço figura
Ao pé do velho senado,
Que afigura e transfigura,
Como ele, o que lhe é levado,

Certo é que é mais dada a zona
Aos temporais desabridos;
Quem lá vai mete-se em lona,
Oleado e outros tecidos.

Mas, no senado, em verdade,
Posto não seja o primeiro
Exemplo de tempestade
Nem talvez o derradeiro,

Causa espanto, porque tudo

defendia que a abolição só deveria ser realizada após o governo fornecer mais condições e auxílios para os agricultores ampliarem o contingente de imigrantes europeus no Brasil, ou seja, Prado era um reconhecido aliado do governo e de seu principal representante, o Barão de Cotegipe. Segundo o historiador Robert Conrad, em 13/09/1887, ocorreu o nó da mudança no discurso do paulista Prado, quando ele se afastou do governo ao defender ideias mais simpáticas por parte dos abolicionistas. Nesse dia, fez um requerimento no qual propôs a liberdade total dos escravizados antes de 1890, alegando que os emancipadores paulistas eram “convencidos e não vencidos” pela pressão de abolicionistas e pelas fugas de escravizados. Ver: CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 303.

No dia seguinte, a seção *Boletim Parlamentar* comenta o fato da seguinte forma: “Tratando da escravidão, o Sr. Prado disse terminantemente ao governo, que era necessário alterar a lei de 28 de setembro de 1885 [do Sexagenário], marcando um prazo para a extinção da escravidão. Declarou o ilustre paulista que, se o governo não fizer isso, não poderá contar com o seu apoio.” No dia seguinte, as ideias do conservador Prado já eram apoiadas pelo principal líder liberal no Senado, o senador Dantas. *GN*, 14 e 15/09/1887.

Parecia que ia andando,
Não inteiramente mudo,
Mas lentamente calando.¹⁴⁴

Vai então, como eu buscasse
Saber por algum amigo
Maneira com que explicasse
Este singular perigo,

Achei um vizinho, um magro,
Um que não tem este olho;
Chamá-lo-ia Meleagro¹⁴⁵,
Di-lo-ia autor de algum molho,

Se não parecesse abuso
Esse recurso mofino,
Mofino, mas não escuso...
Os versos têm seu destino!

Tenho sido belo, às vezes,
Só por exigi-lo a rima;
Chama-se a um homem Meneses

¹⁴⁴ A seção *Boletim Parlamentar* trouxe comentário semelhante a respeito da cisão dentro do partido conservador: “Quando essa questão [servil], tirada das ruas e levada para o parlamento, teve a medrosa solução na lei de 28 de setembro de 1885, os colaboradores dessa lei proclamavam autoritariamente que a questão estava morta, e que o parlamento e o governo nada mais tinham com ela (...). Hoje, os próprios autores [partido conservador] dessa lei são os que vêm declarar que ela não serve. Essa contradição é mais um argumento contra as combinações e conluios que não têm por base nem a sinceridade, nem os verdadeiros interesses nacionais.” *GN*, 18/09/1887.

¹⁴⁵ Segundo a mitologia greco-romana, quando Meleagro, filho de Enêo, rei do Calidonte e de Alteia, nasceu, uma fada revelou que a duração da sua vida seria a mesma que a de um tição que estava a arder. Então, Alteia apagou o tição e o escondeu. Quando adulto, durante uma caçada, Meleagro ofertou um javali que matara à encantadora Atalanta, oferecendo seu amor e a cabeça do animal. A esta ato se opuseram os seus tios maternos que, por haverem também tomado parte na caçada, pretendiam para si o troféu da vitória. Em disputa, Meleagro acabou matando os tios. Alteia, em ato de vingança pela perda dos irmãos, atirou o tição guardado por anos no fogo, matando, assim, seu filho Meleagro. BULFINCH, Thomas. O livro de ouro da mitologia. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 141-143.

Quando não passa de um Lima.¹⁴⁶

Mas, qualquer que seja o nome
Do vizinho consultado,
Fui lá pra matar a fome
E saí esfomeado.

Procurei-o, como disse,
E no meio da palestra
Aconteceu que surgisse
Uma questão grave e mestra;

Se o Senado é que governa
Ou a Câmara. O sujeito,
Querendo passar-me a perna,
Tira estas vozes do peito:

“— Dizem que a Câmara baixa,
Conforme a prática inglesa,
Assim como tem a caixa
Da receita e da despesa,

“Rege a política, e forma
Os homens à sua imagem,
Que é essa a única norma
Da parlamentar viagem.

“Sendo, porém, coisa certa
Que os ingleses querem antes
Achar sempre a porta aberta
Dos comuns¹⁴⁷ representantes.

“E comuns há que padecem,
Se a boa sorte lhes falta,
E após os pais que falecem
Vão para a câmara alta;

“Onde é menor o trabalho,
Seções curtas, pouca vida,
Galho do poder, mas galho
De folha amarelecida;

“Cá buscamos o Senado,¹⁴⁸

E se o que há mais forte e fino
Tem ali lugar marcado,
É que ali mora o Destino.”

MALVOLIO

possível cancelamento de matrículas irregulares no distrito de Campos, no Rio de Janeiro, a seção *Boletim Parlamentar* traz o seguinte comentário: “Qualquer que seja o resultado da votação (no Senado), deste procedimento resulta a evidência de um fato: é que o Senado vai assumindo ostensivamente o papel que sempre exerceu na nossa política, graças à insignificância da Câmara dos deputados.” *GN*, 05/08/1887. Sobre a posição da Câmara nesta situação, Ferreira do Araújo na seção *Macaquinhos no Sótão* comenta: “Não chegas a reparar que, se é verdade que o Senado está a meter-se no que talvez não seja de sua conta, é porque tu deixas de fazer a tua obrigação. Talvez o erro seja do Senado, mas a culpa és tua, maioria do diabo! No fundo de cada um destes membros há a inveja por não poder fazer o que fazem os senadores, que têm o pulso livre (...); porque cada um de teus membros reconhece que aquilo que o Senado está fazendo é que é justo, embora irregular (...). Mas tu arrolhas a oposição, para que ela fique como tu, que andas sempre arrolhada. Tu és o batalhão de voluntários da rolha, o batalhão que renunciaram ao direito do pensar, ao direito de querer, ao direito de viver grande ar livre. Tu deste a boca à rolha e o pulso à algema, e vais, como a Maria do dito popular, para onde te leva o governo.” *GN*, 07/08/1887.

¹⁴⁶ Referências aos sobrenomes e à expressão não encontradas.

¹⁴⁷ Membros da Câmara baixa do parlamento inglês. No caso brasileiro, referência aos deputados representantes das províncias.

¹⁴⁸ Atualizando a questão sobre as disputas por influência política entre Senado e Câmara, vale observar duas notas da época. Primeiramente, acerca do debate sobre o

Sem entrarmos na conhecida disputa por influência política, bastante inflamada na imprensa, e que retratava membros da Câmara dos Deputados e do Senado generalizadamente como rivais (tema tantas vezes já citado pelo próprio Machado em outras ocasiões), destacamos então o assunto que nos interessa nesta crônica.

De acordo com John Gledson, uma das mudanças de posicionamento político mais decisivas para a queda do gabinete Cotegepe, e consequente assinatura da Lei Áurea, foi a virada política promovida pelo conservador Antônio da Silva Prado.¹⁴⁹ Até aquele momento, o senador paulista apenas havia se manifestado defendendo que os escravizados só deveriam ser libertos após o governo brasileiro dar todas as condições e auxílio para a chegada de mais trabalhadores europeus para as lavouras, ou seja, Prado se alinhava aos planos do governo conservador e de seu principal representante, o então chefe de gabinete, Barão de Cotegepe.¹⁵⁰

Segundo o historiador Robert Conrad, em 13 de setembro de 1887 ocorreu “o mergulho de Prado no movimento de libertação”¹⁵¹: o senador paulista passou a defender ideias desvinculadas das do governo e simpáticas a parte dos abolicionistas. Nesse dia, ele faz um requerimento no qual propôs (e, daí, passou a defender) a possibilidade de liberdade total dos escravizados antes de 1890, e justifica sua ação, alegando que os emancipadores paulistas estavam sendo “convencidos e não vencidos” pela pressão de abolicionistas e pelas fugas em massa, concentradas na região sudeste do país.

A seção *Boletim Parlamentar*, da *Gazeta de Notícias*, reportou esse acontecimento no dia seguinte:

Tratando da escravidão, o Sr. Prado disse terminantemente ao governo, que era necessário alterar a lei de 28 de setembro de 1885, marcando um prazo para a extinção da escravidão. Declarou o ilustre paulista que, se o governo não fizer isso, não poderá contar com o seu apoio.¹⁵²

Apesar do confronto aberto com Cotegepe, o discurso de Prado não atacava o governo explicitamente, pelo contrário, se posicionava estrategicamente entre o discurso abolicionista,

¹⁴⁹ GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 154. Para se ter mais detalhes sobre as motivações econômicas que influenciaram Prado e a maioria dos políticos envolvidos com a questão servil, sobre as políticas de Prado a favor dos escravagistas até 1887 e do seu relativo sucesso alcançado mesmo com a assinatura da Lei Áurea, ver: CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

¹⁵⁰ CONRAD, op. cit., p. 277. Outro apoio ao movimento abolicionista, a partir de 1887, decisivo para queda do governo Cotegepe foi a do conservador pernambucano João Alfredo Correia de Oliveira, que se tornou presidente do Conselho a partir de março de 1888. Logo após a divergência entre Antônio Prado e Cotegepe, em setembro de 1887, João Alfredo passa para o lado da oposição ao governo. GLEDSON, op. cit., p. 154.

¹⁵¹ CONRAD, op. cit., p. 303.

¹⁵² *GN*, 14/09/1887.

do liberal Dantas, e o antiabolicionista, do conservador Cotegipe, não sendo severamente criticado pelos dois agrupamentos, exceto pelo chefe do gabinete.

De acordo com a seção *Diário das Câmaras*, do dia 17, além de Dantas, outros senadores intervieram no debate, como o conservador João Alfredo, também se colocando ao lado de Prado. Nos dias seguintes, é importante observar que o debate não estava mais polarizado entre o mais importante membro do partido conservador e um influente representante do abolicionismo. Estava sendo realizado no interior do próprio partido conservador, polarizado agora entre Cotegipe e um senador paulista que admitia só ter passado a defender uma data fixa para a abolição da escravatura por duas razões: primeiro, ter sido “convencido” pelas pressões abolicionistas, movimento no qual ele dizia não se inserir; e, segundo, também pelos sucessos econômicos de sua província impulsionados pelas políticas de imigração.

Na seção *Cousas Políticas* publicada um dia antes da crônica nº. 28, Ferreira de Araújo faz o seguinte comentário sobre a polêmica:

É verdade que causou hilaridade no Senado a declaração que fez S. Ex. [Cotegipe], de que irá estudar os meios de adiantar a questão [proposta por Prado]; não cremos, porém, que essa declaração fosse feita só para ganhar o tempo das férias parlamentares.¹⁵³ Por pouco caso que S. Ex. faça da opinião, que se manifesta por todos os modos em favor da extinção mais rápida do estado servil, não cremos que leve o próprio desrespeito ao ponto de servir-se de uma declaração de ideias que não tem, para conservar-se mais alguns meses no governo.¹⁵⁴

Nota-se aqui que o conflito teve sua face pública alterada novamente. Desta vez, o jornal comenta o fato de Cotegipe ter admitido refletir sobre uma proposta a qual ele já havia rechaçado sumariamente. A crítica maior que faz o jornal é, sobretudo, sugerindo as conveniências políticas, sem ligação com ideais abolicionistas, de Antônio Prado, João Alfredo e, sobretudo, Barão de Cotegipe nesta discussão de que participam.

Em concordância com esta crítica, Malvolio convoca novamente um interlocutor para opinar sobre a questão, e o cronista faz parecer forçada sua escolha de “Meleagro” para ser a personagem a quem Malvolio recorre.

Como referido em nota da crônica, o regime escravista no Brasil foi alegorizado no personagem mitológico Meleagro, que viveria enquanto não fosse queimada uma última brasa ao qual sua vida estava associada. Na mitologia, o personagem poderia ter morrido ainda criança, caso sua mãe não tivesse impedido que o fogo consumisse a brasa à qual sua vida

¹⁵³ Ou seja, se evitaria votar a questão naquele ano, já que o recesso parlamentar começaria dali a poucos dias, em outubro, e duraria até início de maio.

¹⁵⁴ *GN*, 19/09/1887.

estava ligada. Anos mais tarde, querendo se vingar do filho por este ter matado os tios maternos, sua mãe resgata o tição que havia apagado e o deixa ser finalmente consumido pelo fogo. Ou seja, no caso da escravidão brasileira, restaria apenas a extinção de uma frágil parcela já parcialmente consumida, para que o todo deixasse de existir. Porém, tal abolição estava sendo adiada indefinidamente por quem retinha tal capacidade.

Apesar de não termos referências para afirmar quem seriam “Menezes” ou “Lima”, pode-se dizer que o autor se refere a alguém que se passa por outro, ou seja, exatamente como a crítica feita pelo periódico de Ferreira do Araújo: crítica feita a alguém por defender aquilo em que não crê (Prado, Alfredo, Cotegipe, ou qualquer outro envolvido da mesma forma com a questão). Por fim, levando em conta as rixas políticas entre Câmara dos Deputados e Senado, Meleagro responde concluindo que é na Câmara vitalícia “que mora o Destino”, no caso, o seu Destino, o da escravidão no Brasil.

Dessa forma, demonstra-se como Machado de Assis não deixou de identificar no fato referenciado a virada política tão relevante para o fim da questão servil. Mesmo após a publicação desta crônica, a polêmica específica iniciada pelos discursos de Antônio Prado e João Alfredo em torno do tema continuaram.

No dia 23, por exemplo, a seção *Boletim Parlamentar* abriu com a seguinte frase: “Todas as atenções estão fixadas no Senado”. Aliás, as atenções continuavam fixadas no Senado. Essa longa “chuva prenhada” se prolongou ainda por alguns dias, chegando a entrar em votação no Senado. Como se sabe, nenhum projeto de lei derivou diretamente da ocasião até o ano seguinte, porém, a continuidade do debate parece ter sido o principal elemento que motivou Machado a compor os versos da crônica que analisaremos a seguir.

27 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 29

A semana que há passado...
Deixe o leitor que me escuse,
E de um falar tão usado
Abuse também, abuse.

Há passado; hão carcomido;
Hão, hão, hão, hão posto em tudo,
Hão, hão, hão, hão recolhido...
Estilo de tartamudo.

Ai, gosto! ai, cultura! ai, gosto!
Demos um jeito e outro jeito:
Venha *dispor* e há *desposto*
Venha *dispor* e há *desfeito*.

Mas usar de uma maneira
Até reduzi-la ao fio,
Não é estilo, é canseira;
Não dá sabor, dá fastio.

Porém... Já me não recordo
Do que ia dizer. Diabo!
Naveguei para bombordo,
E fui esbarrar a um cabo.

Outro rumo... Ah! sim; falava
Da outra semana. Cheia
Esteve de gente escrava,
Desde o almoço até a ceia.¹⁵⁵

¹⁵⁵ Atualizando a questão discutida na crônica anterior: Após ampliação da polarização entre Prado e Cotegipe, foram apresentados diversos projetos que visavam o fim da questão servil. Muitos deles foram recuperados de arquivos do parlamento e eram bastante semelhantes entre si, diferenciando-se basicamente nas formas de redirecionamento dos fundos de emancipação e de abolição condicionada (obrigando os escravizados a permanecerem trabalhando nas propriedades durante tempo predeterminado). A única votação derivada diretamente dessa discussão foi sobre a urgência de priorizar ou não um antigo projeto de lei dos senadores Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899) e Joaquim Floriano de Godói (?), mas que não foi aceita. No dia seguinte, a seção *Boletim Parlamentar* comentou a votação nos seguintes termos: "Foi ontem tirada no Senado a prova real da soma de toda a retórica que tem sido despendida naquela casa à propósito da questão servil (...). Depois da discussão havida no Senado na qual intervieram dois ilustres chefes conservadores [Antônio Prado e João Alfredo], manifestando-se *no sentido abolicionista e da rejeição à urgência* [grifo nosso], se por um lado é uma contradição revoltante, por outro é mais uma prova do espírito de intrigas e das vistas mesquinhas dos nossos homens políticos (...). Considerar uma questão urgente a ponto de ameaçar amigos e correligionários com a retirada do seu apoio, e não considerar a mesma questão urgente para a resolver no parlamento pelos meios regulares, é um procedimento cuja explicação nos escapa, por talvez estar encoberta por alguma dobra de esfarrapado manto das conveniências partidárias." A polêmica iniciada no Senado certamente se refletiu em outras esferas da sociedade. Afirma-se tal, pois, apesar das manifestações favoráveis ou contrárias à abolição na seção *Publicações a Pedido* serem frequentes, naquele período, foram publicadas algumas cartas mais incisivas que o normal: "Senado Vitalício. A assembleia geral resolve: Art. 1º Ficam alteradas as relações jurídicas entre os senhores e os escravos atualmente existentes no império, para o efeito de serem estes considerados senhores e aqueles obrigados a lhes prestarem serviços por espaço de 5 anos. Art. 2º Os senhores que se recusarem à prestação de serviços serão punidos com pena de 500\$ a 1:000\$ e a prisão por 2 à 6 meses; revogadas as disposições em contrário. (Assinado) Vibrião do abolicionismo." *GN*, 25/09/1887.

Projeto e mais projetos,
Planos atrás de outros planos,
Indiretos e diretos,
Dois anos ou cinco anos.

Fundo, depreciação,
Liberdade nua e crua;
Era o assunto do momento,
No bonde, em casa, na rua.

Pois se os próprios advogados
(E quem mais que eles?) tiveram
Debates acalorados
No Instituto¹⁵⁶, em que nos deram

¹⁵⁶ "Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros - Na época, o Instituto era formado por juristas de destaque e influência, tanto entre abolicionistas, quanto escravistas. Em 1930, foi constituída, a partir do Instituto, a atual Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)." ASSIS, Machado de. **Machado de Assis** Afro-descendente, ed. Eduardo de Assis. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007. p. 45. Apesar de a referência não ter sido encontrada, é possível que o referido Instituto tenha promovido algum encontro de seus membros para discutir a questão servil, talvez, utilizando até os mesmos termos como *status liber*, referências à lei romana, etc. De qualquer modo, as referências aos termos eram comuns também no parlamento, conforme a *GN*, que fazia questão de reproduzir trechos inteiros de citações latinas feitas por parlamentares. Por exemplo, no mês anterior, a seção *Diário das Câmaras* trouxe a seguinte transcrição de debate parlamentar sobre o cancelamento das matrículas de escravos: "Sr. F. Belisário (ministro da fazenda). - (...) Recorrendo ainda ao direito romano, subsidiário do nosso, peço permissão para ler este fragmento do Digesto L. 17, Tit. 1º § 1º do jurisconsulto Paulo: '*Obligatio mandati consensu contrabentium consistit. Ideo per nuntium, quoque vei per epistolam mandatam suscipi potest. Item sive 'rogo' sive 'voto' sive 'mando' sive alio quocumque verbo scripserit mandati actio est*'. Mencionarei ainda as Institutas L. 3ª, Tit. 22 e L. 3ª, Tit. 26. (...) O Sr. Dantas dá uma aparte. O Sr. F. Belisário (ministro da fazenda). - Senhores, do que se trata é de um ato praticado por mandatário, seguindo as normas do direito. O nobre senador foge desta questão, considerando o escravo como parte, mas (...) o escravo não é parte nesta questão. O Sr. Candido de Oliveira. - V. Ex. esquece o Digesto, título de *liberalli actione* (...)." *GN*, 04/08/1887. Outra referência é a nota sobre lançamento de livro sobre a eficiência ou não de se declarar ex-escravizados "livres", ou seja, em "*status liber*", mesmo ainda tendo tempo de serviço obrigatório a ser cumprido após a libertação. *GN*, 17/09/1887.

Uma questão, — se, fundado
Este regime presente,
Pode ser considerado
O escravo inda escravo ou gente.

Digo mal: — inda é cativo
Ou *statuliber*? Qual seja
Correu lá debate vivo,
Melhor dizemos peleja.

Mas peleja de armas finas,
Sem deixar ninguém molesto:
Nem facas, nem colubrinhas,
Digesto¹⁵⁷ contra Digesto.

Uns acham que é este o caso
Do *statuliber*. Havendo
Condição marcada ou prazo,
Não há mais o nome horrendo.

Outros, que não são sujeitos
Ferozes nem sanguinários,
Combatem esses efeitos
Com argumentos contrários.

Eu, que suponho acertado,
Sempre nos casos como esses,
Indagar do interessado
Onde acha os seus interesses,

Chamei cá do meu poleiro
Um preto que ia passando,
Carregando um tabuleiro,
Carregando e apregoando.

E disse-lhe: “Pai Silvério,
Guarda as alfaces e as couves;
Tenho negócio mais sério,

¹⁵⁷ De modo geral, referência a uma compilação de regras ou decisões jurídicas; de modo específico, referência à compilação de fragmentos de jurisprudências clássicas promovida pelo imperador romano Justiniano, no século VI. Após três anos de trabalhos, o Código de doutrinas seletas, oficialmente denominado *Digesto* ou *Pandectas* foi promulgado. A obra é composta de 50 livros, subdivididos em aproximadamente 1.500 títulos, de acordo com o assunto. Cf. MADEIRA, Hélio Maciel (trad.). **Digesto de Justiniano**, livro I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

Quero que mo expliques. Ouves?”

Contei-lhe em palavras lisas,
Quais as teses do Instituto,
Opiniões e divisas.
Que há de responder-me o bruto?

— “Meu senhor, eu, entra ano,
Sai ano, trabalho nisto;
Há muito senhor humano,
Mas o meu é nunca visto.

“Pancada, quando não vendo,
Pancada que dói, que arde;
Se vendo o que ando vendendo,
Pancada, por chegar tarde.

“Dia santo nem domingo
Não tenho. Comida pouca:
Pires de feijão, e um pinga
De café, que molha a boca.

“Por isso, digo ao perfeito
Instituto, grande e bravo:
Tu falou muito direito,
Tu tá livre, eu fica escravo.”¹⁵⁸

MALVOLIO

¹⁵⁸ Com não rara frequência nas crônicas machadianas, não apenas na *GH*, o narrador recorre ficcionalmente a um interlocutor para propor uma solução a respeito da questão principal abordada. No caso específico da questão servil, o cronista já repetira o procedimento em sentido muito semelhante ao estabelecido nesta crônica. Três anos antes, em uma de suas crônicas mais representativas, o cronista recorre a um negro trabalhador, jardineiro, para solucionar qual “igreja”, referindo-se a agrupamentos políticos em disputa eleitoral, ele deveria apoiar. “Vi estirado... um preto velho... Cheguei-me a ele, e perguntei-lhe se era pelo sr. Fulano ou pelo sr. Sicrano, candidatos. Respondeu-me atarantado: - Eu sou aqui mesmo da igreja, sim, senhor”. *BE*, 01/01/1884.

Entre a crônica anterior e esta, n“a semana que há passado”, o debate no Senado se ampliou e foi acompanhado passo a passo pelos jornais da época. O número de senadores que assumiram posicionamento na debate entre Prado e Cotegipe cresceu nos dois polos opostos e, após muito ser discutido, apresentou-se não apenas um, mas diversos projetos que visavam direcionar o fim da escravidão. Foram projetos inéditos ou recuperados de arquivos do parlamento, que, em geral, eram bastante semelhantes entre si, pois propunham apenas diferentes formas de redirecionamento dos fundos de emancipação e de abolição condicionada, o que obrigava os escravos a permanecerem trabalhando nas propriedades durante um tempo predeterminado após sua “libertação”.¹⁵⁹

A única votação derivada diretamente dessa discussão foi sobre a urgência de priorizar ou não um antigo projeto de lei, proposto pelos senadores Taunay e Godoy. A urgência não foi aceita, por 22 votos a 20. Para suposta surpresa do editorialista da *Gazeta de Notícias*, entre aqueles senadores contrários à urgência do projeto (que propunha abolição imediata com três anos de trabalhos condicionais) estavam os senadores Prado, João Alfredo e Saraiva, que, durante aqueles últimos dias, haviam discursado em favor de uma solução definitiva e imediata para a questão.¹⁶⁰

Assim, a principal diferença dessa crônica para a anterior é que, apesar da referência comum à questão servil, ela não está mais centrada no parlamento, mas sim na *imagem* da própria sociedade civil (representada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros). Segundo Malvolio, o leitor pode tomar partido da mesma forma como a discussão estava sendo conduzida, com o mesmo “estilo de tartamudo”. “Abuse também, abuse”, participe, aconselha e convoca ao diálogo, como se a mesma retórica que ele usa, que propõe ao leitor usar e que ele descreve estar sendo usada pelos debatedores, fosse a forma mais decorosa de se tratar a questão.

¹⁵⁹ Os projetos acumulados propunham liberdade imediata ou condicional que chegava a durar sete anos de trabalhos obrigatórios após ser declarado o estado de liberto. *GN*, 24/09/1887.

¹⁶⁰ “Foi ontem tirada no senado a prova real da soma de toda a retórica que tem sido despendida naquela casa à propósito da questão servil (...). Depois da discussão havida no Senado na qual intervieram dois ilustres chefes conservadores, manifestando-se no sentido abolicionista, à rejeição da urgência, se por um lado é uma contradição revoltante, por outro é mais uma prova do espírito de intrigas e das vistas mesquinhas dos nossos homens políticos (...). O que explica o voto desses ilustres senadores, é que a questão servil não é ainda para eles uma questão social, mas uma trica partidária. (...) ...é o facto de SS. EExs. entenderem que só em maio é que se deve tratar da questão. Ora, ou a questão é urgente a ponto de provocar de SS. EEx. protestos justos e reclamações fundadas, e nesse caso deve ser resolvida o mais depressa possível, ou a questão não é urgente, como SS. EEx. votaram ontem, e nesse caso o procedimento que SS. EEx. tiveram pode ser considerado como não sincero (...). Considerar uma questão urgente a ponto de ameaçar amigos e correligionários com a retirada do seu apoio, e não considerar a mesma questão urgente para a resolver no parlamento pelos meios regulares, é um procedimento cuja explicação nos escapa, por talvez estar encoberta por alguma dobra de esfarrapado manto das conveniências partidárias”. *Boletim Parlamentar*, *GN*, 25/09/1887.

Como vimos, Machado de Assis corroborava a crítica da *Gazeta de Notícias* em relação ao discurso contraditório dos senadores ao representar no Malvolio desta crônica, uma voz social similar àquela predominante no Senado. Consideramos o posicionamento de Antônio Prado nesta questão, colocando-se entre ideias abolicionistas e antiescravagistas, como exemplo concreto de discurso que falsamente desmancha as diferenças do modo que lhe é conveniente.

Uma vez reconhecida pelo leitor a falácia da retórica pomposa e educada despendida nos debates da imprensa e do parlamento sobre a questão servil, Machado representa essa voz expondo sua real natureza de “peleja de armas finas, / Sem deixar ninguém molesto”, e que é debatida por homens livres, que “não são sujeitos / Ferozes nem sanguinários”. E mais uma vez, enfim, convoca outro personagem para dialogar e expressar a opinião sobre o tema central da crônica, só que, dessa vez, diferentemente do fictício e alegórico Meleagro, trata-se de um fictício mas bem mais verossímil escravizado de ganho.

“Pai Silvério” tem representada em si a voz social que evidencia a ausência tanto do sujeito escravizado como protagonista desse aparente “debate público” quanto de qualquer solução definitiva para a questão servil.¹⁶¹ O verso final, “*Tu tá livre, eu fico escravo*”, jogando com a incompreensão do termo *status liber*, é um bom exemplo do espírito de síntese machadiano.

Ao longo de toda a crônica, Malvolio descreve como a discussão estava sendo conduzida: assumiu o mesmo estilo dos debatedores, apresentou argumentos das duas partes conflitantes, enfim, fez um pequeno panorama da discussão acalorada pelos eventos dos últimos dias. Porém, no último verso, protegido no alto de seu “poleiro”, ele escuta o escravo se referir aos debatedores oficiais como o “grande Instituto”, mas, constata que nada do que foi debatido sobre a questão servil o tirou ainda de sua condição social.

Assim, vemos aqui a lógica de argumentação das crônicas iniciais da *Gazeta de Holanda* expostas de modo singular. Ao final do texto, é apresentada uma voz social diversa, a do interlocutor, que, apesar de não compreender os termos do debate entre Abolicionistas e Escravagistas, ignorando-os, faz a constatação incontornável que desmancha as pseudo-diferenças entre debatedores, redefinindo seus argumentos opostos por uma função prática comum, desvelando, assim, os reais limites sociais do próprio debate. Por isso, ao mesmo tempo que a voz de Pai Silvério evidencia a “conciliação” entre as partes supostamente conflitantes, ela também se ergue contra o debate predominante que movia a questão servil,

¹⁶¹ Não se pode afirmar que o autor se refira ao resultado da votação sobre urgência de projeto nos dias anteriores, porém as chances são grandes, já que uma das principais referências diretas da crônica foi a manutenção da questão enquanto o parlamento iniciava seus sete meses de recesso.

expondo a contradição friamente escondida sob a superfície acalorada: o escravo sabe que continua escravizado, e todo e qualquer argumentação que buscasse se somar a esse fato seria “posponho”.

Porém, o que acontece excepcionalmente nesta crônica é que há sim um “posponho”, na verdade, há uma “Errata”.¹⁶² No dia seguinte, foram publicadas as seguintes quadras:

28 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

SUPLEMENTAR

Errata. — Saíram ontem
Dois vocábulos errados...
Que os meus leitores descontem
A dor minha aos meus pecados.

Devem ler por este gosto
Os tais que têm o defeito
“Venha *dispoz* e há *disposto*;
Venha *desfez* e há *desfeito*.”

E não tendo mais que diga
Aqui me fico espreitando
Fortuna ruim que obriga
A andar errando e emendando.

MALVOLIO

Considerando que todos os demais erros tipográficos encontrados nas publicações originais desta série não foram corrigidos posteriormente, vale observar que tal “errata” foi publicada justamente no aniversário de 16 anos da Lei Rio Branco (do Ventre Livre) e de 2 anos da Saraiva-Cotegipe (do Sexagenário). Fora isso, se compararmos o sentido dos dois versos “corrigidos”, teremos a seguinte modificação de sentido: na primeira versão, tratam-se de termos (já previamente destacados em itálico) que sugerem haver dois modos de debater a questão servil: há a predisposição para se criar uma lei reguladora (“dispor”), mas se pode abdicar a ela, renunciando-a (“desposto”) ou se pode desmanchar algo, anular (“desfeito”); na segunda versão, aquilo que vem para ser regulado (“dispoz”) é necessariamente posto em ordem (“disposto”), e aquilo que vem para se desfazer (“desfez”) é de fato desmanchado, anulado (“desfeito”).

Resumidamente, na primeira versão, é representada a dúvida sobre a ambígua predisposição parlamentar de regular a questão servil, podendo se tornar: ou renúncia desse projeto (ou seja, a protelação da escravatura), ou Abolição (sua extinção). Na segunda versão, porém, não há dúvida sobre a sugestão de um perfeito funcionamento parlamentar: o que é para ser regulado, assim o será; o que é que para ser extinto, assim o será.

¹⁶² Não há outro caso nos 48 textos da *Gazeta de Holanda* em que uma “Errata” tenha sido publicada, sendo esta, caso único. Além disso, desconhecemos outro caso em toda carreira do cronista, em que uma errata tenha sido publicada corrigindo ou simulando correção de um texto anterior.

E caso o leitor ache que a primeira e ambígua versão seja mais condizente com a realidade dos discursos parlamentares retratada nos jornais da época, e com o pressuposto de conciliação que marca os textos da *Gazeta de Holanda*, tal interpretação é “desmentida” pela errata do dia seguinte. De acordo com a errata, tal interpretação poderia ser “equivocada”, tal qual a interpretação do escravo Pai Silvério, um ignorante que confundiu “*status liber*” com “Tu tá livre”, um erro de mesma natureza, maliciosamente “corrigido” pelo cronista.

Assim, a ironia cética de Machado representa - no exato dia do aniversário das duas leis que mais renunciaram o papel esperado de colocarem fim à questão servil, do que de fato a regularam -, o processo retórico que marcou as parciais vitórias políticas de escravagistas em 28 de setembro de 1871, de 1885 e de 1887.

Para os fins da nossa pesquisa, a ironia de Machado no ajuda a compreender como o cronista representou comicamente o logro dos termos e artifícios retóricos como a questão estava sendo conduzida, seja no Parlamento, seja na imprensa. Nesse sentido, é interessante ver como Machado-Malvolio ainda aborda a questão servil em torno de quatro ou cinco textos, além dos já apresentados agora ou no princípio desse trabalho. Porém, para não nos prolongarmos na justaposição de exemplos complementares, vale observar alguns casos de como o cronista continuou tratando de forma alusiva ou inteiramente alegórica a questão.

18 DE OUTUBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 32

Tudo foge; fogem autos,
Fogem onças, foge tudo.
Ó guardas moles e incautos!
Ó corações de veludo!

Uma onça, que vivia
Em casa de uma senhora,
Viu aberta a porta um dia
Da gaiola, e foi-se embora.¹⁶³

Na roça? Não; na cidade.
Que cidade? É boa! a tua.
Dou mais esta claridade:
Era na rua... na rua...

Rua da América... Pronto!
Mas, se não leste a notícia
Cuidarás que é isto um conto,
É talvez conto e malícia.

Não, amigo. Era uma onça,
Tinha aos três anos chegado;
Vivia discreta e sonsa
Em casa, num gradeado.

Vai se não quando — um descuido —
Deixaram-lhe aberta a porta,

¹⁶³ GN publica nota sobre onça pequena que vivia presa em casa localizada na Rua da América e que fugira no sábado anterior. Na segunda-feira seguinte, ela é encontrada entre as madeiras de uma casa em construção, e, antes de ser capturada, fere gravemente as pernas de um morador da rua. Em

seguida, a onça é morta por aqueles que a capturaram. O jornal atribui a culpa do ocorrido às pessoas que mantinham a onça gradeada. GN, 13/10/1887.

E a onça sentiu um fluído
Que não sente onça já morta.

Sentiu passar-lhe no lombo
O fluído da liberdade,
E, ligeira como um pombo,
Deixou a casa de grade.

Nenhum liberal, que o seja
Como deve, achará livro
De tantos da sua igreja
Que condene este carnívoro.

Pois se foge o papagaio,
O macaco, a patativa,
Seja outubro, seja maio,
Tenha ou não tenha mãe viva,¹⁶⁴

Que muito é lá que uma nobre
Onça das Brasília matas,
Logo que possa, recobre
O uso das suas patas?

Lá por viver entre gente
E canapés delicados,
Não acho suficiente
Para condená-la a brados.

Certo é que fugiu. Bem perto,
Duas casas logo abaixo,
Achou como que um deserto,
E resolveu: “Lá me encaixo.”

Era casa em obras. Passa
Todo o sábado e domingo,

¹⁶⁴ Como muitas crônicas de Machado passam por lugares comuns do discurso abolicionista liberal presente nos textos de periódicos acerca da questão servil, acredita-se: que os meses de “outubro” e “maio” sejam referências, respectivamente, ao fechamento e à abertura das Câmaras, ou seja, épocas em que tomava a discussão política na imprensa sobre a urgência de aprovação ou não de projetos, tais como o que instituiria a abolição do trabalho escravizado; e “tenha ou não mãe viva” seja referência ao problema dos escravizados nascidos após a Lei do Ventre livre, mas que eram matriculados com data de nascimento anterior à data da lei, sendo que, um dos modos de garantir o logro, era separando pais e filho, declarando falecida a mãe do escravizado. Cf. CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Sem comer sombra de caça,
Sem beber de sangue um pingo.

Na segunda-feira, cedo
Sobe ali um operário,
Despido de qualquer medo:
Vai ganhar o seu salário.

Casualmente (bendito
Seja Deus!) o desgraçado
Vê o olhar da onça fito
De dentro de um tabuado.

Foge; muita gente acode
Armada, e com laço e rede;
A ver se apanhá-la pode;
Ela, com fome e com sede,

Fere o pé a um bom valente,
Mas é já laçada, e morre
À faca da demais gente,
Que ali bravamente corre.

E porque não era grave
A ferida recebida,
Fechou-se com dura chave
A história, e mais a ferida.

E disse alguém, que não erra
Ocasão de uma vasa:
— “Que há mais natural na terra
Que criar onças em casa?”

“Quando muito, demos graças
Aos deuses, que esta podia
Matar duas ou três praças,
E toda uma inspetoria.

“Não há onças espanholas?
Não há onças desgraçadas?
Estas não rugem nas solas
Das botas acalcanhadas?”

“Virá tempo em que não ande
Pessoa que se respeite
Sem uma onça já grande,
Ou, pelo menos, de leite.

“Que toda a senhora fina,
De passeio ou de passagem,

Tenha uma onça menina
Ao lado, na carruagem.

“Que algumas fujam, que trinquem
O pé a qualquer pessoa,
Ou por mal, ou porque brinquem...
Pode acontecer, é boa!

“Mas quem já viu neste mundo
Progresso sem sacrifício?
Sangue que corre é fecundo,
E há virtude que foi vício.

“Cavalo que anda direito
Já foi bravio e inquieto,
Onça que morde um sujeito,
Talvez não lhe morda o neto.

“Vamos, pois, encomendemos
Onças, muitas onçazinhas,
E nos quintais as criemos,
Como se criam galinhas.”

MALVOLIO

No primeiro desses novos exemplos, Machado reproduz quase todos os principais detalhes a respeito de um *fait divers* urbano, de pouca repercussão, noticiado cinco dias antes na *Gazeta de Notícias*: a fuga, captura e morte de uma onça que era mantida em uma residência no centro da corte fluminense. A princípio, em termos de “enredo” e fidelidade aos fatos relatados na crônica, não se tem divergências essenciais em relação ao que foi noticiado nos jornais. Assim, apesar da considerável correspondência fiel ao fato, observa-se nesta crônica a incorporação, na própria estrutura dos versos da *Gazeta de Holanda*, do vocabulário e modos de argumentação correntes nos discursos liberais e abolicionistas.

Não se trata de uma referência direta ao tema, mas de um texto que, além da sugestão alegórica, é representado como parte do mesmo universo social e linguístico. Por fim, “emoldurado” pela questão servil, o “problema”, que seria possuir um animal (selvagem) aprisionado em um ambiente supostamente diverso (urbano), é “resolvido” pelo interlocutor anônimo, que, diante da onça morta, se justifica nas vantagens sociais de se ter um animal selvagem como cativo, alegando ser questão de poucas gerações para sua natureza livre conseguir ser domesticada pelo hábito do cativo.

Consideremos agora um segundo texto que também alude ao debate em torno do mesmo tema. A crônica n.º. 33 traz como referência direta às repercussões de um assunto já discutido há meses nos jornais internacionais: a fragilidade social e política da Bulgária, colocada no centro de uma disputa por influência internacionais entre as principais nações europeias da época. Vimos pelos comentários da crônica n.º. 5 como a nação do leste-europeu se encontrava constantemente ameaçada pela invasão militar russa, da mesma forma como era comandada por um governo sem liderança política legitimada pela comunidade internacional, resultando na falta de controle sobre grupos revoltosos dentro do país. Um dos aspectos sobre

a Bulgária recorrentemente divulgado pelas agências de notícias internacionais naqueles últimos meses foi a ampliação da guerra civil, marcada pela tentativa de controle da imprensa por meio do governo autoritário, porém, fragilizado.

Vale acrescentar que, em nenhum momento durante todo o período de publicação da *Gazeta de Holanda*, a situação búlgara ganhou qualquer destaque na imprensa brasileira além dos telegramas internacionais ou de um ou outro artigo com comentário político pontual. Ainda assim, foram três as vezes em que Machado de Assis se referiu explicitamente ao tema. Nesta em questão, utilizou-se dele para citar a censura à imprensa ocorrida em um contexto social distante do Brasil e, assim, sugerir relações com eventos específicos da sociedade fluminense.

29 DE OUTUBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 33

Alá! por Alá! Cá tenho
Inda nos tristes ouvidos
O som duro, o som ferrenho,
Destes termos desabridos:

"Os liberais padecemos
Como os cristãos da Bulgária
Padecem duros extremos
Da turca espada nefária."

E porque tenho uma veia
Com sangue de Mafamede,
Coisa que não acho feia,
Que não desdoura, nem fede;

Juro que andei azoinado
Com o dito do estadista,
Azoinado e envergonhado,
Sem voz, sem sabor, sem vista.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Atualizando a questão búlgara (ver Crônicas 5 e 27), o príncipe Fernando fortalecera sua posição contra a pressão militar russa, ao conquistar o apoio político inglês, alemão e austríaco. *GN*, 25/09 e 26/10/1887. A referência específica sobre censura aos jornais búlgaros não foi encontrada, porém, soube-se por notas ao longo do ano que o estado de guerra civil pelo qual passou o território se refletiu no amplo controle de informações da imprensa local.

Mas (Alá é grande!) agora,
Agora, neste momento,
Chegam notícias de fora,
Da Bulgária e de espavento.

Vejo que o governo novo
Daquele povo inquieto,
Para aquietar o povo,
Achou um meio discreto.

Convidou madre Censura
Para rever os diários,
Enterrando a unha dura
Por modos crespos e vários,

Nos trechos em que apareça
Opinião tão à toa,
Que em tudo, se mostre avessa
Ao que ela entender que é boa.

Assim podem os censores
Riscando uma parte ou tudo,
Fazer dos espinhos flores,
Fazer do rudo veludo.

É pouco. Um dos jornalistas
Tantas fez que foi pegado,
E teve, de mãos artistas,
Não pouco, nem moderado,

Castigo de tal volume
Que era de ver... Cem açoites!
Quase lhe levam o lume,

Quase lhe dão boas noites.

E disseram-lhe ao soltá-lo,
Que se voltasse à escritura,
Haviam de castigá-lo,
De outra forma inda mais dura.

Ora, o que me espanta nisto
É que a gente que maltrata
Os pobres filhos de Cristo
São cristãos de pura nata.

Lá que impeçam tais diários,
Acho até bom, não somente
Nos dias incendiários,
Mas nos de vida corrente.

Nunca veio mal de um mudo;
E imprimir o que se pensa,
Tudo, tudo, ou quase tudo,
É desastre, não imprensa.

Assim, acho grão perigo
Que, em obséquio ao Ramalho
Ortigão, meu grande amigo,
Honra do engenho e trabalho,

Desse a *Gazeta*, uma festa,
De autores e jornalistas,
Cerrada e longa floresta
De opiniões e de vistas.¹⁶⁶

Conservadores sentados,
Em frente a republicanos,
E liberais afamados
Ao lado de ultramontanos.¹⁶⁷

Gente ruim, gente feia,
Merecia nessa noite,
Não festa, porém, cadeia,
Não Borgonha, mas açoite.

¹⁶⁶ José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor português e colaborador da GN. Na época em que crônica foi publicada, Ortigão passava alguns meses no Brasil. GN, 09 a 11/1887.

¹⁶⁷ Além da referência aos três partidos políticos da época, o ultramontanismo se refere à doutrina e política católica que reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina, política e fé.

País de tal liberdade
E tolerância tamanha,
Vai com toda a alacridade
Ao lodo, ao delírio, à sanha.

Olhemos para a Bulgária;
Arruma, cristão amigo,
Simples pancada ordinária:
Cem açoites por artigo.¹⁶⁸

¹⁶⁸ O assunto da crônica é referência indireta mais provável ao ocorrido no distrito de Campos nos dias anteriores, fato relatado por meio de telegramas muitas vezes contraditórios. No dia 25/10, a tipografia do jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março* é invadida pela polícia local, há troca de tiros, 5 ou 6 polícias são feridos e 10 trabalhadores do jornal presos. O primeiro telegrama relata que outros jornais abolicionistas também foram ameaçados de serem atacados. O segundo telegrama acusa os jornalistas do *Vinte e Cinco* de dispararem primeiro contra a polícia. Um terceiro acrescenta que armas e dinamites foram encontradas na tipografia pelas autoridades policiais. Nos dias seguintes, os telegramas se repetiram sem que houvesse consenso entre eles. GN, 26 a 28/10/1887.

Dois dias após a publicação desta crônica, a seção *Coisas Políticas* associou o conflito entre a polícia e a imprensa de Campos a outros fatos relacionados à imprensa política ao longo do ano. O principal deles teria sido a utilização da imprensa, por militares, com o propósito de colocar a opinião pública contra o governo imperial em relação aos avisos emitidos pelo ministério (ver “Questão militar” na Crônica 13). Sobre os abusos da imprensa, abolicionista ou republicana, o artigo responsabiliza o governo imperial por não reconhecer muitas vezes os direitos de ambas essas classes civis. Sobre os conflitos em Campos especificamente o artigo faz o seguinte comentário: “O que acaba de acontecer em Campos provavelmente não terá consequências graças à intervenção da bondade de uma Senhora (censura), que não pode assistir sem comover-se a barbaridade que se pretenda praticar em nome da política.” GN, 31/10/1887.

Vale observar que, não raro, o município de Campos era associado aos conflitos e crimes decorrentes de disputas políticas. Machado de Assis, em crônica da década anterior, já tematizara esse estigma do município que tradicionalmente apoiara o partido conservador, de acordo com os resultados das eleições. NS, 04/08/1878.

MALVOLIO

Mesmo sem o esclarecimento feito por notas, se tivéssemos como fonte apenas a leitura isolada da crônica, sua quadra final já seria indício da referência que o cronista faz a uma questão social fluminense. Nesse desfecho, Malvolio sugere que tais agrupamentos oposicionistas, no caso, representados pelos jornalistas da corte, mereceriam punição e castigo em vez do “banquete confraternizante” do qual compartilham, apesar das desavenças que houvessem entre si.

Assim, à primeira vista, Machado de Assis representa no discurso de Malvolio uma postura ironicamente repressora sobre a atitude generalizada da imprensa de sua época, já que a sociabilidade entre jornalistas estaria marcada mais pelo conveniente e contraditório convívio entre interesses políticos supostamente opostos, do que pela apenas proclamada sustentação de uma suposta “opinião pública”. O que ocorre, porém, é que essa falsa conciliação desvelada pela voz punitiva ressaltada pela crônica não esgota ainda todas as referências aqui usadas por Machado.

A peculiaridade deste texto se dá justamente na alusão a determinados fatos por meio da imagem estereotipada e difundida de confraternização social sobre a imprensa. Por meio da última nota desta crônica, temos conhecimento de que, muito mais relevante que a extensa situação búlgara, sem novidades nos meses antecedentes, o principal assunto das semanas anteriores à publicação desta crônica foi conflito ocorrido no distrito de Campos, entre os jornais abolicionistas, principalmente o *Vinte e Cinco de Março*, e o policiamento local ligado ao partido conservador.

Nos dias seguintes aos conflitos, outras redações de jornais abolicionistas de Campos e do Rio de Janeiro denunciaram terem sido ameaçadas ou foram devidamente fechadas pela polícia. O próprio periódico da *Gazeta de Notícias* teve sua circulação proibida no distrito de Campos nos dias seguintes ao conflito, gerando mais troca de acusações públicas por parte dos jornais e das declarações oficiais do município.

Tendo conhecimento da grande repercussão desses fatos na imprensa da época, é difícil não interpretar o tema da censura como referência alusiva ao conflito em Campos, carregado de conotações abolicionistas e de interesses políticos.

Além disso, há ainda pelo menos dois elementos no texto que reforçam a ideia da confraternização aparente ser um dos aspectos por meio dos quais o cronista aludiu ao conflito no município vizinho. O primeiro é a referência ao sangue de “Mafamede”, como se Malvolio tivesse um ancestral distante da religião muçulmana. Vale lembrar que o Islã, religião vinda, sobretudo, com os escravizados, era, por isso, associado aos negros no Brasil

da época. O segundo elemento é a referência à “madre Censura”, que é diretamente associada ao frio tema internacional, mas que se torna muito mais significativa enquanto personificação da necessidade, nesta crônica em especial, da referência ao fato ocorrido em Campos ser alusivo.

Por fim, a última crônica de referência à questão servil que comentaremos é a n.º. 41, e que se mostra talvez a mais representativa sobre o modo como as crônicas da *Gazeta de Holanda* se relacionam às peculiaridades do debate público ao qual aludem. No caso específico desta, isso ocorre mesmo que ela não traga em si qualquer vínculo aparente entre sua estrutura inteiramente ficcional, supostamente autônoma, e suas necessárias referências objetivas e factuais.

20 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 41

Nos quoque gens sumus,¹⁶⁹ digo
Sem nenhum acanhamento;
Se é moda, eu a moda sigo;
Se é vento, acompanho o vento.

Não somente ao literato
Cabe descobrir mistérios;
Eu sou curioso nato,
Tão sério como os mais sérios.

Et quoque cavalgare
Sabemus, como ia expando;
Lá se acaso errar, *errare*
Humanum est, respondo.

Eu, — não é porque me gabe, —

¹⁶⁹ “*Nos quoque gens sumus et quoque cavalgare sabemus*”, expressão latina usada na época no sentido “*nós também somos gente e também sabemos cavalgar*”. Encontrada originalmente na coletânea assinada por Antônio Duarte Ferrão (?), *Palito Métrico* (1746), que funcionou durante anos como breviário das praxes acadêmicas de Coimbra. Cf. MADAHIL, A. G. da Rocha. *Notas bibliográficas acerca do palito métrico e correlativa macarrônea latino-portuguesa*. Coimbra: S.N., 1942.

Mas acho que o elogio
De um tio muito mais cabe
Na boca do próprio tio.

Esperar que outras pessoas
Descubram seus pensamentos
E cantem honrosas loas
Aos nossos merecimentos,

Palavra que me parece
Negócio muito arriscado;
Este cala, aquele esquece,
Nada fica publicado.

Vamos ao caso. Há dois dias
Recebi este bilhete
Do meu amigo Mathias,¹⁷⁰
Residente no Catete:

“Pois que já fomos colegas,
Manda-me a razão bastante
Por que se diz: *Cá o degas*.”
Não corri à minha estante,

Corri à pena e ao tinteiro,
Porque trazia comigo
O histórico verdadeiro
Do que me pede este amigo.

E aqui lhe conto, — deixando
Que riam maus e pragueiros;

¹⁷⁰ Referência não encontrada.

Ouço o riso e vou andando
Cá com os meus bolorentos.

Ora bem, ninguém ignora,
(Menos que ninguém, Mathias)
Que houve um grande Egas outrora,
Varão de alias bizarrias.¹⁷¹

Afonso, meio enteadado,
De um tal Peres, se encastela
Em Guimarães já cercado
Pelas forças de Castela;

Vai então Egas, pensando
Em livrar o rei, caminha
Para o castelhano infando
E segreda-lhe ao que vinha.

Vinha prometer que o moço
Afonso obedeceria,
Sem mais sangue nem destroço;
Castela creu no que ouvia

Mas logo que os castelhanos
Daquele sítio abalaram,
Afonso e os seus lusitanos
Entregar-se recusaram.

Que faz o grão Egas? Vendo
Que faltara ao prometido,
Faz sacrifício horrendo,
Ele, pai, ele, marido.

Vai com a família, e dá-se
Ao inimigo. Ação única!
Outra não há que a ultrapasse;
Ou esta fé, ou fé púnica.

Tempos vindos, tempos idos,
Entrou no povo esta fala,
Quando alguém os ofendidos
Brios punha em grande gala:

*“Cá o Dom Egas não há de
Deixar de cumprir a jura.”*
Depois a celeridade
Do tempo, que tudo apura,

Foi diminuindo o adágio;
Perdeu-se o jura primeiro,
E foi crescendo o naufrágio
Do primeiro ao derradeiro.

Já no século passado
Ia em tais e tantas penas,
Que ficou, — do que era usado,
“Cá o Dom Egas” — apenas.

Mas o Dom tanto se escreve
Na forma acima apontada,
Como por outra mais breve,
Um D, um ponto e mais nada.

Daí resultou que o povo,
Lendo, como lê, às cegas,
Faz um dito inda mais novo
E ficou só: — *“Cá o degas.”*

MALVOLIO

¹⁷¹ Episódio narrado no Canto III, de *Os Lusíadas*: Em 1128, Afonso VII, rei de Castela, exige juramento de vassalagem a seu primo D. Afonso Henriques, de Portugal. Feita a promessa em troca do levantamento do cerco castelhano, seu aio, Egas Moniz se dirige a Castela para informar que o primo aceitava a submissão. Como Henriques não cumpriu o acordo, Egas Moniz se entregou à Toledo, acompanhado da família, e se colocando à disposição do rei castelhano como “fiador” do juramento de fidelidade feito antes. Dessa forma, Moniz teve o perdão de Afonso VII. BECHARA, Evanildo (Org.). CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p. 111-115.

Como dito, à primeira vista, a crônica não apresenta referências claras à questão servil, e quase nenhuma à sociedade fluminense ou à época contemporânea à sua publicação. Exceção feita, basicamente, ao esclarecimento, em forma de anedota, sobre as transformações passadas por uma expressão de origem portuguesa medieval, desde sua suposta origem até seu uso popularmente difundido no século XIX. Percebe-se, assim, que a crônica traz alguns sinais de estranhamento que permitem ao leitor já questionar o aparente caráter fortuito do comentário. A própria falta de vínculos diretos entre o primeiro plano dessa crônica e seu contexto de publicação, diferentemente da maioria absoluta das crônicas da série, já é indício desse estranhamento.

Em segundo lugar, a citação inicial que move a exposição da crônica remete, de algum modo, à ideia de reivindicação sobre um direito de ser reconhecido como um igual. O famoso *“Nos quoque gens sumus et quoque cavalgare sabemos”*, se traduzido, seria algo como *“nós também somos gente e também sabemos cavalgar”*. Ou seja, independentemente da referência, trata-se de uma ideia emancipatória à qual Malvolio parece aderir e concordar, mas mais por conveniência de acompanhar a opinião pública, do que por convicções efetivas sobre ela. Novamente aqui, não há sinal de um pseudônimo que impõe seu juízo sobre os demais, mas que alega se submeter diretamente ao debate em que se insere. Assim, este Malvolio se define por ser “convencido” por uma opinião que não era originalmente a sua, e não “vencido” pela voz alheia.

*Nos quoque gens sumus, digo
Sem nenhum acanhamento;
Se é moda, eu a moda sigo;
Se é vento, acompanho o vento.*

Em terceiro lugar, apesar de não estar explícito nesta crônica, que narra uma “promessa” como principal tema desenvolvido, acreditamos ser mais provável que tal narração se refira ao fato mais extensamente noticiado por toda imprensa fluminense naquelas semanas: a reunião da Associação Libertadora e Organizadora do Trabalho na Província de São Paulo, ocorrida cinco dias antes da publicação da crônica.

Participaram do encontro cerca de 500 fazendeiros da província e seu principal resultado foi a decisão coletiva anunciada de total compromisso com a libertação de seus escravizados dentro do período de três anos. A *Gazeta de Notícias* reconheceu, no dia seguinte, esse fato como o principal acontecimento que colocaria definitivamente fim à disputa entre abolicionistas e escravocratas em relação à questão servil. Além de elogiar

extensamente as ações de José do Patrocínio naquele processo que chamou de a “maior vitória do século XIX”, pela primeira vez, publicou a opinião de que se tratava do fim definitivo da questão servil (mesmo tendo ocorrido meses antes do 13 de maio do ano seguinte).¹⁷²

Pode-se dizer que o acontecimento que reuniu a oligarquia paulista, articulada nos meses anteriores e liderada pelo senador Prado, foi uma etapa complementar do processo político iniciado no último mês de funcionamento do Senado,¹⁷³ pois, após a cisão ocorrida no partido conservador, Prado retornou para São Paulo, onde se tornou chefe de redação em Campinas, de onde organizou esse encontro entre os fazendeiros paulistas. Em paralelo a esse processo, soma-se o aumento das fugas em massa, principalmente das fazendas do interior de São Paulo, conforme pode ser observado em diversas notícias entre a segunda metade de 1887 e o início de 1888. A relação de todos esses acontecimentos, em conjunto, segundo Robert Conrad, contribuiu com aquilo que o historiador considerou a virada final na campanha abolicionista em favor da emancipação dos escravizados.¹⁷⁴

Assim, Machado de Assis parece evidenciar aqui, indiretamente, uma interpretação extremamente cética, no calor dos acontecimentos, tanto em relação à decisão da Associação paulista, quanto ao modo como foi amplamente celebrada pelos jornais da corte. Se a anedota histórica sobre o descumprimento de Dom Egas Moniz for interpretada como alegoria da promessa dos fazendeiros paulistas, ela acaba representando justamente a voz social descrente, o “verbo funerário” que se opõe à “cidade inteira” em festa. Ou seja, Machado representa aqui um modo ceticamente indiferente de, assim, desmanchar, não as contradições, mas a aparência confraternizante como o “debate público” nacional recebeu a notícia vinda da província paulista.

Ainda, aproveitando o mote dado pelo assunto aludido pela crônica (a reunião dos fazendeiros paulistas), podemos ressaltar aqui que temos um exemplo mais concreto do modo específico como poderia funcionar os pressupostos “modernos” da imprensa brasileira e de seu decorrente “debate público”. A articulação promovida por Antônio Prado, por meio dos periódicos paulistas, serve como exemplo do funcionamento de parte da imprensa da época, o qual é completamente diverso do suposto pilar de sustentação de uma “opinião pública”.

Esta, por sua vez, *pressuporia* a livre associação e manifestação de *amplos agrupamentos civis* significativos de uma sociedade, os quais poderiam *se opor ou apoiar as*

¹⁷² GN, 16 a 19/12/1887.

¹⁷³ Conforme já visto nos comentários sobre as crônicas n.º 28 e 29.

¹⁷⁴ CONRAD, Robert Edgard. “A Conversão de São Paulo”, Capítulo 16. In: **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ações do governo. Mas este não se trata do caso da “esfera pública” inglesa, anteriormente já citada.¹⁷⁵ Trata-se, neste caso, de algo diverso: a articulação promovida pelo senador paulista, e o uso que seu grupo fez dos jornais vão justamente no sentido de forjar um “debate público” como um *meio* para articulação dos *pequenos grupos* de interesse diretamente *mesclados* ao corpo estatal (mais especificamente, para determinar as decisões de senadores e deputados ligados aos grupos oligárquicos de São Paulo). Porém, aqui, mais importante que essa distinção, no contexto como a ação se deu, é que o modo específico de uso da imprensa não invalida em nada a peculiar legitimação social proporcionada pelo uso desse meio.

Agora, retornando e concluindo o comentário sobre algumas das crônicas da *Gazeta de Holanda* que passaram pelo tema da questão servil, não estamos afirmando que o tema tenha caráter predominante na série, muito menos que seja caracterizada por ela. Como dito acima, há outros temas que, individualmente, são quase tão presentes quanto o debate sobre a Abolição, e que, se vistos em conjunto, parecem relativizar qualquer predominância temática. Por outro lado, não poderíamos deixar de considerar a questão servil com um tema de destaque, uma vez que: primeiramente, tratou-se do principal assunto no parlamento e na imprensa da época naqueles meses; em segundo lugar, foi, de fato, o principal tema programaticamente abordado por Machado nas crônicas iniciais da sua série imediatamente posterior, *Bons Dias!*;¹⁷⁶ e, por fim, e principalmente, a questão servil foi o tema cujas diferentes abordagens melhor exemplificam as variantes do movimento pelo qual passou a composição da série e o qual viemos identificando como característico da *Gazeta de Holanda*.

3.1.2 Informalidade: documentos, estatutos, leis, regimentos etc.

Para não nos restringirmos a um único tema, faz-se importante desenvolver nossa argumentação com outros exemplos. Grande parte dos acontecimentos comentados na série esteve relacionada a diversos fatos bastante, outros menos, pontuais na sociedade fluminense. Por serem muitos e díspares, evitamos agrupá-los sob um mesmo nome, como pareceu mais

¹⁷⁵ Como dito anteriormente, tal comparação para se pensar o “debate público” brasileiro é referência a um artigo ainda não publicado de Edu Teruki Otsuka; o qual, por sua vez, também traz a outra referência que usamos para pensar a questão: HABERMAS, Jürgen. “The Public Sphere: An encyclopedia article (1964)”. In: **New German Critique**, No. 3. (Autumn, 1974), p. 49-55.

¹⁷⁶ GLEDSON, John. “Bons Dias!” In: **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.138.

significativo no caso da “questão servil”, fato facilitado pela própria preponderância do tema na imprensa da época.

Por isso, para não cairmos em uma desnecessária generalização, acreditamos que a sequência final das três últimas crônicas da série, de qualidade bem inferior à média dos textos anteriores, possa exemplificar essa abordagem machadiana sobre a matéria social mais difusa, cuja abordagem comum parece ser: a dificuldade ou a impossibilidade de enquadramento dos elementos da sociedade fluminense sob uma legislação ou sob regras formalmente postuladas. Tal sub-recorte se justifica por: além de marcar um ponto de vista similar sobre a sociedade fluminense, e exemplificar a queda de qualidade no encerramento da série, ele pode, principalmente, ser contraposto ao pressuposto de conciliação das crônicas de abertura da *Gazeta de Holanda*, antes já expostas.

Por exemplo, na crônica nº. 46, o tema proposto, pela segunda vez na série, é um fato recorrente na imprensa: a não participação dos acionistas do *Banco do Brasil* nos processos administrativos da instituição. Pela leitura do texto, vemos que Malvolio é aqui personificado como um dos acionistas indiferentes em relação à administração do *Banco*, e que defende seu alheamento da terceira convocatória reclamando sobre a obrigatoriedade de sua presença, alegando não ser um “escravo branco” submetido às regras da instituição da qual obtém parte de seus ganhos.

Eu, acionista do Banco	P
Do Brasil, que nunca saio,	Q
Que nunca daqui me arranco,	N
Inda que me caia um raio,	Ê
	B.
Para saber como passa	D
O Banco em sua saúde,	Ê
Se alguma coisa o ameaça,	Q
Se ganha ou perde em virtude,	[
	R
Li (confesso) alegremente,	M
Li com estas minhas vistas,	Ê
O anúncio do presidente	S
Convocando os acionistas.	Ê
[...]	P
Mas eu pergunto, e comigo	N
	a

Por se tratar de um regulamento dos acionistas, haveria duas possibilidades de conduta: ou cumpri-lo ou desacatá-lo, o que acarretaria em punição; porém, não é o que ocorre. “Cumprir” ou “desobedecer” o regulamento não são exigências em seu sentido pragmático, pois a conduta desviada não acarreta punição, uma vez que, “no fim de cada

semestre”, o “dividendozinho” do acionista estaria garantido. Assim, Machado contrapõe ironicamente ao regulamento do *Banco*, cujo saldo positivo dos acionistas foi amplamente noticiado à época, a abstenção ociosa e despreocupada do elemento social que tem seu retorno financeiro garantido.

Na crônica seguinte, Malvolio comenta o decreto publicado pela Câmara Municipal determinando a proibição da prática do “entrudo” durante o carnaval de 1888. Sabe-se que o entrudo engloba toda uma variedade de brincadeiras carnavalescas, que, no Rio de Janeiro passou a ser praticado a partir do final do século XVIII. É provável que Machado de Assis se refira não ao entrudo genérico, mas ao “entrudo popular”, brincadeira não de todo pacífica que ocorria nas ruas da cidade, e cuja principal característica era o lançamento de toda sorte de líquidos ou pós durante as festas de carnaval. A partir da década de 1830, uma série de proibições já haviam se sucedido na tentativa frustrada de extinguir a versão popular da brincadeira, porém, como se vê, tais proibições, até então, jamais extinguiram totalmente a prática.¹⁷⁷ Assim, o argumento de Malvolio nesta crônica é apresentar o reiterado decreto, o que equivaleria à expectativa de resolução do problema do entrudo, mas, conforme o pseudônimo complementa, argumenta que a “mesma inútil postura” da polícia jamais conseguiria ter sucesso.

Não, amiga lei. O entrudo
Desapareceu um dia
Entre calções de veludo,
Carnavalesca folia.

Reapareceu mais tarde;
Vingou por bastantes anos,
Com estrondo, com alarde,
Triunfos grandes e ufanos.

Chega a polícia de novo

E
T
F
i
M
O
D
E
n
E
S
e

Outro exemplo de crônica que problematiza a aplicação da legislação sobre as práticas sociais é a última crônica da série, nº. 48. Nesta, Malvolio cita diversos casos de pessoas sem recursos que foram presas e aguardavam julgamento por muitos meses após serem detidas

¹⁷⁷ Cf. FERREIRA, Felipe. *O livro de ouro do carnaval brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. A recorrente tentativa de proibição do entrudo era assunto tão antigo, que Machado de Assis já havia desenvolvido, e o desenvolveria ainda, argumento similar sobre o mesmo tema em outras séries. Por exemplo, *H15D*, 15/02/1877; *BE*, 30/01 e 17/02/1885; e *BD*, 12/04/1888.

(não pudemos comprovar se verídicos), e, por fim, conclui sua crônica argumentando da seguinte forma:

Ora, com franqueza, vale,
Ser criminoso em tal era?
Uma peça de percale
Paga tão comprida espera?

Um tabefe, uma rasteira,
Mesmo uma canivetada,

Pagou de alguma maneira
A espera desesperada;

Portanto, e vistos os autos,
Dou de conselho prudência,
E digo aos homens incautos
Que inda o melhor é a inocência.

Trata-se de uma crônica simples, com argumentação simples, em que, mais uma vez, a ação policial que regularia a sociedade por meio da justiça é contraposta a um dado da realidade: detidos pela polícia cumprem tempo de prisão preventiva maior que o determinado por lei. Machado representa aqui, por meio deste Malvolio, a voz cínica e cética que conclui que seria mais aconselhável se manter fiel à ordem postulada do que se submeter à justiça da corte, que parece ser, na prática, injusta.

Assim, nesse encerramento “menor” da série *Gazeta de Holanda*, Machado de Assis também volta à abordagem mais relevante ao longo dos 48 textos: a relativização de uma norma social postulada por meio da contraposição clara do quão recorrente e normatizado, na prática, é aquilo considerado desvio, na teoria. No caso das três últimas crônicas, essa tematização acaba explicitada pelo recorte escolhido pelo cronista: não se tratam de regras ou valores sociais descartados retoricamente ou em abstrato, mas de regulamentos, decretos, regimentos e leis oficiais e documentadas (com valor institucionalmente estabelecido e reconhecido) cuja desobediência, porém, se mostrava a norma social corrente.

3.1.3 Subjetividade ressentida: os outros “punhais” de Martinha

Por meio da exposição desse ponto de vista de composição em textos que consideramos “menores” na série, exemplificados nas três crônicas citadas acima, podemos, agora, sugerir outros exemplos complementares, que sejam igualmente pertinentes, mas em crônicas mais significativas.

Tratando ainda dos últimos meses de publicação da *Gazeta de Holanda*, há um grupo de crônicas cuja característica (talvez temática) comum parece ser o polo de valores culturais

e artísticos da época (regras sociais não documentadas, mas recalçadas em valores íntimos manifestados no cotidiano). Tal conjunto de textos corresponde a um mosaico de referências garimpadas na imprensa, o qual Machado de Assis representou, de modo irregular, às vezes repetido e estereotipado, com relevante grau de rendimento literário. Assim, antes de um comentário mais geral sobre esse conjunto de textos, vale ler individualmente alguns exemplos que, não por acaso, se alinham ao pressuposto de conciliação sugerido no princípio da série.

2 DE NOVEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 34

Que fará, estando junto
Sócrates a um hotentote¹⁷⁸?
Falo de varão defunto,
Pode sair livre o mote...

E, antes de mais nada, digo
Que essa junção de pessoas,
Vi hoje mesmo em artigo
Repleto de coisas boas.

O artigo é de sociedade
Espírita e brasileira;
Trata só da humanidade,
É divisa sua e inteira.¹⁷⁹

Que eu já sou meio espírita,
Não há negá-lo. Costumo
Pôr na cabeça uma fita,
Em vez do chapéu a prumo.

Chamo à vida uma grã bota
Calçada pelo diabo;
Quando escrevo alguma nota,
Principio e não acabo.

Dou o João, velho amigo,

¹⁷⁸ "Hotentote" é um dos nomes referentes à família de grupos étnicos africanos originais do sudoeste da África e que partilham características físicas e linguísticas específicas.

¹⁷⁹ Referência não encontrada.

Nascido em cinquenta e sete;
E ele, quando isto lhe digo,
Todo se alegra e derrete.¹⁸⁰

E proclama em recompensa,
Que sou de cinquenta e cinco;
Rimo-nos em boa avença,
Do meu brinco e do seu brinco.

Aqui há poucas semanas
Puxei fieira na rua,
E comi sete bananas
Com pimenta e linha crua.

José Telha, que no sótão
Sustenta os seus macaquinhos,¹⁸¹
Crê que alguns deles se botam
Para a casa dos vizinhos.

Mas eu respondo-lhe a cada
Palavra com heroísmo,
Que o que parece *pancada*,
É simples espiritismo.

E, voltando à vaca fria,
Sócrates era um sujeito
De grande filosofia,
Alta mente, heroico peito.

¹⁸⁰ Identidade do provável pseudônimo não encontrado. Mesmo assim, em outras crônicas, Machado brinca sugerindo a idade avançada do "personagem". Por exemplo: "Felizmente chegou o João Velhinho (...), e lá os deixei em casa, conversando sobre a guerra de Troia", *BE*, 01/09/1884.

¹⁸¹ "José Telha", trata-se do pseudônimo com o qual o diretor da *GN* assinava quase diariamente sua seção intitulada *Macaquinhos no Sótão*.

O hotentote, — conquanto
Lembre uma Vênus famosa¹⁸²
Pelo volumoso encanto,
Mas tão pouco volumosa,

Comparada àquela raça,
Tão pouco, como seria
Uma uva a uma taça,
A laranja à melancia.

O hotentote, em bestunto,
É pouco mais que um cavalo;
Dê-se-lhe um simples assunto,
Mal poderá penetrá-lo.

Mas, sendo um e outro feitos
Pela mesma mão divina,
Força é que sejam perfeitos,
Di-lo à grande Espiritina.

Daí a necessidade
De andar a gente em charola¹⁸³,
Não de cidade em cidade,
Mas de uma bola a outra bola.

Morre aqui algum peralta,
Que furtou grandes dinheiros,
Ressurge em bola mais alta,
Entre os simples caloteiros.

Vai a outra, e paga em dia
Todas as dívidas suas;
Vai a outra, e principia
A dar esmolas nas ruas.

Vai a outra, e já suprime
As ruas; chega à perfeita
Máxima pura e sublime
De só saber a direita.

¹⁸² Saartjie "Sarah" Baartman (1789-1815), a mais famosa mulher hotentote usada como atração de "exposições" na Europa nos século XIX. "Embora suas nádegas salientes fossem a atração principal, rumores sobre as peculiaridades de sua genitália também atraíram multidões. Na verdade, sua 'anomalia' racial/sexual sempre foi associada a uma característica animal." SHOHAT, Ella. *Crítica da Imagem Eurocêntrica*. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 156-157.

¹⁸³ Regionalmente, sentido de "procissão"; porém, expressão "em charola" também tem sentido de "em triunfo".

Sobe finalmente à esfera
Onde uma sociedade
De arcanjos lindos o espera,
E o conduz à eternidade.

Ali Sócrates jocundo
Receberá o hotentote,
E falarão deste mundo,
E glosarão este mote:

— Para que há de haver juízes
Em Berlim, ou em outra parte?¹⁸⁴
Têm aqui iguais narizes
O inocente e Malazarte.

MALVOLIO

¹⁸⁴ Referência ao conto de François Andrieux, *O Moleiro de Sans-Souci*, que narra a história em que Frederico II, rei da Prússia, manda construir o castelo de Sans-Souci. Para que um mocho lá presente não "estragasse" a paisagem que cercava a construção, uma autoridade faz sucessivas propostas em nome do rei para que o moleiro se mude dali. Com a recusa deste, aquele passa a ameaçá-lo. Frederico II pergunta-lhe por qual motivo ele não tinha medo de ninguém, nem do rei. A resposta do moleiro seria a frase célebre, frequentemente citada em situações em que o Judiciário é chamado a limitar o poder dos governantes: "Ainda há juízes em Berlim." Cf. ANDRIEUX, François G. J. S. *OEuvres*. Paris: Nepveu, 1818-23. <<http://books.google.com.br/>>. Visualizado em 08/05/2010.

Tratando sobre a intervenção da Câmara municipal na administração do matadouro público, uma carta de protesto publicada na seção *Publicações a Pedidos* faz a mesma citação com sentido similar. GN, 24/11/1887.

No princípio da crônica nº. 34, o pseudônimo alega que não tratará de evento específico, para deixar “sair livre o mote”, ou seja, deixa apenas sugerida uma generalizada porta aberta à interpretação, sem referência clara. Porém, cita objetivamente um suposto artigo da Sociedade Espírita, com o qual alega se identificar, e cuja retórica expositiva de conciliação de contrários (neste caso, “Sócrates” x “Hotentote”) já abordamos reiteradamente no princípio deste trabalho.

Mas eu respondo-lhe a cada
Palavra com heroísmo,
Que o que parece *pancada*,
É simples espiritismo.

Após a contextualização do comentário, Malvolio apresenta para o leitor o mote que lhe servirá de exemplo para o que pareceria “pancada”, mas alega não ser: o encontro do sábio grego, espécie de símbolo da filosofia clássica *estimada*, com a famosa atração de *vaudeville*, cuja fama seria inversamente proporcional ao *ridículo* e *grotesco* de sua natureza física.¹⁸⁵ Tal encontro, segundo a “doutrina espírita” exposta pela voz do pseudônimo, permitiria com que, após um longo caminho de “reencarnações” da hotentote, ela poderia finalmente se colocar em pé de igualdade para com Sócrates.

Em relação ao conteúdo dessa doutrina, não podemos afirmar que seja referência objetiva a qualquer artigo de jornal específico, porém, trata-se de uma paródia do diálogo *Fédon*, de Platão.¹⁸⁶ No texto platônico, Sócrates expõe sobre a constituição e o caminho das “almas” (alma, em sentido de espírito filosófico superior e oposto à materialidade passageira da matéria), enfatizando a imagem da eternidade das ideias e da possibilidade de “evolução” do espírito, conforme este seja mais verdadeiramente dedicado à Filosofia.

E agora, juízes, pretendo expor-vos as razões de estar convencido de que o indivíduo que se dedicou a vida inteira à Filosofia, terá de mostrar-se confiante na hora da morte, pela esperança de vir a participar, depois de morto, dos mais valiosos bens. Como poderá ser dessa maneira, Sírmias e Cebete, é o que tentarei explicar-vos.¹⁸⁷

¹⁸⁵ O tipo de entretenimento que explorava a “excentricidade” de características naturais consideradas exóticas era comum também na corte fluminense, sendo alvo da atenção de Machado em diversas ocasiões. Por exemplo, tratando sobre o “mistério” em torno do desaparecimento de uma atração circense, um anão africano, o “homúnculo da Libéria”, o cronista ironiza: “Qualquer que fosse o motivo secreto da ação [...] um filho da Libéria deve amar, antes de tudo, a liberdade. Questão de cor local.” *NS*, 21/07/1878.

¹⁸⁶ PLATÃO. Versão eletrônica PDF do diálogo platônico “Fedão”. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Membros do grupo de discussão Acrópolis. <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>. Último acesso: 01/10/2011.

¹⁸⁷ *Ibid.*

Não é de nosso interesse aqui explorar a reflexão sugerida pelo texto platônico, muito menos tentar supor a interpretação que Machado lhe dá, porém, é o de esclarecer o modo como o cronista se aproveita das imagens dadas pelo *Fédon* para elaborar seu texto. Sobre o destino das almas após a morte do corpo físico, a personagem de Sócrates argumenta:

Por que serão esses os mais felizes? Por ser natural que passem para uma raça sociável e mansa, de abelhas, vespas ou formigas, ou até para a mesma raça, a humana, a fim de gerarem homens moderados. [...] As [almas] que cometeram injustiças, a tirania ou a rapina, passam para a geração dos lobos, dos açores e dos abutres. Para onde mais podemos dizer que vão as almas dessa natureza?¹⁸⁸

Mais adiante, expõe que a alma dedicada ao esclarecimento,

alcançando a calma das paixões e guiando-se pela razão, sem nunca a abandonar, contempla o que é verdadeiro e divino e que paira acima das opiniões, certa de que precisará viver assim a vida toda, para depois da morte, unir-se ao que lhe for aparentado e da mesma natureza, liberta das misérias humanas.¹⁸⁹

Mais do que a pertinência do espelhamento entre a tal “doutrina” espírita e a filosofia platônica, nos interessa aqui averiguar o funcionamento dessas imagens que conciliariam o desacerto aparente do mundo segundo a lógica argumentativa da crônica. A retórica filosófico-espírita de Malvolio não convence o leitor, mas funciona para lhe dar estima entre seus iguais por meio do deboche a um dado da realidade. Mais interessante seria atentarmos então para que dado é esse.

Em primeiro lugar, a possibilidade de “evolução” é da hotentote, um ser cuja suposta inferioridade “espírita” seria dada por uma condição de nascimento. Porém, a curiosa retórica de Malvolio faz sua descrição passar por outros termos: o da malandra criminalidade e ausência de recursos, que evoluiria para possibilidade de pagamento de dívidas, e chegaria finalmente a um estimado altruísmo financeiro-“socrático”. Após descrever esse caminho, que não necessariamente passa pela condição de hotentote e filósofo grego, o pseudônimo recupera seus dois personagens como signos dos dois conjuntos de valores ideológicos apresentados, e cuja distância entre si corresponde ao caminho percorrido pela “evolução” do personagem inferiorizado, ou seja, é o que sustenta o ritmo da crônica.

Trata-se de um mix ideológico relativamente difuso, já que mescla classe social à natureza física, caráter moral à inteligência. Porém, tal mistura possui uma clara linha organizadora em dois polos, reforçada pela farsesca e bonachona dissolução das diferenças,

¹⁸⁸ PLATÃO. Versão eletrônica PDF do diálogo platônico “Fedão”. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Membros do grupo de discussão Acrópolis. <<http://br.egroups.com/group/acropolis/>>. Último acesso: 01/10/2011.

¹⁸⁹ Ibid.

dada pela quadra final. Linha essa, na verdade, que é estigma, o qual é reforçado justamente pelo pastiche metafísico do desfecho: mesmo em posição de suposta igualdade, a diferenciação entre hotentote e Sócrates se preservará como reconhecimento de origem.

— Para que há de haver juízes
Em Berlim, ou em outra parte?
Têm aqui iguais narizes
O inocente e Malazarte.

De um lado: grego, clássico, estima, inteligência, saúde, altruísmo, inocência, anjo, quase divino e, o principal, *patrimônio*; do outro, hotentote, suposta deformidade física e intelectual, bizarrice, criminalidade, dívidas, malandragem e *sujeição*. Porém, nenhuma dessas diferenças que movem a dinâmica social representada seriam relevantes segundo a voz social que encerra a crônica, uma vez que a eterna expectativa de harmonia futura faz de qualquer miséria e injustiça terrena o melhor dos mundos possíveis. Mais do que a evidência da contradição social, nos é interessante aqui reconhecer em qual base social esse discurso se torna mais significativo.

Para isso, nossa interpretação encontra em uma análise de uma crônica posterior de Machado, um significativo exemplo de ponto de vista crítico que ajuda a compreender o alcance da comparação que o cronista estava traçando. Em seu ensaio sobre uma crônica em certa medida semelhante a esta da *Gazeta de Holanda*, Roberto Schwarz interpreta o modo como o cronista compara um crime ocorrido no interior do país com um evento marcante da consagrada historiografia romana clássica,¹⁹⁰ de modo muito similar ao qual ele já havia comparado o hotentote ao pensador grego. Antes de citarmos a crônica que Schwarz analisa, vale adiantarmos que suas observações iluminam em muito nosso argumento.

Ainda sobre a crônica n.º. 34 da *Gazeta de Holanda*, a superioridade deste Sócrates bonachão, assim como a sujeição e inferioridade da hotentote, não devem ser levados à sério, pois eles apenas se sustentam a partir de uma comparação abstrata e em algum grau arbitrária, mais caracterizada pelo engenho retórico do pseudônimo que pela inteligência histórica sobre o exposto. Inteligência esta, que por sua vez, trata-se de uma interpretação que há muito havia se tornado esdrúxula para os leitores contemporâneos de Machado. Assim, Malvolio ri do hotentote, pois ele não se compara a Sócrates, e ri da filosofia platônica parodiada, pelo absurdo do discurso a ela vinculado tentar compreender a condição da hotentote.

¹⁹⁰ SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. Novos estud. - CEBRAP, Jul 2006, n.º.75, p. 61-79.

Ambos os clichês, clássico e grotesco, se relativizam mutuamente, para o prazer de privilegiados, enquanto demolem todo o resto. A dicotomia apresentada é falsa, estéril e não leva a destino algum, submetendo tanto o hotentote quanto Sócrates a um inseparável par cômico. Malvolio parece deplorar o destino incerto dos hotentotes e peraltas de toda espécie, e, mais do que isso, a comparação com Sócrates lhe serve apenas para reforçar a distância que os separa, revelando o sarro e o ranço de classe inconfundível. Assim, a referência à cultura clássica não vale em si, fato evidenciado na deturpação dada pela condição de paródia das referências.

O modo como se efetiva tais referências à cultura estimada lhe serve para que o pseudônimo figure na constelação de valores cosmopolistas *fin de siècle*, que não se iludem com a discursão clássica, embora se valham ostensivamente de seu repertório. Como resultado, tanto buscam se descolarem da bárbarie popular de seu entorno, quanto se integrarem a uma ideia de elite mundializada, com linguagem característica, ou seja, uma superioridade social devidamente caricaturizada, nesta crônica, pela relação de Malvolio com o leitor e com os demais pseudônimos que assinam as seções da *Gazeta de Notícias*.¹⁹¹

No texto no qual baseamos a argumentação imediatamente acima, o mote e exemplaridade da crônica analisada se dá pela problematização das concepções de “localidade” e “universalidade” que pauta o ensaio de Schwarz. Por essa razão, pode-se parecer uma comparação indevida entre as duas crônicas, já que na analisada pelo crítico a oposição é inicialmente dada entre o elemento pitoresco do interior do Brasil, o crime contemporâneo cometido por uma tal Martinha na cidade de Cachoeira, e a referência clássica, o suicídio de Lucrecia, narrado por Tito Lívio;¹⁹² e não entre uma referência inferior supostamente alheia ao país, a hotentote, atração europeia, e a referência clássica, o filósofo grego. Porém, no mesmo ensaio, Schwarz constata:

Mas não se pode dizer que [Martinha] seja uma figura localista, pois o sistema de seus ressentimentos faz parte clara da história contemporânea e de seu quadro de desigualdades internacionais. Com grande inteligência artística, Machado desmanchava o confinamento que sufocava a matéria brasileira. Atrás dos rótulos estéticos e lógicos há luta de classes, luta entre nações, desproporção entre as acumulações culturais respectivas, além de luta crítica.¹⁹³

¹⁹¹ Vale ratificar que, devido às similaridades entre as crônicas, essa nossa interpretação está diretamente referenciada à interpretação de Schwarz sobre o “Punhal de Martinha”. SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. *Novos estud.* - CEBRAP, Jul 2006, no.75.

¹⁹² *A Semana (AS)*, 05/08/1894.

¹⁹³ SCHWARZ, op. cit., p. 78.

Assim, pode-se compreender que o principal ponto de aproximação das duas crônicas não está dado, nem é significativo, pela referência de Martinha ou do Hotentote em si, nem de Lucrécia ou de Sócrates em si, mas justamente pelo modo como esses dois polos opostos, desvalorizado e valorizado, suposta “exceção” e suposta “regra”, se configuravam e se espelhavam, num processo de definição mútua dado pelo sistema de valores sociais representado nas crônicas. Sistema, este sim, mais significativo e cuja manifestação, no caso do gênero crônica, é pautado pelas páginas do debate social corrente.

Acreditamos que a série *Gazeta de Holanda* traga diversos exemplos que demonstram como tal “sistema de ressentimentos” estava profundamente enraizado na sociedade fluminense de Machado de Assis. Para continuarmos discutindo com referências e ferramentas de composição semelhantes, vale a leitura da crônica nº. 40, em que Malvolio se refere à prisão de um conhecido capoeira da corte, reconhecido nos jornais como “Grego das ostras”.

14 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 40

Por Júpiter! Cobre o rosto.
Risonha Hélade amiga,
Cobre-o de pejo e desgosto;
Chora a tua graça antiga.

Lembras-te daqueles tempos,
— Da galante mocidade,
Em que eram teus passatempos
Grave e fina agilidade?

Em que as tuas formas belas
Mostravam-se aos olhos puros,
Tempos quase sem mazelas,
Quase sem dias escuros?

Então floresciaam jogos
De toda casta e destino,
E coros cheios de rogos
Ao céu e ao povo divino.

Já não falo dos famosos

Jogos de corridas — quando
Voavam carros briosos
Pelo solo venerando.

Falo (e serve ao que ora trato)
Falo daquelas usanças
Em que vinha o pugilato
Entre cantigas e danças.

Seguramente que havia
Pancada — porém pancada
De valor e bizzarria
Por uma coisa sagrada.

Eram modos e maneiras
De lutar de língua e punho.
Traziam tantas canseiras,
Grécia, o teu amável cunho.

E agora, ai, chora pitanga!¹⁹⁴
Pitanga é fruta moderna,
Mas a qualquer mágoa ou zanga

¹⁹⁴ Referência ao dito popular que, entre outras referências da época, também foi título da famosa polca “Chora Pitanga”, de Manoel Joaquim Maria (?). Cf. VASCONCELOS, Ary. **Raízes da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, p. 224.

Qualquer fruta é fruta eterna.

Contudo, se não te agrada,
Chora aquele mel do Himeto¹⁹⁵,
Que inda agora a abelha amada
Verte ao comum e ao seletto.

Chora o que for, chora, chora...
Vês este grego, chamado
Manuel Rottas, que aqui mora?
Foi há pouco encarcerado.¹⁹⁶

Que pensas tu que fazia
Este filho tão malandro,
Em cujas veias podia
Correr sangue de Lisandro¹⁹⁷?

Ouve... fecha os olhos... Cobre
O belo rosto, faceira;
Não há cautela que sobre...
Rottas era capoeira.

Sim, capoeira, repito.
E cometia na praça
Das Marinhas o delito
De dar aos colegas caça.

Chamavam-lhe por gracejo
O *grego das ostras*; nome
Que em si mesmo não dá pejo,
Antes creio que dá fome.

Grego e capoeira! Ó manes
Dos seus avós acabados!

¹⁹⁵ Cadeia de montanhas que delimita a região Ática, na Grécia. “Mel de Himeto” é expressão usada para designar o vinho da região.

¹⁹⁶ Também conhecido como “Grego da Praia”, Rottas (sobrenome de origem italiana) já havia aparecido nas páginas da *GN* após ferir uma pessoa com navalha e depois fugir da polícia. Na ocasião de sua prisão, houve nova tentativa de fuga e trocaram-se tiros com a polícia. *GN*, 09/10 e 12/11/1887.

Curioso, porém, o fato de, dias depois, a *GN* anunciar grande conflito entre capoeiras envolvendo um “Grego das Ostras” e outro “Manuel Rottas.” Posteriormente, *GN* volta a publicar sua prisão: “Queira Deus que agora ele nos favoreça com sua ausência.”

Respectivamente, *GN*, 31/12/1887 e 26/01/1888.

¹⁹⁷ General espartano comandante da frota que derrotou os atenienses durante a Guerra do Peloponeso (405 a. C.).

Ó recordações inanes
De outros tempos e outros lados!

Bem conheço que, assim como
Cada roca tem seu fuso,
Cada macieira seu pomo,
Tem cada terra seu uso.

Nem é o uso que me espanta;
Espanta-me esse contraste
Da terra e da sua planta,
Da habitação e do traste.

Bem sei que a Grécia recente
É outra da Grécia antiga,
Mas no coração da gente
És a mesma, Hélade amiga.

E por mais que a razão pura
Mostres que ora estás mudada,
Espanta-me esta figura:
Rasteira, grego e facada.

MALVOLIO

Parodiando a gravidade de um Velho do Restelho ou de um *Navio Negreiro*, Malvolio inicia sua notícia sobre um perigoso e conhecido personagem das seções policiais: “Por Júpiter! Cobre o rosto...”. Mas, no vocativo em seguida, já revela o olhar irônico algo complacente do verniz clássico e estimado observando a cultura e os fatos locais: “...Risonha Hélade amiga”. Assim, os termos da crônica estão dados logo a princípio: trata-se de um olhar superior que comenta o fato mezinho, o qual é constituído fora do anonimato apenas por meio da comparação espantada do pseudônimo.

Porém, assim como a crônica anterior, é interessante observar que, enquanto o pseudônimo fala do “traste” de sua terra, ele está exposto ao próprio argumento e ao sistema de valores a que pertence. Malvolio evoca as irônicas lágrimas três vezes: na primeira, “chora pitanga”, que, além de ser referência à fruta nacional, também é um bordão musical bastante popularizado em forma de polca (o que diminui bastante a distância entre as “pancadas” da capoeiragem e o pugilato grego, praticado “entre cantigas e danças”); na segunda vez, se corrige e chora o vinho grego, “mel do Himeto”, mas que também acaba vertido ao “comum e ao seletor”; e, por fim, desiste de sustentar seu tom elegíaco de choro inconsistente, e “chora o que for”, diz, por qualquer coisa serviria, daí desconversa, “chora, chora...”, sem sustentar mais a comparação que acabara de fazer.

Basicamente, o espanto de Malvolio é cômico pois sua própria exposição parece aproximar ainda mais os termos contrapostos que alega ser tão distantes: grego e capoeira não são tão diferentes, cultura clássica e criminalidade fluminense são contemporâneas, vinho grego e pitanga brasileira tem potencial simbólico equivalente, pugilato e navalha são igualmente violentos e podem igualmente ser intercalados por momentos pacíficos, Lisandro e malandro são igualmente representativos de uma coletividade etc. Em suma, o “pejo” e a “fome”, aparentemente tão contraditórios, dependem menos de uma característica própria dos elementos contrapostos e mais de quem os representa, neste do caso, de Malvolio.

Novamente, trata-se do espelhamento forçado, mas com sua contraparte pertinente, que, desde o sorriso complacente e superior da “Hélade amiga” já está posto como absurdo, mas cujo protelamento e insistência por parte de Malvolio levará necessariamente ao humor que move a crônica e que caracteriza o episódio. Humor esse que torna o “choro” do pseudônimo mero “faniquito”, e que intensifica ainda mais o ridículo da comparação que não existe na materialidade, mas apenas no “coração” ressentido do pseudônimo. Este sim, bastante real, mas que não encontra na sua sociedade o lastro material que sustentaria o valor de sua cultura “amiga”, mais estimada.

Bem conheço que, assim como
Cada roca tem seu fuso,
Cada macieira seu pomo,
Tem cada terra seu uso.

Nem é o uso que me espanta;
Espanta-me esse contraste

Da terra e da sua planta,
Da habitação e do traste.

Bem sei que a Grécia recente
É outra da Grécia antiga,
Mas no coração da gente
És a mesma, Hélade amiga.

Em outras palavras, trata-se da personificação de uma suposta cultura clássica que se espanta com a *sua* referência “grega” adulterada na figura do capoeira. Adulteração essa que, na verdade, corresponde ao inconformismo como este Malvolio se reconhece no capoeira contemporâneo. A referência que serviria de lastro para comparação humorística e insolúvel não existe senão “no coração da gente”, ou seja, existe apenas como ideologia social historicamente determinada.

Assim, a diferença que Malvolio representa entre os polos “grego” e “capoeira” é tão falsa quanto os demais espelhamentos que acarreta, e cujos exemplos podem ser encontrados em muitas outras crônicas da *Gazeta de Holanda*, inclusive entre as já analisadas. Porém, ao mesmo tempo, a diferença entre os polos é igualmente pertinente, pois é justamente pelo mergulho consciente e frustrado no vão que há entre eles, que emergiria a representação da especificidade inconsciente e identitária.

Em outras palavras, um exemplo conhecido que melhor encarna essa condição é o compositor Pestana, do conto “Um homem Célebre”, músico de sólida formação clássica cujo talento espontâneo e amplamente reconhecido se dava apenas como popular compositor de polcas, cujas partituras de sucesso eram elaboradas “justamente a partir do diálogo frustrado na viagem dentro dos clássicos”.¹⁹⁸ Sua “tragédia”, o problema que marca a sina do pianista Pestana, não chega a ser resolvida no conto, nem mesmo em seu encerramento, já que ele morre “bem com os homens e mal consigo mesmo”. Nesse ponto fica mais evidente que é o sentimento íntimo que move Pestana aquilo que nos permite aproximá-lo da Grécia imaginária que resiste no coração de Malvolio. Por consequência, tanto a composição jamais escrita por um, quanto o espantado olhar para o “grego capoeira” de outro, não são problemas a serem solucionados na concretude prática da vida material, mas são produtos de subjetividades pobres de mediações com a realidade.

Não por acaso, nos dois textos, o humor marca a tentativa de assimilar o “inexplicável” da situação. De um lado, Pestana, muito mais grave, morre sem se consolar

¹⁹⁸ WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004, p. 74.

diante de sua “tragédia”, mas ao menos reconhece sua condição antes da morte, por meio da “única pilhéria que disse em toda a vida”;¹⁹⁹ do outro, o “espanto” debochado do Malvolio que comenta o grego capoeira, diante do dado da realidade que lhe desafia sua concepção de mundo e o reconhecimento de sua posição nele.

Continuando nossa argumentação com outros exemplos, vale a pena prosseguir o comentário sobre esse terceiro grupo de crônicas que ilustram a variedade de representações de uma sociedade descolada de seus valores artísticos e culturais, mais abstratos, porém, amplamente postulados.

No comentário da crônica n.º. 44, Machado encontra num acontecimento ocorrido na cidade mineira de Uberaba, no início de 1888, a possibilidade de rearticulação de uma série de temas, de abordagens, de representações e de estruturas argumentativas as quais já vinha tratando e que já exploramos ao longo deste trabalho.

18 DE JANEIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 44

Para quem gosta de sangue...
Peço à leitora querida
Não desmaie nem se zangue;
Não venho arrancar-lhe a vida.

A gente pode, em conversa,
Dizer alguns nomes duros,
Não por índole perversa,
Nem maus costumes impuros.

Se achar algum dito horrendo,
Não desmaie nem se zangue...
Porém, como ia dizendo,
Para quem gosta de sangue,

Houve-o em Moura, S. Fidélis,

¹⁹⁹ ASSIS, Machado de. “Um homem célebre”. In: **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959.

Grajaú, Piracicaba;²⁰⁰
Esfriam muitas peles
Na própria grave Uberaba.²⁰¹

Ali, fogueira queimando,
Muito antes de Santo Antônio,
Cará de gosto execrando
Para a boca do demônio.

Mais longe, uma catequese;
Mais perto, uns tiros trocados...
Quem souber rezar que reze
Por alma de tais finados.

Eu, de todas essas cenas
Que acaso coincidiram,
E que outras melhores penas,
Em prosa, já referiram,

Confesso que a de Uberaba
Vale mais que outra nenhuma;
Tem luz que se não acaba,
Ensina e conforta, em suma.

Note-se que lá não houve
Sangue propriamente dito,
Omissão que é bom se louve
Em vista de outro conflito.

E por quê? Porque um Sampaio
Que, pelo nome não perca,²⁰²

²⁰⁰ Única referência encontrada, sobre Piracicaba: um mês após a fuga dos escravizados de Francisco José da Conceição (1822-1900), Barão de Serra Negra, e posterior conflito com a polícia (no contexto de fugas em massa de escravizados em São Paulo – ver Crônica 41, nota 225), novo conflito com a população ocorre na chegada de trem trazendo escravizados recapturados. Dias depois, a *GN* publica denúncia de grande quantidade de armas encomendadas em uma loja na capital paulista com destino à Piracicaba. *GN*, 13/12/1887, 12 e 14/01/1888.

²⁰¹ Não encontrada referência anterior à publicação da crônica. Porém, dias depois, é publicada notícia dizendo que “chegou ontem de Uberaba o coronel Antônio Borges Sampaio (?), chefe do partido conservador na cidade. Vem pedir providências da corte em relação às graves ocorrências naquela cidade.” *GN*, 24/01/1888.

²⁰² Acredita-se que o homônimo famoso referenciado na crônica seja Antônio Borges Sampaio (1827-1908), português que chegou a Uberaba em 1847 e logo se destacou como homem público. Trabalhou

Para copiar o raio,
Que voa, mas não alterca,

Logo que viu a gente armada
Vociferando nas ruas,
Disposta, pronta, assentada
A ir a cenas, mais cruas;

Bradar que ou lhe tiraria,
Sem compaixão a existência,
Ou ele a favorecia
Nada mais que com a ausência,

Ele, coronel e cabo
De partido, achou cabido
Não afrontar o diabo
Na gente do outro partido.

Saiu; logo a gente amiga
Para trazê-lo de novo,
Cuidou de uma vasta liga
E andou ajuntando povo.

De modo que, se lá volta,
Havia provavelmente
Nova e sangrenta revolta,
Em que morreria gente.

Poupou-se uma cena crua;
Sampaio ficou de fora.
Tem casa ali, casa sua;
Morava; já lá não mora.

Porém onde a luz do caso?
Que há aí que conforto e ensine?
Escute, ou vai tudo raso;
Depois de escutar, opine.

A luz é que tem Sampaio,
Com a maior segurança,
Nas mãos um futuro ensaio
De desforra e de vingança.

Ponha-se de lá à espreita

durante as décadas de 1850 e 1860 como correspondente para jornais da corte. Tendo destaque no *Jornal do Comércio* na cobertura da invasão brasileira sobre o norte paraguaio. FONSECA, André Azevedo et al. (Org.). **Cultura e Sociedade**. Uberaba: UFTM, 2010, p. 114.

De ocasião valiosa,
E vá com a sua seita
Contra o Borges, contra o Rosa²⁰³,

Contra o Marquês e os capangas
Ponha-os fora da cidade,
E entre vivas e charangas
Fique em paz e em liberdade.

Virá dia em que eles troquem
As bolas contra Sampaio,
E a toque de caixa o toquem
Nas asas de novo raio.

Fuja então; de novo espreite,
E a murro e a tiro os disperse,
Tranquilamente se deite
E alegremente converse.

E assim, aumentando a soma
Das proscricções alternadas,
Uberaba será Roma,
Ambas imortalizadas.

Ora Mário, agora Sila,²⁰⁴
Um de dentro, outro de fora,
Ante-fila ou serra-fila,
Ora Sila, Mário agora.

E não haverá na vida,
Na vida em que tudo acaba,
Coisa mais apetecida
Que ir viver para Uberaba.

MALVOLIO

²⁰³ Referência não encontrada.

²⁰⁴ Referente às chamadas Guerras Civis de Sila (88-87 e 82-81 a.C.), que se deu entre os partidários dos chefes militares Lúcio Cornélio Sila (138-78 a.C.), derrotado na primeira, e de Caio Mário (157-86 a.C.), derrotado na segunda, em disputa pelo poder político em Roma.

Nesta crônica, é importante contextualizar novamente que estamos em janeiro de 1888, em pleno auge das fugas em massa de escravizados de fazendas do interior paulista, mineiro e fluminense. Como já dito acima, a quantidade de fugas havia aumentado consideravelmente no segundo semestre do ano anterior e continuava com frequência considerável no início do ano seguinte, conforme indicam as notícias vindas das províncias e publicadas diariamente nos jornais da corte. Uma das consequências da constância das fugas eram os conflitos com as autoridades locais espalhadas pelas províncias da região sudeste.

Assim como o cronista já havia dado atenção a fatos violentos ocorridos nas fazendas no interior,²⁰⁵ ele volta aqui a outros acontecimentos semelhantes ocorridos distante da corte. Porém, apesar de sugerir que haveria muitos exemplos para se comentar sobre um processo social mais amplo e emergente, o cronista prefere se concentrar na exposição de um conflito apenas, aparentemente diverso dos demais, não pela natureza deste conflito, mas por ser o único sem “sangue” derramado.

Confesso que a de Uberaba
Vale mais que outra nenhuma;
Tem luz que se não acaba,
Ensina e conforta, em suma.

O caráter ilustrado que Malvolio dá à exemplaridade do caso de Uberaba está diretamente ligado a certa alternância política que o caso acarreta: apesar da oposição ao Coronel Antônio Borges Sampaio tê-lo retirado da cidade mineira, sua ida à corte já pressuporia a rearticulação, junto ao partido conservador, para que ele retornasse a Uberaba posteriormente. Malvolio, então, vê no episódio uma ilustração da recorrente alternância política na cidade, mas ela, em si, não parece significativa: o que é significativo é o paralelo que o pseudônimo faz com a história da célebre capital romana.

Assim, segundo assumido pelo discurso de Malvolio, o caso de Uberaba não é escolhido por se enquadrar na série de conflitos intensificados no interior do país à época; nem por exemplificar um quadro de relações partidárias que pautam o debate político desde o período da Conciliação, na década de 1850. É escolhido, porém, justamente por reafirmar a exemplaridade da referência clássica.

Não há ligação necessária entre Uberaba e Roma e, por isso, o elemento social aqui representado é justamente a imposição dessa comparação “ilustrada”, desse espelhamento,

²⁰⁵ Em outra crônica da série *Gazeta de Holanda*, Machado de Assis trata sobre um violento conflito ocorrido na província de Goiás com uma abordagem extremamente parecida, também se utilizando da referência romana. *GN*, 13/05/1887.

que evoca, para depois empurrar para debaixo do tapete, o questionamento sobre as reais forças sociais e políticas envolvidas tanto no caso mineiro, quanto nos demais conflitos semelhantes ocorridos à mesma época.

Por fim, no caso da crônica seguinte, podemos confirmar que a exotividade “local” não é representada apenas pelo “interior violento”, pelo “capoeira” brasileiro-mulato, ou pelo “hotentote” genérico, mas se dá também em nível, digamos, continental. Mais do que isso, as referências estimadas não se restringem também ao repertório clássico, mas podem se dar igualmente em uma escala continental. Além disso, por meio da próxima crônica, também poderemos ver como as vozes sociais que atuaram no processo político da substituição do regime monárquico pelo republicano estão necessariamente amarrados ao mesmo sistema de valores representado ao longo da série *Gazeta de Holanda*.

4 DE FEVEREIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 45

Não, senhor, por mais que possa
Achar censura, confesso
Que não tenho medo à troça,
Referindo este sucesso.

Há muito que me pejava
Da botoeira que tenho,
Cava, inteiramente cava,
Sem qualquer sinal de engenho,

De serviço ou caridade,
Coisa que haja merecido
A particularidade
De me fazer distinguido.

Não é que imitar quisesse
O José Telha, que corre
Por fita que não merece,
E se lha não derem, morre.²⁰⁶

Não quis hábito da Rosa,
Cristo nem Pedro Primeiro,
Avis ou mesmo a famosa
Fita do grave Cruzeiro.

São moedas da coroa,
E eu, democrata²⁰⁷, não devo

Expor a minha pessoa
A ser contrária ao que escrevo.

Mas então, de que maneira
Preencheria o vazio
Desta minha botoeira
Sem diminuir o brio?

O que desde logo acode
É pôr uma flor bonita,
Ou rosa ou cravo, que pode
Suprir muito bem a fita.

Porém, desde que a alma nossa
Tem casaca e bem talhada,
Preciso é fita que possa
Encher-lhe a casa sem nada.

Mas que fita? em que armarinho
Recente podia havê-la?
Encontrei logo o caminho:
Corri a Venezuela.

Venezuela tem uma
Ordem muito bem disposta,
Com que premiar costuma,
Costuma, procura e gosta.

Tem grã-cruzes, tem comendas,
Tem dignitárias e o resto.
Há para todas as prendas
Um sinal brilhante e honesto.

Ordem é mui bem fundada
Sobre a liberdade amiga,

²⁰⁶ A coluna *Macaquinhos no Sótão* trazia frequentemente críticas ao grande número de comendas das Ordens do Império, principalmente nos últimos anos da década de 1880. Um de seus textos que exemplificam suas críticas é aquele em Ferreira de Araújo simula o recebimento de uma carta, escrita por um suposto “comendador da Ordem da Rosa”, em que é escrita uma crítica a Telha por não reconhecer os supostos bons valores das condecorações. *GN*, 13/11/1887.

²⁰⁷ Não raro, nos jornais da época, os termos “democrata” ou “democracia” eram usados com significados muito próximos a “republicano” ou

“república.” Talvez devido à prevalência do regime monárquico, a concepção de “Democracia” se aproximava com mais facilidade, por oposição, à de “República”. Vê-se uma aproximação do uso dos dois conceitos comuns também aos discursos de membros do partido republicano em textos como o do cientista social português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), comentando a retrospectiva sobre o ano de 1886, ou o do redator da *Crônica da Semana*, que opunha o Senado vitalício à Câmara dos deputados “democrática.” *GN*, 07/01 e 17/04/1887.

Grave como a Anunciada,
Como o Banho, como a Liga.²⁰⁸

Simão Bolívar se chama,
Grande nome e livre nome;
Coroou-o eterna fama
Do louro que se não some.

A venera é justamente
Como são outras veneras,
Usa-se ao colo pendente,
Ao peito, em forma de esferas.

A fita é de chamalote,
Como são as outras fitas,
Não é certo que desbote
E tem as cores bonitas.

Quanto ao efeito no rosto
Da multidão é perfeito;
Dá o mesmo grande gosto
E o mesmíssimo despeito.

Corri à Venezuela,
Venezuela escutou-me,
Pude logo convencê-la,
OuvIU-me, condecorou-me.

Não é só a monarquia
Que tem plantas reverendas;
Vento da democracia
Também faz brotar comendas.

MALVOLIO

²⁰⁸ Referências, respectivamente, às Ordens italiana e inglesa. Sobre a terceira, referência não foi encontrada.

Malvolio principia seu texto lamentando sua “sede de nomeada” não saciada, por ter desejado espécie de condecoração, de comenda dada pelo governo imperial, mas como isso não lhe fora concedido, expressa de forma levemente irônica seu ar ressentido. Porém, trata-se de um ressentimento não assumido, uma vez que o pseudônimo alega ser incoerente receber homenagens que não obedeçam a seus princípios republicanos, ou seja, “democráticos”.

Assim, Malvolio começa a registrar novamente a “conciliação” que estabelece entre dois termos que poderiam ser pensados como opções políticas opostas: Monarquia e República. Ao declarar sua oposição ao Império, o pseudônimo não abre mão dos benefícios do regime monárquico brasileiro, aqui, simbolizado pelas comendas e títulos. No primeiro plano de seu discurso, a suposta oposição entre Monarquia e República se mostra inconsistente e acaba desmanchada pela possibilidade de Malvolio ter sua “sede de nomeada”, enfim, saciada, em qualquer dos dois regimes políticos. Porém, assim como em outras crônicas, o humor de seu pressuposto de conciliação se sustenta numa falsa dicotomia, cujo “equívoco” vale a pena ser analisado.

Em primeiro lugar, o escritor está reiterando aqui um posicionamento recorrente em sua obra tardia: a crítica ao regime monárquico, porém, matizada pelos igualmente graves riscos sociais da ascensão do ideário republicano corrente. Em uma famosa crônica posterior, publicada ainda antes da proclamação da República, o escritor retoma abordagem similar, recorrendo a uma frase em língua alemã que sintetizava a ideia de que: “*seria fácil provar que o Brasil era menos uma monarquia constitucional que uma oligarquia absoluta.*”²⁰⁹

Nessa crônica de Bons Dias!, o cronista-pseudônimo afirmava literalmente, meses antes da queda da monarquia, a certeza de que as condições sociais impunham à sociedade brasileira um regime, na prática, necessariamente mais oligárquico do que qualquer outra feição oficial que institucionalmente o país viesse a tomar, fosse Monarquia, fosse República. Dessa forma, vemos que a oposição entre monarquia brasileira, de então, e a expectativa de uma república nacional eram opções menos distanciadas do que poderia parecer à primeira vista. Assim, se por um lado esse argumento pode reforçar a “conciliação” promovida pelo discurso de Malvolio, por outro, também é indício da base social e econômica sobre a qual se sustenta a “sede de nomeada” do pseudônimo.

²⁰⁹ “*Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*” BD, 11/05/1888.

Já no discurso de Malvolio, o lastro de valores sociais, retoricamente evocados, que sustenta sua declarada ambição é a chancela dos ideais republicanos e dos ideais das “graves” comendas europeias, “como a Anunciada, / como o Banho, como a Liga”. Assim, sejam monárquicos, sejam republicanos, os valores que sustentam a voz social assumida aqui por Malvolio não têm base concreta na especificidade dos conceitos políticos conflitantes que evoca, mas no modo como eles se relacionam na lógica sociopolítica brasileira, e por meio da retórica discursiva da voz que assume o pseudônimo.

Porém, as implicações do argumento de Malvolio se mostram um pouco mais complexas do que essa correspondência.

Vale acrescentar que, no período de publicação da *Gazeta de Holanda*, foram publicados na *Gazeta de Notícias* diversos relatos sobre comendas da *Ordem venezuelana Simon Bolívar*, dadas para cidadãos brasileiros. Em parte desses relatos, os comentários sobre o recebimento dessas homenagens eram feitos de modo pejorativo, demonstrando a existência de uma ampla opinião corrente que via as comendas com maus olhos, fossem ou não republicanas.²¹⁰

Além disso, ao longo de sua carreira como cronista, Machado também enfatizou diversas vezes a imagem de instabilidade política associada aos regimes republicanos de países vizinhos, como Uruguai, Argentina, Venezuela e, sobretudo, Paraguai. No caso específico da Venezuela, há duas crônicas que acreditamos serem bastante significativas sobre a uma imagem reiterada pelo cronista sobre este tema: na série *Balas de Estalo*, Machado já havia comentado o modo como os altos cargos políticos da república venezuelana estavam diretamente vinculados ao corpo militar, o que caracterizava um regime político repressor e visto com maus olhos pela sociedade fluminense. O cronista exemplifica ironicamente: “em Venezuela, por exemplo, onde nunca pude descobrir entre os governadores das províncias um simples coronel; são todos generais”.²¹¹

Em outra crônica posterior, o cronista alega estar “surpreso” com a notícia sobre dissolução total de um partido político venezuelano. Diz que, mesmo em uma situação de instabilidade política, como passava o país vizinho, compreenderia a dissolução de um

²¹⁰ A comenda em questão, com conotação republicana, também não foge à regra. A última licença concedida para o recebimento desta antes da publicação desta crônica, e publicada na GN, ocorreu dias antes, em 14/01/1888.

²¹¹ BE, 24/09/1885.

batalhão do exército, de uma festa familiar ou de um baile dançante, ou até de associações comerciais e financeiras, mas não compreenderia jamais a dissolução de partidos políticos, cuja unidade deveria se dar pela união coerente de princípios, e não por outras razões “dissolúveis”.²¹² Assim, em diversas ocasiões, Machado se mostrou bastante descrente em relação ao ideário político republicano na América Latina, de modo geral, num tom irônico de fácil identificação.

Mas voltando para especificidade da crônica nº. 45, vemos que seu *pressuposto de conciliação* (*predominante no princípio da série, mas recorrente a ponto de marcar também esta crônica, semanas antes do encerramento da Gazeta de Holanda*) acaba “desmanchando as diferenças” não apenas entre os conceitos políticos “Monarquia” x “República”, mas também das trajetórias diversas traçadas pelas sociedades latino-americanas recém-independentes: aqui representadas pelas ordens monárquicas brasileiras e as ordens da república venezuelana.

Nesse ponto, se revela a face ressentida deste Malvolio no modo como ele se vale da distância entre a referência valorizada e desvalorizada para representar a contradição social que sustentará seu humor anárquico. Trata-se justamente da imagem das supostas republiquetas vizinhas: estigmatizadas por diferentes regimes militares violentos e por instabilidade política; constituindo-se como um “modelo federativo” típico da América Latina; o qual é reconhecido apenas como depreciado mote cômico para a crônica; mas, que, no entanto, subverte o estimado ideal Republicano do discurso de Malvolio, fazendo-o pedir ao leitor (irônica ou dissimuladamente) que não faça “troça” da homenagem que havia recebido.

Por isso mesmo, apesar de rir do modo como a referência ao regime político universal não se sustenta seriamente na especificidade local do país vizinho, Malvolio encontra, nessa mesma republiqueta, um horizonte político pouco promissor para seu país, já que pareceria ser justamente este que se abria para o Brasil durante o prolongado enfraquecimento do regime monárquico naqueles últimos anos. Ou seja, mais do que da exemplaridade pouco estimada da lógica sociopolítica do país vizinho, o cronista aqui também ri de si mesmo, do incômodo espelhamento que encontra no absurdo regime político representado. E que, no entanto, a sociedade brasileira parecia encaminhar-se justamente para ele.

²¹² BD, 07/06/1889.

3.2 *Procedimentos e temas comuns. Articulação específica*

Chegando à parte final dessa pesquisa, vale problematizarmos a exposição do nossos argumentos até aqui, mesmo acreditando serem eles justificáveis pela própria natureza fragmentária do gênero crônica.

Em primeiro lugar, os critérios para seleção dos textos analisados não foram de todo rigorosos, podendo ter sido feitos comentários semelhantes com outros recortes e exemplificações, uma vez que a articulação totalizante de análises individuais para cada texto da série seria muito extensa. Por exemplo, a “primeira” fase da nossa análise, da sugestão do movimento da série, que marca o primeiro bloco de argumentos sobre o pressuposto de conciliação, poderia ter sido estendida para além da crônica nº. 11 (sobre as polcas), onde encontraria crônicas que poderiam servir de exemplos individualmente talvez até mais esclarecedores para nossa argumentação. A própria integridade do bloco inicial de crônicas também está comprometida, uma vez que uma crônica que traz a mera justaposição de comentários pontuais sobre eventos do cotidiano, lembrando as crônicas do início da carreira de Machado, e que poderia ressaltar nossa interpretação, foi devidamente não enfatizada pelo nosso argumento.

Uma problematização similar pode ser feita em relação à definição da segunda parte do trabalho, sobre o “desregramento”: este segundo momento não se tratou propriamente de um “programa”, como aquele anunciado na crônica de abertura, mas de uma série de indícios metalinguísticos deixados pelo cronista de forma desordenada, os quais nos ajudaram a interpretar a alternância cada vez mais frequente, mas sempre irregular, entre (a) o pressuposto de conciliação, que não conciliava de fato a contradição social que alegava desmanchar, e (b) um apaziguado retrato social cujas entranhas problemáticas o cronista fazia questão de trazer à superfície do texto. Por falta de melhor definição, batizamos como “desregramento”, uma vez que um retrato social representado manteve-se constante em toda a série: (c) o riso estruturado sobre uma situação absurda, a qual, por sua vez, era resultante do contraste representado e deixado, explicitamente ou não, em aberto. Basicamente, nessas

duas etapas, o que sugerimos foram os matizes do movimento da série, a variação de formas pelas quais a matéria social foi representada.

As diversas faces mais ou menos humorísticas e irônicas com as quais se mascararam os contrastes sociais representados por Machado ao longo da Gazeta de Holanda mostraram ser as variações de sua principal recorrência. Por isso, reconhecido o caráter reiterado dessas representações, fizemos escolhas de recortes para a argumentação, talvez não os ideais, já que o gênero não parece ter um princípio formal de composição que nos servisse de guia.

Mesmo assim, antes de mapear tais contrastes, vale acertarmos os ponteiros entre nossas principais referências sobre o tema. É importante ressaltar que descrevemos, no princípio da exposição, como o cronista parece recorrentemente representar esses contrastes sociais: o pseudônimo evoca uma série de vozes sociais discordantes pertencentes a um debate social específico (dado por um campo comunicacional historicamente determinado), e, posteriormente, a crônica se encerra com a representação de uma voz social que se constitui suplantando as demais. Acreditamos que essa ação, que revela uma contradição em aberto, não solucionável, se aproxime de um feito artístico que Roberto Schwarz aborda, em outros termos:

a disparidade entre isso tudo [fatos citados na crônica] e os termos filosóficos do cronista incita à reflexão histórico-social, desafiada a completar e denominar o que está configurado, a disparidade inclusive. O procedimento é vertiginoso, mas efetivo: a acuidade mimética para os problemas brasileiros combina-se à inclusão maliciosa de raciocínios inadequados, e à exclusão, também deliberada, do vocabulário e dos argumentos ligados à questão nacional.²¹³

Assim, um dos elementos que encadeiam as crônicas é justamente o registro normatizado da exceção, e a excepcionalidade da regra, e que tem como pontos altos a representação de certa subjetividade ressentida socialmente enraizada. Essa estrutura recorrente não equivale, porém, a um princípio de composição abstrato de extenso grau de complexidade artística, como poderia se dar na estrutura de um romance ou mesmo de um conto. Trata-se, entretanto, de uma melodia bastante simples e monótona, cuja mesma nota é tocada em quase todos os textos, um a um, e que é pautada em geral pelos assuntos emergentes na imprensa fluminense, e cuja força se dá, não pelo texto isolado, mas pela

²¹³ SCHWARZ, Roberto. "Leituras em competição". Novos estud. - CEBRAP, Jul 2006, no.75, p. 76.

pertinência e reiteração de sua forma em meio às demais interpretações diárias sobre o cotidiano, dadas nos jornais.

Reconhecemos, assim, tal recorrência como formadora de uma espécie de “eixo” de sucessivas e insolucionáveis contradições dadas pelos próprios termos como as questões debatidas já estavam colocadas, e o qual percorre a maioria absoluta dos textos da Gazeta de Holanda.

Por isso, propusemos agrupamentos temáticos que pudessem ilustrar seus mais diversos matizes. Pautados, sobretudo, pelo campo de comunicação de origem dos textos, ou seja, pelo debate social que compunha seu contexto significativo, propusemos um agrupamento em três partes: (1) em torno do símbolo da questão servil, o campo de assunto mais concreto da época; (2) associado a contradições dadas em termos documentais ou institucionais; e (3) associado a contradições dadas em termos de valores socioculturais mais abstratos e subjetivos. Obviamente nossa separação nesses três grupos teve sua dose de arbitrariedade, mas também buscou equilibrar, em relação ao todo da série, seus conjuntos de ideias mais significativos.

Por essa razão, e também para reforçar nosso argumento de um modo (talvez exageradamente) ostensivo, arriscaremos a listar a reiteração dessa espécie de representação de contrastes ao longo dos quase todos 48 textos da Gazeta de Holanda.

Em relação às crônicas que retratam contradições em um nível mais simples, podemos listar aquelas cuja representação é resultado principalmente da (2) desarticulação entre práticas sociais e institucionais em comparação às leis, convenções ou valores institucionais que as regulam. Por exemplo, correndo o risco de parecer reduzirmos o conteúdo dos textos não analisados, vale citar as crônicas:

Nº. 2, cujo humor se dá pelo contraste final entre o que se espera das “britânicas” sociedades protetoras dos animais e a vida à rés-do-chão dos animais de carga;

*— Se eu estivesse ali junto
Com outros da minha banda,
Você não tinha este assunto
Para a Gazeta de Holanda.*

Nº. 4, na qual a mendicância malandra é justificada pelo paralelo forçado com o estatuto de grandes instituições financeiras;

*“É este o meu banco. O fundo
É variável, mas certo;
Deus dá banco a todo o mundo;
Uns vão longe, outros vão perto.
“Eu cá não ando com listas
De ações, nem faço rateio;*

*Todos são
meus
acionistas,
Gordo ou
magro, lindo
ou feio.*

Nº. 10, em que a crise econômica dos EUA, um país cuja imprensa denuncia o excesso de produção industrial, é comparada à situação financeira do Brasil, um que sofre pela falta de recursos;

*Vê tu que singular obra
A deste mundo peralta,
Geme um — pelo que lhe sobra,
E outro — pelo que lhe falta.*

Nº. 12, na qual o status prestigioso do Cassino Fluminense, então decadente, seria salvo por abrigar o exílio do general expulso da república vizinha;

*Vejam que ideia e que tino:
Que anualmente o seu tesouro
Pagasse ao nosso Cassino
Trezentos mil pesos de ouro,

Quando à velha sociedade
Particular encomenda*

*De guardar nesta cidade
Aquela famosa prenda.

Com isso, e mais o cobrado
Às pessoas curiosas,
Passavas de endividado,
Cassino, a maré de rosas.*

Nº. 15, em que a falta de regimento interno da Câmara Municipal é justificada pela sua prática com ares mais familiares; ou Nº. 17, na qual a medicina acadêmica oficial e o charlatanismo popular não seriam tão distantes como possam parecer ao bom senso;

*Quando (como ia dizendo)
Supunha que a academia,
Por sua vez, lendo e vendo,
Ia explicar a teoria;
[...]
Em vez disso, a academia
Dá-lhe duas passadelas*

*De escova, e
manda a
teoria
Curar as
nossas
mazelas.*

Nº. 18, em que os modelos do Senado britânico e a descida de Dante ao inferno aparecem como meios de se compreender práticas políticas oligárquicas e um violento

conflito ocorrido no interior do país; Nº. 25 e 29 (já apresentada), nas quais o dever político de um deputado é explicado e determinado pela conveniência das articulações partidárias;

Ele, vendo os seus amigos
Perseguidos, destinados,
Depois de grandes perigos,
A serem exterminados.
Votou contra a lei; e a prova
De que lhe não era oposto,

É que, vindo
gente nova,
Votou a lei,
de bom
rosto.

Nº. 30, em que os prestigiados modelos políticos ingleses são contrapostos a práticas de paternalismo e clientelismo;

Para que tantos ingleses,
Que dormem nas sepulturas,
Virem bailar tantas vezes
Nas nossas legislaturas?

Nacionalizemos isto.
Queres citar? Cita, cita
Nome cá nascido e visto;
Deixe o Pitt; cita o Pitta!

Nº. 38, na qual a relevância institucional do cargo de senador é, novamente, contraposto ao interesse particular e às práticas de charlatanismo; e as crônicas Nºs. 46, 47 e 48 (já acima discutidas), nas quais: leis, decretos e regulamentos são devidamente relativizados pelos desvios da prática social fluminense.

Já no outro polo sugerido, em relação às crônicas que (3) retratam contradições dadas em termos de valores socioculturais mais abstratos e subjetivos, temos, por exemplo: a crônica Nº. 1, em que a irrelevância da briga entre escravas se dá justamente pelo prestígio do futuro edifício de “grego frontispício”; ou a Nº. 3, na qual o prestigiado domínio científico é devidamente abalado pela verborragia de um “medalhão”;

Que, sem correr Seca e Meca,
Muita gente delicada,
Assim como traz a beca,
Traz a ciência alugada?
[...]
Que, inda mesmo sendo um quarto
De tal tigela, e não meia,
Parece falar de farto
Quem fala de boca cheia?

E que esse pouco, bastando
A que o locatário almoce,

É
tolice
andar
catand
o
Ciênci
a de
sobrep
osse?

Nº. 6, em que o conhecimento sobre a ameaça epidêmica na corte é rapidamente convertida em lucro do boticário e em possibilidade de descartar-se do gasto público destinado ao alienado;

— “Tu és Cólera, e sobre esta
Doença amiga edifico
A minha igreja, e uma sesta
Perpétua, em ficando rico.”

Assim me dizia o Bento
Da Silva Luz, boticário,
Inventor de um cozimento,
Inócuo e pecuniário.

[...]

— “Quando cogito em que a peste

Pode entrar
por nossa
casa,
Cuido no
favor
celeste
Que trará
pendente
na asa.

Nºs. 8 e 27, nas quais um inventário de idealizações humanas são apresentadas em forma de barganha, por deus e pelo diabo, mas ficam devidamente submetidas a interesses mesquinhos e oblíquos do pseudônimo; Nº. 11 (já comentada), em que a estranha referência da polca estrangeira serve tanto como base para o recalçamento dos elementos popularizados da cultura local, quanto para a convivência apaziguada com uma situação política problemática; Nº. 16, na qual as homenagens por mérito se mostram insustentáveis, contrapostas à prática da “sede de nomeada” difundida, que, por sua vez, continua a se sustentar no verniz das homenagens por mérito;

Mas, não. De quanto valias,
Agora nada valeis.
Há o beco Zacarias,
E a rua Malvino Reis.
Daqui, amigo, derivo
Esta antiga e estranha flor:

“Mais vale
súdito vivo,
Que
enterrado
imperador”.

Nº. 20, em que o modelo poético estimado é reconhecido em sua tragédia de se tornar estereotipado em terras e tempos alheios, mas cujo reconhecimento só ocorre por meio de nova estereotipação praticada pelo cronista; Nº. 21, na qual o mote que justifica a possibilidade de ascensão, seja política, social ou “amorosa” é o mesmo que justifica a ordem da hierarquia social, impossibilitando, contraditoriamente, qualquer ascensão; Nº. 22, uma das principais crônicas da série (aqui não analisada), em que contrapõe o ideário

patriótico de nação recém-independente à relação promíscua entre autoridades políticas e as classes sociais mais pobres, articuladas sob o signo violento e marginal da capoeiragem;

Concluo que o capoeira
Nasceu com a liberdade,
Ou deu a nota primeira
Se tem mais que a mesma idade.

Valha-nos isto, que ao menos
Consola a gente medrosa,
E faz de alguns agarenos
Cristã gente gloriosa.
Sete de abril, a Regência,
Depois a Maioridade,
Partidos em divergência,
Barulhos pela cidade,

Guerras cruas e compridas,

Exposiç
ões,
grandes
festas,
Paradas
apetecid
as,
Tudo
viu a
faca e a
testa...

Nº. 32, em que o pressuposto da urbanidade como elemento apartado da natureza é devidamente questionado pela presença dos elementos supostamente selvagens;

Uma onça, que vivia
Em casa de uma senhora,
Viu aberta a porta um dia
Da gaiola, e foi-se embora.
Na roça? Não; na cidade.
Que cidade? É boa! a tua.
Dou mais esta claridade:

Era
na
rua...
na
rua...

Nºs. 34, 40 e 44 (crônicas já abordadas), nas quais as referências clássicas são devidamente contrapostas à hotentote, ao capoeira e ao episódio isolado na província brasileira; Nº. 36, em que referências à cultura estimada se tornam mote para a conformista e cética piada sobre o corrupto processo eleitoral;

— *“Nada lhe aconteceria*
Se a lista dos eleitores
Pudesse ter algum dia
Revisão e revisores.
[...]
“Mas, como a preguiça é grande
E os trabalhos são massudos...
E não há quem nisto mande...

E os
temp
os
anda
m
bicud
os...

Nº. 41 (já discutida), em que elementos da crônica histórica associada à formação dos estado nacional português servem como alegoria para o assunto das análises jornalísticas contemporâneas; Nº. 42, na qual as comemorações da corte são contrapostos, como parte do mesmo contexto, aos sangrentos episódios das províncias;

Às pressas trago estas duras
Histórias com que tempero
As folias e aventuras,
E ato ao jovial o fero,
Para que, quando tomarmos
No Pascoal alguma coisa,
Ou algum colar mirarmos

Na loja
do V.
de
Souza,

Nº. 45, em que as idealizadas instituições políticas e sociais europeias servem como contraponto teórico para a identificação da desprestigiada organização político-oligárquica latino-americana.

Em suma, até mesmo crônicas cuja comparação parece quebrar essa cadeia de representações, tematizando isoladamente a tensão político-militar do caso Búlgaro, o que aparentemente não teria ligação com o sistema de valores fluminense, mostram-se exceções que confirmam a regra. Na crônica Nº. 5, não é uma estimada referência clássica que é citada para se comentar a guerra civil no leste europeu, mas justamente a referência universal desideologizante, o humor de Dom Quixote;

E o pobre Sancho com fome,
Por mais que lhe dê na gana,
Tudo pede e nada come,
Até que se desengana.
Assim anda a tal Bulgária;
Elege, mas não elege,
Pois, como na Baratária,

Há um
doutor
que a
protege.

Nº. 33, ainda sobre a Bulgária, agora é esta que se torna referência para se pensar a sociedade brasileira, mas, neste caso, não um polo oposto estimado que reconhece o “local” em negativo. Porém, justamente o contrário, que o reconhece como um similar, havendo, portanto, mais proximidades entre os periféricos, Bulgária e Brasil, no panorama mundial da época, do que se poderia supor à primeira vista.

Alá! por Alá! Cá tenho

Inda nos tristes ouvidos
O som duro, o som ferrenho,
Destes termos desabridos:
“Os liberais padecemos
Como os cristãos da Bulgária
Padecem duros extremos

*Da turca
espada
nefária.”*

Por fim, ainda há o “terceiro” tema: a questão servil. Esta já extensamente exposta ao longo do trabalho, e cuja representação parece se dar justamente no e pelo suposto interregno ideológico existente entre base econômica escravista e os ideais burgueses modernos, os quais se ligam necessariamente, por ser a base econômica comum, a todos os termos acima já contrapostos.

Mas, mesmo assim, essa ostensiva polarização “temática” que propomos não deve ser de todo levada com absoluto rigor, uma vez que temas como a questão servil, regras e leis documentadas ou institucionais, e principalmente valores socioculturais mais arraigados, são necessariamente interpenetrados, resultando num emaranhado de relações sociais de difícil análise.

Além disso, aqui, no encerramento deste trabalho, optamos por não considerar cerca de meia dúzia de textos da série, não por eles serem literariamente pobres em si ou contradizerem nossa hipótese central, mas, por estarmos tratando do gênero crônica: ou seja, um gênero cuja significância não passa necessariamente por um princípio de composição totalizante ou pela coerência interna que liga absolutamente suas partes. Resultando que toda abordagem teórica sobre o gênero, buscando discutir o real rendimento literário de seu objeto, corre sério risco de não atingir a totalidade dos textos.

Assim, mesmo enfatizando que o gênero crônica do final do século XIX é um conjunto de textos cuja fragmentação lhe é inerente, vale ressaltar que não se trata de uma fragmentação exclusivamente interna ao texto, ou limitada pela soma de seu conjunto. Falta, portanto, ser considerado também que uma série de crônicas é por si só um fragmento dentro de uma produção jornalístico-literária ainda maior, cujos limites mais significativos de composição parecem se dar, muitas vezes, menos pelas delimitações das seções ou das colunas que assumem nos jornais do que pelo modo como ela se insere no “debate público” contemporâneo do qual faz parte, ou seja, em seu campo de comunicação específico.²¹⁴

²¹⁴ Temos, especificamente, dois trabalhos como horizonte dessa afirmação. RONCARI, Luiz. “A estampa rotativa na crônica literária”. In: **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985; e, principalmente, BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: **Estética da criação**

No caso da Gazeta de Holanda, seu eixo identitário formal parece ser resultado da articulação específica de seus procedimentos literários mais significativos. Em primeiro lugar, seu tom generalizadamente farsesco, simbolizado e facilmente reconhecível nas referências estereotipadas que emolduram formalmente todas as edições das série (título-epígrafe, sátira alusiva, versiprosa etc.); e, em segundo lugar, os dois modos como esse eixo é forjado de crônica em crônica: tanto seu pressuposto de conciliação, simbolizado pelo bordão popular, quanto seu movimento de posterior “desregramento”.

Assim, tal articulação nos permite acompanhar esse eixo de contradições sociais que perpassa quase todos temas da Gazeta de Holanda, caracterizados por peculiares dicotomias. Algumas vezes se mostram falsas, porém, não menos legitimadas pelos próprios termos como se colocavam na imprensa, revelando as peculiaridades tanto do(s) pseudônimo(s) quanto do “debate público”, no caso das crônicas que se aproximam do pressuposto de conciliação. Outras vezes se mostravam frágeis e inofensivas em sua indisfarçável gravidade, no caso, das crônicas que se aproximam do que denominamos “desregramento”.

Assim, enraizado e “pautado” pelo mesmo chão histórico do peculiar debate público da imprensa brasileira no fim do XIX, tal eixo identitário da Gazeta de Holanda (que buscamos aqui sugerir e acompanhar ao longo deste trabalho) revela seus pontos altos justamente na medida em que fixa, como imagem literária problematizadora e insolucionável, o discurso recalcado de uma subjetividade ressentida que serve como mediação ao sistema de valores sociais a que pertencia.

Considerações finais: duas questões em aberto

Concluímos acima pela evidenciação da articulação específica entre temas e procedimentos literários da série Gazeta de Holanda. Porém, os mesmos, em menores graus, foram também retomados diversas vezes, entre outros temas e procedimentos, ao longo das demais séries de crônicas escritas por Machado de Assis.

Prova disso, em relação aos temas e imagens, é o fato de muitos deles, tais como: bailes; polcas; banquetes; charlatães; capoeiras; burros; necessidades vitais mais básicas simbolizadas pela satisfação do apetite; entre outros, incluindo referências à cultura clássica; servirem antes e depois da Gazeta de Holanda, como repertório alegórico para o cronista elaborar a representação da sociedade fluminense em quase todas as séries que escreveu desde a década de 1870.

Da forma similar, se considerarmos principalmente as crônicas politicamente mais engajadas do início da carreira de Machado, veremos que sua preocupação recai, recorrentemente: sobre a distância entre a verborragia de discursos e as práticas políticas; sobre a distância de uma produção artística consagrada mas conservadora, e outra crítica e progressista; ou sobre a distância entre os princípios constitucionalistas e liberais, contrapostos a ações arbitrárias de autoridades públicas; entre outros exemplos da sociedade fluminense dicotomicamente representada pelo jovem Machado de Assis cronista.²¹⁵ Porém, não exemplificaremos aqui essas constatações, pois, além de extrapolar o recorte dessa pesquisa, elas estão devidamente sugeridas nas notas do anexo que acompanha este trabalho.

Da mesma forma, nossa interpretação sobre o pressuposto de conciliação, assim como de outros procedimentos literários, não é exclusivo da série Gazeta de Holanda, porém, trata-se de um modo bastante recorrente do tom de desconversa na prosa machadiana, que deixa sugerido, em belas e graves palavras, ironias não tão belas sobre a realidade social. No caso específico dos textos que publicou como “Lélio”, na série coletiva Balas de Estalo, entre 1883 e 1886, acreditamos que a constatação de uma forma expositiva similar fique

²¹⁵ Sobre essa fase do cronista, mais enérgico e engajado nos conflitos sociais que problematizava, acreditamos que sirvam de exemplo suas séries publicadas no periódico *O Espelho* e *Diário do Rio de Janeiro*, entre 1859 e 1865. Cf. FARIA, João Roberto. **O Espelho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008; GRANJA, Lúcia. Intr. In: **Comentários da Semana**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

mais clara. Por exemplo, podemos identificar nessa série formulações praticamente idênticas a de relevantes crônicas da *Gazeta de Holanda*, tais quais as crônicas N.º. 29, 36 e 45, respectivamente: sobre as opiniões de “Pai Silvério” e a questão servil; sobre o disputado processo eleitoral; e sobre as divergências entre conceitualizações e práticas latino-americanas em relação às formas políticas monárquicas e republicanas.

A título de exemplo, nesta crônica de 1º de janeiro de 1885, vemos como Machado de Assis sutilmente converte um dado concreto e cotidiano da estrutura de sua sociedade, a distância social entre o pseudônimo, rico e eleitor, Lélío, e a do trabalhador manual, pobre, “preto velho”, do jardim de uma igreja, em mote humorístico, no qual sustenta seu absurdo pressuposto de conciliação. Vale a leitura mais extensa do trecho:

Hão de lembrar-se que a "Gazeta de Notícias" transcreveu há dias de uma folha alemã, do rio da Prata, a carta de um comissário argentino dando conta do procedimento que teve em território litigioso da fronteira do Brasil. O comissário achou ali um funcionário brasileiro, exercendo não sei que autoridade na povoação, demitiu-o e deu-lhe logo a nomeação de alcaide da república. Ambos os atos foram aceitos sem resistência e as bandeiras trocadas sem protesto. Esse caso (se é verdadeiro, o que ignoro) traz em si, não só a solução da questão de limites, mas também o remédio eleitoral que proponho.

Quanto à primeira, basta mandar lá um comissário brasileiro daqui a seis meses, que reponha o nosso patrício no cargo anterior. Seis meses depois, os argentinos mandam outro comissário e fazem o mesmo; e, repetidas a ação de ambas as partes, semestralmente tiraremos à consciência do nosso patrício, qualquer vislumbre de escrúpulo: ele imaginará que está cumprindo um acordo internacional. Só mudará então uma coisa, a aclamação: "- Meus filhos, está vingada a justiça, viva a república!", "- Meus filhos, restituídos ao império, viva o imperador!". No mais, não haverá mudança. Penacho e emolumentos. Não há penacho sem emolumentos para o eleitor, mas a paz pública é motivo bastante para um procedimento análogo.

Consequentemente, aconselho ao eleitor que divida os vivos, uns para o sr. Fulano, e outros para o sr. Sicrano, ande com duas bandeiras, uma na mão, outra no bolso. Não é fácil manejá-las, guardando e sacando, ora uma, ora outra, mas podem fazer um ensaiozinho em família. Uma vez adestrados, há de ver que, não só escapam ao cacete, mas até podem achar nisso umas horas de recreio, coisa rara neste ano de calamidades.

Ou então, se a coisa lhe parece difícil e pouco eficaz, aceitem a fórmula de um velho preto, jardineiro da igreja da Glória. Não sei se sabem que voto naquela seção. No dia do primeiro escrutínio, enquanto esperava a minha vez, passeava no corredor que vai da sacristia à pia, e tem janelas para o jardim. Numa destas, vi estirado ao longo do peitoril um preto velho, de barba curta e branca, tranquilo, com os olhos meio cerrados. Cheguei-me a ele e perguntei-lhe se era pelo sr. Fulano ou pelo sr. Sicrano, candidatos. Respondeu-me, atarantado:

- Eu sou aqui mesmo da igreja, sim, senhor.

Profundo filósofo! Filósofo prático! Enquanto um brada: "Penacho e emolumentos!" - fórmula rude e demasiado franca; -outro: "Viva o sr. Fulano e viva o sr. Sicrano!", fórmula útil, mas contraditória, tu, meu bom velho, meu jardineiro obscuro, tu, filósofo sem livros, achaste a fórmula prática, tangível, segura,

*sublime, o fundo dos fundos, a substância das substâncias, que é ficar sempre na igreja.*²¹⁶

A breve referência ao desequilíbrio social, cuja articulação na lógica dos textos fazem, entre outras coisas, rir, seja nesta crônica, seja ao longo da Gazeta de Holanda, ou em outras séries do cronista,

*era o próprio desequilíbrio que impunha aos escritores a dúvida angustiosa: o espírito vale porque se acolhe ao repertório dos modelos europeus? ou vive do apego ao viés peculiar, muitas vezes constrangedor, para não dizer impubescível, do país em formação? [...] Machado de Assis, que era avesso à unilateralidade, não só não tomou partido no caso, como tomou o partido de assumir e acentuar as decalagens, fazendo delas uma regra de sua prosa [na qual incluímos os versos da Gazeta de Holanda], que é mais tensionada do que se diz. Para ele o dilema não comportava solução imediata, mas tinha possibilidades cômicas e representatividade nacional, além de funcionar como caricatura do presente do mundo, em que as experiências locais deixam mal a cultura autorizada e vice-versa, num amesquinamento recíproco de grande envergadura, que é um verdadeiro "universal moderno".*²¹⁷

Em primeiro lugar, porém, apesar de nosso trabalho ir ao encontro da constatação do crítico, vale observarmos que, por mais pertinente que nos possa parecer, estender taxativamente os argumentos aqui apresentados sobre a Gazeta de Holanda para o restante da obra do cronista exigiria também extrapolar o recorte desta pesquisa, ação a qual não teríamos condições de fazer devidamente neste trabalho.

Em segundo lugar, sobre o desenvolvimento do gênero crônica no Brasil no final do século XIX: definimos na primeira parte desta pesquisa que esse gênero (não estamos falando precisamente do termo “Crônica Moderna”, ficcional e poética, que marca o século XX; mas de sua manifestação no fim do século anterior) foi um gênero essencialmente moderno, popular e desprestigiado, produto do estabelecimento de supostas relações modernas de trabalho na sociedade oligárquica-imperial brasileira. Propusemos também, diversas características desse gênero que pudessem explicar sua condição de literatura desprestigiada, mas ao mesmo tempo amplamente praticada e, principalmente, influente na maioria absoluta dos grandes escritores brasileiros até ao menos meados do século passado. Sobre o desenvolvimento do gênero, também assinalamos a devida relevância do cronista

²¹⁶ BE, 01/01/1884.

²¹⁷ SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. Novos estud. - CEBRAP, Jul 2006, no.75, p. 78-79.

Machado de Assis na passagem de um estilo coletivo mais associado à justaposição de comentários objetivos sobre o cotidiano (cujo exemplo é o polo do jovem Machado) ao mascaramento de narradores e ficcionalização do anedotário que move o humor dos comentários (ligado ao polo da produção madura).

Assim, assim como, tanto as condições de desenvolvimento do gênero, quanto do rendimento literário da série Gazeta de Holanda, vimos que a “modernidade” comum que marcam esses dois temas se dão num contexto social cujas relações são muitas vezes pautadas pelo necessário obscurecimento das referências e pelo recalque de valores específicos, em outras palavras, a “dúvida angustiosa” a que se refere Schwarz. Por consequência, a composição significativa elaborada nesse caldo social pareceu ser justamente aquela capaz de trazer à tona o inexplicável dessa sua condição, ou seja, a contradição específica de seu peculiar e estruturante “debate público”. E, mais do que isso, na medida em que o artista (seja o cronista, seja o prosador em geral) conseguiu firmar sua obra justamente nesse espaço de frágeis mediações, fazendo com que ela passasse a começar a preencher essa fratura. Em outras palavras,

traduzindo os termos pelo seu desempenho, “local” é a falta de mediações, a descontinuidade entre o dia-a-dia semicolonial e a norma do mundo contemporâneo; e “universal” é o consagrado e obrigatório, que se torna um despropósito ou uma brutalidade quando aplicado sem mais à mesma circunstância. As mediações não se podem fabricar do dia para a noite. Ao desenvolver uma escrita em que os dois âmbitos contracenam a seco, naturalmente com ironia, Machado criava um equivalente dessa constelação histórica, além de colocá-la em movimento, com seus fortes momentos de verdade.²¹⁸

Nesse período historicamente determinado pelo recorte da nossa pesquisa, fase ainda inicial de uma formação de identidade coletiva, então associada e delimitada pela noção corrente de “nacionalidade”, consideramos que a criação artística de Machado de Assis, de modo geral, teve papel preponderante na fixação dessas mediações.

Assim, nos restringindo especificamente ao processo social que marca o recorte histórico da nossa pesquisa, é interessante observar sobre o desenvolvimento e popularização do gênero crônica, que este penetra e ocupa, enquanto conjunto coletivo de representações, justamente o espaço existente entre a matéria grave, “útil”, e a necessidade de ser agradável, “fútil”, da incipiente esfera pública em formação da sociedade brasileira. Em termos de

²¹⁸ SCHWARZ, Roberto. “Leituras em competição”. Novos estud. - CEBRAP, Jul 2006, no.75, p. 78.

exigência literária, o gênero crônica se desenvolve e se difunde *justamente nessa fratura entre a exigência elevada em abstrato, de um ideal estético-literário inalcançável, e a constatação a priori de seu valor inferior, preso ao rés-do-chão.*

Nesses termos, nos parece que o contexto de final do século XIX, também de formação de um mercado cultural, igualmente muito incipiente, apresentava já distintos traços de nascente produção massificada, no seio de uma sociedade modernamente “híbrida”, de contrastantes traços burgueses e oligárquicos. E parece ter sido justamente esse o cenário que permitiu a difusão *ampla e desvalorizada*, de bens culturais ambíguos com alto potencial de representação social, tais como o gênero crônica, presente na produção dos principais escritores nacionais, ou como a polca amaxixada, a qual se frutificaria na música popular brasileira (para ficarmos apenas nos exemplos já citados).²¹⁹

Mas, para manter as questões em aberto ainda dentro do campo de estudo do gênero, vale, finalmente, perguntar se tal concepção do gênero ajudaria a compreender a obra de outros cronistas.

Será que poderíamos interpretar com mesmos ou similares termos a respeito do “debate público” a popularização, e conseqüente significado dos estilos retoricamente sofisticados e pomposos de um cronista como José de Alencar, ou mesmo Olavo Bilac, contrastados e ressaltados pelo trato leve da matéria cotidiana, a qual, muitas vezes, seus pseudônimos também alegaram desprezar, mas da qual não poderiam se apartar? Ou poderíamos traçar um paralelo, nos mesmos termos, com a produção de um cronista como João do Rio, renovando o hibridismo jornalismo-literatura, aparentemente estruturado num estilo sarcástico talvez ainda mais intimamente articulado com o sistema de valores sociais correntes no debate público da cidade do Rio de Janeiro?

Consideramos essas questões pertinentes para se compreender a formação posterior da chamada “Crônica Moderna”, que se daria no desenrolar do século XX, mas essas também seriam questões para outra pesquisa.

²¹⁹ CANDIDO, Antonio. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004; e WISNIK, José Miguel. “Machado Maxixe: O caso pestana.” In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004, passim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

ASSIS, Machado de. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2007.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1886-1888. (Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas).

Bibliografia do autor

ASSIS, Machado de. **Balas de Estalo**. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. **Bons dias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Comentários da Semana**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Crônicas**. A+B, Gazeta de Holanda. Ed. Mauro Rosso. São Paulo: Loyola/PUC, 2011.

_____. **Diálogos e Reflexões de um Relojoeiro**. Ed. Raimundo Magalhães Jr. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

_____. **A economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. **História de quinze dias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Machado de Assis Afrodescendente**. Ed. Eduardo de Assis Duarte. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007.

_____. **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **O Espelho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959, vol. III.

Bibliografia geral

ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ARRIGUCCI JR., Davi. “Fragmentos sobre a crônica”. In: **Enigma e comentário** : ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

AUERBACH, Erich. “O Músico Miller”. In: **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 391-395.

BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo : WMF Martins Fontes, 2010.

BAUDELAIRE, Charles. **Sobre a Modernidade**: o pintor da vida moderna. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. **Crônica**: História, Teoria e Prática. São Paulo: Ed. Scipione. Col. Margens do texto, 1993.

BETELLA, Gabriela Kvacek. **Narradores de Machado de Assis**. São Paulo, Brasil: EDUSP: Nankin, 2007.

BOSI, Alfredo et al. **Machado de Assis**. São Paulo: Editora Ática, 1982.

BROCA, Brito. **Machado de Assis e a política mais outros estudos**. São Paulo: Polis, 1983.

_____. **Românticos, pré-românticos, ultrarromânticos.** São Paulo: Polis, 1979.

CANDIDO, Antonio. “O discurso e a cidade”. In: **O discurso e a cidade.** São Paulo: Duas Cidades, 1993.

_____. “A vida ao rés-do-chão”. In: **Recortes.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. “O Escritor e o Público”, In: **Literatura e Sociedade,** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Formação da Literatura Brasileira.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. **O Método Crítico de Sílvia Romero.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. **Teresina e etc.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.

_____. **Vários Escritos.** Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANDIDO, Antônio et al. **A Crônica:** o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CEVASCO, Maria E. et al. (Org.). **Um crítico na periferia do capitalismo:** Reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis,** historiador. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). **História em Cousas Miúdas:** capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravidão no Brasil.** 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

COUTINHO, Afrânio. “Ensaio e Crônica”. In: **A Literatura no Brasil**. v. 6. Teatro, conto, crônica, a nova literatura. Rio de Janeiro: Ed. Sul Americana, 1968.

CRUZ Jr., Dilson Ferreira. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. São Paulo : Nankin Editorial, 2002 : Humanitas : FAPESP.

FACIOLI, Valentim Aparecido. **Um defunto estrambótico**: análise e interpretação das Memórias póstumas de Brás Cubas. São Paulo : Nankin Editorial : EDUSP, 2008.

FRANÇA Jr., Joaquim José. **Folhetins**. Rio de Janeiro: Santos, 1926.

GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado. **A semana**: crônicas, 1892-1893. São Paulo : Hucitec, 1996.

_____. Intr. In: ASSIS, Machado. **Bons Dias!** São Paulo: Hucitec, 1990.

_____. **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____. **Por um novo Machado de Assis**. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GOMES, Eugênio. “Machado de Assis e a Gazeta de Holanda”. In: **Machado de Assis**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

GRANJA, Lúcia. **Machado de Assis, escritor em formação**: a roda dos jornais. São Paulo; Campinas, SP : FAPESP: Mercado de Letras, 2000.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. **Os leitores de Machado de Assis**: o romance machadiano e o público de literatura no século 19. São Paulo : Nankin : Edusp, 2004.

HABERMAS, Jürgen. “The Public Sphere: An encyclopedia article (1964)”. In: **New German Critique**, No. 3. (Autumm, 1974), p. 49-55.

HALÉVY, Ludovic e MEILHAC, Henri. **La Grande Duchesse de Gérolstein**. Paris, 1867.

LEAL, Cláudio Murilo. “Gazeta de Holanda: O Desconhecido Versiprosa de Machado de Assis.” In: **Revista do Livro**. Rio de Janeiro, n. 44, p. 30-41, set. 2001.

LUKÁCS, György. **Teoria do Romance**. São Paulo: Livraria Duas Cidades: Editora 34, 2009.

MACHADO NETO, Antonio Luiz. **Estrutura social da república das letras**: sociologia da vida intelectual brasileira, 1870-1930. São Paulo: Grijalbo, 1973.

MAGALHÃES Jr., Raimundo. “Versejador Saudosista”. In: **Vida e Obra de Machado de Assis**. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

MELO, José Marques. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

MOREL, Marco. **Palavra, Imagem e Poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

NOVAIS, Fernando. “Passagens para o novo mundo.” In: **Aproximações**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2005.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis**: ensaios e apontamentos avulsos. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

PIRANDELLO, Luigi. **O humorismo**. São Paulo: Experimento, 1996.

RESENDE, Beatriz (Org.). **Cronistas do Rio**, Rio de Janeiro, José Olympio, 1995.

RIO, João do. **Uma antologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

ROSENFELD, Anatol. “Literatura e Personagem” e CÂNDIDO, Antônio. “A Personagem do Romance”. In: **A Personagem de Ficção**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

SANTIAGO, Silviano. “Retórica da Verossimilhança.” In: **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SCHILLER, Friedrich. **Intriga e amor**: uma tragédia burguesa em cinco atos. Curitiba: Ed. UFPR, 2005.

SCHWARZ, Roberto. "Adequação Nacional e Originalidade Crítica". In: **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. "Leituras em competição". *Novos estud.* - CEBRAP, Jul 2006, no.75, p. 61-79.

_____. "Nacional por Subtração". In: **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Um mestre na periferia do capitalismo**. *São Paulo: Ed. 34, 2008.*

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Lafayette. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1931

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2004.

VOLTAIRE, François Marie. **Cândido ou o otimista**. São Paulo: Edipro, 1996.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WISNIK, José Miguel. "Machado Maxixe: O caso pestana." In: **Sem Receita**. São Paulo: Publifolha, 2004.

Vários autores. **Boletim Bibliográfico**. Biblioteca Mário de Andrade São Paulo, v.46. São Paulo, 1985.

Vários autores. **Littera**: revista para professor de português e literaturas de língua portuguesa. Ano IV, Nº 12 – setembro-dezembro. Rio de Janeiro: Grifo, 1974.

ANEXOS

Duas considerações sobre os critérios de aplicação das notas:

Em primeiro lugar, entre: sermos criteriosos e trabalharmos com um grande volume de notas que pudessem enriquecer as possíveis conexões de sentido dadas pelas referências utilizadas pelo cronista; ou sermos igualmente criteriosos, mas evitando o excesso de notas, de modo a facilitar o fluxo da leitura, optamos pela primeira alternativa. Tal escolha se deve pelo fato do propósito deste anexo ser disponibilizar ao pesquisador de hoje, mais do que uma leitura “agradável”, um grande material, diretamente pautado pela imprensa da época, com o qual se possa trabalhar a respeito do possível significado das crônicas e o qual ilustre e corrobore a argumentação principal desta pesquisa. Por essa razão, optamos por talvez pecar pelo excesso de referências.

Em segundo lugar, devido às muitas vezes que as mesmas fontes serão citadas, vale antecipar o modo como nos referimos ao jornal em que foi publicada a série *Gazeta de Holanda* e às principais série escritas por Machado de Assis ao longo de sua carreira:

<i>GN</i>	<i>Gazeta de Notícias</i>
<i>CS</i>	<i>Comentários da Semana</i>
<i>AA</i>	<i>Ao Acaso</i>
<i>H15D</i>	<i>História de quinze dias</i>
<i>H30D</i>	<i>História de trinta dias</i>
<i>BE</i>	<i>Balas de Estalo</i>
<i>A+B</i>	<i>A+B</i>
<i>GH</i>	<i>Gazeta de Holanda</i>
<i>BD</i>	<i>Bons Dias</i>
<i>AS</i>	<i>A Semana</i>

Texto-fonte original:

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1886-1888.
(Disponível no Arquivo Edgard Leuenroth, na Universidade de Campinas).

1.º DE NOVEMBRO DE 1886.

Fica-lhe sempre outro lado.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

De modo que, quanto diga,
Seja ou não o que a lei manda,
Há de achar entrada amiga
Esta *Gazeta de Holanda*.

N.º 1

Um doutor da mula ruça,
Caolho, coxo e maneta,
É o homem que se embuça
No papel desta gazeta.

Que traga ideias a folha
Liberal que se anuncia,
Que as espalhe, que as escolha,
Como a *Reforma*²²⁰ fazia.

Gazeta que, se tivesse
Outra forma, outro formato,
Pode ser que merecesse
Vir com melhor aparato.

Vá que seja — posto seja
Tarefa das mais reversas,
Fazer uma só igreja,
De tantas seitas diversas.

Mas é modesta, não passa
De uma folha de parreira,
Que dá uva, que dá passa,
Que dá vinho e borracheira.

A prova é que, ainda agora,
Já pronta a bagagem sua,
Somente esperando a hora
De sair a folha à rua,

Traz programa definido,
Para entrar no grande prélio;
Nem bemol, nem sustenido,
Nem Caim, nem Marco Aurélio.

Feito um capítulo apenas,
De tão diversos capítulos,
E, contando boas penas,
Já traz a folha dois títulos.

Não traz ideias modernas,
Nem antigas; não traz nada.
Traz as suas duas pernas,
Uma sã, outra quebrada.

²²⁰ Entre os anos de 1851 e 1852, existiram na corte dois periódicos de tendências liberais *A Reforma* (1851) e *A Reforma: jornal político* (1851 - 1852).

Outra possibilidade, segundo as notas produzidas por Mauro Rosso para a *GH*, seria o jornal *Reforma* que circulou na corte entre as décadas de 1870 e 1880. ASSIS, Machado de. **Crônicas**. A+B, Gazeta de Holanda. Ed. Mauro Rosso. São Paulo: Loyola/PUC, 2011, p. 53.

É difícil precisar se há referência específica que o cronista propõe, de qualquer modo, fica ao menos a alusão ao ideário do programa do Partido Liberal exatamente na época que antecede o período de Conciliação parlamentar e que marcou a estabilidade política no Império em parte das décadas de 1850 e 1860.

E vem, como é de ciência,
Entre muletas segura,
A muleta da inocência,
E a muleta da loucura.

Se uma não pega, outra pega,
E fica o corpo amparado;
Se para um lado escorrega,

Voz da Nação, ou — *Gazeta Nacional*²²¹; só falta a escolha.

Já principia a mareta,
Antes de sair a folha.

Eu cá, perfeita unidade.
Ora aprovo, ora contesto,
Sem que haja necessidade
De ouvir protesto e protesto...

Exemplo: ao ler que se trata
De fazer um edifício
Para o júri: — colunata,
Vasto e grego frontispício²²²,

E que esta ideia bizarra

²²¹ *Gazeta Nacional*, jornal abolicionista de pequena circulação no Rio de Janeiro da época. Ver: PESSANHA, Andréa S. S. **O Paiz e a Gazeta Nacional**: Imprensa Republicana e Abolição. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2006. Referência sobre *Voz da Nação* não encontrada.

²²² Em 26/10/1886, a *Gazeta de Notícias* (GN) publica carta assinada pelo então deputado Antônio Ferreira Vianna (1833-1903) que pede a construção de um novo edifício para abrigar o Fórum da corte, alegando o pequeno tamanho daquele existente. Seu argumento é baseado na repercussão dos protestos ao recente julgamento da ré Francisca de Castro, absolvida das acusações de torturar duas de suas ex-escravas, Joana e Eduarda, resultando na morte da primeira. Conforme descrito nas edições dos dias 24 e 25, no mesmo jornal, o julgamento fora marcado pela descrição de violência, pelo tom de comicidade como o público e os jornais se referiam à acusada, e por ter entrado na pauta de abolicionistas no tocante à questão servil. Apesar das expectativas da imprensa, Castro foi absolvida. Em crítica ao resultado, Vianna aponta a administração e a estrutura física do prédio como agravadores do resultado: o livre acesso de curiosos nas sessões teria impedido que a deliberação do júri fosse secreta, assim como teria havido um mesmo indivíduo que participou do julgamento como jurado, legista e depoente. Como exemplo da repercussão do artigo de Vianna nos jornais contrários à linha da GN, a descrição do “grego frontispício” chegou a ser criticada pelo jornal *Rio de Janeiro*, como um “símbolo de paganismo”, conforme reprodução do editorial no dia 29.

Nasceu mesmo agora, agora,
Quando foi ali à barra
Uma distinta senhora;

Quando a afluência de gente
Era tal, que o magistrado
Teve de ir incontinente
Pedir sabão emprestado;

Comigo disse: — Bem feito
Que a Joanhinha expirasse
De uma moléstia do peito,
E que a Eduarda cegasse.

Só assim tínhamos prédio
Para um tribunal sem nada;
Não foi morte, foi remédio;
Foi vida, não foi pancada.

Pangloss, o doutor profundo,
Mostra que há grande harmonia
Entre as coisas deste mundo,
Entre um dia e outro dia;

Que os narizes foram dados
Para os óculos; portanto,
Trazem óculos pousados...
Pangloss é o meu padre-santo.

Logo, se uma e outra escrava
Brigaram sem sentimento,
A razão de ação tão brava
Foi termos um monumento.

Neste ponto o ponto pingo,
E despeço-me no ponto
Em que cada novo pingo,
Já não é ponto, é posponto²²³.

MALVOLIO

²²³ Referência à imagem de ponto de costura em que a agulha entra um pouco atrás do lugar por onde saiu, formando-se pontos sobrepostos.

5 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 2

Muito custa uma notícia!
Que ofício! E nada aparece,
Que canseira e que perícia!
Que andar desde que amanhece!

E tu, leitor sem entranhas,
Exiges mais, e não vês
Como perdemos as banhas
Em te dar tudo o que lê.

És assim como um janota
De maneiras superfinais,
Que não sabe o preço à bota
Com que cativa as meninas.

Agora mesmo, buscando
Saber de associação
Que se deu ao venerando
Ofício de proteção

Aos animais — não sabia
Onde achasse os documentos
Dessa obra de simpatia,
Para transmiti-la aos ventos.

Achei quatrocentas atas
De reuniões semanais,
Ofícios, notas e datas,
Tudo espalhado em jornais.²²⁴

²²⁴ Referência não encontrada. Entretanto, vale citar alguns exemplos que sugerem como tais sociedades eram vistas com desconfiança, para dizer o mínimo, pela opinião pública. Em uma de muitas notícias sobre um caso de uma criança que apanhara na escola (ver crônica 7), o redator comenta um carta escrita pelo pai da criança dizendo que autorizaria a surra em outras circunstâncias. Diante dessa reação paterna, o redator ironicamente aconselha que a criança fosse entregue aos cuidados das sociedades protetoras dos animais. *GN*, 29/11/1886. Noutra oportunidade, em uma transcrição de discussão no

Mas das ações praticadas
Em favor da bicharia,
E das vitórias ganhadas,
Nada disso conhecia.

Então, lembrei-me de um burro,
Sujeito de algum valor,
Nem grosseiro nem casmurro,
Menos burro que o senhor.

E pensei: naturalmente
Traz toda a história sabida;
É burro, há de ter presente
A proteção recebida.

Lá fui. O animal estava
Em pé, com os olhos no chão,
Tinha um ar de quem cismava
Coisas de ponderação.

Que coisas, porém, que assunto
Tão grave, tão demorado,
Ocupava o seu bestunto,
Nada lhe foi perguntado.

Talvez, ao ver-se assim magro,
Cativo como um Nagô²²⁵,
Pensasse no velho onagro
Que foi seu décimo avô.

Entrei, dizendo-lhe a causa
Daquela minha visita;
Ele, depois de uma pausa,
Como gente que medita,

senado, o senador Francisco Otaviano (1825-1889), respondendo a uma alegação de que o ministério de Barão de Cotegipe (1815-1889) estaria ameaçado de ser derrubado, convoca ironicamente a Sociedade para protegê-lo. *GN*, 19/05/1887.

²²⁵ Termo com que, originalmente, os franceses designavam todos os negros de fala Iorubá, passando a ser uma das identidades criadas pelo tráfico negreiro para diferenciação de africanos escravizados. Cf. BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 67.

Respondeu-me: — Em frases toscas
Mas verdadeiras, direi,
Enquanto sacudo as moscas,
Tudo o que sobre isto sei.

Juro-te que a sociedade,
Contra os nossos sofrimentos,
Tem obras de caridade,
Tem leis, tem regulamentos.

Tem um asilo, obra sua,
Belo, forte, amplo e capaz;
Já se não morre na rua,
Dá-se ali velhice e paz.

Gozam dessa benta esmola,
Em seus quartos separados,
Mais de uma onça espanhola²²⁶,
E muitos gatos-pingados.

Todos os galos na testa
Acham lá milho e afeição;
Lá vive tudo o que resta
Da burra de Balaão.

Mora ali a vaca fria.

²²⁶ A partir deste ponto, o cronista faz uma série de referências a animais mitológicos e imaginários, assim como a ditos que trazem alguma referência a animais em sua composição. Dentre aqueles que achamos necessário esclarecer: “Onça espanhola” (antiga moeda de Espanha), “Burra de Balaão” (na mitologia judaico-cristã, animal bíblico que, ao falar, faz revelação a Balaão. Cf. “Livro dos Números”. Cap. 22. In: **Bíblia sagrada**. São Paulo: Editora Rideel, 1997), “Vaca fria” (expressão com sentido de “notícia velha”), “Cabra Amalteia” (na mitologia romana, animal cujo leite nutriu Júpiter na infância), “Leão de Nemeia” (animal morto por Hércules em seu primeiro dos doze trabalhos), “Cisne de Leda” (Zeus transformado em animal com propósito de seduzir Leda, rainha espartana) e “Boi Ápis” (na mitologia egípcia, animal que representa a força geradora e em cujo corpo habitava a alma da divindade Osíris). No caso das referências à mitologia greco-latina e egípcia, ver: BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 149, 159 e 282.

E mais a cabra Amalteia,
Única e só companhia
Do pobre leão de Nemeia.

Não posso fazer eclipse
Dos bichos caretas²²⁷, nem
Da besta do Apocalipse,
Que ali seu abrigo tem.

E o cisne de Leda, e um bode
Expiatório, e o cavalo
De Troia, escapar não pode;
Mas há outros que inda calo.

Peguei no papel, e à lápis
Escrevi tudo, e escrevi
Mais o nome do boi Ápis,
Que ele inda me disse ali.

E perguntei: — Meu amigo,
Por que é que a tantos amaina
O tempo, naquele abrigo,
E você anda na faina?

Ele, burro circunspecto,
Asno de boa feição,
Tirou de fino intelecto
Esta profunda razão:

— Se eu estivesse ali junto
Com outros da minha banda,
Você não tinha este assunto
Para a *Gazeta de Holanda*.

Vá consolado: que importa
Que eu viva cá fora ou lá?
Qualquer porta há de ser porta,
Para sair; vá, vá, vá.

E enquanto assim me dizia
frases que chamava toscas,
Chagas de pancadaria
Iam convidando as moscas.

²²⁷ Regionalismo: Brasil. Diz-se de bovino ou equídeo cujo focinho não apresenta a mesma cor do resto do corpo.

Lá o deixei como estava,
Em pé, com os olhos no chão,
Parecendo que cismava
Coisas de ponderação.²²⁸

MALVOLIO

²²⁸ Figura constante nas crônicas machadianas, o cronista voltaria a se valer do mesmo mote no futuro, inclusive reutilizando a figura do burro como animal não protegido por essas sociedades, cujas origens aparentemente são inglesas, e que, por sua vez, se voltariam apenas para proteção de animais como o “Cavalo de Troia”. A justificativa seria que algum animal, no caso, o burro, deveria continuar exercendo os trabalhos de esforço físico. *BD*, 13/02/1889.

12 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 3

Aqui está, em folhas várias,
Uma coisa que se presta
A notas e luminárias.
Aqui vai a coisa, é esta:

“Na rua Larga²²⁹ se aluga,
“Em bom estado, uma beca.”
Parece uma simples nuga²³⁰,
E é mais que uma biblioteca.

Eis aqui o que eu diria:
Há nesta beca alugada
Uma ideia que devia,
Há muito andar publicada.

Primeiramente, repare
Que esta beca não se vende
Por preço barato ou caro;
É que, alugada, mais rende.

Comprá-la era possuí-la;
Alugá-la é só trazê-la,
Usá-la e restituí-la,
Sem rompê-la ou descosê-la.

Não haverá neste caso
Um sintoma? Não parece
Que a beca tomada a prazo
Uma lição oferece?

Que, sem correr Seca e Meca²³¹,
Muita gente delicada,
Assim como traz a beca,
Traz a ciência alugada?

²²⁹ Atual rua Marechal Floriano.

²³⁰ Coisa ou objeto cuja relevância é desprezível.

²³¹ Expressão com sentido de não haver necessidade de andar por terras distantes, de fazer longo percurso.

Que, sendo esta leve e pouca,
Apenas meia tigela
Não chega a entornar da boca,
E pouco pedem por ela?

Que, inda mesmo sendo um quarto
De tal tigela, e não meia,
Parece falar de farto
Quem fala de boca cheia?

E que esse pouco, bastando
A que o locatário almoce,
É tolice andar catando
Ciência de sobreposse?

Nada sei; mas ofereço
A toda a pessoa séria
Este problema de preço;
E passo a outra matéria.²³²

Escreve um correspondente
Cólera Morbus chamado²³³:

²³² Poucos anos antes, o cronista já havia tratado sobre os mesmos dois principais temas desta crônica utilizando praticamente com os mesmos termos. “Há casacas próprias, com certeza, umas mais novas que outras, de pano mais fino ou mais grosso; há mesmo algumas do tempo do cólera-morbo (1855), e outras recentíssimas; mas normalmente pedem-se emprestadas. Comte, Zola, Mac-Culloch, Leroy-Beaulieu... tem-nos emprestado muitas casacas, e [...] parece que foram talhadas para nós mesmos. É claro que um tal sistema não deve continuar. Substituí-lo pelo da compra simples seria um salto mortal; mas alugá-la é um meio-termo”. *BE*, 10/07/1883.

²³³ Nas semanas anteriores e durante os meses posteriores, noticiou-se diariamente a ameaça de avanço da epidemia de cólera de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. As principais questões levantadas pelos jornais sobre tal risco eram: a quarentena ou a proibição de desembarque para navios platinos; o cordão sanitário na fronteira entre Rio Grande do Sul e Uruguai; e a divergência dos telegramas argentinos sobre o número de mortos. Todos os fatos relatados na crônica correspondem a acontecimentos noticiados pela *GN*, e podem ser encontrados, entre outras datas, em 04, 12 e 20/11/1886, respectivamente.

“Conto que proximamente,
Malvolio, estou ao teu lado.

“Aqui nesta Buenos Aires,
Terra de belas meninas...
Que *salero* e que donaires²³⁴!
Que formosas Argentinas!

“Aqui, por mais que me esbofe,
Levo uma vida vadia;
Esperava um rega-bofe
E vou de pança vazia.

“Quando mato uma pessoa,
Surge-me logo uma junta,
Que a declara viva e boa,
Por mais que a deixo defunta.

“Negam-me tudo; o meu ato,
O nome, e até a existência;
Chamam-me simples boato,
Sem razão nem consistência.

“Aborrecido com isto,
Determinei ir-me embora
Por esse mundo de Cristo;
Estou aqui, estou lá fora.

“Aí me vou, *caro mio*,
Só não sei de que maneira,
Se diretamente ao Rio,
Se atravessando a fronteira.

“Ir por água é arriscado
A dar com o nariz na porta,
Se achar o porto trancado,
E a ficar de cara torta.

“Enfim, veremos... Espero
Que, de um modo ou de outro modo,
Lá, entre; e aqui te assevero
Que com pouco me acomodo.

“Saudade, tenho saudade

²³⁴ Ambas as palavras têm praticamente o mesmo significado: formosas, elegantes, graciosas.

De outrora. Há mais de trinta anos
Que andei por essa cidade
Com grandes passos ufanos.²³⁵

“Mudou tudo? Existe ainda
O teatro Provisório?²³⁶
Onde está Lagrua, a linda,
Que teve um lapsoamatório?

“O gordo Tatti? O magano
Ferranti? A Charton divina?
Vive ainda o João Caetano?
Vive ainda a Ludovina?²³⁷

²³⁵ Em 1855 e 56, ocorreu grande epidemia de cólera na corte do Rio de Janeiro e que se prolongou até 1867, tendo como um dos estigmas o crescimento da prática de medicina homeopática na corte. Cf. PIMENTA, Tânia Salgado. “Doses infinitesimais contra a epidemia de cólera em 1855”. In: NASCIMENTO, Dilene Raimundo et al. (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004. Além da epidemia daquela época já ter sido comentada pelo cronista em outras séries ao longo de sua carreira, vale observar que o próprio José de Alencar também a comentou em algumas crônicas da série *Ao Correr da Pena*, publicada contemporaneamente ao surto da epidemia. Cf. ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

²³⁶ Referência ao antigo Teatro Provisório, inaugurado em 1852, foi dois anos depois rebatizado Teatro Lírico Fluminense. Após a construção do Teatro Dom Pedro II, começou o declínio do antigo Provisório, que foi demolido em 1875. Cf. SILVA, Lafayette. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1931, p. 44-48.

²³⁷ Referência a artistas célebres no Rio de Janeiro na década de 1850: as sopranos Emília La Grua (?) e Anne Charton-Demeur (1824-1892), o barítono Ferranti (?), e os atores João Caetano (1808-1863) e Ludovina Soares da Costa (1802-1868) são artistas que marcaram a cena teatral da corte nos anos de 1850 e início de 1860, conforme se pode observar frequentemente a partir da leitura de crônicas da época, escritas por José de Alencar e Machado de Assis. No caso de Caetano e Soares da Costa, o sucesso na corte remonta pelo menos desde a década de 1830. Cf. SILVA, Op. cit.; FARIA, João Roberto. *Intr. In: ALENCAR, Op. cit.; FARIA, João Roberto. Intr. In: ASSIS, Machado de. O Espelho. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.* Referência ao “gordo Tatti” não encontrada.

“A Loja do Paula Brito
Mudou de dono ou de praça?
Paranhos grave e bonito
Vive ainda? Vive o Graça²³⁸?

“Mora ainda no Rocio
Muita família? O teatro
Tem inda o mesmo feitio?
São ainda os mesmos quatro?²³⁹

“Publica-se inda o elegante
Mercantil? Que faz? Que escreve
Maneco? e o Muzzio? e o brilhante
Alencar de estilo leve?²⁴⁰

“Vou vê-los todos, e juro
Em honra aos dias passados,
Que ao meu golpe áspero e duro
Serão poupados, poupados...”

²³⁸ Comentando as personalidades e mudanças físicas da corte, recorda-se: Francisco de Paula Brito (1809-1861), primeiro e principal editor brasileiro até meados do século XIX; José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), visconde de Rio Branco, frequentador da loja de Brito (conforme Machado de Assis voltaria a citar na crônica conhecida como “Velho Senado”, publicada em 1898). Referência a “o Graça” não encontrada.

²³⁹ Na série de crônicas *Ao Acaso*, publicada no *Diário do Rio de Janeiro* entre 1864 e 1865, Machado de Assis comenta mais uma vez, e inclusive na crônica de estreia (05/06/1864), a cena teatral da corte estar dividida basicamente em quatro teatros: Ginásio Dramático, o S. Pedro de Alcântara, o S. Januário e o Lírico Fluminense (antigo Provisório). Apesar do cronista comentar a existência de apenas quatro teatros, sabe-se da existência de outras casas de menor relevância com apresentações teatrais naquela época. Cf. SILVA, op. cit.

²⁴⁰ Sobre a imprensa, lembra-se: do jornal *Correio Mercantil*, que durou da década de 30 até 1862; de “Maneco” (Manuel) Antônio de Almeida (1831-1861), José de Alencar (1829-1877) e de Henrique César Muzzio (1831-1874), médico e jornalista, com quem Machado de Assis trabalhou no *Diário*. Cf. MASSA, Jean-Michel. **A juventude de Machado de Assis**: ensaio de biografia intelectual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 245.

17 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 4

Que será do novo banco?
Interroga toda a gente.
Respondem uns que um barranco,
Outros dizem que uma enchente.²⁴¹

Certo é que andaram milhares
De contos, contos e contos,
Uns por terra, outros por mares,
Contos de todos os pontos.

Caíam como sardinhas,
Pulavam como baleias.
Ai belas ambições minhas!
Ai sonho, que me incendeias!

E o Holman, o forte e ledó
Inglês brasileiroado,
Contemplava o Figueiredo,

²⁴¹ “A imagem não poderia ser mais feliz para retratar o impasse de vários anos entre ‘papelistas’ e ‘metalistas’, que se arrastava em torno do tema da reforma monetária, e dos novos bancos de emissão em contínua cogitação no parlamento. Os primeiros enfatizando a escassez do meio circulante... e seus contedores a argumentar o exato oposto, que o meio circulante era ‘superabundante’ em vista da presença do ‘ágio sobre o ouro’...” ASSIS, Machado de. **Machado de Assis: O olhar oblíquo do acionista / organização, prefácio e notas**, Gustavo H. B. Franco. Rio de Janeiro: Rer, 2007, p. 70.

De acordo a *GN*, em comentário sobre a convocatória para novos associados, o porte inicial de 20 mil contos permite supor que haveria grande número de acionistas na fundação do *Banco Internacional*, o que possibilitaria o estabelecimento de crédito se tornar órgão regulador do meio circulante. Nos dias seguintes, o jornal relata em tom otimista uma grande procura por parte de investidores com pouco capital, inclusive de outras províncias, o que teria atrasado a finalização das subscrições. *GN*, 12 a 14/11/1886.

Que olhava, grave e barbado.²⁴²

Supunha que muita gente
Viesse; mas gente tanta
Não cuidavam certamente...
Obra abençoada e santa!

Da empresa ora começada,
Há quem diga maravilhas;
Muita ideia cogitada...
Ouro a granel, ouro em pilhas.

Circulação recolhida,
Câmbio a vinte e seis ou sete,
Mudança da antiga vida,
Outra cara, outro topete.

Ai, sonho! ai, diva quimera!
Pudesse eu entrar na dança!
Ai viçosa primavera!
Ai verde flor da esperança!

Nem eu, nem o meu compadre
Eusébio Vaz Quintanilha²⁴³,
Que, por mais que corra e ladre,
Nenhum grande emprego pilha.

Que, para matar a fome,
Vem matá-la em minha casa,
Sem poder dizer que come,
Mas que destrói, mata, arrasa.

Pobre Quintanilha! Um anjo!
Coitado! Afinal parece
Que lá teve algum arranjo
Que lhe dá certo interesse.

²⁴² Willian Henry Holman (?) e Francisco de Figueiredo (1843-1917) eram sócios na Companhia de Gás e no Moinho Inglês no Rio de Janeiro antes da fundação do Banco Internacional. GRAHAN, Richard. **Britain & the Onset of Modernization in Brazil, 1850-1914**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972 apud ASSIS, op. cit.

Figueiredo volta a ser citado por Machado em outra crônica, na qual, em outro contexto, ele aparece como um estereótipo de financista de sucesso. *BD*, 13/01/1889.

²⁴³ Referência não encontrada.

Há já dias que o não via.
Onde iria o desgraçado?
Quem sabe se morreria,
Faminto e desesperado?

Eis que ontem, quando passava
Pela rua da Quitanda,
E nos negócios cismava
Desta *Gazeta de Holanda*,

Lá no outro lado da rua
Uma figurinha para;
Trazia a cabeça nua,
Bacia, opa e uma vara.

Era o pobre... Deu comigo
E veio, em quatro passadas,
Ao seu delicado amigo
Apertar as mãos pasmadas.

— “És andador de irmandade?
Aprovo os teus sentimentos
De devoção, de piedade...
Toma um níquel de duzentos.”

— “Não, Malvolio, não, não ando
Como um andador professo...”
— “Andador de contrabando?”
— “Também não; ouve, eu te peço.

“Esta opa, esta bacia
Alugo a alguma Irmandade:
Dou cinco mil réis por dia,
E corro toda a cidade.

“Varia o lucro, segundo
Dou mais ou menos às pernas;
Não escandalizo o mundo
E mato as fomes eternas.

“Rende-me oito ou nove, e há dias
De dez mil réis, dez e tanto.
Crês? Já faço economias,
Já deito algum cobre ao canto.

“É este o meu banco. O fundo
É variável, mas certo;
Deus dá banco a todo o mundo;
Uns vão longe, outros vão perto.

“Eu cá não ando com listas
De ações, nem faço rateio;
Todos são meus acionistas,
Gordo ou magro, lindo ou feio.

“Que um só vintém esmolado
Vale no céu muitos contos;
E há muito vintém cobrado...
Vinténs de todos os pontos!”²⁴⁴

MALVOLIO

²⁴⁴ Dias depois, esta crônica é citada em matéria de 23/11/1886 sobre A. F. Pereira, detido pela polícia ao comenter apropriação indébita, em ação similar à descrita nesta crônica.

21 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 5

Com franqueza, esta Bulgária
Vai-me esgotando a paciência²⁴⁵;
Lembra a ilha Baratária²⁴⁶,
Onde, após uma audiência,

Sancho, que naquele dia
Começara a governá-la,
Foi, com muita cortesia,
Levado a uma grande sala.

Tinha uma fome de rato
O governador recente,
E viu prato, e prato, e prato,
Prato de atolar o dente.

Quanto manjar, quanto molho,
Não direi, por mais que diga;
Só a vista enchia o olho...
Restava encher a barriga.

Mas tão depressa acudia
Algum servo respeitoso,

²⁴⁵ De acordo com diversas edições da *GN*, no final de 1886, após a abdicação do príncipe-regente Alexandre I (1857-1893) do trono búlgaro, a crise no país teve como pano de fundo a tensão política entre grandes potências, como Inglaterra, França, Alemanha, Áustria e Rússia, devido a disputas de influência política. Sob ameaça de invasão por tropas russas, o governo búlgaro buscava um novo chefe-político. *GN*, diversas edições, entre setembro e novembro de 1886.

²⁴⁶ Referência ao capítulo XLV, “De como Sancho Pança tomou posse da sua ilha, e do modo como principiou a governá-la.”, de *Dom Quixote*. Cf. CERVANTES, Miguel de. *Dom Quixote de la Mancha*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

A mesma imagem de Sancho, no episódio da ilha Baratária, já fora utilizada anteriormente pelo cronista para ilustrar seus comentários em contextos bem diversos. *Aquarelas*, 09/10/1859, e *NS*, 21/07/1878.

Trazendo-lhe uma iguaria
De cheirinho apetitoso,

Um doutor, que se postara
Ao lado, sem mais demora
Fazia um gesto com a vara,
E ia-se a iguaria embora.

Afinal,ⁱⁱ pergunta o Sancho
Que era aquela caçoada.
Responde o doutor, *mui ancho*ⁱⁱⁱ,
Que nada, não era nada.

Que, como ele tinha a cargo
A sua saúde e vida,
Cabia-lhe pôr embargo
A uma ou outra comida.

— “Bem, então dê-me essas belas,
Maravilhosas perdizes.”

— “Livre-o Deus de tocar nelas,
Nem de chegar-lhe os narizes.”

— “Mas, aquele gordo coelho
Espero que me não negue.”

— “Senhor, o melhor conselho
É que nem sequer lhe pegue.”

— “Naquele prato travesso
Cuido que há *olla-podrida*²⁴⁷...”

— “Não coma, por Deus lho peço!
Aquilo espatifa a vida.

“Deixe Vossa Senhoria
A cônegos e a reitores
Essa péssima iguaria
Que tanto estraga os humores.”

E o pobre Sancho com fome,
Por mais que lhe dê na gana,
Tudo pede e nada come,
Até que se desengana.

²⁴⁷ O prato *olla-podrida* é uma espécie de cozido típico espanhol. Também citado no referido capítulo de *Dom Quixote*.

Assim anda a tal Bulgária;
Elege, mas não elege,
Pois, como na Baratária,
Há um doutor que a protege.²⁴⁸

— “Este príncipe!” — “Não presta;
Faz-lhe mal aos intestinos.”
— “Este outro?” — “Escolha funesta.”
— “Aquele outro?” — “Um valdevinos.

“Para os seus humores basta
Este da Mingrélia; é moço,
Boa cara e boa casta;
Demais, pertence ao colosso.”

E a Bulgária, se há de os braços
Estender e recebê-lo,
Fazendo assim com abraços,
Em vez de a murros fazê-lo,

*Timeos Danaos, et dona
Ferentes*²⁴⁹, pensa consigo;
E com ar de valentona,
Recusa o presente amigo.

Bulgária dos meus pecados,
Imita o meu pobre Sancho,
Que, vendo os pratos negados,
Agarrou um pão a gancho.

Um pão seco e frescas uvas,
Acaba essas longas bodas.

Já tens véu, grinalda e luvas,
Escolhe uma vez por todas.

E, tomando a liberdade
De te chamar D. Amélia²⁵⁰
(Ó rima! ó necessidade!)
Bulgária, escolhe o Mingrélia!

MALVOLIO

²⁴⁸ No início de novembro, o governo regencial búlgaro envia circular consultando as principais potências européias sobre a indicação do austríaco Fernando Maximiliano (1861-1948), futuro Fernando I da Bulgária, para ocupar o trono búlgaro. O governo russo se opõe. Cogitou-se o príncipe Valdemar (1858-1939), filho do rei dinamarquês, porém, também é preterido pelo czar que lhes exige, sob ameaça de invasão militar, a eleição do príncipe russo Nicolau da Mingrélia (atual Georgia) (1847-1919), Nikolai Davidovitch. *GN*, 09, 11 e 18/11/1886.

²⁴⁹ Referência à *Eneida*, de Virgílio. Do latim, “temo aos gregos, mesmo quando trazem presentes.” VIRGÍLIO. *A Eneida*. São Paulo: Paumape, 1993.

²⁵⁰ Referência não encontrada.

28 DE NOVEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 6

— “Tu és Cólera, e sobre esta
Doença amiga edifico
A minha igreja, e uma sesta^{iv}
Perpétua, em ficando rico.”

Assim me dizia o Bento
Da Silva Luz, boticário,
Inventor de um cozimento,
Inócuo e pecuniário.²⁵¹

E, vendo que eu o escutara,
Cheio de alegria e riso,
Como alguém que se prepara
A ter igual paraíso,

Quis saber qual fosse a causa
Daquela expressão ridente;
Eu, depois de certa pausa,
Disse-lhe naturalmente:

— “Quando cogito em que a peste
Pode entrar por nossa casa,
Cuido no favor celeste
Que trará pendente na asa.

Deu ela entre alienados
De Buenos Aires, matando
Metade dos atacados,

²⁵¹ Referência não encontrada. Porém, mesmo que a ironia em relação a medicamentos “milagrosos” fosse marcada já há décadas as crônicas da corte, há indícios que a crônica tenha sido novamente “inspirada” em um caso real. Semanas depois, é publicado em nota real o lançamento do medicamento preventivo chamado “Robertina anti-colérica”, com promessas de cura similares. *GN*, 22/12/1886. A venda do medicamento é proibida e os vendedores desse produto são multados. *GN*, 19/01/1887.

E nova gente atacando.²⁵²

Cada telegrama conta
Dois, três, cinco, oito, dez loucos,
Que ficam de mala pronta
E vão deixando isto aos poucos.

Não tarda que o derradeiro
Hóspede saia do asilo
E fique o edifício inteiro
Despovoado e tranqüilo.

E calcule agora a soma
De palácios encantados,
Feitos de nácar e goma,
Telhados e destelhados;

Calcule os pássaros feios
De asas longas, longas pernas,
Que enchem por todos os meios
As frias noites eternas;

Calcule as meias ideias
Feitas de meias lembranças,
E a meia luz das candeias,
E a meia flor de esperanças;

E as gargalhadas sem boca,
Ouvidas perpetuamente,
Ora claras, ora roucas,
E as conversações sem gente.

Farrapos de consciência,
Cozidos pelo delírio,
E uma enorme concorrência
De patuscada e martírio;

Calcule agora essa vida
De doidos enclausurados,
De repente interrompida,

²⁵² Telegramas de Buenos Aires afirmam preocupação da população local com a confirmação de diversas mortes por cólera no país, inclusive ocorridas no Hospício de Alienados na cidade de Rosário. *GN*, 20/11/1886. Dias depois, são confirmados os primeiros casos de cólera no Asilo de Mendigos em Montevidéo. *GN*, 10/12/1886

E os corpos amortalhados.

Nem sempre a peste é moléstia,
Sacramentos e ataúde;
Aos doidos vale uma réstia
De inesperada saúde.

Por isso é que, quando penso
Naquele monstro terrível,
Acho um benefício imenso,
Que o torna bom e aprazível.

E digo: oh! abençoado
Destino que tal prescreve!
Que haja ao pé do alienado
A epidemia que o leve!””v

MALVOLIO

6 DE DEZEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 7

A lei darwínica é certa
Inda em acontecimentos...
Não fiquem de boca aberta,
Vão vê-lo em poucos momentos.

Há neles a mesma luta
Pela vida, e de tal arte
A crua lei se executa,^{vi}
Que é a mesma em toda a parte.

Há seleção, persistência
Do mais capaz ou mais forte,
Que continua a existência,
E os outros baixam à morte.

Demonstro: — O famoso caso
Da escola e pancadaria²⁵³,
Caso que pôs tudo raso,
Tudo, até a epidemia.²⁵⁴

Tal foi ele que, tomando
Todo ou quase todo o espaço,
Foi de um trago devorando

²⁵³ Referência ao caso do diretor do prestigiado Colégio Abílio, localizado à praia do botafofo, que fora acusado pelo pai de um dos alunos de ter agredido fisicamente seu filho. *GN*, 26/11/1886. A polêmica e seus desdobramentos tiveram destaque entre notícias e seções de cartas da maioria dos jornais da corte durante pelo menos duas semanas, chegando a ser discutida na imprensa pelo Ministério dos Negócios do Império. *GN*, 07/12/1886. Um dia antes da publicação da crônica em questão, na seção da *GN*, *Crônica da Semana*, o redator ironiza a falta de perspectivas sobre punição para este caso e para outros dois de violência sobre crianças (casos estes que vieram à tona na sombra daquele do Colégio Abílio, mas que foram menos noticiados). *GN*, 05/12/1886.

²⁵⁴ Ameaça de nova epidemia de cólera na corte, conforme já observado em crônicas anteriores. Ver crônica 3.

Quanto lhe embargava o passo.

Escapou a Cantagalo²⁵⁵,
Por trazer comprido bico,
Unha capaz de matá-lo,
Peito largo e sangue rico.

Mas, por um só que resiste,
Quantos passaram calados
Na penumbra vaga e triste
Dos seres mal conformados!

Cito dois — um pequenino,
Um telegrama celeste,
Oficial e argentino,
Sobre os destroços da peste.

Dava os óbitos do dia,
De modo tão encoberto,
Que o duvidoso morria
E só escapava o certo.

“Rua tal: um duvidoso.
Outro duvidoso ao lado...”
Pois, com ser tão engenhoso,
Foi lido e não foi guardado.²⁵⁶

Segundo caso: o de Arantes,
Arantes, a testemunha,
Que os juízes implicantes
Cuidam de pegar à unha.

²⁵⁵ Durante novembro, publicou-se o progresso das negociações para venda da estrada de ferro municipal de Cantagalo para um grupo de banqueiros ingleses. *GN*, 06, 20, 23, 27 e 29/11/1886. Porém, após quase duas semanas sem notícias sobre a negociação, publicou-se que uma Companhia brasileira, Leopoldina, teria realizado melhor oferta, e o presidente da província decide cancelar a negociação e retomar processo de concorrência pública desde o princípio. *GN*, 12/12/1886.

²⁵⁶ Referência específica não encontrada. Sabe-se que naquela semana foram frequentes os telegramas relatando novos casos em cidades argentinas, Uruguai, Chile e Paraguai. Não raro, os telegramas eram contraditórios ou ressaltavam a possibilidade das próprias informações serem meros boatos.

Porquanto há necessidade
De ouvir-lhe a palavra de ouro,
Para saber a verdade
Do que houve no Matadouro.²⁵⁷

Seja pró ou seja contra
Essa testemunha rara,
Onde é, onde é que se encontra?
Onde vive? Onde é que para?

Mandou-se às partes remotas
Da cidade, e logo ao centro;
Foram ao fundo das botas
E não o acharam lá dentro.

Em Minas? Vá precatório²⁵⁸,
Rápido, para intimá-lo...
Esforço inútil e inglório!
Voltou sem lograr achá-lo.

Não sendo encontrado em Minas
Nem pelas matas cerradas,

²⁵⁷ Referente ao caso de vereadores suspensos em decorrência de uma contratação irregular feita pela Câmara municipal em relação às obras estruturais do Matadouro Público. Segundo o jornal, o Tribunal de Relação (Tribunal judicial de segunda instância) relativo ao distrito, decidira convocar José Alves Arantes (?) para depor em juízo de formação de culpa (ou seja, com possibilidade de ser formalmente acusado), pois este havia sido citado por todas as testemunhas anteriormente ouvidas. Após um mês, publica-se que este não foi localizado e que o processo deveria ter prosseguimento, porém, sem seu testemunho. *GN*, 06/11 e 05/12/1886. Até a data de publicação desta crônica, há reclamações sobre o Matadouro, em parte, devido às obras que não se realizaram, resultando: em um estendido abastecimento atrasado de carne já estragada; na discussão na Câmara Municipal entre vereadores envolvidos na contratação irregular; e no aumento do preço do produto em decorrência do bloqueio da entrada aos navios argentinos que traziam carne seca, em decorrência da epidemia de cólera no país platino. Respectivamente, *GN*, 13 e 29/11 e 02/12/1886.

²⁵⁸ Mandado expedido por um juiz de diferente comarca para que se faça cumprir diligência judicial em outra.

Foram às ilhas Malvinas,
Ao Congo e ao reino das Fadas.

E bradaram-lhe: “Ó Arantes,
Chamado como quem sabe
O nome aos bois pleiteantes,
E o mais que no caso cabe;

“Arantes, onde respiras?
Onde estás? onde te escondes?
Na trama das casimiras?
Chamo-te e não me respondes.

“Talvez no centro da Arábia,
Talvez na rua da Ajuda,
Talvez estudando a *Fábia*²⁵⁹,
Talvez adorando a Buda.

“Donde quer que estejas, corre,
Acode ao nosso chamado:
Vem, que, se não corres, morre
O processo começado.”

E passou esse episódio
Sem fazer maior barulho
Do que as saúdes de um bródio²⁶⁰
Na Gávea ou no Pedregulho.

Porque nos próprios eventos
A lei darwínica é certa.
Provei-o em poucos momentos,
Não fiquem de boca aberta.

MALVOLIO

²⁵⁹ *Fábia*, peça trágico-cômica em três atos do autor português Francisco Palha (1826-1890). Lançada em 1850, ela obteve bastante sucesso na época devido a seu inovador caráter heróico-paródico. **Revista Popular**. Semanário de Literatura e Indústria. Lisboa: Imprensa Nacional, 1849.

<<http://books.google.com.br/>>. Visualizado em 14/08/2010.

²⁶⁰ Caldo que se dava aos pobres nas portas dos conventos. Informalmente, na época, também poderia designar: Festa com comes e bebes.

21 DE DEZEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N. 8

E disse o Diabo: — “Fala,
Que queres ser nesta vida?
Antonino ou Caracala²⁶¹?
Capucho ou jardins de Armida²⁶²?

“Escolhe, e verás, Malvolio,
Tudo o que quiseres; pede
Um sólio, e terás um sólio,
Pede um culto, e és Mafamede.”

E eu, respondendo-lhe, disse
Que nem tronos nem altares;
Que, na minha mandriice,
Tinha sonhos singulares.

Ou antes, um sonho apenas,
Um só desejo, um só, único,
Mais velho que a velha Atenas,
Mais velho que um vintém púnico²⁶³.

Não era ter a coroa
Do Egito nem da Bulgária²⁶⁴,

²⁶¹ Duas referências possíveis a Imperadores Romanos: Antonino Pio ou Marco Aurélio Antonino, este segundo, também conhecido como “Caracala”. ASSIS, Machado de. *Crônicas*. A+B, *Gazeta de Holanda*. Ed. Mauro Rosso. São Paulo: Loyola/PUC, 2011, p. 86.

²⁶² Relativo a uma mulher que fascina pelas graças e encantos. Armida é personagem de *Jerusalém Libertada*, de Torquato Tasso, obra que narra ficcionalmente a primeira cruzada. O papel da personagem seria seduzir os cruzados mantendo-os longe de Jerusalém. TASSO, Torquato. *Jerusalém libertada*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

²⁶³ Relativo à cidade de Cartago.

²⁶⁴ Ver Crônica 5. Novamente, trata-se de referência à tensão política na Europa envolvendo as grandes potências envolvidas na ocupação militar inglesa no Egito e na ameaça de ocupação russa na Bulgária. No caso da Bulgária, ainda não havia decisão consensual sobre o novo monarca. Diversos textos

Nem ver as moças de Goa²⁶⁵,
Nem ter os beijos da Icária²⁶⁶.

Nem dormir o dia inteiro
Em tapetes persianos,
Sentindo o vento fagueiro
De numerosos abanos.

Digo abanos meneados
Por muitas damas formosas,
Feitos de fios delgados
De palma, e plumas, e rosas.

Nem comer em pratos de ouro
Figos secos da Turquia,
Acompanhados do louro
Néctar que há na Andaluzia.

Nem possuir as estrelas
Que são tão minhas amigas,
Para um dia convertê-las
Em meias-dobras antigas.

Pois tudo isso, e o mais que pode
Entrar no mesmo cortejo
Duvido que se acomode
Ao meu íntimo desejo.

Sabes tu o que eu quisera?
Quisera ser cartomante,
Dizer que espere ao que espera,

entre o fim de novembro e a primeira quinzena de dezembro mostram a imprensa europeia, de modo geral, sugerindo uma aproximação entre os interesses políticos de Alemanha e Inglaterra e, do lado oposto, entre França e Rússia. *GN*, 25/11, 9 e 10/12/1886.

²⁶⁵ Principal porto português na Índia.

²⁶⁶ Ilha do mar Egeu batizada com nome referente a Ícaro, filho do inventor ateniense Dédalo, e cujas asas de cera teriam derretido pelo calor do Sol, e ele, caído no mar próximo à região. BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia*. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 191-193.

Outra possibilidade de interpretação é referência a uma ilha lendária do Atlântico Norte, fazendo com que o termo “beijos de Icária” equivalham a “beijos de sereias”, sedutores, traçoeiros. ASSIS, op. cit., p. 87.

E dizer que ame ao amante.

Saber de coisas perdidas,
Saber de coisas futuras,
De verdades não sabidas,
De verdades não maduras.

Se uma senhora é amada,
Ou se há lá na costa mouras;
Se a costureira — casada —
Chega a depor as tesouras.

Quem é certo moço que anda
De chapéu branco e luneta,
E algumas vezes lhe manda
Lembranças por uma preta.

Se a mulher de um diplomata
Vive enredando as pessoas...
Se há de esperar certa data...
Se as filhas hão de ser boas...

Onde para uma pulseira,
Um recibo, um cachorrinho...
Se a neta da lavadeira
Bifou algum colarinho...

Se há de morrer de um inchaço
Que traz na perna direita...
Ou se a luxação de um braço
Pode deixá-la imperfeita...

Tudo isso, e o mais que não cabe
Em verso rápido e breve,
E que a cartomante sabe,
Sabe, conta, e não escreve,

É o meu desejo. E tenho
Que, se essa coisa me ensinas,
Serei, com o meu engenho,
O doutor destas meninas.

Que a nós outros coube em sorte
Política e loteria,
Coisas que têm, como a morte,
Mistério e melancolia.

Mas que hão de fazer as damas
Com a alma incendiada
Das mesmas secretas flamas
E ao mesmo abismo inclinada?

Procuram timidazinhas
Aqueles claras vivendas
E crescem as adivinhas,
Não dão para as encomendas.

Pois se tu, Diabo amigo,
Me pões capelo de mestre,
Juro-te que das comigo
No paraíso terrestre.

Cá virão as Evas novas,
Inquietas, desordenadas,
Pedir-me, com ou sem provas,
As verdades mascaradas.

E olha que farei no ofício
Notáveis melhoramentos,
Tapetes, largo edifício,
E o preço — mil e quinhentos.

MALVOLIO

24 DE DEZEMBRO DE 1886.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 9

À Carmen Silva, à rainha
Da Romênia, à delicada,
Egrégia colega minha,
Pelas musas laureada.²⁶⁷

Pobre trovador do Rio,
Cantor da pálida lua,
Esta breve carta envio,
E aguardo a resposta sua.

Note bem que lhe não falo
Das suas lindas novelas,
Nem do plácido regalo
Que nos dá com todas elas.

Não, Augusta e bela moça,
Não é prosa nem poesia
O meu assunto... Ouça, ouça,
Verá que é sensaboria.

Cá se soube que um partido,
Que há muito não dava cacho.
Após combate renhido,
Tomou ao outro o penacho.²⁶⁸

²⁶⁷ Carmen Sylva (1843-1916) é pseudônimo de Isabel Otília Luísa de Wied, escritora e rainha de Romênia. CALMON, Pedro. **História de D. Pedro II**. Rio de Janeiro-Brasília: Inl, 1975.

²⁶⁸ Nos meses anteriores, as eleições municipais para o quadriênio 1887-1890 não foram finalizadas devido a seguidos requerimentos e consequentes decisões judiciais favoráveis. Na terceira tentativa de realização das eleições, durante a contagem feita na Câmara Municipal, houve protestos contra os votos de determinada freguesia e contra o baixo número de vereadores presentes na sessão “arquitumultuária”, sendo as eleições municipais novamente anuladas judicialmente. *GN*, 14 e 19/12/1886.

Publicaram-se cartas de protesto contra o constante cancelamento e adiamento das eleições, assim como em relação ao papel que a Câmara

Fez-se isso eleitoralmente;
A gente que não queria
O partido então vigente,
Mudou de cenografia.

Se fez bem ou mal, lá isso
É com ela; a culpa inteira
Pertence-lhe se o feitiço
Virar contra a feiticeira.

Mas, como aqui neste canto,
Não há tal eleitorado,
Que faça nunca outro tanto,
E pense em coisas do Estado.

E também porque isto, às vezes,
Está em qualquer coisa (adágio
Que herdamos dos portugueses,
E tem o nosso sufrágio),

Lembrou-me que poderia
Obter, por seu intermédio,
Para uma tal embolia,
O apropriado remédio.

Serão pastilhas? xarope?
Pílulas de qualquer coisa?
Um cozimento de hissope²⁶⁹?

assumia na administração da cidade, delegando decisões para o parlamento e mal administrando os contratos públicos dos quais participava (inclusive tendo como referência as obras do Matadouro Público. Ver Crônica 7). Exemplo destas cartas foram as do senador Francisco Otaviano e do editorial, do jornal *Rio de Janeiro*, publicados em *GN* 16 e 22/12/1886, respectivamente.

Por outro lado, a referência ainda parece ser alusão à recente troca do gabinete ministerial. O Barão de Cotegipe, conservador, assumiu o gabinete imperial em 1885, sendo que a última vez que outro conservador ocupara a posição fora em 1877. Após tal fato, segundo a imprensa carioca da época, diferentes grupos dentro do Partido Liberal buscaram instáveis alianças com o Conservador, reafirmando característica já tão criticada pela imprensa na época e pelo próprio Machado de Assis em diversas outras crônicas ao longo daqueles anos.

²⁶⁹ Instrumento com que se aspergue água benta.

Fricções de madeira e lousa?

Seja isto ou seja aquilo,
Peço a Vossa Majestade
Uma amostra, um frasco, um quilo,
Para ensaiar na cidade.

Porque, como ora se trata
De uma operação sabida,
Que a gente que se maltrata
Torna a pôr amada e unida.

Operação que dissolve
Os grupos mais separados,
E rapidamente absolve
Todos os ódios passados;

Quisera, logo que esteja
Toda a obra recomposta,
E esta liberal igreja
De novo aos fiéis exposta,

Quisera ver se, tomando
A droga romena^{vii} um dia,
Chegaríamos ao mando
Pela mesma e larga via.

De outro modo ficaremos
Nestas náuticas singelas
De largar o leme e os remos
E abrir à fortuna as velas.

Eia, pois, augusta musa,
Mandai-me o remédio santo,
E não vos concedo escusa;
Quero tirar o quebranto.

Quero ver se, finalmente,
Depois de tão larga espera,
A nossa eleitoral gente
É gente, não é quimera.

Para que depois se queixe
De si e das culpas suas,
E por uma vez se deixe
De murmurar pelas ruas.

Vede, flor das maravilhas,
Como esta alma pede e roga:
Mandai-me as vossas pastilhas,
Pílulas ou qualquer droga.

MALVOLIO

10 DE JANEIRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 10

Depois de férias tão longas;
Tão docemente compridas,
Ó musa, minhas candongas²⁷⁰,
Voltemos às nossas lidas.

Assim faz a *Pátria*, às vezes,
E é certo que não estoura;
Descansa um mês ou dois meses
O nosso C. B. de Moura.²⁷¹

E a *Pátria*, meia enfadada
Daquelas extensas férias,
Volta mais fortificada
Aos combates e às pilhérias.

Eia, pois, minha gorducha,
Vê que recomença a aurora,
Puxa daqui, puxa, puxa,
Vamos trabalhar lá fora.

E antes de tudo, inclinando
O gesto a todos os lados,
Vai a todos desejando
Plácidos dias folgados.

Desejarás uma boa
Vereança aos cariocas,
Que se não esgote à toa,
Em longas brigas e mocas;

Que eleja pacatamente,

²⁷⁰ Originalmente, tem sentido de: carinhos cínicos, elogios interesseiros. No Brasil, perdeu a conotação de falsidade e também foi usado em sentido carinhoso, presente.

²⁷¹ No mesmo dia de publicação da crônica, é reproduzida informação que o jornal de Carlos Bernardino de Moura, redator da *Pátria*, voltaria a ser publicado naquele ano a partir do dia 13. *GN*, 10/01/1887.

Sem atos tumultuários,
O seu vice-presidente
E os restantes comissários.²⁷²

Pouco calor, pouca chuva,
Nenhuma peste que assole,²⁷³
Algum vinho feito de uva,
E menos gente que amole.

Grandes bailes mascarados
E passeatas nas ruas,
Câmaras de deputados
Sem as discussões tão cruas.

Boatos, sobre boatos,
De modo que quem passeie
Por esses bondes ingratos
Tenha coisa que recreie.

E mais que tudo; meu anjo,
Anjo meu do meu sacrário,
Desejo um bonito arranjo
Ao nosso estafado erário²⁷⁴.

²⁷² Após as tentativas anteriores de realização das eleições municipais (ver Crônica 9), o desembargador responsável acata reclamação do vereador Emílio da Fonseca (?) e determina nova apuração dos votos acrescentando votos da 1ª seção da freguesia de Lagoa. *GN*, 31/12/1886. Porém, o Ministro dos Negócios do Império, Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré, (1825-1898) determina que a nova posse se dê no dia 7 de janeiro, mesmo sem o cumprimento da sentença do desembargador. No dia da posse, houve distúrbios, pois o voto dos dois novos vereadores, que seriam substituídos após a nova apuração, Pereira Nunes (?) e Guilherme José Teixeira (?), tiveram sua legitimidade questionada durante votação para escolha de novo presidente da Câmara. *GN*, 04 e 08/01/1887.

Em dois artigos de opinião, os redatores da *GN* comentam que, após a questão da apuração ser resolvida, a nova gestão responsabilizaria a anterior pelos problemas deixados, e, assim, desejam em tom irônico sucesso para os novos vereadores, apesar dos problemas enfrentados já nos primeiros dias do ano. *GN*, 07 e 09/01/1887.

²⁷³ Possível referência aos riscos de chegada do cólera. Ver Crônica 3.

²⁷⁴ Recursos financeiros públicos.

Não sei se leste a mensagem
De Cleveland, um documento
De americana homenagem
Lá, para o seu parlamento.²⁷⁵

Pois conta-se aí (por esta
Luz do céu minha alma jura
Que não é peta funesta,
Mas pura verdade, pura);

Conta-se que a renda é tanta
Que urge cortar-lhe os babados,
Que é demasiada a manta
Para tão vastos Estados.

Que, se vão nessa carreira,
Pagam aqueles senhores
Em breve a dívida inteira,
E ficarão sem credores.

²⁷⁵ Os Estados Unidos anunciavam uma crise econômica alavancada pela superprodução da indústria têxtil. Porém, segundo o discurso referido na crônica, pronunciado pelo presidente Grover Cleveland (1837-1908) ao congresso norte-americano no mês anterior, a projeção da receita federal para o ano seguinte já era maior do que a dívida pública acumulada. CLEVELAND, Grover. *The writings and speeches of Grover Cleveland*. New York, Cassell Publishing Company. Disponível em:

<http://www.archive.org/details/writingsspeeches01clev>. Acesso em: 15/11/2010. Da mesma forma, a mensagem do presidente Cleveland de abertura do congresso em 1887 foi marcada pela exposição do crescimento constante do tesouro norte-americano nos anos anteriores, o que facilitaria equilibrar a balança afetada pela superprodução. GN, 25/01/1887.

No caso brasileiro, os jornais nas semanas anteriores noticiavam a falta de dinheiro nos cofres públicos que direcionavam o governo no sentido da renegociação da dívida externa. Em retrospectiva sobre o ano anterior, é destacada a iniciativa do governo durante todo ano de 1886 em tentar baixar a dívida externa do país, o que havia diminuído valorosamente as reservas dos cofres públicos. GN, 02 e 04/01/1887.

Depois vem maior excesso
De renda, e será tamanho
Que não haverá processo
De o dar a melhor amanhã²⁷⁶,

Porque ou fica no tesouro,
Inútil, mudo e parado,
Ou saem carradas de ouro
Para os delírios do Estado.

Ora bem, estes fenômenos
Dados como desastrosos,
Terríveis paralipômenos
De grandes livros lustrosos,

Hás de pedi-los, amiga.
Mas pedi-los de maneira
Que uma segunda barriga
Coma sem dor da primeira.

Es decir, que aquela caixa
Que ronca de tanta altura,
Se quiser ficar mais baixa
Tem receita mais segura:

Pegue em si, tire metade
E verá como lhe pego,
Pego-lhe com ansiedade,
Com ansiedade de cego.

E digo ao Tesouro nosso:^{viii}
— Amigo, aqui tens dinheiro;
Precisas deles, aqui posso
Dá-lo às tuas mãos inteiro.

Vê tu que singular obra
A deste mundo peralta,
Geme um — pelo que lhe sobra,
E outro — pelo que lhe falta.

MALVOLIO

²⁷⁶ Cultivo, arranjo, preparo.

20 DE JANEIRO DE 1887

Voilà ce que l'on dit moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 11

Coisas que cá nos trouxeram
De outros remotos lugares,
Tão facilmente se deram
Com a terra e com os ares,

Que foram logo mui nossas
Como é nosso o Corcovado,
Como são nossas as roças,
Como é nosso o bom bocado.

Dizem até que, não tendo
Firme a personalidade,
Vamos tudo recebendo
Alto e baixo, na verdade.

Que é obra daquela musa
Da imitação, que nos guia,
E muita vez nos recusa
Toda a original porfia.

Ao que eu contesto, porquanto
A tudo damos um cunho
Local, nosso; e a cada canto
Acho disso testemunho.

Já não falo do quiosque,
Onde um rapagão barbado
Vive... não digo num bosque,
Que é consoante forçado,

Mas no meio de um enxame
(É menos mau) de cigarros,
Fósforos, não sei se arame;
Parati para os pigarros;

Café, charutos, bilhetes
Do Pará, das Alagoas,
Verdadeiros diabretes,
E outras muitas coisas boas.

Mas a polca? A polca veio
De longas terras estranhas,
Galgando o que achou permeio,
Mares, cidades, montanhas.

Aqui ficou, aqui mora;
Mas de feições tão mudadas,
Que até discute ou memora
Coisas velhas e intrincadas.

Pusemos-lhe a melhor graça,
No título, que é dengoso,
Já requebro, já chalaça,
Ou lépido ou langoroso.

Vem a polca: *Tire as patas,*
Nhonhô! — Vem a polca: “*Ó gentes!*”
Outra é: — *Bife com batatas!*
Outra: *Que bonitos dentes!*

— *Ai, não me pegue, que morro!*
— *Nhonhô, seja menos seco!*
— *Você me adora? — Olhe, eu corro!*
— *Que graça! — caia no beco!* ²⁷⁷

E como se não bastara
Isto, já de casa, veio
Coisa muito mais que rara,
Coisa nova e de recreio.

Veio a polca de pergunta
Sobre qualquer coisa posta
Impressa, vendida e junta
Com a polca de resposta.

Exemplo. Já se sabia
Que esta câmara apurada,
Inda acabaria um dia
Numa grande trapalhada.

Chega a polca, e, sem detença,

²⁷⁷ Não foram encontradas referências para se confirmar, mas se compreende como títulos de polcas, fictícias ou não.

Vendo a discussão, engancha-se,²⁷⁸
E resolve: — *Há diferença?*
— *Se há diferença, desmancha-se.*²⁷⁹

Digam-me se há ministério,
Juiz, conselho de Estado,
Que resolva este mistério
De modo mais modulado.

É simples, quatro compassos,
E muito saracoteio.
Cinturas presas nos braços,
Gravatas cheirando o seio.

— *Há diferença?* diz ela.
Logo ele: — *se há diferença,*
Desmancha-se: e o belo e a bela
Voltam à primeira avença.

E polcam de novo: — Ai, morro!
— Nhonhô, seja menos seco!
— Você me adora? — Olhe, eu corro!
— Que graça! Caia no beco!

Desmancha, desmancha tudo,

²⁷⁸ Associar a imagem de bailes ao tema político era comum tanto em demais série do cronista, quanto em outras seções dos jornais. Para citarmos um exemplo bem contemporâneo: na coluna *Macaquinhos no Sótão*, as danças e contradanças servem de imagens para José Telha, pseudônimo de Ferreira de Araújo (?-1900), fundador e proprietário da *GN*, comentar o truncado processo eleitoral do município naqueles últimos meses. *GN*, 13/02/1887.

Atualizando essa questão, vale citar que ao Ministro do Império foi solicitado para que interviesse na sucessão de vereadores, alegando fazer cumprir a legislação eleitoral que exigia que os vereadores do quadriênio anterior (1883-1886) fossem reempossados provisoriamente para realizarem a apuração dos votos novamente. *GN*, 18 e 19/01/1887.

²⁷⁹ Pela leitura dos jornais da época, pode-se afirmar que se trata de expressão em forma de pergunta seguida de resposta bastante popularizada. Ficou difundida na imprensa e nas ruas, um tanto devido sua conotação irônica e política, sendo incorporada como título de uma polca de sucesso durante carnaval de 1887.

Desmancha, se a vida empaca.
Desmancha, flor de veludo,
Desmancha, aba de casaca!²⁸⁰

MALVOLIO

²⁸⁰ Associar a festividade característica das polcas e bailes dançantes às disputas políticas, eleitorais e nas Câmaras, era espécie de lugar comum na imprensa da época. Em comentário sobre crônica de 09/06/1878, John Gledson argumenta e exemplifica como Machado já representara o esvaziamento cultural e as incoerências de instituições públicas e do debate público por meio da associação desses aspectos sociais com a imagem das polcas. Cf. GLEDSON, John. Intr. In: ASSIS, Machado de. **Notas Semanais**. Campinas, Ed. Unicamp, 2008.

Outro exemplo dessa mesma comparação é a crônica de alguns anos antes, em que Machado “sugere” a impossibilidade do registro da história nacional de forma mais séria, a não ser por meio de produtos culturais popularizados como a polca. *BE*, 26/09/1884.

Posteriormente, ainda voltará a fazer a mesma associação de modo muito mais irônico-dissimulado. Após traçar panorama em que série de bailes na sociedade contrasta com a urgência de questões problemáticas ao longo da semana, Machado comenta (diríamos, se não fosse anacrônico, como num ato falho) que “já agora fico triste de uma vez, e digo que é muito melhor infringir a lei que reformá-la. Onde é que está a tristeza disso? Não sei; escrevi triste, como podia escrever alegre ou polca”. Dois meses depois, ao tratar sobre a epidemia de febre amarela, volta a utilizar a mesma metáfora: “Seja ela [a febre] o que for, é certo que, assim como em França *tout finit par des chansons*, cá em nossa terra *tout finit par des polcas*.” *BD*, 25/11/1888, e 26/01/1889.

5 DE FEVEREIRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la *Gazette de Hollande*.

N.º 12

Quem diria que o Cassino²⁸¹,
Onde a fina flor se ajunta,
Ficaria tão mofino,
Que é quase coisa defunta?

Aqueles lustres brilhantes
Que viram colos e braços,
Pares e pares dançantes,
E os ardores e os cansaços;

Que viram andar em valsas,
Quadrilhas, polcas, mazurcas,
Moças finas como as alças,
Moças gordas como as turcas;

Que escutaram tanta coisa
Falada por tanta gente,
Que eternamente repousa,
Ou geme velha e doente;

Que viram ir tanta moda
De toucados e vestidos,
Vestidos de grande roda,
E vestidos escorridos;

²⁸¹ O Cassino Fluminense foi uma das principais casas de concerto e reuniões sociais no início da década de 1880. Em 1882, foi local da primeira reunião do célebre Clube Beethoven, agrupamento do qual faziam parte considerável parcela dos principais jornalistas e políticos da corte, independentemente de tendências partidárias, inclusive Machado de Assis. Os encontros chegaram a reunir 3 mil pessoas, fazendo com que os encontros do Clube tivessem que ser transferidos para uma sede maior, na rua da Glória, ainda no início da década 1880. Sobre o Cassino Fluminense, Cf. MAGALDI, Cristina. **Music in imperial Rio de Janeiro**. European Culture in a tropical milieu. Lanham, Maryland: The Scarecrow Press Inc., 2004.

Ministros e diplomatas,
E outros hóspedes ilustres,
E sábios e pataratas...
Ó vós, históricos lustres,

Que direis vós desse estado,
Cassino à beira de um pego,
Melhor direi pendurado
De um prego, lustres, de um prego?

Deve até o gás, aquele
Gás que encheu os vossos bicos,
Que deu vida, em tanta pele,
A tantos colares ricos;

Deve ordenados, impostos,
E gastos tão incorretos,
Que até não foram expostos
Por diretores discretos.

E vede mais que há ruínas
No edifício, e é necessário
Colher muitas esterlinas
Para torná-lo ao primário.

E há mais, há a ideia nova
De alguns acrescentamentos,
É pôr o Cassino à prova
Com outros divertimentos.

Oxalá que a coisa saia
Como se deseja. Entanto,
Posto que a reforma atraia,
Acho outro melhor encanto.

Não basta que haja bilhares,
Conversações e leituras,
Partidas familiares,
E algumas outras funduras.

Preciso é coisa mais certa,
Coisa que dê gente e cobres,
Disso que chama e que esperta
Vontades ricas e pobres.

Não digo elefante branco,

Nem galo de cinco pernas,
Nem a ossada de um rei franco,
Nem luminárias eternas.

Mas há coisa que isso tudo
Vale, e vale mais ainda,
Coisa de mira e de estudo,
Coisa finda e nunca finda.

Que seja? Um homem. E que homem?
Um homem de Deus, um Santos,
Que entre as dores que o consomem
Não esquece os seus encantos.²⁸²

Esse general que estava
Há pouco em Paris, e voa
Quando apenas se curava,
Voa por mais que lhe doa,

Voa à pátria, onde uns pelintras,
A quem confiara o Estado,
Para ir ver as suas Cintras²⁸³,
E tratar-se descansado,

Entenderam que podiam
Passos de pouco préstimo
Governar, e que o fariam,
Como seu, o que era empréstimo.

Homem tal, que mais não sente

Que a sede do eterno mando,
Que, inda prostrado e doente,
Quer morrer, mas governando,

Olhe o Cassino, valia
Algum esforço em pegá-lo,
No dia, no próprio dia
Em que passasse, e guardá-lo.

Pois tão depressa a Assembleia
Oriental e aterrada
Soubesse disso, — uma ideia
Seria logo votada.

Vejam que ideia e que tino:
Que anualmente o seu tesouro
Pagasse ao nosso Cassino
Trezentos mil pesos de ouro,

Quando à velha sociedade
Particular encomenda
De guardar nesta cidade
Aquela famosa prenda.

Com isso, e mais o cobrado
Às pessoas curiosas,
Passavas de endividado,
Cassino, a maré de rosas.

MALVOLIO

²⁸² General Máximo Benito Santos Barbosa (1847-1889), ex-presidente uruguaio deposto durante viagem que fez para tratar de sua saúde em Paris. A notícia da deposição e extinção de seu cargo de senador, que ocupava durante sua licença da presidência, foi anunciada durante seu retorno à América do Sul. *GN*, 26/01/1887.

Em editorial da época, *GN* afirma ironicamente que partidários do presidente interino teriam manifestado descontentamento com Santos apenas durante sua ausência, descontentes com cancelamento das eleições, desmanche de ministérios e uso das forças armadas para manter-se no poder. Na verdade, o próprio Machado já havia há pouco tratado da situação política do Uruguai em *A+B*, 24/08/1886. Cogitava-se, então, como se confirmará após publicação desta crônica, que Santos pediria asilo ao Brasil. *GN*, 30/01/1886.

²⁸³ Referência não encontrada.

24 DE FEVEREIRO DE 1887²⁸⁴

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “*Gazette de Hollande*”.

N.º 13

Há tanto tempo calado...
E sabem por quê? Por isto:
Pelo número fadado
Da ceia de Jesus Cristo.

Número treze. Com esta
São treze as minhas *Gazetas*.
Numeração mui funesta,
Cheira a cova e a calças pretas.

Há, porém, quem afiance
Que treze é dúzia de frade.
É opinião de alcance,
Que anima e que persuade.

Contudo, em uma pessoa
Sendo supersticiosa,
Antes que na coisa boa,
Crê na coisa perigosa.

Daí veio esta comprida
Vadiação; era medo,
Medo de perder a vida
Cedo, mais que nunca cedo.

Lembra-me inda certo dia,
Quando eu tinha treze anos;
Jantamos em companhia
Treze rapazes maganos.

Um acabou reprovado
Na Escola de medicina;
Outro está bem mal casado;
Outro teve pior sina.

Pior, digo, e em muitos pontos:

²⁸⁴ Nesta data, ocorre mudança tipográfica no título e na epígrafe da série.

Geria a casa dos Bentos²⁸⁵;
Fugiu, levando dez contos,
Em vez de levar quinhentos.

Outro é político, e anda,
Ora triste, ora sinistro;
Dizem-me que ele tresanda
Vontade de ser ministro.

Em dia de crise, voa
A meter-se em casa, à espera
De alguma notícia boa;
Espera que desespera.

Só sai quando o gabinete
Fica de todo formado,
E jura pelo cacete
Que há de pô-lo derreado.

Bufa, espuma. Abrem-se as Câmaras,²⁸⁶
E o meu companheiro e amigo
Aguarda o tempo das tâmaras,
E torna ao seu voto antigo.

Outro daqueles rapazes
Procura sinceramente,
Entre os meios mais capazes
De encher a barriga à gente.

Um que seja imediato
E de graúdas prebendas,
Ou testamento, ou barato...
Já não há pr'as encomendas!

Cá por mim, tive um inchaço
Na perna esquerda; diziam
Que essa doença era andaço²⁸⁷,
E até que muitos morriam.

Sarei; mas foi sobre queda
Coice. A morte tão sombria

²⁸⁵ Referência não encontrada.

²⁸⁶ O período de funcionamento do Parlamento era entre os meses de maio e outubro.

²⁸⁷ Doença não perigosa que está predominando numa localidade; pequena epidemia.

Que tantas casas depreda,
Poupou-me para este dia.

Pois, minha dona, aqui fico,
Já daqui me não arranco,
Achei um recurso rico:
Deixo este número em branco.

Não dou *Gazeta* nem nada;
Não falo em coisa nenhuma,
Gouvêa, moção, espada;²⁸⁸

²⁸⁸ Referência a três questões noticiadas nos jornais da época. Primeiro: No início de 86, Inácio Marques de Gouvêa, funcionário do *English Bank of Rio de Janeiro*, é acusado de desfalque no valor de cerca de 250 contos na instituição. Passado o primeiro julgamento em novembro, no qual Gouvêa fora condenado, as duas partes apelaram da sentença com objetivos divergentes e, em fevereiro de 1887, um segundo e concorrido julgamento absolveu o réu. *GN*, 05 e 27/11/1886, 17 e 18/02/1887.

Na *Crônica da Semana*, o redator comenta o caso ironizando a absolvição, mas atentando ao fato de os advogados serem os mesmos que absolveram Francisca de Castro (Ver *Crônica* 1). *GN*, 20/02/1887;

Segundo: Referência ao longo e intrincado processo da questão militar que marcava certa tensão entre o Governo Imperial e o Exército. Resumidamente, dias antes à publicação desta crônica, o debate fora retomado após manifestação dos militares contra determinados “Avisos” considerados inconstitucionais expedidos pelo Ministro da Guerra Alfredo Rodrigues Fernando Chaves (?). O debate público levou à retirada dos “Avisos” e à demissão do general Deodoro da Fonseca (1827-1892) no fim de janeiro. Diante dessa situação, organizou-se no Teatro Dramático da corte uma reunião entre militares na qual se exigiu, por moção votada, que o Imperador interviesse diretamente na questão e dialogasse com os militares, representados por Deodoro. *GN*, 03/02/1887.

O assunto foi bastante comentado em janeiro e fevereiro na *GN*, não raro, com certa desvalorização irônica da postura dos militares na questão. Como consequência, o ministro Chaves foi afastado para que sua imagem não ficasse associada à imagem do Gabinete Cotegeipe ou à do Imperador. *GN*, 06, 07 e 13/02/1887;

Terceiro: Em duas ocasiões, em discurso do general Benjamin Constant (1836-1891) e na seção

Em suma, de nada, em suma.

E tanto mais ganho nisto,
Que, como se fala em rolo,
Podia um lance imprevisto
Tirar-me o melhor consolo.

Que é este: olhar para a rua
Cheia de coisas chibantes,
E dizer: — Feliz a lua...
Se é que não tem habitantes.

MALVOLIO

Crônica da Semana, foi referido o termo “espada” como metonímia para possibilidade de conflito armado entre militares e o governo. *GN*, 03 e 20/02/1887.

7 DE MARCO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “*Gazette de Hollande*”.

N.º 14

Se eu fosse aquele Custódio
Gomes ou Bíblia chamado,
Que não deu esmola ou bródio,
Nem mimos por batizado,

Pela luz que me alumia,
Juro, e mais que nunca, juro,
Que pesaroso olharia
Para este processo escuro.²⁸⁹

Daria grandes palmadas,
Ao ler tantas testemunhas,
Tantas coisas encontradas,
Tantas mãos e tantas unhas.

Pesquisas de parte a parte,
E um testamento que é tudo:
Ora forjado com arte,
Para uso e para estudo,

²⁸⁹ Longo processo judicial cujos desdobramentos eram publicados, não raro, diariamente nos jornais contemporâneos à *GH*. José Custódio Gomes, apelidado de “Bíblia”, foi aparentemente um rentista cujo grande volume de dinheiro fora descoberto apenas após sua morte. Nessa “questão com elementos de folhetim”, participaram muitas testemunhas e interessados na herança, desde a ex-escrava com quem ele vivia à ex-esposa e o novo marido, até representantes do banco envolvido na partilha da herança. A principal questão do processo judicial era responder à validade e/ou à autenticidade do testamento de Gomes, que também apresentou sinais de insanidade antes de morrer. Um exemplo das extensas matérias que retomavam e atualizavam o caso foi publicada em *GN*, 10/02/1887.

Durante todo tempo de publicação da *GH*, o processo não foi concluído. Machado já havia comentado a questão e retornou a ela posteriormente em diferentes séries. Por exemplo, *A+B*, 12/09/1886; e *BD*, 19/07/1888.

Ora verdadeiro e filho
Do próprio autor sepultado,
Que ajuntara tanto milho
Para não vê-lo espalhado.

Audiências e audiências,
Nomes, nomes, nomes, nomes,
Pendências sobre pendências...
Fosse eu o Custodio Gomes,

Suspiraria: — “Bem tolo
Que fui eu em prepará-lo,
Esse rico e imenso bolo,
Se não tinha de papá-lo.

“Que ajuntei, dia por dia,
Vintém a vintém suado,
Para deixar tal quantia
De dinheiro amontoado;

“Que, quando havia desmancho
Na casa de um inquilino,
Em vez de dar esse gancho,
Sabia intrépido e fino,

“Armado de cal, tijolo,
Colher e as coisas restantes,
E lograva recompô-lo,
Melhor do que estava dantes.

“Que, se vagava algum prédio
Dos meus, ia ver se tinha
Uma tábua pra remédio,
Talha ou taco de cozinha,

“Qualquer coisa que algum dia
Valesse às necessidades...
Com pouco e pouco (dizia)
Fazem-se as grandes cidades.

“Comi o pão que o diabo
Amassou; fui parco e ativo,
Trazia as botas no cabo,
Mas a mão firme, o olho vivo.

“E no fim de tanta lida,

Não sei se boa ou má sorte,
Saí do rumor da vida,
Sem olhar a paz da morte.

“Todos os dias cá leio
Impresso o meu triste nome;
Vejo escrito que fui meio
Maluco e unhas de fome.

“A minha vida sem ócios,
Gente de casa e costumes,
E todos os meus negócios...
Já dá para encher volumes!

“Ah! se em vez de andar como a sela
Na barriga a vida inteira,
Vida de meia tigela,
De poupança e de canseira,

“Vivesse à larga, comesse
Deliciosas viandas,
E cauteloso bebesse
Vinho de todas as bandas.

“Roupa fina, o meu teatro,
Uma ou outra vez berlinda;
Moças, o diabo a quatro
Até a existência finda.

“Quem se lembraria agora
De mim? Dormia esquecido,
Sem chegar a voz sonora
Dos prelos ao meu ouvido.

“Convivas e devedores,
Pode ser que se lembrassem
Das ceias e dos favores,
E alguma vez me louvassem;

“Mas tão baixinho e tão pouco
Que a voz não me chegaria,
E eu, que acabei meio louco,
Surdo e mudo acabaria. —”

MALVOLIO

20 DE MARÇO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “*Gazette de Hollande*”.

N.º 15

“Câmara Municipal
Sem ter regimento interno!”
Exclamou, com ar paterno
Vereador pontual.²⁹⁰

“Sem um acordo fraterno,
Um papel, um manual,
Certo, acabaremos mal,
Faremos disto um inferno.

“Digo-vos que é usual,
Em qualquer lugar externo
Haver regimento interno
Para evitar todo o mal.”

Em tom sossegado e terno,
Diz outro municipal
Que o pau (físico ou moral)
É regime mais superno.²⁹¹

²⁹⁰ Durante a discussão sobre a formação das comissões dos recém-empossados vereadores, o vereador João Wilkens de Mattos (1822-1889) questiona retoricamente se a Câmara Municipal possui regulamento interno que regularize o processo de formação das comissões. *GN*, 13/03/1887.

A questão da falta de regulamento interno da Câmara municipal era assunto antigo na imprensa da época, já tendo sido problematizada pelo cronista pela primeira vez já no início de sua carreira. Por exemplo, *AA*, 11 e 19/09/1864.

²⁹¹ Respondendo a um discurso que reiterava o questionamento de Mattos e comparava a falta de regulamento interno da Câmara Municipal da corte com Câmaras devidamente regulamentadas localizadas no interior, o vereador José do Patrocínio (1853-1905), um dos que recusavam integrar as comissões, responde: “Por que a câmara (municipal da corte) tem sido mais pessoal do que municipal.” *GN*, 13/03/1887.

É difícil afirmar até que ponto vai a crítica de Patrocínio em relação ao caráter “pessoal” da Câmara, pois, em seguida, as recusas às comissões

— “Há de haver algum sinal
Aqui, pelo lado interno,
Do efeito vivo e fraterno
Desse estatuto formal.

“Palavras (é dito eterno)
Às sopas não trazem sal;
Quero ação, ação real.
Venha do céu ou do averno²⁹².

“E que outra menos verbal
Que a ação do cacete alterno,
Não como um vento galerno,
Porém, como um vendaval?

Se, assim amparado, externo
Meu parecer cordial,
Para que me serve o tal
Regimento de caderno?

“Saiba a Câmara atual
Que, se eu aqui não governo,
Tenho este dever paterno
De a não fazer trivial.

“Paterno disse? Materno;
Quero outro tom pessoal.
Fique-lhe o tom paternal
Ao colega mais moderno.

“Sim, o pau é pau real
Venha do céu ou do averno.^{ix}
E palavras (dito eterno)
Às sopas não trazem sal.”

Não sei que disse o paterno
Vereador pontual;
Eu, por mim, prefiro a tal
Um copo do meu falerno²⁹³.

foram retiradas e o assunto sobre a regulamentação da Câmara Municipal deixa de ser comentado, só sendo retomado dias depois, em diferente contexto. *GN*, 25/03/1887.

²⁹² Referência à entrada do Hades, para onde Eneias segue durante o canto VI, da *Eneida*, de Virgílio.

Não que seja um casual,
Ruim, triste e subalterno
Modo de encontrar em *ermo*
O consoante final,

É falerno e bom falerno
Sorrir da municipal
Que vive *tant bien que mal*,
Sem ter regimento interno.

Ou esse escrito legal
Que o outro chamou caderno,
Para o bom viver paterno
Vale tudo ou nada val.

Se não, por que é que o superno
Parlamento nacional
Conserva um trambolho igual,
Quer de verão, quer de inverno?

Se sim, como é curial,
Que não tenha esse uso interno,
Corpo tal, que vive alterno,
Conservador, liberal?

Relevem se um subalterno
Entrou nesse cipoal...
Olha a taça de cristal,
Leitor, vamos ao falerno!

MALVOLIO

²⁹³ Antigo vinho das vizinhanças de Falerno, na região da Itália. Por extensão, vinho bom, generoso.

27 DE MARÇO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "*Gazette de Hollande*".

N.º 16

Coisa má ou coisa boa
Traz vantagem boa ou má;
O incêndio da Gamboa
Neste aforismo entrará.²⁹⁴

Não fosse aquele medonho
Desastre que ali se deu,
E do qual nada aqui ponho,
Pois que o leitor tudo leu,

Não saberia eu agora,
Pelas narrações que vi,
Uma notícia que chora,
E que — essa, sim — ponho aqui.

Foi quando a água, correndo
Pela rua e para o mar,
Ia ardendo, ardendo, ardendo,
Ardendo de amedrontar.

Então li que os habitantes
De um beco, com tal horror
Viram as águas flamantes,
Arrastando a morte e a dor,

Que pensaram em deixá-lo,
O beco em que há muito estão,
Onde a morte, a fogo e a estalo,
Punha em gelo o coração.

²⁹⁴ Referência a um incêndio em um depósito de fogos de artifício, que foi visto em muitos pontos da cidade e que teve vítimas fatais, além de chamar a atenção de muitos curiosos. Segundo o jornal, uma grande quantidade de líquido inflamável se misturou com a água usada para apagar as chamas, espalhando-o por ruas próximas. O incêndio durou alguns dias e levantou suspeitas por parte de vizinhos e da imprensa de ter sido criminoso, executado pelos responsáveis do estabelecimento, interessados no seguro. *GN*, 23 a 26/03/1887.

E esse beco, o beco escuso,
O beco que nunca vi,
Beco de tão pouco uso,
Que nunca o nome lhe li,

Chama-se do conselheiro
Zacarias; leiam bem.
E vá, reflitam primeiro,
Como eu refleti também

Ó meu douto Zacarias!²⁹⁵
Meu velho parlamentar!
Ó mestre das ironias!
Ó chefe ilustre e exemplar!

Quantas e quantas batalhas
Deste contra iguais varões!
E de quantas, quantas gralhas,
Tiraste o ar de pavões!

Sólido, agudo, brilhante,
Sincero, que vale mais,
Depois da carreira ovante,
Depois de glórias reais,

Deram-te um beco... Olha, um beco...
De tantas coisas que dar,
Coube-te a ti, homem seco,
Triste beco ao pé do mar.

Não digas que são mofinas
Estas nossas distinções
Pintadas pelas esquinas;
Esquinas fazem barões.

Não cuides que, nesta lida
Em que andamos, tem de ser
Viva ainda a tua vida,
Escrita ou por escrever.

²⁹⁵ *Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), político de prestígio no parlamento brasileiro entre as décadas de 60 e 70. Senador pela Bahia (de 1864 a 1877), ministro em diversas ocasiões e Conselho de Ministros por três vezes.*

Logo, era uma honrosa graça
Se entrasses no grande rol
Com uma rua, uma praça,
Bem à vista, bem ao sol.

Mas, não. De quanto valias,
Agora nada valeis.
Há o beco Zacarias,
E a rua Malvino Reis.²⁹⁶

Daqui, amigo, derivo
Esta antiga e estranha flor:
“Mais vale *súdito* vivo,
Que enterrado imperador”.

MALVOLIO

²⁹⁶ Malvino da Silva Reis (1842-?). Pouca informação foi encontrada a seu respeito além daquelas constantes nos jornais da época. Deputado provincial pelo Partido Liberal à época, o negociante e coronel Reis foi diversas vezes criticado e ironizado pela *GN*, sobretudo, na seção *Macaquinhos no Sótão*, assinadas por José Telha, pseudônimo de Ferreira Araújo. Machado de Assis, em outras crônicas relativas a diferentes contextos, das séries *Balas de Estalo*, *A+B* e *A Semana*, volta a se referenciar a Reis em tom crítico.

Não foi encontrada, além de razões pontuais, uma explicação mais abrangente para as seguidas críticas do jornal.

Em crônicas anteriores, Machado já problematizara o procedimento da Câmara municipal na nomeação das ruas da cidade, como se este fosse um prolongamento do hábito administrativo de excessiva distribuição de comendas no Império (ver Crônica 45). Mais de uma vez ele cita a rua Malvino Reis como exemplo da prática política que critica. Outros exemplos, podem ser visto em *BE*, 15/08/1883 e 18/09/1884.

6 DE ABRIL DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “*Gazette de Hollande*”.

N.º 17

Temos nova passarola,
De grandes asas escuras,
Mexidas por certa mola
Que dá sono às criaturas.

Chama-se — não sei maneira
De pôr este nome em verso...
Palavra, é grande canseira,
Tão duro é ele e reverso.

Deito sílabas de um lado,
De outro sílabas arranco,
Trabalho desesperado
E fica o papel em branco.

Vá lá: medicina hipnótica²⁹⁷,
Custou, mas saiu... Parece
A coisa um tanto estrambótica,
E mais se a gente adocece.

Notem bem — é medicina,
Posto a sugestão opere;
Cá o meu bestunto opina
Que um nome de outro difere.

Há em *sugestão* um jeito
Teórico feio, enigmático;
Mas *medicina* é perfeito,

²⁹⁷ Equiparando a prática da hipnose ao espiritismo, a seção *Crônica da Semana* havia comentado extensamente sobre caso “fantástico” de um indivíduo conhecido como “Dr. Érico” que teria, por meio da sugestão hipnótica, feito uma cirurgia de circuncisão num feto antes de seu nascimento. *GN*, 27/03/1887.

Dias depois, a seção *Macaquinhos no Sótão* comentando outro o fato semelhante, recupera que “Dr. Érico” já havia levado à Academia Imperial de Medicina pedido documentado de reconhecimento de sua técnica de “sugestão hipnótica.” *GN*, 03/04/1887.

Perfeito, rápido e prático.

Quando aqui há poucos anos,
Já me não lembra em que dia,
Deu entrada entre os humanos
A exata dosimetria²⁹⁸,

Disse eu: “Invenção potente!
Perfeição do formulário!
Consolação do doente!
Fortuna do boticário!”

Mas daí a pouco ouvia
(Outro inimigo da métrica)
Em vez de dosimetria,
Medicina dosimétrica.

E isso que cuidava que era
Farmácia, era uma doutrina,
Uma escola em primavera
Contra a velha medicina.

Não digo que o sugestivo
Hipnotismo também seja
Ária sobre outro motivo,
Nem igreja contra igreja.

Digo... Não sei como diga...
Não sei como diga... Ai, musa
Do diabo e de uma figa!
Você ri! você abusa!

Digo (vá) digo que, quando
Cuidava que esta matéria,
Da qual não estou mofando,
Que é séria, três vezes séria,

²⁹⁸ Sistema farmacêutico de preparar os medicamentos em grânulos que contêm, todos por igual, a mesma quantidade do princípio ativo de cada substância medicamentosa. A dosimetria já havia sido ironizada pelo cronista anteriormente, sendo apresentada como um sistema que daria ao doente a liberdade de “escolher entre a alopatia e a homeopatia”, servindo como um meio termo para as duas “conflituosas” escolas medicinais. *BE*, 02/07/1883.

Não pelas razões do grave
*Apóstolo*²⁹⁹, que cogita
Não fazer dela uma chave
Pra prender moça bonita;

Como se amor não tivesse
Outra sugestão nativa,
Que, quando menos parece,
Faz arder o esquivo e a esquiva.

Quando (como ia dizendo)
Supunha que a academia,
Por sua vez, lendo e vendo,
Ia explicar a teoria;

Que visse os graves problemas
Envoltos na descoberta,
E como antigos sistemas
Passam a questão aberta;

Que, como órgão da ciência,
Examinasse, estudasse
A vontade e a consciência
Pela novíssima face;

Que visse como a pessoa
Humana se multiplica,
Vai a Túnis e a Lisboa,
E cá reside, e cá fica;

Em vez disso, a academia
Dá-lhe duas passadelas
De escova, e manda a teoria
Curar as nossas mazelas.³⁰⁰

Isto é que me põe os braços
Caídos, e a boca aberta...
E já daqui vejo os passos

²⁹⁹ No comentário de 03/04/1887, o redator da *GN* alega que o jornal católico o *Apóstolo* se irritaria por ver ameaçada sua “igrejinha de milagres.” Frequentemente, jornais conservadores, como o *Apóstolo*, eram alvos diretos das críticas da *GN*, principalmente, no que se refere às discussões sobre o casamento civil e a imigração.

³⁰⁰ Não encontrada referência em que a Academia Imperial de Medicina teria reconhecido a hipnose.

Desta nova descoberta.

Atrás dos homens sabidos
Virão os que nada sabem,
E gritarão desabridos
Até que os astros desabem.

Chegaremos aos cartazes
E aos anúncios de vinhetas,
Pílulas Holloway³⁰¹ capazes
De dar beleza às caretas.

Ora, há trinta anos havia
Xarope que se chamava
Do Bosque³⁰², e tanto valia,
Que tudo e algo mais curava.

Hoje, esse licor exótico
Não tem uso, interno ou externo...
Receio que o sono hipnótico
Chegue a tudo, e ao sono eterno.

MALVOLIO

³⁰¹ Famoso medicamento que prometia a purificação do sangue e a cura de desordens fisiológicas de todo tipo. Chegou a ser citado, no mesmo sentido, por Eça de Queirós no romance *A Relíquia*. À época, o romance português seria ainda publicado em formato folhetim na *GN*, a partir de meados de 04/1887. “Thomas Holloway (1800-1883). Homem de negócios inglês que fez fortuna vendendo medicamentos patenteados, e que explorou as redes do comércio mundial inglês para espalhar os seus produtos. Há frequentes e – e grandes – anúncios de suas pílulas e unguentos nos jornais (Dicionários britânico de biografias nacionais).” ASSIS, Machado de. **Notas Semanais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 108.

³⁰² Outro “medicamento” vendido por boticários e que teve grande sucesso comercial nos anos 50. Citado outras vezes por Machado de Assis em suas crônicas de: “...célebre Xarope do Bosque, que fez curas admiráveis e até milagrosas, até princípios de 1856, decaindo em seguida, como todas as coisas deste mundo.” *BE*, 14/03/1885.

13 DE MAIO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “*Gazette de Hollande*. ”

N.º 18

Não neguei Bahia ou Minas,
Nem nunca fora capaz
De negar Crato ou Campinas...
Neguei, é certo, Goiás.

Pois nem Goiás, que eu supunha
Uma simples convenção,
Sem existência nenhuma,
Menos inda que ilusão.

E achava uma prova disto
Naquele caso sem par,
Nunca dantes, nunca visto,
Nem por terra nem por mar:

O caso do presidente
Que por dez anos ficou
Presidenciando... Ó gente!
Dez anos! Quem tal sonhou?³⁰³

Dez meses, vá; é costume,
E ninguém pode exigir
Que um homem perca o chorume³⁰⁴
A trabalhar e a delir...

Ou, se é lícito em matéria
De tanta ponderação
Tão avessa ao chasco e à léria,
Ter alguma opinião,

Digo que nem dez semanas...
Dez dias podia ser.
Traduziria em bananas

³⁰³ Referência a Antero Cícero de Assis (?-1883), Conservador, presidente da província de Goiás de 1871 a 1878.

³⁰⁴ Gordura acumulada na panela após a fritura. No sentido figurado: importância, riqueza, bens.

O chegar, ver e vencer.³⁰⁵

Não se impõe aos nossos climas
Ars longa...³⁰⁶ É abreviar,
Como eu abrevio as rimas;
Não coser, alinhar.

Quem podia, em nossa terra,
A não ser entre galés,
Como os comuns de Inglaterra³⁰⁷
Trabalhar dez horas, dez?

Os nossos comuns gastaram
Três dias em eleger
Mesa e comissões; e andaram
Perfeitamente, a meu ver.³⁰⁸

³⁰⁵ Referência a frase latina “*Veni, vidi, vici*”, atribuída ao general romano Júlio César (100-44 a.C.). César a teria utilizado como mensagem ao Senado Romano descrevendo sua recente vitória na Batalha de Zela, na Ásia, (47 a.C.). As três palavras teriam servido tanto para proclamar seu feito, como também, devido sua grande concisão, alertar aos senadores de seu poder militar. PLUTARCO, **Alexandre e César**. São Paulo: Athena Editora, 1939, p. 185-186.

³⁰⁶ “*Ars longa, vita brevis*” (“A arte é longa, a vida é breve”). *Expressão latina atribuída na origem ao grego Hipócrates*. Cf. HIPÓCRATES. **Aforismos e juramento**. São Paulo: Paumape, 1995, p. 13.

³⁰⁷ Câmara inferior do Parlamento inglês equivalente à Câmara dos Deputados no Brasil. À época do Império brasileiro, a *Câmara dos Comuns inglesa (e dos Deputados, no Brasil)* era eleita pelo voto censitário; e os membros da Câmara Alta eram apontados com base em várias formas de mérito da elite: como a riqueza, família, ou pelo prestígio (no caso do Brasil, o Imperador escolhia um dos nomes constantes da lista tríplice eleita).

³⁰⁸ Em 1887, os trabalhos do parlamento se iniciaram dia 03 de maio e as comissões permanentes do Senado estavam definidas no dia seguinte, assim como as da Câmara dos deputados estavam praticamente completas no dia 06. GN, 04, 05 e 07/05/1887.

Levanta-se a hipótese de referência ao atraso dos trabalhos por parte do Gabinete Ministerial, que, em meio a questionamentos das duas casas sobre justificativas para demissão do ministro da guerra (ver Crônica 13) foi apresentado apenas no dia 13. O atraso para apresentação do novo Ministério e a resposta sobre os desdobramentos da questão militar

Não vamos crer, porque temos
Sistema parlamentar,
Que só copiar devemos
Os costumes de além-mar,

Mas, voltando à vaca fria...
Que vaca? Onde íamos nós?
Que diabo é que eu diria?
A digressão, vício atroz.

Não era a dívida, creio,
Lamberti chamada, uns mil
Contos de papo e recheio,
Contos ou contões com til.³⁰⁹

Também não era o desfalque
Do Recife³¹⁰ ... ai, uma flor
De esperanças... ai, não calque,

geraram críticas por parte do parlamento e da imprensa. *GN*, 07, 10 e 14/05/1887.

Os questionamentos sobre a questão militar se estenderam ao longo daquele mês.

³⁰⁹ Dívida contraída pela Câmara Municipal junto a Pedro Leandro Lamberti (?), por serviços contratados, mas cuja quitação, apesar de determinada judicialmente, era constantemente adiada devido a questionamentos feitos por membros da casa. Recebida a dívida repassada pelo quadriênio anterior, a discussão sobre seu pagamento voltou à pauta durante a discussão sobre pagamento da dívida passiva total da Câmara. *GN*, 15/04/1887.

Dentre os impasses apresentados pelos vereadores contrários à determinação judicial, estes questionaram: os juros sobre os anos de trâmite do processo no judiciário; e a procuração do credor, que teria transferido os direitos de beneficiário de Lamberti para seu banco, que receberia as quantias dos contratos entre aquele e a Câmara Municipal. O principal opositor ao pagamento imediato foi José do Patrocínio, que atribuiu a responsabilidade da situação à falta de regulamento interno da Câmara municipal (ver Crônica 15). *GN* 28/04, 01 e 04/05/1887.

Em carta pública, Lamberti questiona argumentos dos vereadores. *GN*, 07/05/1887.

A “questão Lamberti” foi bastante debatida à época e chegou a inspirar um personagem da peça *O Homem*, de Aluísio Azevedo (1857-1913), que estreou em 1887, com bastante sucesso.

Não calque nisso, leitor!

Eu, que tinha o meu bilhete,
Pronto para enriquecer,
Estou como se um cacete
Me houvesse dado a valer.

Mas, com todos os diabos,
Que era então? Não eras tu,
Nariz dos grandes nababos³¹¹;
Nem tu, céu de Honolulu³¹².

Ah! Goiás... Goiás existe;
E tanto que, a vinte e dois
De março, saiu um triste
E longo bando de grou³¹³,

Como os de que fala o Dante,
Que *van cantando lor lai*³¹⁴;
Mas cá o pio ora ovante,
Era só: quebrai, quebrai!

Um dos grou é delegado.
Outros dizem que juiz;
E tudo foi arrasado,
Ou ficou só por um triz.

³¹⁰ Referência aos desvios financeiros na Tesouraria da Fazenda de Pernambuco, já conentando pelo cronista meses antes. *A+B*, 21/09/1886.

³¹¹ *Antigo título de nobreza ou autoridade entre povos originários da região indiana.*

³¹² Capital do Havaí, que, na época, era um reino independente ainda não anexado aos Estados Unidos.

³¹³ *Gênero de aves pernaltas, de arribação, da família dos gruídeos, com pernas longas e corpo grande.*

³¹⁴ Referência ao verso do Canto V, da *Divina Comédia*, em que Dante atravessa o segundo círculo e avista as almas condenadas pelo pecado da luxúria “*come i gru van cantando lor lai*” (“como os grou cantando o seu lamento”). ALIGHIERI, Dante. *A divina comédia*. São Paulo: Editora 34, 1998, p. 51.

A mesma citação já fora feita pelo cronista na década de 1860, ao ironizar um anúncio feito à época, de relativa repercussão na imprensa, sobre a proximidade do fim do mundo. *AA*, 31/01/1865.

Defuntas lavras do Abade³¹⁵,
Mulheres, que ora gemeis
De dor e necessidade,
Justiça esperar deveis.

Mas eu daquela ocorrência
Tiro uma lição vivaz:
Goiás tem certa a existência,
Goiás existe, Goiás.³¹⁶

MALVOLIO

³¹⁵ Referência não encontrada nos jornais da época, porém, confirma-se que no dia 22 de março de 1887 um grupo vindo do município de Meia Ponte (Goiás) saqueou e colocou fogo no povoado das Minas do Abade, onde se localizava uma companhia de extração de minérios. Anteriormente, o governo provincial havia proibido os trabalhos dessa companhia, que poluía o rio do Abade, impossibilitando seu uso pelos meiapotenses. Após revogação da decisão provincial pelo Governo Geral, aconteceram os ataques, que duraram dias e deixaram o povoado em ruínas. Cf. JAYME, Jarbas. **Esboço histórico de Pirenópolis**. Pirenópolis: Imprensa da Universidade Federal de Goiás, 1971.

³¹⁶ Referência a uma espécie de bordão em tom de brincadeira pela imprensa, o qual reiterava a existência de Goiás, como se houvesse a dúvida de que a província, de tão distante, pudesse não existir. São muitos os exemplos desse jargão na *GN* durante o tempo de publicação da *GH*. “Alguns maldizentes falam que não há província de Goiás, ou fingem pensá-lo...”, é a forma como começa texto da seção *As Províncias* que trata das críticas da imprensa goiana ao Governo geral. *GN*, 13/03/1887.

Entre outras notícias que corroboram a tese de divergências políticas, citamos o anúncio da eminente substituição do presidente de Goiás por iniciativa do Governo geral. *GN*, 05/05/1887.

12 DE JUNHO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 19

Parece que há divergências
Entre Câmara e Senado;
Comparam-se as influências,
Fala-se em patriciado.³¹⁷

Soube disso ultimamente
Pelas folhas... Pelas folhas
Sabe tudo toda a gente.
Votos, lãs, óbitos, rolhas.³¹⁸

³¹⁷ Como desdobramento da questão entre militares e governo (ver Crônica 13), o senador Gaspar da Silveira Martins (1834-1901) fez proposta aceita de que o ministério trancasse as notas de repreensão emitidas e que seus conteúdos fossem julgados pelo Supremo Conselho Militar. Durante o debate, o senador Filipe Franco de Sá (1841-1906) foi voz discordante ao questionar a posição do senado como único intermediador entre os militares e o gabinete ministerial. Ao propor a fusão das duas casas parlamentares como solução, sua proposta foi sumariamente criticada por vários senadores. *GN*, 21/05/1887.

Dias depois, na seção *Boletim Parlamentar*, a *GN* elogia a proposta do deputado Ferreira Vianna, de tornar direta a eleição de senadores, que era decidida pelo poder moderador a partir de votação de lista tríplice. A *GN* considera impossível a proposta ser aprovada. Na mesma seção, o deputado Domingos Andrade Figueira (1834-1919) critica o papel do Senado, alegando que a questão militar havia sido decida nos "bastidores" e não publicamente. *GN*, 01/06/1887.

³¹⁸ As duas primeiras referências não foram encontradas (apesar de "votos" poder relacionar-se aos vários projetos votados nas duas casas).

No caso dos "óbitos", pode se referir a duas discussões da seção *Crônica da Semana* levantadas nas semanas anteriores.

Dias antes, a seção deu destaque para o número de morte noticiadas naqueles dias: duas mortes por acidente, duas por assassinato e seis suicídios que tiveram destaque nos jornais na semana anterior. *GN*, 05/06/1887.

Por outro lado, dentro do universo político que trata esta *GH*, a mesma seção, comentando a recente

E, antes de ir ao parlamento,
Direi que soube por elas
Negócio de algum momento,
De varões e moças belas.

Li que uma sociedade,
Sociedade Protetora
Dos Animais da cidade
(Ó minha Nossa Senhora!)

Ia dissolver-se; e dava
A razão do ato; era, em suma,
Que nenhum esteio achava
Nas leis nem em parte alguma.

Ora, eu, que me ri, há meses³¹⁹
De vê-la, toda capricho,
Falar de si muitas vezes
E mui rara vez de um bicho,

Injusto fui. Ora o vejo,
E confesso os meus remorsos:
Não fiz justiça ao desejo
Dela nem aos seus esforços,

Nem também principalmente
À sua audácia provada
De falar do bruto à gente,
Sem ser para bordoadas.

Cuidar de cães... Ter piedade

morte de dois senadores mineiros, alega que a "morte está se encarregando de realizar o intuito democrático de renovação do Senado", pois, em 10 anos, ocorreram 28 falecimentos de membros daquela casa. Quase dois meses depois, o assunto é retomado com o falecimento de outro senador liberal e comenta-se, assim, o aumento de representantes conservadores na casa. *GN*, 17/04 e 12/06/1887.

A última referência é ao procedimento de Cotegipe, ao ser reiteradamente questionado sobre demissão do Ministro da Guerra (ver Crônica 13). Em comentário da seção *Boletim Parlamentar*, o jornalista-redator descreve Cotegipe como uma "rolha" negando explicações aos deputados. *GN*, 14/05/1887.

³¹⁹ Ver Crônica 2.

De um triste e magro orelhudo,
Que arrasta pela cidade
Carroça, este mundo e tudo.

Isto a sério, isto sem medo
Do riso de outras pessoas;
Fazer disto ofício ledado,
Pôr isto entre as ações boas;

Quando é certo que cachorro,
Nem burro, cavalo ou gato,
Não sabem de tal socorro,
Nem dão charanga ou retrato.

Trabalhar sem recompensa
Imediata e tangível,
Não é de gente que pensa,
É maluquice risível.

Entretanto, a sociedade,
Depois de pensar uns dias,
Fica, e não se persuade
Que entra em baldadas porfias.

Baldadas e generosas...
Fique-lhe este prêmio, ao menos:
Espalha as mãos dadivosas
Aos pequenos mais pequenos.

Mas, voltando à vaca fria:
Li que a Câmara conhece
No Senado a primazia,
E se dói, e se aborrece.

Não tédio vem dar a ponto
De brigar abertamente;
Faz com tristeza o confronto
Sem magoar a outra gente.

Quando muito, ouve calada,
Alguma palavra nua,
E confessa encalistrada
Que ou cede ou vai para a rua.

Busca-se agora um remédio,
Alguma coisa que faça

Cessar esse amargo tédio...
Aqui lho trago de graça.

Deu-mo um espírito agudo,
Que também é deputado,
Varão conspícuo e sisudo,
Não sei se desanimado.

Droga fácil e sumária,
Que não traz dor, mas delícia.
É fazer da temporária
Uma coisa vitalícia.³²⁰

Então, sim; iguais as damas,
Serão iguais os vestidos,
Iguais as perpétuas chamadas
Nos peitos endurecidos.

Não respondi à pessoa
Que isto me dizia, nada;

³²⁰ Não encontrada referência a um discurso específico, mas se sabe que era lugar comum no debate público da época a crítica feita por deputados em relação ao caráter vitalício dos cargos de senadores. (ver Crônica 19).

Diante da vitaliciedade do Senado e da constante possibilidade de dissolução da Câmara dos deputados, a disputas por influência política entre as duas casas era constantemente problematizada pela imprensa da época. O cronista já tocara no assunto diversas vezes anteriormente, de modo geral, expondo o modo como a atuação dos deputados era cúmplice ao jogo político supostamente desfavorável à sua Câmara. Por exemplo, BE, 03/02/1885.

Dando continuidade ao assunto específico citado na crônica anterior: uma semana após as críticas do deputado Andrade Figueira, comentou-se o discurso do deputado Ferreira Vianna defendendo o fim do cargo vitalício para senadores. Seu discurso parece não ter recebido qualquer crítica dos colegas da casa. Porém, como conclusão sobre o problema apresentado, podemos supor o caráter inócuo e interessado como era conduzida a polêmica. Por exemplo: o deputado Antônio Coelho Rodrigues (?) responde a um aparte dado durante discurso de Vianna: “A culpa é da Câmara (dos deputados), que não protesta (sobre decisões impostas pelo Senado)”; e a resposta de Rodrigues: “Se nós protestássemos, tínhamos a dissolução em oito dias.” GN, 07/06/1887

Se a ideia é ruim ou boa,
Aí a deixo estampada.

MALVOLIO

18 DE JUNHO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 20

Rosa de Malherbe³²¹, ó rosa
Velha como as botas velhas,
Que foste grata e cheirosa,
E ora desprezada engelhas;

Rosa de todos os vasos,
De todas as mãos humanas,
Trazida a todos os casos,
Com lírios e com bananas;

Rosa trivial e chocha,
Pior que as mal fabricadas,
Menos que rosa, uma trouxa
De folhas esfarrapadas,

Não por má, não que não prestes,
Não que não sejas ainda
A mesma rosa que deste
Vida e cor à estrofe linda;

Mas porque é nosso costume,
Se achamos um dito a jeito
Tirar-lhe todo o chorume

³²¹ Referência à imagem da rosa, no poema *Consolation à Monsieur Du Périer*, de François de Malherbe, em que o tempo de vida da flor é comparado ao da vida da falecida filha de Du Périer. "...Mais elle était du monde, où les plus belles choses / Ont le pire destin, / Et rose elle a vécu ce que vivent les roses, / L'espace d'un matin...". MALHERBE, François. **OEuvres**. Paris: Gallimard, 1971, p. 41-43.

Há referências muito mais antigas do uso dessa expressão, de modo irônico, no debate político, tanto brasileiro quanto português. TINHORÃO, José Ramos. **A imprensa carnavalesca no Brasil**. São Paulo: Hedra, 2000, p. 127.

A "Rosa de Malherbe" também é uma das referências mais utilizadas por Machado em sua carreira como cronista, sendo citada em pelo menos sete séries de crônicas desde suas primeiras seções no jornal *Diário do Rio de Janeiro*, na década de 60.

Até deixá-lo desfeito.

Às vezes, menos que um dito,
Uma locução somente,
Um verbo novo ou bonito,
Pelintra ou coisa decente.

Vagabundo é que não anda;
Terá tanto e tanto emprego
De salão ou de quitanda
Que nunca achará sossego;

Até que lá vem um dia,
Em que o infeliz surrado,
Gasto, podre, sem valia,
Ao lixo é abandonado.

Lá vou eu buscar-te, ó rosa
De Malherbe; é necessário
Fazer citação dengosa
Num caso extraordinário.

Não o caso pavoroso
Do sindicato, alta e baixa.
Negócio tão ponderoso
Que acabou quebrando a caixa.³²²

Demais, ouço tais notícias,
Tantas coisas segredadas,
Que só pegando em milícias
Para rimar com pancadas.

Posto que essa rosa bela
Viveu, como as outras rosas,
Um dia, e sem mais aquela
Perdeu as folhas viçosas.

Não trato dessa, mas trato
Da rosa legislativa,
Nascida sem aparato,
Morta quando apenas viva.

Foi o senador Uchoa
Que lhe deu vida e nascença;
Pareceu-lhe a ideia boa,

³²² Referência não encontrada.

Propô-la sem mais detença.³²³

Em verdade, não contava
Ninguém com tal aditivo;
Foi como uma vaca brava
Ao pé de um par pensativo.

De mais a mais, sem discurso,
Modesto, calado e manso;
Mal comparando, era um urso
Metido em pernas de ganso.

Urso, embora parecesse
Ao golpe das mãos humanas,
Podia ser que vivesse
Uma, duas, três semanas.

Era vir, tambor à frente,
Polcando ao som de rabeca,
Lançando ao ar, como a gente,
Foguete, bomba ou peteca.

Menos de um mês viveria;
Mas, surgindo assim calado,
Viveu apenas um dia,
Foi morto e foi sepultado.

Lá que mais tarde apareça
Em forma de ideia nova,
E que outrem se desvaneça
De o passar por outra prova,

De maneira que essa rosa,
Que foi rosa e que foi urso,
Ganso e vaca furiosa,
Passe a sol nalgum discurso,

Não me espantará. Comigo
Uma só coisa há que espante:
Se desta vez a não digo
É falta de consoante.

MALVOLIO

³²³ Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti (1818-1889), senador desde 1871. Referência à votação no Senado, na qual se aprovou projeto regularizador da contratação de oficiais de justiça nas províncias. A emenda proposta por Uchoa foi aceita e derrubada no mesmo dia. A *GN* não publicou seu conteúdo, apenas o do projeto final. De qualquer modo, o senador Ignácio Martins (?) se manifestou a favor da emenda derrubada, pois esta, segundo ele, ajudaria na descentralização administrativa, cedendo à autonomia requerida pelas províncias. *GN*, 14/06/1887.

A discussão problematizando a eficácia da intervenção do Governo geral nas províncias teve continuidade nos dias seguintes. Por exemplo: *GN*, 17/06/1887.

4 DE JULHO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 21

Meu Otaviano amigo,³²⁴
Que ideia foi essa vossa
De deixar que o inimigo
Inda uma vez ganhar possa?

Ruim verso, mas aí fica;
Pior que fosse, ficara;
Não há rima bela ou rica,
Brilhante, sólida ou rara,

Quando o espírito, pasmado,
Mal sabe o que vai dizendo...
E eu sinto-me apatetado
Ante esse conselho horrendo.

Sim, eu penso com Malvino³²⁵
Que as abstenções são fatais.
É este o melhor ensino
Em coisas eleitorais.

Pois não há aí três pessoas...
Digo mal, duas somente,
Sinceras, válidas, boas,
Que lutem^x proximamente?

Que é a vida? Uma batalha,
Tiro ao longe, espada à cinta.^{xi}
Para os barbeiros, navalha;

³²⁴ Francisco Otaviano (1825-1889), antigo jornalista e cronista do *Jornal do Comércio* e, então, senador pelo partido liberal.

³²⁵ Referência à cisão ocorrida no diretório do partido liberal no distrito de Campo Grande, no Rio de Janeiro. Logo após o liberal Malvino dos Reis (ver Crônica 16) anunciar sua intenção de candidatura à vaga aberta no Senado, o diretório do partido no distrito anuncia que deixará de votar naquela eleição. A seção da *GN, Entrelinhas*, ironiza a cisão, alegando que Malvino agradece ao distrito pela abstenção, já que o distrito não lhe daria os votos de qualquer maneira. *GN*, 21, 24 e 25/06/1887.

Para os escritores, tinta;

Para os candidatos, cédula.
Quantas vezes tenho visto
Confessar a gente incrédula
Que não soube atentar nisto!

Sim, eu penso com Malvino
Que as abstenções são fatais;
É esse o melhor ensino
Em coisas eleitorais.

Eu, em rapaz, era dado
Às moças. Lembra-me que uma
Tinha o corpo bem talhado
E olhos feitos de verruma.

Olhos tais que penetravam
Na gente, em reviradela;
E muitos moços sangravam
Da marcenaria dela.

Quis ver se era amado. Um tio,
Fazendo por dissuadir-me,
Andava num corrupção,
E eu firme, três vezes firme.

Sempre entendi com Malvino
Que as abstenções são fatais.
É esse o melhor ensino
Em coisas eleitorais.

E notem a coincidência:^{xii}
Essa moça, esse pecado
Tinha a sua residência
Mesmo à rua do Senado.

E notem mais que não era
Uma cadeira, mas duas...³²⁶

³²⁶ Referência de difícil precisão. Sabe-se que, à época, a imprensa discutia o fato dos eleitores mineiros terem de votar em duas listas tríplices para preencher as vagas de dois senadores recém-falecidos. *GN*, 18/04/1887.

Uma dessas eleições ocorreu próximo à publicação desta crônica, dia 28, e teve vitória dos conservadores. Por outro lado, estava programada

Camões, que falou da hera,
Meta aí palavras suas.³²⁷

Confesso que, ao recordá-la,
Sinto em mim tais pensamentos,
Que era capaz de arrancá-la
A cinco ou seis regimentos.

Nisto entendo, com Malvino,
Que as abstenções são fatais.
É esse o melhor ensino
Em coisas eleitorais.

Lutei muito. Ela fechava
Muitas vezes a janela,
Quando eu por ali passava
Para ver o rosto dela.

Outras vezes devolvia
Cartas escritas com sangue...
Lembra-me uma, que dizia:
“Anjinho meu, não se zangue,

“Se passo por sua casa;
Menos ainda, se temo
Em alimentar a brasa
Deste fogo em que me queimo.

“Que eu penso, como Malvino,
Que as abstenções são fatais;
É esse o melhor ensino
Em coisas eleitorais.”

E o certo é que fiz tanto,
Tanto andei por essa rua,
Gemi, gemi tanto canto,
Sem lua, e ainda mais com lua,

Que a moça, de compassiva,
Escutou meus ais tristonhos
E pegou da pena esquiva,
Para responder-me aos sonhos.^{xiii}

“Sei que és coração perfeito,
Que me amas e que não cansas.
Mando-te aqui do meu peito,
Não amor, mas esperanças...

“Crê, amigo, com Malvino,
Que as abstenções são fatais.
É esse o melhor ensino
Em coisas eleitorais.”

MALVOLIO

para o dia 17/07 uma nova eleição à vaga ao Senado pela província do Rio de Janeiro, da qual Malvino dos Reis já anunciara sua intenção de candidatura.

³²⁷ Referência de difícil comprovação, mas há possibilidade de ser ao canto X, de *Os Lusíadas*, em que “as formosas Ninfas, cos amantes (...) em cadeiras ricas, cristalinas, se assentam dous a dous”, em episódio que Vasco da Gama passa pela Ilha dos Amores. CAMÕES, Luís de. **Os Lusíadas**. São Paulo: Via Lettera, 2008.

1.º DE AGOSTO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 22

Anda agora toda a imprensa,
Ou quase toda, cuidando
De alcançar que, sem detença,
Acabe um vício nefando.

Na brasileira linguagem,
Essa nacional usança
Chama-se capoeiragem;
É uma espécie de dança,

Obrigada a cabeçadas,
Rasteiras e desafios,
Facadas e punhaladas,
Tudo o que desperte os brios.

Há formados dois partidos,
Dizem, cada qual mais forte,
De tais rancores nutridos,
Que o melhor desforço é morte.³²⁸

³²⁸ Comuns à época, com frequência quase diária, se publicavam notas sobre a prática violenta da capoeiragem na corte. Em geral, eram relatos de prisões e fugas, ataques, assassinatos e conflitos entre grupos de capoeiras. Os dois principais grupos rivais eram os Nagoa, ligados ao centro velho da cidade, e os Guayamuns, do centro novo. Em geral, jornalistas reclamavam por uma ação mais efetiva da polícia que extinguisse a prática da capoeiragem, cuja imagem era muito associada ao crime, desordem e ataques com navalha. Uma das poucas notas que fogem da condenação expressa da prática foi publicada dias antes desta crônica, na qual associa a capoeiragem às camadas mais pobres da população e alerta para sua conseqüente difusão dentro do corpo policial da cidade. *GN*, 24/07/1887.

Outra característica contraditória dos grupos na época eram as chamadas “polícias secretas”, que atuavam à paisana a serviços de partidos políticos durante manifestações pública. *GN*, 12/10/1887.

Ainda outra referência comum à capoeiragem era o período de eleições, quando a coerção física a favor de um partido ou outro não se revelava como novidade, apesar das ligações entre grupos de

Ora, os jornais que desejam
Ver a boa paz nas ruas,
Reclamam, pedem, forcejam
Contra as duas nações cruas.

Referem casos horrendos,
Já tão vulgares que soam
Como simples dividendos
De bancos que se esboroam.³²⁹

E zangam-se as tais gazetas,
Enchem-se todas de tédio,
Fazem caras e caretas
Por não ver mal ao remédio.^{xiv}

Vou consolá-las. É uso
Das alminhas bem nascidas
Dar, contra o pesar intruso
Consolações repetidas.

Eu (em tão boa hora o diga,
Que me não minta esta pena!)
Tenho aquela corda amiga
Que, em pena, dá eco à pena.^{xv}

Inda quando a rima saia,
Como essa, um pouquinho dura,
(Ou esta da mesma laia)
É rima que dói, mas cura.

As consolações, — ou antes,
A consolação é uma;
Trepas tu pelas estantes,
Busca, arruma, desarruma:

E, se tens livros contendo

capoeiras e candidatos nunca serem explícitas.

Um dos aspectos da sociedade brasileira que Machado de Assis mais comentou em suas crônicas, a capoeiragem, além de sua relação escusa com os partidos, também era abordada como aspecto de uma característica “brasileira”. Por exemplo: *NS*, 14/07/1878.

³²⁹ Referência não encontrada. Não se sabe se o cronista trata de um caso específico ou de uma situação corrente.

Decisões de Vinte e Quatro³³⁰
(Há sessenta anos!), vai lendo
Um aviso áspero e atro.

Lê isto: “Para que cessem
De uma vez os capoeiras,
Que as ruas entenebreçam,
Com insolentes canseiras,

“Manda o imperador, que sabe
E quer pôr a isto cobro,
Dar a pena a que lhes cabe,
E se for preciso, em dobro.

“Recomenda neste caso
Que haja a maior energia,
Para que em estreito prazo
Acabe a patifaria;

“E seja restituída
A paz aos bons habitantes,
De modo que tenham vida
Igual à que tinham antes^{xvi}.”

Ora, se este aviso expresso
(Que é de vinte e oito de maio)³³¹
Teve tão ruim sucesso
Que inda fulge o mesmo raio,

Concluo que o capoeira
Nasceu com a liberdade,
Ou deu a nota primeira
Se tem mais que a mesma idade.

Valha-nos isto, que ao menos
Consola a gente medrosa,
E faz de alguns agarenos
Cristã gente gloriosa.

Sete de abril, a Regência,
Depois a Maioridade,
Partidos em divergência,
Barulhos pela cidade,

Guerras cruas e compridas,
Exposições, grandes festas,
Paradas apetecidas,³³²
Tudo viu a faca e a testa...

MALVOLIO

³³⁰ Supõe-se referência à Constituição Imperial de 1824.

³³¹ Referência não encontrada.

³³² Referências: ao 7 de abril de 1831, data em que o imperador Dom Pedro I abdica em favor de seu filho, Dom Pedro II, então com 5 anos de idade, e nomeia José Bonifácio de Andrada e Silva seu tutor; e ao período regencial brasileiro (1831 – 1840), da abdicação até a declaração da maioridade de Dom Pedro II, quando este assume como Imperador, período conturbado por muitas revoltas sociais e disputas políticas internas. As demais referências são colocadas de modo bastante passageiro, mas pode-se pressupor se tratar: do período de disputas políticas anterior à Conciliação partidária na década de 1850; da Guerra do Paraguai (1864-1870); das divergências políticas inter e intrapartidárias a partir da década de 1870, sobretudo em torno da Lei do Ventre Livre; além de outras características mais generalizadas sobre a sociedade carioca das décadas imediatamente anteriores. Em suma, compreende-se o curtíssimo trecho como breves referências aos fatos mais relevantes da história do segundo império brasileiro.

20 DE AGOSTO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 23

Ouvi que algumas pessoas
Entendidas e capazes
De distribuir coroas,
Andam estudando as bases

Da festa que comemore
Uma grave ação recente.³³³ —
Jantar que a pança devore,
Doce de atolar o dente,

Ou retrato a óleo, e banda,
Com algum palavreado,
Uso desta velha Holanda,
Antigo e repinicado.

Há quem pense em monumento,
Obra fina que reúna
Bronze, mármore e cimento,
Ou busto ou simples coluna

Em suma, nada que cheire
A inquérito ou a devassa,
Ou coisa que se lhe abeire...
Grande obra e de grande traça.

Porquanto, se aquela preta,³³⁴
Que ia sendo sepultada,
Não chega a fazer mareta,
E desce tranquila ao nada,

³³³ Referência de difícil confirmação. Acredita-se tratar do aniversário de dois anos do gabinete Cotegipe, comemorado na data de publicação da crônica.

³³⁴ Referência à notícia sobre a morte de Úrsula Maria da Conceição, vítima de um incêndio, e que havia sido declarada morta pela polícia. No necrotério, constatou-se que ela ainda estava viva, porém, veio a falecer no dia em decorrência dos ferimentos. *GN*, 02 e 03/10/1887.

Se já no caixão metida
E levada ao necrotério,
Não suspira pela vida,
Mistério contra mistério,

Não tinha havido barulho,
É certo, nem artiguinhos;
Tudo acabava no entulho,
Bichinho entre mil bichinhos;

Mas também nem a vitória
Ao inspetor caberia,
Que mandou a preta à glória,
Aonde ela ir não queria.

Pois no rosto da sujeita,
Que ressurgiu com malícia,
Talvez porque em sua seita
Ninguém morre de polícia,

Tu, sagaz, tu descobriste
Que a morte era coisa certa.
E, — vendo quanto era triste
Viver de ferida aberta

No meio desta cidade,
Por mais algum magro dia, —
Encheste-te de piedade,
Vibraste de inspetoria.

E perdoando à coitada
O resto da vida horrenda,
Mandaste dar-lhe pousada
Debaixo da eterna tenda.

Ela, que tornou ao mundo,
Entre as cantatas da imprensa,
Torna ao bátrito profundo,
Morre sem pedir licença.

Triunfa, inspetor, triunfa!
Neste voltarete, filho,
Trunfa, trunfa, trunfa, trunfa,
Que a todos deste um codilho.³³⁵

³³⁵ No sentido figurado, a expressão “dar codilho”, significa: lograr, desbancar.

Imagina tu se abrissem
Inquérito sobre o caso,
E que afinal concluíssem
Que o teu ato era um desaso;

E que isto de meter gente
Viva em caixão de finado,
Sem exame competente,
Devia ser castigado;

Que cara com que ficávamos,
Agora que a preta é morta!
Seguramente tomávamos
Novas da nossa avó torta³³⁶.

MALVOLIO

³³⁶ Expressão para designar: mãe do padrasto ou da madrasta; ou, madrasta do pai ou da mãe, em relação ao filho.

23 DE AGOSTO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 24

Anda-se isto a desfiar:
Quem será o responsável
Dos atos que praticar
O poder irresponsável?³³⁷

³³⁷ A referência imediata citada na crônica é a seção *Diário das Câmaras* da *GN*, onde se publicou uma discussão na qual o senador Leão Velloso (?) solicita ao ministro da justiça os documentos que aconselham à coroa a perdoar um condenado chamado Gustavo Adolpho Cardoso Pinto (?). Feita a solicitação, Cotegipe lhe responde que se surpreende com o pedido, pois uma das características do Poder Moderador é a de não ter que prestar tais satisfações. “O Sr. Leão Velloso – Quem é o responsável? - O Orador (Barão de Cotegipe) – Ninguém. A Constituição quando deu ao Poder Moderador essa atribuição divina, que é uma exageração, não a sujeitou senão à censura moral.” *GN*, 14/08/1887.

Nos dias seguintes, a contraposição de ideias se polarizou entre o senador Manuel Pinto de Sousa Dantas (1831-1894) e Cotegipe. “Não sabe, pois, como o Sr. Presidente do conselho (...) proferiu um absurdo – ninguém é responsável! Se ninguém é responsável, pergunta o orador, que papel representa o ministério diante de si mesmo e diante da sociedade, dando conselhos à coroa e não querendo a responsabilidade deles? (...) O caso deve ser examinado, a fim de se saber de quem é a responsabilidade de um ato que não está de acordo com a lei, nem com a justiça, e do qual há responsabilidade legal do Governo, que aconselhou à coroa o perdão do criminoso Gustavo Adolpho Cardoso Pinto.” *GN*, 18/08/1887.

Vale também observar três fatos políticos dos meses anteriores que marcaram a imagem de Dom Pedro II: os recorrentes discursos de parlamentares que exigiam do imperador uma posição mais coerente contra os opositores da Abolição; a resolução dada à Questão militar, na qual se acusava o imperador de não intervir nela com antecedência, enfraquecendo a sua imagem e a do gabinete Cotegipe (ver Crônicas 13, 18 e 19); e sua questionada viagem por motivo de saúde para Europa, sendo diversas as vezes que os membros do Congresso e editoriais da *GN* sugeriram que fosse

Há várias opiniões
Sobre esta questão pendente;
Contradizem-se as razões;
Um afirma, outro desmente.

Vão aos livros e aos *Anais*
Buscar uma extensa lista
De palavras textuais
Deste ou daquele estadista.

Nem só nacionais, também
Surgem nomes estrangeiros,
Nomes ilustres, que têm
Merecidos pregoeiros.

Um deles foi o senhor
Benjamin Constant³³⁸, pessoa

uma ação forjada pelo Governo geral. Exemplos, respectivamente em *GN*, 05/12/1886, 20/05 e 13/06/1887.

Por fim, ainda é importante citar que tais referências têm como pano de fundo o processo político brasileiro, marcado nas últimas décadas pela intervenção do poder moderador na dissolução da Câmara dos deputados, reconfigurando o Gabinete ministerial. Ver Crônica 19.

³³⁸ “O Poder Moderador provinha de uma ideia do escritor francês Benjamin Constant, cujos livros eram lidos por Dom Pedro e por muitos políticos da época. Benjamim Constant defendia a separação entre o Poder Executivo, cujas atribuições caberiam aos ministros do rei, e o poder propriamente imperial, chamado neutro ou moderador. O rei não interviria na política e na administração do dia-a-dia e teria o papel de moderar as disputas mais sérias e gerais, interpretando ‘a vontade e o interesse nacional’. No Brasil, o Poder Moderador não foi tão claramente separado do Executivo. Disso resultou uma concentração de atribuições nas mãos do imperador. Pelos princípios constitucionais, a pessoa do imperador foi considerada inviolável e sagrada, não estando sujeita a responsabilidade alguma. Cabia a ele, entre outros pontos, a nomeação dos senadores, a faculdade de dissolver a Câmara e convocar eleições para renová-la e o direito de sancionar, isto é, aprovar ou vetar, as decisões da Câmara e do Senado.” FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 1994, p. 152.

Em crônica anterior, Machado de Assis já havia utilizado o nome do filósofo francês como modelo

Que o poder moderado
Criou e deu à coroa.

Foi ele, em escrito seu,
Que a constituição Brasília,
Sem saber, o artigo deu
Que pôs a toda família

Dos poderes, um poder
Que a regesse e moderasse...
Outros porfiam em ver
O caso por outra face.

E tu, Benjamin, fatal,
Grande amador de pequenas,
Tu, morto, tu imortal,
Lá das regiões serenas,

Que pensas, que pensas tu
Nesta questão, obra tua?
Tira do espírito nu
Opinião crua e nua,

Põe-lhe sobrescrito a mim,
Se achas melhor escrevê-la;
Ou brada-ma, Benjamin,
Que eu poderei entendê-la.

E logo uma bela voz
Me entrou pelo gabinete,
Fininha como um retrós,
Viva como um diabrete.

E disse: — “Queres saber
O que nesta causa penso?
Qual o meu modo de ver?
A que partido pertença?”

“Se acho que o moderador,
Nos atos em que modera,
Tem ou não algum senhor
Que responde e o desonera?”

“Se o poder, a quem chamei

de pensador político de determinante influência no
Brasil. *HI5D*, 01/04/1877.

Neutro, pode, irresponsável,
Ter por isso mesmo em lei
Um ministro responsável?...^{xvii}

“Sim, despacha;^{xviii} respondi
Já zangado e impaciente.
— Di-lo-ei a ti, a ti;
Se queres, di-lo a mais gente.

“Não verás em mim a flor
Da modéstia, planta rara,
Responderei com rigor,
Certeza e palavra clara.

“Digo que gostei de ouvir
Ideias finas e tantas;
Gostei de as ver discutir
Leão, Cotegipe e Dantas.

“Mas, com franqueza, eu deitei
Tudo ao mar, nesta viagem,
Só uma coisa guardei
E trago-a cá na bagagem.

“Não que julgue sem valor
Outras páginas escritas
Ou faladas, não, senhor;
São puras e são bonitas.

“Foram feitas ao buril,
Pensadas e bem pensadas.
Deixei-as às mil e às mil,
Por esse mundo espalhadas.

“Mas agora que aqui estou,
Livro de ruínas cuidados,
Digo: o melhor que ficou
Dos escritos lá deixados

“Foi... palavra que não sei,
Não sei bem como me exprima:
Foi um livrinho de lei,
Uma jóia, uma obra-prima,

“Um livro, um livrinho só,
Que entre os escritos passados,

Resiste ao mórbido pó
Dos anos empoeirados.

“Custa-me dizê-lo, crê:
Um romance, e pequenino;
Relê, amigo, relê
O meu *Adolpho*³³⁹; é divino.

“Do mais tanto cuidado aqui
Como daquela camisa,
A primeira que vesti...
Diz a rima que era lisa.

MALVOLIO

³³⁹ Breve romance de traços autobiográficos mesclados ao protagonista ficcional, Adolfo. A obra traz a história do jovem e hesitante personagem que é apaixonado por uma mulher mais velha e de caráter mais forte que o seu. É marcada por uma forte carga sentimental reconhecida pela crítica posterior como um traço psicologizante. CONSTANT, Benjamin. **Adolphe**. São Paulo: Flama, 1944. É difícil julgar a recepção da obra no Brasil àquela época, devido à falta de informações sobre o período.

30 DE AGOSTO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 25

Eu, pecador, me confesso
Ao leitor onipotente,
E a grã bondade lhe peço
De ouvir pacientemente.

Uma lengalenga longa,
Uma longa lengalenga,
Áspera, como a araponga,
E tarda,^{xix} como um capenga.

Saiba Sua Senhoria
Que, em coisas parlamentares,
A minha sabedoria
Vale a de um ou dois muares.

Não? Isso é bondade sua...
Modéstia minha? Qual nada!
Digo-lhe a verdade crua,
Nua e desavergonhada.

Não entendo patavina,
Eu, que entendo a lei mosaica³⁴⁰,
Humana, embora divina,
Límpida, conquanto arcaica.

“— E disse o Senhor: Faze isto,
Moisés, faz aquilo, ordena,
Eu, com meu poder te assisto;
Põe esta pena e esta pena.”

Eram assim leis sem voto,...^{xx}
Sem consulta, sem mais nada.
Deus falava ao grão devoto,
E vinha a lei promulgada.

Mas por que é que tanta gente,

³⁴⁰ Código de leis da religião judaica. Compreendido como os cinco livros que compõem a Torá ou as tábuas dos dez mandamentos.

Reunida numa sala,
Examina a lei pendente
Escuta, cogita e fala?

E por que vota? pergunto...
Nisto abro uma folha, e leio
Bem explicado este assunto:
Era um discurso alto e cheio.

O orador, um deputado
Do Ceará, respondia
A um que o tinha acusado
De manter a escravaria.³⁴¹

Defendia-se, mostrando
Que, desde anos longos, fora
Dos que viveram chamando
A aurora libertadora.

Que a obra da liberdade
Era também obra sua.
Fê-la com alacridade,
Sem proclamá-lo na rua.

Votou, é certo, em contrário
Ao projeto com que o Dantas
Criou o sexagenário
E umas outras coisas tantas.³⁴²

Mas não foi porque o julgasse
Oposto ao que entende justo,
Nem porque ele lhe vibrasse
Qualquer sensação de susto.

Foi só porque o gabinete
Para o Ceará mandara
Um presidente e um cacete,
Ambos de muito má cara.³⁴³

³⁴¹ Referência não encontrada.

³⁴² O projeto original que originou a Lei do Sexagenário foi proposto originalmente pelo Ministério liberal de Sousa Dantas em 1884, porém, recusado, sobretudo por conservadores, foi modificado no ano seguinte e sua promulgação se deu apenas já sob gabinete Cotegipe, ficando conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe.

Ele, vendo os seus amigos
Perseguidos, destinados,
Depois de grandes perigos,
A serem exterminados.

Votou contra a lei; e a prova
De que lhe não era oposto,
É que, vindo gente nova,
Votou a lei, de bom rosto.

E conclui assim: “Senhores,
Qualquer outro que se achasse,
Cheio de iguais amargores
E injúrias da mesma classe,

“Faria o que fiz.” Pasmado,
De tudo o que não sabia,
Vim confessá-lo humilhado
Ante Vossa Senhoria.

MALVOLIO

³⁴³ Referência não encontrada, porém, considera-se a proximidade de datas entre a última mudança de gabinete do Governo geral, do liberal Saraiva para o conservador Cotegipe, em 20/08/1885, e a troca da presidência do Ceará que ocorreu 45 dias depois. Observa-se que o antecessor retirado do cargo havia se preservado nele anteriormente após a troca entre os gabinetes liberais Dantas e Saraiva.

6 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 26

Eustáquio Primo de Seixas,
Morador em Santo Amaro
(Bahia), fez umas queixas
Sobre um caso duro e amaro.³⁴⁴

Parece que um tal Francisco
De Paula Aragão e Souza,³⁴⁵
Para reduzi-lo a cisco
E pôr-lhe em cima uma lousa,

Pegou de um revólver, obra
Bem feita, acabada,
Pior que dente de cobra,
Melhor que fio de espada;

E, indo ao sobredito Seixas,
Despejou-lhe, não a arma
Nem precisamente endechas,
Nem violetas de Parma,

Mas uma descompostura,
Como se diz vulgarmente,
Porque quando a gente cura
De falar mais finamente,

³⁴⁴ Estáquio Primo de Seixas (?). Referência não encontrada, porém, acredita-se se tratar de um caso real, de uma figura pública homônima de Santo Amaro, BA, da mesma época. Ver: SEIXAS, Eustáquio Primo de. **Considerações sobre o sistema penitenciário adotado pelo Código Penal vigente**. Bahia: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1897. apud. TRINDADE, Claudia Moraes. “A reforma prisional na Bahia oitocentista”. In: **Revista de História**, No. 158, junho. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php>>. Acesso em: 15/11/2010.

³⁴⁵ Também há poucas referências a Paulo Aragão e Souza (?). Houve um homônimo, que aceitamos a possibilidade de ser a mesma pessoa, foi gerente do jornal conservador “*O Echo Sant’amarense*”, que durou de 1881 a 1886.

Diz torrentes de impropérios;
Tal foi o modo limado
Que, em seus artigos tão sérios,
Empregou este agravado.

Eustáquio estava na rua
Da Matriz, — tão concorrida
De gente, que viu a sua
Pessoa assim ofendida.

De tais injúrias e acintes
OuvIU metade calado,
Até que, em tantos ouvintes,
Um houve, mais animado,

Que pode dar escapula
Ao que ouvia tanta coisa.
Mas o diabo que açula
A alma a Aragão e Souza

Faz com que lhe não esteja
A torrente de impropérios,
Sotaque sobre sotaque,
Ditérios sobre ditérios.

Já que em casa recolhido
Eustáquio, vai muita gente
Pôr-se ao lado do ofendido
Contra aquele ato insolente.

Vai mais; vai gente inimiga;
Vai mais: vai o próprio Souza
Pedir-lhe que o não persiga,
Que lhe perdoe tanta coisa.^{xxi}

Responde-lhe Seixas: “Pronto
Estou a dar-lhe o que pede,
Mas só quero um ponto, um ponto,^{xxii}
E cederei se me cede.

“Peço-lhe que se retrate
Das injúrias que me há dito...”
Aragão, dado ao combate,
Repete, e repete escrito

Todas as injúrias feitas...
Aqui, meu leitor amigo,
Tu que buscas, tu que espreitas
Achar sentido ao que digo,

Não decifrando a charada,
Perguntas naturalmente:
“Que tenho eu com isso?” — “Nada,
Respondo-te eu; e a Regente?”

Porque o mais rico da coisa^{xxiii}
É que o tal Eustáquio Seixas,
Contra o Aragão e Souza,
Trouxe à imprensa as suas queixas,

Escrevendo: “À Sereníssima
Princesa Regente”. Ó dura
Condição triste e tristíssima,
Que mal sei como se atura!

Governar para ler estas
E outras ridiculezas...
Ó sorte das régias testas!
Ó destino de princesas!

Que um homem em Santo Amaro,
Ouvindo duas graçolas,
(Caso antes comum que raro)
Toque no chapéu de molas,

Enfie a casaca, e calce
As botas envernizadas,
E, todo flor e realce,
Suba as imperiais escadas,

Para contar uma coisa^{xxiv}
Que se conta ao delegado,
Isto é, que Aragão e Souza
É pouco morigerado,

Palavra que desanima
De ocupar na terra um sólio;
Antes governar a rima,
Bem ou mal como o

MALVOLIO

13 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 27

Se Deus me dissesse um dia:
— Que desejas tu, Malvolio?
Castelos na Normandia³⁴⁶?
Uma biblioteca in-fólio?

“Um punhado de brilhantes,
Grandes como ovos de pomba?
Um batalhão de elefantes,
Marfim puro e extensa tromba?”

“Moças com as quais cantasses
À viola, e pelo estio,
Cantigas velhas que achasses,
Como esta, no peito frio:

“Cajueiro pequenino,
“Carregadinho de flores.
“Eu também sou pequenino,
“Carregadinho de amores.”³⁴⁷

“Ou tendo espíritos altos,

³⁴⁶ Como muitas citações nesta crônica, as referências não foram encontradas, porém, podem ser feitas sugestões sobre elas. Neste caso, entre os condados da Normandia, vale notar aquele onde se localizava o Castelo d'Eu, que se tornou residência da Família Imperial Brasileira no exílio.

³⁴⁷ Trecho da canção registrada em 1865 no principal livro de Juvenal Galeno (1836-1931), contendo lendas e canções populares. A trova anônima *Cajueiro Pequenino* é um de seus poemas mais famosos: “Cajueiro pequenino, / Carregadinho de flor, / À sombra das tuas folhas / Venho cantar meu amor, / Acompanhado somente / Da brisa pelo rumor, / Cajueiro pequenino, / Carregadinho de flor.” ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. H. Garnier, 1903, p. 371.

Ao se tornar amigo de Paula Brito (ver Crônica 3), Juvenal chegou a conhecer Machado de Assis, Quintino Bocaiuva e Joaquim Manuel de Macedo. Nessa época, chegou a colaborar na revista *Marmota Fluminense*.

Ir correr desejarias
Perigos e sobressaltos
De Rússias e de Turquias,³⁴⁸

“Pegando, com alma icária
E braços impacientes
A coroa da Bulgária,
E defendê-la das gentes?”³⁴⁹

Responder-lhe-ia eu, contrito:
— Não desejo, ó verdadeiro
Deus grande, Deus infinito,
Ser castelão nem livreiro,

Nem ter pedras preciosas,
Nem legiões de tamanhas
Alimárias pavorosas,
Vindas de terras estranhas.

Nem bonitas raparigas
Com quem eu cantar pudera
Algumas velhas cantigas,
Cantigas de primavera.

³⁴⁸ Referência aos conflitos europeus nas décadas anteriores. Guerra da Criméia (1853 - 1856), que envolveu, de um lado, Rússia e, de outro, coalizão integrada pelo Reino Unido, França, Piemonte-Sardenha (na atual Itália) e o Império Turco-Otomano (atual Turquia). As notícias sobre o conflito foram acompanhadas em muitas crônicas por José de Alencar. ALENCAR, José de. **Ao correr da pena**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Em 1877, a Rússia iniciou nova guerra contra a Turquia, invadindo os Bálcãs em consequência da repressão turca às revoltas de eslavos balcânicos. Entre 1877 e 1878, esse foi um principais temas tratados pelo cronista nas séries *H15D* e *H30D*.

³⁴⁹ Atualizando a questão búlgara (ver Crônica 5), nos meses anteriores à crônica, discutiu-se nos jornais as tentativas de Fernando I da Bulgária (1861-1948) para que ele fosse legitimado pelas demais nações européias como novo monarca do país. Em geral, os jornais europeus criticavam a insistência do regente mesmo diante da oposição dos representantes russos e do eminente conflito militar. *GN*, 16/08/1887.

Vale observar que a situação política de então na Bulgária está estritamente ligada aos conflitos militares citados na nota anterior.

Menos inda, muito menos,
Correr sem mais nada, à toa,
Pequeno entre os mais pequenos,
A apanhar uma coroa.

Não. O que eu quisera, ó divo
Senhor que mandais a tudo,
O meu desejo mais vivo,
Que me corrói, longo e mudo,

Era entrar pela janela
Do Senado... Olhai, não digo
Pela porta. A porta é bela,
Porém já não vai comigo.

A porta, traz como agora,
Obrigações superfinas;³⁵⁰
Li-as em prosa canora,
Sobre as eleições de Minas.³⁵¹

A primeira é que resida
O candidato na terra,
Pois se acaso a própria vida

³⁵⁰ “Para ocupar o cargo de senador, vitalício e privativo de brasileiros natos ou naturalizados, eram exigidos idade mínima de 40 anos e rendimento anual mínimo de oitocentos mil réis... O Imperador escolhia um senador de cada uma das listas tríplices, formadas por candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária.” *Ampla participação político-institucional marca atuação do Senado*. <http://www.senado.gov.br/comunica/180anos/historia_180.asp>. Último acesso em 08/05/2010.

³⁵¹ Atualizando as notícias sobre as eleições em Minas (ver Crônica 19), das listas tríplices eleitas para uma das vagas no Senado, a “comissão de constituição” elegera pelo partido conservador Evaristo Ferreira da Veiga (1832-1889), sobrinho homônimo do famoso redator (1799-1837) do jornal liberal *Aurora Fluminense*. *GN*, 06/09/1887.

Porém, desde o princípio do mês anterior, o jornal já havia anunciado as pequenas chances do liberal Cesário Alvim (1839-1903) se tornar a escolha do governo. “O Sr. Cesario Alvim teve contra si todos esses elementos: o governo, a inimizade pessoal do chefe supremo do partido conservador [Paulino José Soares de Sousa, filho (1834-1901)], a má vontade dos senadores liberais, e os interesses escravistas de uma parte do eleitorado.” *GN*, 01/08/1887.

A outra terra o desterra,

Perca as tristes esperanças
De conversar eleitores.
Se há exemplos, são carranças,
Outra quadra, outros amores.

Olindas, Celsos, Correias,
Nabucos e Zacarias,³⁵²
São estragadas candeias,
De outros homens e outros dias.

Agora, quanto à segunda
Obrigação do diabo,
É igualmente profunda...
Não se quer nenhum nababo.

Que ande assim, como um tesouro,
Em carruagens de prata,
Cavalos ferrados de ouro,
Um jantar em cada pata;

Mas se o candidato é pobre
E passa a vida lidada,
Não entra em funduras. Dobre,
Amigo, dobre a parada.

Ora, eu que há muito suspiro
Pelo senado, e aqui moro,
Lidando, que mal respiro,
Sem o vil metal que adoro,

Uma noite adormecia
Lendo alguma velha história
De Veneza ou da Turquia,
E acordava em plena glória.

³⁵² Pedro de Araújo Lima (1793-1870), Marquês de Olinda, foi Regente do Império (1837-1840) e fez parte do Conselho de Ministros por quatro vezes entre 1848 e 1865; Afonso Celso de Assis Figueiredo (1836-1912), Visconde de Ouro Preto, foi senador (1879-1889) e Ministro da Marinha (1866) e da Fazenda (1879 e 1889), também foi último Presidente do Conselho de Ministros do Império (1889); a referência a “Correias” não identificada; José Tomás Nabuco de Araújo (1813-1878) foi Ministro da Justiça (1853-1859 e 1865-1866); e sobre Zacarias, ver Crônica 16.

Diante do presidente
Aparecia sentado.
Ai, Deus justo, ai, Deus clemente...
Janela... curul³⁵³ ... Senado.³⁵⁴

MALVOLIO

³⁵³ Cadeira associada aos magistrados de Roma, no período clássico.

³⁵⁴ A ambição aos cargos políticos mais elevados, como ao Senado ou ao ministério, era tema constante entre as crônicas de Machado de Assis. Neste, como em outros temas que não serão abordados nestas notas, a posição do cronista passou ao longo dos anos a ser posta de forma menos explícita, por meio de mais frequente ironia. Por exemplo, tratando sobre as constantes substituições de ministros, comenta o cronista: "O sistema que nos rege chegou a tal ponto que todos se julgam capazes de ser ministro (...). Mérito que pode ser dado ao primeiro organizador de frases oratórias (...). As pastas são apenas o incentivo da vaidade pessoal". AA, 02/05/1865.

Posteriormente, o cronista voltou ao problema em outras oportunidades já se “oferecendo”, justificado por motivos egoístas e supérfluos, para ocupar tais cargos políticos. Por exemplo, BE, 10/11/1884; e BD, 06/09/1888.

20 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 28

Quando tudo em paz corria,
Cai uma nuvem prenhada
De chuva e ventania,
De saraiva e trovoadas.³⁵⁵

E cai lá naquela banda
Do paço dos senadores,
O melhor paço da Holanda,
Boa pedra, arminho e flores.

³⁵⁵ Durante todo mês de setembro daquele ano, a cidade passou por sucessivos temporais e chuvas de granizo, como pode ser observado a partir das notas da *GN*. Além disso, há outros fatos que esclarecem a referência: até aquele momento, o governo tinha como um de seus principais aliados o senador conservador Antônio da Silva Prado (1840-1829), que defendia que a abolição só deveria ser realizada após o governo fornecer mais condições e auxílios para os agricultores ampliarem o contingente de imigrantes europeus no Brasil, ou seja, Prado era um reconhecido aliado do governo e de seu principal representante, o Barão de Cotegipe. Segundo o historiador Robert Conrad, em 13/09/1887, ocorreu o nó da mudança no discurso do paulista Prado, quando ele se afastou do governo ao defender ideias mais simpáticas por parte dos abolicionistas. Nesse dia, fez um requerimento no qual propôs a liberdade total dos escravizados antes de 1890, alegando que os emancipadores paulistas eram "convencidos e não vencidos" pela pressão de abolicionistas e pelas fugas de escravizados. Ver: CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 303.

No dia seguinte, a seção *Boletim Parlamentar* comenta o fato da seguinte forma: "Tratando da escravidão, o Sr. Prado disse terminantemente ao governo, que era necessário alterar a lei de 28 de setembro de 1885 [do Sexagenário], marcando um prazo para a extinção da escravidão. Declarou o ilustre paulista que, se o governo não fizer isso, não poderá contar com o seu apoio." No dia seguinte, as ideias do conservador Prado já eram apoiadas pelo principal líder liberal no Senado, o senador Dantas. *GN*, 14 e 15/09/1887.

Inda se fosse no paço
Dos deputados, vá feito;
Embora sendo embaraço,
Caía no próprio leito.

Pois se este paço figura
Ao pé do velho senado,
Que afigura e transfigura,
Como ele, o que lhe é levado,

Certo é que é mais dada a zona
Aos temporais desabridos;
Quem lá vai mete-se em lona,
Oleado e outros tecidos.

Mas, no senado, em verdade,
Posto não seja o primeiro
Exemplo de tempestade
Nem talvez o derradeiro,

Causa espanto, porque tudo
Parecia que ia andando,
Não inteiramente mudo,
Mas lentamente calando.³⁵⁶

Vai então, como eu buscasse
Saber por algum amigo
Maneira com que explicasse
Este singular perigo,

Achei um vizinho, um magro,
Um que não tem este olho;

³⁵⁶ A seção *Boletim Parlamentar* trouxe comentário semelhante a respeito da cisão dentro do partido conservador: "Quando essa questão [servil], tirada das ruas e levada para o parlamento, teve a medrosa solução na lei de 28 de setembro de 1885, os colaboradores dessa lei proclamavam autoritariamente que a questão estava morta, e que o parlamento e o governo nada mais tinham com ela [...]. Hoje, os próprios autores [partido conservador] dessa lei são os que vêm declarar que ela não serve. Essa contradição é mais um argumento contra as combinações e conluios que não têm por base nem a sinceridade, nem os verdadeiros interesses nacionais." *GN*, 18/09/1887.

Chamá-lo-ia Meleagro³⁵⁷,
Di-lo-ia autor de algum molho,

Se não parecesse abuso
Esse recurso mofino,
Mofino, mas não escuso...
Os versos têm seu destino!

Tenho sido belo, às vezes,
Só por exigi-lo a rima;
Chama-se a um homem Meneses
Quando não passa de um Lima.³⁵⁸

Mas, qualquer que seja o nome
Do vizinho consultado,
Fui lá pra matar a fome
E saí esfomeado.

Procurei-o, como disse,
E no meio da palestra
Aconteceu que surgiu
Uma questão grave e mestra;

Se o Senado é que governa
Ou a Câmara. O sujeito,
Querendo passar-me a perna,
Tira estas vozes do peito:

“— Dizem que a Câmara baixa,
Conforme a prática inglesa,

³⁵⁷ Segundo a mitologia greco-romana, quando Meleagro, filho de Enêo, rei do Calidonte e de Alteia, nasceu, uma fada revelou que a duração da sua vida seria a mesma que a de um tição que estava a arder. Então, Alteia apagou o tição e o escondeu. Quando adulto, durante uma caçada, Meleagro ofertou um javali que matara à encantadora Atalanta, oferecendo seu amor e a cabeça do animal. A esta ato se opuseram os seus tios maternos que, por haverem também tomado parte na caçada, pretendiam para si o troféu da vitória. Em disputa, Meleagro acabou matando os tios. Alteia, em ato de vingança pela perda dos irmãos, atirou o tição guardado por anos no fogo, matando, assim, seu filho Meleagro. BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 141-143.

³⁵⁸ Referências aos sobrenomes e à expressão não encontradas.

Assim como tem a caixa
Da receita e da despesa,

“Rege a política, e forma
Os homens à sua imagem,
Que é essa a única norma
Da parlamentar viagem.

“Sendo, porém, coisa certa
Que os ingleses querem antes
Achar sempre a porta aberta
Dos comuns³⁵⁹ representantes.

“E comuns há que padecem,
Se a boa sorte lhes falta,
E após os pais que falecem
Vão para a câmara alta;

“Onde é menor o trabalho,
Seções curtas, pouca vida,
Galho do poder, mas galho
De folha amarelecida;

“Cá buscamos o Senado;³⁶⁰

³⁵⁹ Membros da Câmara baixa do parlamento inglês. No caso brasileiro, referência aos deputados representantes das províncias.

³⁶⁰ Atualizando a questão sobre as disputas por influência política entre Senado e Câmara, vale observar duas notas da época. Primeiramente, acerca do debate sobre o possível cancelamento de matrículas irregulares no distrito de Campos, no Rio de Janeiro, a seção *Boletim Parlamentar* traz o seguinte comentário: “Qualquer que seja o resultado da votação (no Senado), deste procedimento resulta a evidência de um fato: é que o Senado vai assumindo ostensivamente o papel que sempre exerceu na nossa política, graças à insignificância da Câmara dos deputados.” *GN*, 05/08/1887.

Sobre a posição da Câmara nesta situação, Ferreira do Araújo na seção *Macaquinhos no Sótão* comenta: “Não chegas a reparar que, se é verdade que o Senado está a meter-se no que talvez não seja de sua conta, é porque tu deixas de fazer a tua obrigação. Talvez o erro seja do Senado, mas a culpa és tua, maioria do diabo! No fundo de cada um destes membros há a inveja por não poder fazer o que fazem os senadores, que têm o pulso livre (...); porque cada um de teus membros reconhece

E se o que há mais forte e fino
Tem ali lugar marcado,
É que ali mora o Destino.”

MALVOLIO

que aquilo que o Senado está fazendo é que é justo, embora irregular (...). Mas tu arrolhas a oposição, para que ela fique como tu, que andas sempre arrolhada. Tu és o batalhão de voluntários da rolha, o batalhão que renunciaram ao direito do pensar, ao direito de querer, ao direito de viver grande ar livre. Tu deste a boca à rolha e o pulso à algema, e vais, como a Maria do dito popular, para onde te leva o governo.” *GN*, 07/08/1887.

27 DE SETEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 29

A semana que há passado...
Deixe o leitor que me escuse,
E de um falar tão usado
Abuse também, abuse.

Há passado; hão carcomido;
Hão, hão, hão, hão posto em tudo,
Hão, hão, hão, hão recolhido...
Estilo de tartamudo.

Ai, gosto! ai, cultura! ai, gosto!
Demos um jeito e outro jeito:
Venha *dispor e há desposto*
Venha *dispor e há desfeito*.

Mas usar de uma maneira
Até reduzi-la ao fio,
Não é estilo, é canseira;
Não dá sabor, dá fastio.

Porém... Já me não recordo
Do que ia dizer. Diabo!
Naveguei para bombordo,
E fui esbarrar a um cabo.

Outro rumo... Ah! sim; falava
Da outra semana. Cheia
Esteve de gente escrava,
Desde o almoço até a ceia.³⁶¹

³⁶¹ Atualizando a questão discutida na crônica anterior: Após ampliação da polarização entre Prado e Cotegepe, foram apresentados diversos projetos que visavam o fim da questão servil. Muitos deles foram recuperados de arquivos do parlamento e eram bastante semelhantes entre si, diferenciando-se basicamente nas formas de redirecionamento dos fundos de emancipação e de abolição condicionada (obrigando os escravizados a permanecerem trabalhando nas propriedades durante tempo predeterminado). A única votação derivada diretamente dessa discussão foi sobre a

Projeto e mais projetos,
Planos atrás de outros planos,
Indiretos e diretos,
Dois anos ou cinco anos.

Fundo, depreciação,
Liberdade nua e crua;
Era o assunto do momento,
No bonde, em casa, na rua.

Pois se os próprios advogados

urgência de priorizar ou não um antigo projeto de lei dos senadores Alfredo d'Escagnolle Taunay (1843-1899) e Joaquim Floriano de Godói (?), mas que não foi aceita. No dia seguinte, a seção *Boletim Parlamentar* comentou a votação nos seguintes termos: "Foi ontem tirada no Senado a prova real da soma de toda a retórica que tem sido despendida naquela casa à propósito da questão servil (...). Depois da discussão havida no Senado na qual intervieram dois ilustres chefes conservadores [Antônio Prado e João Alfredo], manifestando-se *no sentido abolicionista e da rejeição à urgência* [grifo nosso], se por um lado é uma contradição revoltante, por outro é mais uma prova do espírito de intrigas e das vistas mesquinhas dos nossos homens políticos (...). Considerar uma questão urgente a ponto de ameaçar amigos e correligionários com a retirada do seu apoio, e não considerar a mesma questão urgente para a resolver no parlamento pelos meios regulares, é um procedimento cuja explicação nos escapa, por talvez estar encoberta por alguma dobra de esfarrapado manto das conveniências partidárias." A polêmica iniciada no Senado certamente se refletiu em outras esferas da sociedade. Afirma-se tal, pois, apesar das manifestações favoráveis ou contrárias à abolição na seção *Publicações a Pedido* serem frequentes, naquele período, foram publicadas algumas cartas mais incisivas que o normal: "Senado Vitalício. A assembleia geral resolve: Art. 1º Ficam alteradas as relações jurídicas entre os senhores e os escravos atualmente existentes no império, para o efeito de serem estes considerados senhores e aqueles obrigados a lhes prestarem serviços por espaço de 5 anos. Art. 2º Os senhores que se recusarem à prestação de serviços serão punidos com pena de 500\$ a 1:000\$ e a prisão por 2 à 6 meses; revogadas as disposições em contrários. (Assinado) Vibrião do abolicionismo." *GN*, 25/09/1887.

(E quem mais que eles?) tiveram
Debates acalorados
No Instituto³⁶², em que nos deram

Uma questão, — se, fundado
Este regime presente,
Pode ser considerado
O escravo inda escravo ou gente.

³⁶² “Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros - Na época, o Instituto era formado por jurisconsultos de destaque e influência, tanto entre abolicionistas, quanto escravistas. Em 1930, foi constituída, a partir do Instituto, a atual Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).” ASSIS, Machado de. **Machado de Assis** Afro-descendente, ed. Eduardo de Assis. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Pallas / Crisálida, 2007. p. 45. Apesar de a referência não ter sido encontrada, é possível que o referido Instituto tenha promovido algum encontro de seus membros para discutir a questão servil, talvez, utilizando até os mesmos termos como *status liber*, referências à lei romana, etc. De qualquer modo, as referências aos termos eram comuns também no parlamento, conforme a *GN*, que fazia questão de reproduzir trechos inteiros de citações latinas feitas por parlamentares. Por exemplo, no mês anterior, a seção *Diário das Câmaras* trouxe a seguinte transcrição de debate parlamentar sobre o cancelamento das matrículas de escravos: “Sr. F. Belisário (ministro da fazenda). — (...) Recorrendo ainda ao direito romano, subsidiário do nosso, peço permissão para ler este fragmento do Digesto L. 17, Tit. 1º § 1º do jurisconsulto Paulo: ‘*Obligatio mandati consensu contrabentium consistit. Ideo per nuntium, quoque vei per epistolam mandatam suscipi potest. Item sive ‘rogo’ sive ‘voto’ sive ‘mando’ sive alio quocumque verbo scripserit mandati actio est*’. Mencionei ainda as Institutas L. 3ª, Tit. 22 e L. 3ª, Tit. 26. (...) O Sr. Dantas dá uma aparte. O Sr. F. Belisário (ministro da fazenda). — Senhores, do que se trata é de um ato praticado por mandatário, seguindo as normas do direito. O nobre senador foge desta questão, considerando o escravo como parte, mas (...) o escravo não é parte nesta questão. O Sr. Candido de Oliveira. — V. Ex. esquece o Digesto, título de *liberalii actione* (...)” *GN*, 04/08/1887. Outra referência é a nota sobre lançamento de livro sobre a eficiência ou não de se declarar ex-escravizados “livres”, ou seja, em “*status liber*”, mesmo ainda tendo tempo de serviço obrigatório a ser cumprido após a libertação. *GN*, 17/09/1887.

Digo mal: — inda é cativo
Ou *statuliber*? Qual seja
Correu lá debate vivo,
Melhor dizemos peleja.

Mas peleja de armas finas,
Sem deixar ninguém molesto:
Nem facas, nem colubrinas,
Digesto³⁶³ contra Digesto.

Uns acham que é este o caso
Do *statuliber*. Havendo
Condição marcada ou prazo,
Não há mais o nome horrendo.

Outros, que não são sujeitos
Ferozes nem sanguinários,
Combatem esses efeitos
Com argumentos contrários.

Eu, que suponho acertado,
Sempre nos casos como esses,
Indagar do interessado
Onde acha os seus interesses,

Chamei cá do meu poleiro
Um preto que ia passando,
Carregando um tabuleiro,
Carregando e apregoando.

E disse-lhe: “Pai Silvério,
Guarda as alfaces e as couves;
Tenho negócio mais sério,
Quero que mo expliques. Ouves?”

Contei-lhe em palavras lisas,

³⁶³ De modo geral, referência a uma compilação de regras ou decisões jurídicas; de modo específico, referência à compilação de fragmentos de jurisconsultos clássicos promovida pelo imperador romano Justiniano, no século VI. Após três anos de trabalhos, o Código de doutrinas seletas, oficialmente denominado *Digesto* ou *Pandectas* foi promulgado. A obra é composta de 50 livros, subdivididos em aproximadamente 1.500 títulos, de acordo com o assunto. Cf. MADEIRA, Hélio Maciel (trad.). **Digesto de Justiniano**, livro I. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

Quais as teses do Instituto,
Opiniões e divisas.
Que há de responder-me o bruto?

— “Meu senhor, eu, entra ano,
Sai ano, trabalho nisto;
Há muito senhor humano,
Mas o meu é nunca visto.

“Pancada, quando não vendo,
Pancada que dói, que arde;
Se vendo o que ando vendendo,
Pancada, por chegar tarde.

“Dia santo nem domingo
Não tenho. Comida pouca:
Pires de feijão, e um pingo
De café, que molha a boca.

“Por isso, digo ao perfeito
Instituto, grande e bravo:
Tu falou muito direito,
Tu tá livre, eu fica escravo.”³⁶⁴

MALVOLIO

28 DE SETEMBRO DE 1887.³⁶⁵

³⁶⁴ Com não rara frequência nas crônicas machadianas, não apenas na *GH*, o narrador recorre ficcionalmente a um interlocutor para propor uma solução a respeito da questão principal abordada. No caso específico da questão servil, o cronista já repetira o procedimento em sentido muito semelhante ao estabelecido nesta crônica. Três anos antes, em uma de suas crônicas mais representativas, o cronista recorre a um negro trabalhador, jardineiro, para solucionar qual “igreja”, referindo-se a agrupamentos políticos em disputa eleitoral, ele deveria apoiar. “Vi estirado... um preto velho... Cheguei-me a ele, e perguntei-lhe se era pelo sr. Fulano ou pelo sr. Sicrano, candidatos. Respondeu-me atarantado: - Eu sou aqui mesmo da igreja, sim, senhor”. *BE*, 01/01/1884.

³⁶⁵ Publicado no aniversário de 16 anos da Lei Rio Branco (do Ventre Livre) e de 2 anos da Saraiva-Cotegipe (do Sexagenário). *GN*, 28/09/1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

SUPLEMENTAR

Errata. — Saíram ontem
Dois vocábulos errados...
Que os meus leitores descontem
A dor minha aos meus pecados.

Devem ler por este gosto
Os tais que têm o defeito
“Venha *dispôs*^{xxxv} e há *disposto*;
Venha *desfez* e há *desfeito*.”

E não tendo mais que diga
Aqui me fico espreitando
Fortuna ruim que obriga
A andar errando e emendando.

MALVOLIO

4 DE OUTUBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 30

Há muito inglês já defunto,
Canning, Peel e consortes,³⁶⁶
Que são o perpétuo assunto
Da eloquência e seus transportes.

Cada ano que passa, deixa
Nos anais parlamentares,
Entre um ataque e uma queixa,
Esses nomes singulares.

Assim, posto que vivamos^{xxvi}
À moda francesa, é certo
Que todos imaginamos
Estar dos ingleses perto.³⁶⁷

Vede, por exemplo, os nomes
Dos que escrevem de política;
Não são Barros, não são Gomes,...³⁶⁸
Nomes de fama somítica³⁶⁹.

Entre um Guizot e um Horácio,

³⁶⁶ George Canning (1770 - 1827) e Robert Peel (1788 - 1850), políticos ingleses que passaram pelo cargo de primeiro-ministro do Reino Unido.

O cronista voltaria a tematizar as citações feitas por parlamentares sobre políticos ingleses em crônica posterior quase nos mesmos termos, porém de modo muito mais problematizante. *BD*, 28/10/1888.

³⁶⁷ Além da possível associação a outras diversas “modas francesas” na sociedade carioca, pode-se considerar também referência à própria estrutura do Senado, “inspirado na Câmara dos Lordes da Grã-Bretanha e influenciado pela doutrina francesa de divisão e harmonia dos poderes do Estado e dos direitos dos cidadãos.” *Ampla participação político-institucional marca atuação do Senado*. <http://www.senado.gov.br/comunica/180anos/historia_180.asp>. Último acesso em 08/05/2010.

³⁶⁸ Referências não encontradas.

³⁶⁹ Característica de quem é apegado ao dinheiro ou a bens materiais.

Quantos Walpoles facundos!
Pobre Gália! Pobre Lácio!
Britânia é mundo entre mundos.³⁷⁰

E, na verdade, a Inglaterra
Tem de sobra exemplos grandes
Para ensinar toda a terra,
Do Cáucaso até os Andes.

Hão de dizer, com justiça,
Que até aqui tenho usado
O latim da velha missa,
Já sabido e decorado.

Que sou vulgar como um bule
De botequim, — como um homem
Que, perdendo ontem na pule³⁷¹,
Narra as dores que o consomem;

Vulgar como um par de botas
Rotas e desengraxadas,
Vulgar como as quatro sotas,
Copas, ouro, paus e espadas.

Muito bem; mas, tendo em vista,
Embora a vulgaridade,
Procurar alguma pista,
Por onde ache a realidade.

Li agora um documento,
Circular de candidato,

³⁷⁰ Referências a: François Pierre Guillaume Guizot (1787-1874), primeiro-ministro da França, entre 1847 e fevereiro de 1848, reconhecido como grande orador, inclusive pela imprensa brasileira da época, por seu caráter polemista e conservador. Ver, por exemplo, *Ao Correr Pena*, 27/05/1855, ou *NS*, 07/07/1878; Quinto Horácio Flaco, (65 a.C.-8 a.C.), poeta e filósofo romano, autor de *A Epístola ao Pisões* (18 a.C.); Sir Robert Walpole (1676-1745), que lançou as bases do regime parlamentar britânico e é comumente conhecido como o primeiro primeiro-ministro da Grã-Bretanha; ou seu filho Horace Walpole (1717-1797), aristocrata e romancista.

³⁷¹ Também conhecida como “*poule*”, trata-se de um dos nomes pelos quais eram referidas nos jornais, na época, as apostas em corrida de cavalos.

Feita com discernimento,
Bom estilo, ameno e grato.

Tão grato, que pede o voto
Como um favor, e confessa
Que, vencido o terremoto,
Fará que jamais o esqueça.³⁷²

Que seja novo não digo,
Nem novo, nem menos raro;
É costume um pouco antigo,
Vulgar, sem ofensa e caro.

Pois o eleitor, de outro lado,
Não faz favores à toa,
Quer ser mui cumprimentado
Em palavras e em pessoa.

Há tal que o votinho nega
A gente que o não visite,
Não que queira ver se emprega
Bem a cédula que emite,

Perguntando ao candidato
Qual a escola que mais usa,
Se a de um governo barato,
Se a do que gaste e produza;

Não, senhor; mas tão somente
Para ouvir coisinhas finas,
E mostrar a sua gente,
A esposa, a sogra e as meninas.

Ouvir que a filha terceira
Há de ser uma figura
Como a segunda e a primeira,
Modelos de formosura.

Ouvir um bom elogio

³⁷² Difícil afirmar, mas supõe-se ser referência à carta publicada na seção *Publicações a Pedido*, em que José Inácio de Barros Cobra Junior (?) literalmente “implora” apoio a sua candidatura no lugar do senador recém-falecido Joaquim Antonio Fernandes Leão (?-1887), “na combinação que houver a ser apresentada à comissão eleitoral.” *GN*, 29/09/1887.

À laranjinha da casa;
Dar notícia de algum tio,
Que perdeu na ilha Rasa.³⁷³

Ver que o candidato mira
De quando em quando a poltrona,
Em que se alarga e se estira,
Gesto de louvor que a abona.³⁷⁴

Se há tais entre os eleitores,
E pedes, ó candidato,
Como o favor dos favores,
O voto, e lhes ficas grato,

Para que tantos ingleses,
Que dormem nas sepulturas,
Virem bailar tantas vezes
Nas nossas legislaturas?

Nacionalizemos isto.
Queres citar? Cita, cita
Nome cá nascido e visto;
Deixe o Pitt³⁷⁵; cita o Pitta³⁷⁶!

MALVOLIO

³⁷³ Localizada na baía de Guanabara, estado do Rio de Janeiro; utilizada como prisão política. ASSIS, Machado de. *Crônicas*. A+B, Gazeta de Holanda. Ed. Mauro Rosso. São Paulo: Loyola/PUC, 2011, p. 180.

³⁷⁴ Em crônica anterior, o cronista já apresentara a mesma lógica de expor a “necessidade” prioritária dos candidatos agradarem aos seus eleitores individualmente. *BE*, 17/01/1886.

³⁷⁵ Duas possíveis referências: William Pitt, o Velho (1708-1788), ministro da guerra durante a guerra dos Sete Anos, quando conduziu seu país à vitória sobre a França, e primeiro-ministro (1766-1768); ou seu filho, William Pitt, o Novo (1759 - 1806), primeiro-ministro da Grã-Bretanha, que estabeleceu as bases de uma etapa de prosperidade depois da Guerra da Independência norte-americana, mas não logrou impedir nem as vitórias de Napoleão, nem a ruína momentânea do comércio britânico.

³⁷⁶ Possível referência a Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), nascido na Bahia e eleito vereador em Salvador, foi o segundo nascido no Brasil a ver suas letras impressas, no caso, com dois textos políticos.

11 DE OUTUBRO DE 1887

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 31

Na semana que lá foi,
Houve coisas do diabo,
Já de vaca, não de boi,
Já com rabo, já sem rabo.

Sem rabo o que apareceu,
Foi a grande tartaruga,
Que naufragou e morreu
Em praia onde o mar se aluga.

Espécie nada comum,
Foi logo classificada,
Sem nenhum erro, nenhum,
E está no Museu guardada.³⁷⁷

Ora, é muito de saber
Que a bicha, ao pousar na praia,
Sorriu consigo de ver
Tanta senhora sem saia.

E consigo murmurou,
Porque é animal sabido,
Tanto que Deus lhe botou
Nome latino e comprido:

— “Mostra a gente ao pé do mar
O que numa sala esconde.
Tudo é conforme o lugar,
Preciso é saber aonde.”^{xxvii}

“E tais encantos em flor,
Que ninguém arrastaria
Pela rua do Ouvidor

³⁷⁷ Comenta-se a captura de uma espécie gigante de tartaruga por pescadores da cidade. Reconhecida oficialmente como “*Dermochelys (Sphragis) coriácea*”, o jornal publica estudo sobre a espécie assim como comenta a dificuldade para sua captura e o sucesso de visitas que teve o museu, aonde foi levada. *GN*, 06 e 07/10/1887.

De noite, e menos de dia,

“^{xxviii} Aqui publicados são
Sem bulha, nem matinada^{xxix},
Aos olhos do camarão
Que nada, e do que não nada.

“Pascal é que disse bem
Quando da justiça ria:
“Verdade aqui, erro além.”
Cabe o dito à rouparia.”³⁷⁸

Com rabo, houve o edital
Da Câmara, um documento
Que apareceu no *Jornal*³⁷⁹

³⁷⁸ A citação original de Pascal é “*vérité au-deçà des Pyrénées, erreur au-delà*”. Mesmo ressaltando os possíveis problemas de tentar transpor o raciocínio de Pascal para o contexto machadiano, vale uma citação mais extensa sobre o trecho. “Sobre que fundamentará o homem e a economia do mundo que quer governar? Será sobre o capricho de cada indivíduo? Que confusão! Será sobre a justiça? Ele a ignora [...]. Em poucos anos de vigência, as leis fundamentais mudam, o direito tem as suas épocas [...]. Justiça engraçada essa que um rio limita. Verdade aquém dos Pirineus, erro além. Confessam que a justiça não está nesses costumes, mas que reside nas leis naturais comuns a todos os países. Por certo sustentariam pertinazmente isso, se a temeridade do acaso que semeou as leis humanas tivesse encontrado pelo menos uma delas que fosse universal. Mas a irrisão é tamanha que o capricho dos homens se diversificou a ponto de não haver nenhuma [...]” PASCAL, Blaise. **Pensamentos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 21-22.

A expressão foi literalmente referida por Machado de Assis em outras crônicas das séries *Ao Acaso*, *História de quinze dias* e *Bons Dias*, sempre com o mesmo propósito de se comparar consequências diferentes a ocorrências similares, porém, determinadas pela diferença entre seus contextos específicos. O crítico John Gledson, em nota ao seu trabalho sobre a série *Bons Dias*, considera essa expressão como a “citação favorita de Machado”. ASSIS, Machado de. **Bons Dias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008, p. 238.

³⁷⁹ *Jornal do Comércio*, fundado em 1824, era um dos mais antigos da corte e o principal jornal conservador do período. Não raro, os redatores do *Jornal* e da *GN* de notícias publicavam críticas

No mesmo dia e momento

Em que deviam abrir
As propostas que acudissem ...³⁸⁰
Aos que ficaram a rir,
Bradaram que se não rissem.

Que o tenente-coronel
Presidente é que mandara
Compor aquele papel
Que a folha não publicara.

Conquanto a tempo o doutor
Secretário o remetesse...
Não sei se o comendador
Tesoureiro andou com esse.

Pode ser que o general
Procurador da fazenda,
Como é muito bom fiscal,
Não gostasse da encomenda.

Pode ser; mas pode ser
Também que o protonotário
Escrivão, em vez de ler
O *Jornal*, lesse o *Diário*.

entre si.

³⁸⁰ Referente ao edital de licitação para locação da Praça do Mercado (atual Praça XV de Novembro). No dia seguinte àquele em que o edital é lançado, a Câmara Municipal recebe grave artigo da *GN* criticando-o: por permitir a sublocação das áreas, o que tornaria o vencedor do edital um intermediário para futuras locações, e por ter sido publicado com atraso de uma semana, ou seja, no dia de seu encerramento para recebimento de propostas. No dia seguinte, em resposta à reação de vereadores que alegam que edital teria sido adiado, a *GN* acrescenta crítica que tal adiamento só poderia ter sido feito nos bastidores da assembléia, ou seja, não oficialmente. *GN*, 07 e 08/10/1887.

A disputa judicial e as discussões na Câmara municipal sobre o direito de uso e locação da Praça do Mercado faziam parte de um processo intrincado que já vinham sendo noticiado de longa data, sendo que o próprio Machado de Assis já havia tocado neste assunto anos antes quando local era disputado ainda por outros reclamantes. *NS*, 11/08/1878.

Ora, em verdade, foi bom
O caso; fico inteirado
Que é de rigor e bom tom
Cargo com título ao lado.

E não escrever papel
Em que venha o presidente
Sem tenente-coronel,
Seria porco e insolente.

Quanto ao que houve, não de boi,
Mas só de vaca, naquela
Semana que lá se foi,
Certo não foi bagatela.

Foi um projeto que quer
População vacinada,
Seja homem ou mulher,
Gente grande ou criança.³⁸¹

E não mais se casará
Sem se provar que a menina
E o noivo tiveram já
Ultimamente vacina.

Mas, como falasse alguém
Na câmara contra isto,
Dizendo que a coisa tem
Pecha contra a lei de Cristo,

Responderam-lhe que sim,
Que os noivos terão dispensa;
Bastará ao grande fim
Toda a mais lei, que é extensa.

³⁸¹ À época, ocorria campanha de vacinação com distribuição quase diária na Casa de Misericórdia da corte. Nos dias imediatamente anteriores à crônica, houve a publicação de dois artigos questionando a eficácia do método preventivo. O enfoque da problematização era o fato de: algumas pessoas não reagirem bem às aplicações a partir da inoculação em vitela; e a preocupação com a higiene das seringas aplicadas em mais de uma pessoa. *GN*, 28 e 30/09/1887.

Nos dias seguintes, o jornal volta a publicar artigos reiterando a segurança e explicando métodos de inoculação. *GN*, 05 e 10/10/1887.

Pois manda revacinar,
Além dos tenros infantes,
Soldados de terra e mar,
Funcionários e estudantes.

Mas por que se há de excluir
Desse dever mal cruento
Quem vai à gente pedir
Um lugar no parlamento?

Quero crer que as ambições
Hão de vir em grande malta,
Suprindo as vacinações
O mérito que lhes falta.

Dir-se-á de um legislador
Morto, que era homem honrado,
Bom caráter, bom senhor,
Modesto e revacinado.

E, pois que um caso esqueci
Da outra semana, digo
Muito à puridade aqui,
Que falta à lei outro artigo.

Falta artigo, pelo qual,
Em caso de desafio,
Pudesse um homem mortal
cortar à pendenga o fio.³⁸²

Corta deste modo: ouvir
O outro, em lances extremos,
E responder-lhe a sorrir:
“Vacine-se e falaremos.”

MALVOLIO

³⁸² Referência a específica não encontrada.

18 DE OUTUBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 32

Tudo foge; fogem autos,
Fogem onças, foge tudo.
Ó guardas moles e incautos!
Ó corações de veludo!

Uma onça, que vivia
Em casa de uma senhora,
Viu aberta a porta um dia
Da gaiola, e foi-se embora.³⁸³

Na roça? Não; na cidade.
Que cidade? É boa! a tua.
Dou mais esta claridade:
Era na rua... na rua...

Rua da América... Pronto!
Mas, se não leste a notícia
Cuidarás que é isto um conto,
É talvez conto e malícia.

Não, amigo. Era uma onça,
Tinha aos três anos chegado;
Vivia discreta e sonsa
Em casa, num gradeado.

Vai se não quando — um descuido —
Deixaram-lhe aberta a porta,
E a onça sentiu um fluído
Que não sente onça já morta.

³⁸³ GN publica nota sobre onça pequena que vivia presa em casa localizada na Rua da América e que fugira no sábado anterior. Na segunda-feira seguinte, ela é encontrada entre as madeiras de uma casa em construção, e, antes de ser capturada, fere gravemente as pernas de um morador da rua. Em seguida, a onça é morta por aqueles que a capturaram. O jornal atribui a culpa do ocorrido às pessoas que mantinham a onça gradeada. GN, 13/10/1887.

Sentiu passar-lhe no lombo
O fluído da liberdade,
E, ligeira como um pombo,
Deixou a casa de grade.

Nenhum liberal, que o seja
Como deve, achará livro
De tantos da sua igreja
Que condene este carnívoro.

Pois se foge o papagaio,
O macaco, a patativa,
Seja outubro, seja maio,
Tenha ou não tenha mãe viva,³⁸⁴

Que muito é lá que uma nobre
Onça das brasílias matas,
Logo que possa, recobre
O uso das suas patas?

Lá por viver entre gente
E canapés delicados,
Não acho suficiente
Para condená-la a brados.

Certo é que fugiu. Bem perto,
Duas casas logo abaixo,
Achou como que um deserto,
E resolveu: “Lá me encaixo.”

³⁸⁴ Como muitas crônicas de Machado passam por lugares comuns do discurso abolicionista liberal presente no debate público acerca da questão servil, acredita-se: que os meses de “outubro” e “maio” sejam referências, respectivamente, ao fechamento e à abertura das Câmaras, ou seja, épocas em que tomava a discussão política na imprensa sobre a urgência de aprovação ou não de projetos, tais como o que instituiria a abolição do trabalho escravizado; e “tenha ou não mãe viva” seja referência ao problema dos escravizados nascidos após a Lei do Ventre livre, mas que eram matriculados com data de nascimento anterior à data da lei, sendo que, um dos modos de garantir o logro, era separando pais e filho, declarando falecida a mãe do escravizado. Cf. CONRAD, Robert Edgard. **Os últimos anos da escravidão no Brasil**. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

Era casa em obras. Passa
Todo o sábado e domingo,
Sem comer sombra de caça,
Sem beber de sangue um pingo.

Na segunda-feira, cedo
Sobe ali um operário,
Despido de qualquer medo:
Vai ganhar o seu salário.

Casualmente (bendito
Seja Deus!) o desgraçado
Vê o olhar da onça fito
De dentro de um tabuado.

Foge; muita gente acode
Armada, e com laço e rede;
A ver se apanhá-la pode;
Ela, com fome e com sede,

Fere o pé a um bom valente,
Mas é já lançada, e morre
À faca da demais gente,
Que ali bravamente corre.

E porque não era grave
A ferida recebida,
Fechou-se com dura chave
A história, e mais a ferida.

E disse alguém, que não erra
Ocasão de uma vasa:
— “Que há mais natural na terra
Que criar onças em casa?”

“Quando muito, demos graças
Aos deuses, que esta podia
Matar duas ou três praças,
E toda uma inspetoria.

“Não há onças espanholas?
Não há onças desgraçadas?
Estas não rugem nas solas
Das botas acalcanhadas?

“Virá tempo em que não ande

Pessoa que se respeite
Sem uma onça já grande,
Ou, pelo menos, de leite.

“Que toda a senhora fina,
De passeio ou de passagem,
Tenha uma onça menina
Ao lado, na carruagem.

“Que algumas fujam, que trinquem
O pé a qualquer pessoa,
Ou por mal, ou porque brinquem...
Pode acontecer, é boa!

“Mas quem já viu neste mundo
Progresso sem sacrifício?
Sangue que corre é fecundo,
E há virtude que foi vício.

“Cavalo que anda direito
Já foi bravio e inquieto,
Onça que morde um sujeito,
Talvez não lhe morda o neto.

“Vamos, pois, encomendemos
Onças, muitas onçazinhas,
E nos quintais as criemos,
Como se criam galinhas.”

MALVOLIO

29 DE OUTUBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 33

Alá! por Alá! Cá tenho
Inda nos tristes ouvidos
O som duro, o som ferrenho,
Destes termos desabridos:

“Os liberais padecemos
Como os cristãos da Bulgária
Padecem duros extremos
Da turca espada nefária.”

E porque tenho uma veia
Com sangue de Mafamede,
Coisa que não acho feia,
Que não desdoura, nem fede;

Juro que andei azoinado
Com o dito do estadista,
Azoinado e envergonhado,
Sem voz, sem sabor, sem vista.³⁸⁵

Mas (Alá é grande!) agora,
Agora, neste momento,
Chegam notícias de fora,
Da Bulgária e de espavento.

Vejo que o governo novo
Daquele povo inquieto,
Para aquietar o povo,
Achou um meio discreto.

³⁸⁵ Atualizando a questão búlgara (ver Crônicas 5 e 27), o príncipe Fernando fortalecera sua posição contra a pressão militar russa, ao conquistar o apoio político inglês, alemão e austríaco. *GN*, 25/09 e 26/10/1887.

A referência específica sobre censura aos jornais búlgaros não foi encontrada, porém, soube-se por notas ao longo do ano que o estado de guerra civil pelo qual passou o território se refletiu no amplo controle de informações da imprensa local.

Convidou madre Censura
Para rever os diários,
Enterrando a unha dura
Por modos crespos e vários,

Nos trechos em que apareça
Opinião tão à toa,
Que em tudo, se mostre avessa
Ao que ela entender que é boa.

Assim podem os censores
Riscando uma parte ou tudo,
Fazer dos espinhos flores,
Fazer do rudo veludo.

É pouco. Um dos jornalistas
Tantas fez que foi pegado,
E teve, de mãos artistas,
Não pouco, nem moderado,

Castigo de tal volume
Que era de ver... Cem açoites!
Quase lhe levam o lume,
Quase lhe dão boas noites.

E disseram-lhe ao soltá-lo,
Que se voltasse à escritura,
Haviam de castigá-lo,
De outra forma inda mais dura.

Ora, o que me espanta nisto
É que a gente que maltrata
Os pobres filhos de Cristo
São cristãos de pura nata.

Lá que impeçam tais diários,
Acho até bom, não somente
Nos dias incendiários,
Mas nos de vida corrente.

Nunca veio mal de um mudo;
E imprimir o que se pensa,
Tudo, tudo, ou quase tudo,
É desastre, não imprensa.

Assim, acho grão perigo

Que, em obséquio ao Ramalho
Ortigão, meu grande amigo,
Honra do engenho e trabalho,

Desse a *Gazeta*, uma festa,
De autores e jornalistas,
Cerrada e longa floresta
De opiniões e de vistas.³⁸⁶

Conservadores sentados,
Em frente a republicanos,
E liberais afamados
Ao lado de ultramontanos.³⁸⁷

Gente ruim, gente feia,
Merecia nessa noite,
Não festa, porém, cadeia,
Não Borgonha, mas açoite.

País de tal liberdade
E tolerância tamanha,
Vai com toda a alacridade
Ao lodo, ao delírio, à sanha.

Olhemos para a Bulgária;
Arruma, cristão amigo,
Simples pancada ordinária:
Cem açoites por artigo.³⁸⁸

³⁸⁶ José Duarte Ramalho Ortigão (1836-1915), escritor português e colaborador da GN. Na época em que crônica foi publicada, Ortigão passava alguns meses no Brasil. GN, 09 a 11/1887.

³⁸⁷ Além da referência aos três partidos políticos da época, o ultramontanismo se refere à doutrina e política católica que reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina, política e fé.

³⁸⁸ O assunto da crônica é referência indireta mais provável ao ocorrido no distrito de Campos nos dias anteriores, fato relatado por meio de telegramas muitas vezes contraditórios. No dia 25/10, a tipografia do jornal abolicionista *Vinte e Cinco de Março* é invadida pela polícia local, há troca de tiros, 5 ou 6 polícias são feridos e 10 trabalhadores do jornal presos. O primeiro telegrama relata que outros jornais abolicionistas também foram ameaçados de serem atacados. O segundo telegrama acusa os jornalistas do *Vinte e Cinco* de dispararem primeiro contra a polícia. Um

MALVOLIO

terceiro acrescenta que armas e dinamites foram encontradas na tipografia pelas autoridades policiais. Nos dias seguintes, os telegramas se repetiram sem que houvesse consenso entre eles. GN, 26 a 28/10/1887.

Dois dias após a publicação desta crônica, a seção *Coisas Políticas* associou o conflito entre a polícia e a imprensa de Campos a outros fatos relacionados à imprensa política ao longo do ano. O principal deles teria sido a utilização da imprensa, por militares, com o propósito de colocar a opinião pública contra o governo imperial em relação aos avisos emitidos pelo ministério (ver “Questão militar” na Crônica 13). Sobre os abusos da imprensa, abolicionista ou republicana, o artigo responsabiliza o governo imperial por não reconhecer muitas vezes os direitos de ambas essas classes civis. Sobre os conflitos em Campos especificamente o artigo faz o seguinte comentário: “O que acaba de acontecer em Campos provavelmente não terá consequências graças à intervenção da bondade de uma Senhora (censura), que não pode assistir sem comover-se a barbaridade que se pretenda praticar em nome da política.” GN, 31/10/1887.

Vale observar que, não raro, o município de Campos era associado aos conflitos e crimes decorrentes de disputas políticas. Machado de Assis, em crônica da década anterior, já tematizara esse estigma do município que tradicionalmente apoiara o partido conservador, de acordo com os resultados das eleições. NS, 04/08/1878.

2 DE NOVEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 34

Que fará, estando junto
Sócrates a um hotentote³⁸⁹?
Falo de varão defunto,
Pode sair livre o mote...

E, antes de mais nada, digo
Que essa junção de pessoas,
Vi hoje mesmo em artigo
Repleto de coisas boas.

O artigo é de sociedade
Espírita e brasileira;
Trata só da humanidade,
É divisa sua e inteira.³⁹⁰

Que eu já sou meio espírita,
Não há negá-lo. Costumo
Pôr na cabeça uma fita,
Em vez do chapéu a prumo.

Chamo à vida uma grã bota
Calçada pelo diabo;
Quando escrevo alguma nota,
Principio e não acabo.

Dou o João, velho amigo,
Nascido em cinquenta e sete;
E ele, quando isto lhe digo,
Todo se alegra e derrete.³⁹¹

³⁸⁹ “Hotentote” é um dos nomes referentes à família de grupos étnicos africanos originais do sudoeste da África e que partilham características físicas e linguísticas específicas.

³⁹⁰ Referência não encontrada.

³⁹¹ Provável referência ao pseudônimo “João Velhinho”, de outro redator da época, mas que, porém, não sabemos a identidade real. Em outras crônicas, Machado brinca sugerindo a idade avançada do personagem. Por exemplo: “Felizmente chegou o João Velhinho (...), e lá os

E proclama em recompensa,
Que sou de cinquenta e cinco;
Rimo-nos em boa avença,
Do meu brinco e do seu brinco.

Aqui há poucas semanas
Puxei fieira na rua,
E comi sete bananas
Com pimenta e linha crua.

José Telha, que no sótão
Sustenta os seus macaquinhos,³⁹²
Crê que alguns deles se botam
Para a casa dos vizinhos.

Mas eu respondo-lhe a cada
Palavra com heroísmo,
Que o que parece *pancada*,
É simples espiritismo.

E, voltando à vaca fria,
Sócrates era um sujeito
De grande filosofia,
Alta mente, heroico peito.

O hotentote, — conquanto
Lembre uma Vênus famosa³⁹³
Pelo volumoso encanto,
Mas tão pouco volumosa,

Comparada àquela raça,
Tão pouco, como seria

deixei em casa, conversando sobre a guerra de Troia”. *BE*, 01/09/1884.

³⁹² “José Telha”, trata-se do pseudônimo com o qual o diretor da *GN* assinava quase diariamente sua seção intitulada *Macaquinhos no Sótão*.

³⁹³ *Saartjie "Sarah" Baartman (1789-1815), a mais famosa mulher hotentote usada como atração de “exposições” na Europa nos século XIX. “Embora suas nádegas salientes fossem a atração principal, rumores sobre as peculiaridades de sua genitália também atraíram multidões. Na verdade, sua ‘anomalia’ racial/sexual sempre foi associada a uma característica animal.” SHOHAT, Ella. Crítica da Imagem Eurocêntrica. São Paulo: Cosac Naify, 2006, p. 156-157.*

Uma uva a uma taça,
A laranja à melancia.

O hotentote, em bestunto,
É pouco mais que um cavalo;
Dê-se-lhe um simples assunto,
Mal poderá penetrá-lo.

Mas, sendo um e outro feitos
Pela mesma mão divina,
Força é que sejam perfeitos,
Di-lo à grande Espiritina.

Daí a necessidade
De andar a gente em charola³⁹⁴,
Não de cidade em cidade,
Mas de uma bola a outra bola.

Morre aqui algum peralta,
Que furtou grandes dinheiros,
Ressurge em bola mais alta,
Entre os simples caloteiros.

Vai a outra, e paga em dia
Todas as dívidas suas;
Vai a outra, e principia
A dar esmolas nas ruas.

Vai a outra, e já suprime
As ruas; chega à perfeita
Máxima pura e sublime
De só saber a direita.

Sobe finalmente à esfera
Onde uma sociedade
De arcanjos lindos o espera,
E o conduz à eternidade.

Ali Sócrates jocundo
Receberá o hotentote,
E falarão deste mundo,
E glosarão este mote:

³⁹⁴ Regionalmente, sentido de “procissão”; porém, expressão “em charola” também tem sentido de “em triunfo”.

— Para que há de haver juízes
Em Berlim, ou em outra parte?³⁹⁵
Têm aqui iguais narizes
O inocente e Malazarte.

MALVOLIO

³⁹⁵ Referência ao conto de *François Andrieux, O Moleiro de Sans-Souci, que narra a história em que Frederico II, rei da Prússia, manda construir o castelo de Sans-Souci. Para que um moinho lá presente não “estragasse” a paisagem que cercava a construção, uma autoridade faz sucessivas propostas em nome do rei para que o moleiro se mude dali. Com a recusa deste, aquele passa a ameaçá-lo. Frederico II pergunta-lhe por qual motivo ele não tinha medo de ninguém, nem do rei. A resposta do moleiro seria a frase célebre, frequentemente citada em situações em que o Judiciário é chamado a limitar o poder dos governantes: “Ainda há juízes em Berlim.” Cf. ANDRIEUX, François G. J. S. **Œuvres**. Paris: Nepveu, 1818-23. <<http://books.google.com.br/>>. Visualizado em 08/05/2010.*

Tratando sobre a intervenção da Câmara municipal na administração do Matadouro Público, uma carta de protesto publicada na seção *Publicações a Pedidos* faz a mesma citação com sentido similar. *GN*, 24/11/1887.

8 DE NOVEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 35

Vem cá, Gemma Cuniberti³⁹⁶,
Dize-me aqui a esta gente
Quanto se deve ao Lamberti,
Exata, precisamente.³⁹⁷

Que não és vereadora,
Escrivã, nem magistrada,
Bem o sei, minha senhora,
A mim não me escapa nada.

Nem é preciso que digas
Coisa alguma, não sabendo
As somas novas e antigas
Deste negócio estupendo.

Basta que me tenhas dado

³⁹⁶ “Em 1881 veio ao Brasil uma menina de extraordinárias qualidades teatrais: no acionado, na dicção, na expressão era verdadeiramente assombrosa a pequena Gemma Cuniberti... Autores teatrais escreviam expressamente para ela, como sucedeu a Artur Azevedo, que... traçou para ela Gemma Cuniberti o drama *O anjo da vingança* (1882)... Vários poetas lhe dedicaram versos, entre eles Raimundo Correia e o barão da Vila Barra, notável médico que foi um dos tradutores da *Divina Comédia*”. SILVA, Lafayette. **História do teatro brasileiro**. Rio de Janeiro: MEC, 1931, p. 418-419.

³⁹⁷ Atualizando a questão Lamberti e da Praça do Mercado (ver Crônicas 18 e 31), anunciou-se no fim de outubro que o antigo credor da Câmara municipal era o ganhador da licitação para uso da Praça do Mercado. Como proposta, Lamberti ofereceu pagar pelo direito de uso da praça com o saldo da dívida que cobrava do município. A empresa do antigo contrato sobre uso da praça questionou em carta pública a legalidade do “acerto” entre Lamberti e a Câmara. GN, 23 e 28/10/1887.

Soube-se, posteriormente à publicação desta crônica, que a oferta de Lamberti fora menor que a da empresa concorrente, participante do antigo contrato. GN, 28/12/1887.

Rima para o italiano.
Agora que está rimado,
Volta à paz de todo o ano.

Pois saber exato, exato,
Quanto é que lhe deve a gente,
Não é só trabalho ingrato,
É pôr um homem demente.

Uns dizem que cento e trinta
Contos — outros, mil e tantos;
Que isto se afirme ou desminta
Enche o coração de espantos.

Esperta logo o desejo
De não dar mais que um cruzado,
Ou perder de todo o pejo
E ir a um milhão quadrado.

Que, assim como nós quadramos
As léguas, quadrar podemos
O dinheiro que pagamos,
Jamais o que recebemos.

Explico-me: a vereança
Paga tarde e paga em dobro,
Porque o credor, quando cansa,
Não põe aos ímpetos cobro.

Mas para que o miserável
Contribuinte não gema,
Faz-se-lhe grata e afável;
Não é assim, minha Gemma?

Não põe aumento na taxa,
Mormente se é baratinha;
A taxa quanto mais baixa
Parece mais bonitinha.

Desta maneira a fazenda
Municipal, acusada,
Não de torva, nem de horrenda,
Mas só de desbarrigada,

Perde inteiramente o resto
Da pele que traz nos ossos;

Fica-lhe o corpo mais lesto,
Já sem casca, só caroços.

Então é que é ver o ufano
E gracioso esqueleto
(Falemos italiano)
Dançar o seu *minuetto*.

Dançar não paga comida,
Nem vestido, nem calçado,
Mas alegre um tanto a vida,
E o gozo é tão pouco usado!

O pior é se, na faina
Do ofício, os vereadores
Arranjarem uma andaina
De caixas e borradores.

Pois não há maior desgraça,
Nem pior melancolia,
Que ter os trastes na praça
E a escrituração em dia.

Ao menos, tudo confuso
Faz crer que inda poderemos
Guardar um traste em bom uso...
E então, evoé! bailemos!

MALVOLIO

15 DE NOVEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 36

Ora, mal sabe a pessoa
Que lê estas linhas toscas,
Compostas assim à toa,
Entregues ao prelo e às moscas,

Mal sabe o susto que tive
Nas eleições da semana:
Vi Cartago, vi Ninive³⁹⁸,
Vi além da Taprobana³⁹⁹.

Por isso darei ao verso
Certo tom grave e pausado,
Diverso, muito diverso
Do meu tom acostumado.

E, se não, amigo, veja:
Batendo a hora do voto,
Vesti-me e fui para a igreja
Como um eleitor devoto.

Tinha comigo o diploma,
E a lista dos meus eleitos,
Fechada com boa goma,
Juntinha, agarrada aos peitos.

Começou pela chamada ...
Sei que sabe que ainda estamos
Nesta usança desusada
De só votar quem chamamos.

Dizia o mesário: — Antônio
Vaz de Souza, e repetia;
Depois: — Arlindo Teotônio
De Vasconcelos Faria.⁴⁰⁰

³⁹⁸ Antiga capital assíria, presente na Bíblia e cujas ruínas foram descobertas em 1840.

³⁹⁹ Sri Lanka. Citado dessa forma por Camões nos cantos I e X de *Os Lusíadas*. CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

⁴⁰⁰ Referências não encontradas.

E Arlindo, que era presente,
Levava o diploma aberto
Aos olhos do presidente,
Votava, e rápido, e certo,

Escrevia o nome: — Arlindo
Teotônio de Vasconcelos
Faria. — Trabalho findo,
Ia ao bife e ao Carcavelos⁴⁰¹.

Mas o curioso, o incrível,
O trágico, o inopinado,
O que parece impossível
E entanto foi praticado,

É que entre os nomes dos vivos
Tinha nomes de defuntos,
De tantos que ora, entre os divos,
Gozam o descanso juntos.

E não defuntos de agora,
Mas de alguns anos passados,
Alguns que a pátria inda chora,
Outros pouco ou mal chorados.

Essa chamada de mortos
Trouxe-me um sonho profundo.
Fui sentindo os olhos tortos,
E o mundo ao pé do outro mundo.

Primeiro vi Duque-Estrada
Teixeira⁴⁰² — chegar sombrio^{xxx}
Para acudir à chamada
Feita no seu pátrio Rio.

Vi depois o Azevedo

⁴⁰¹ Referência incerta. Acredita-se se tratar do vinho tradicional da época reconhecido pelo nome de seu local de origem, a região de Carcavelos, em Portugal.

⁴⁰² Luís Joaquim Duque-Estrada Teixeira (1836-1884), juiz, membro do partido conservador, colaborador de diversas folhas políticas, e advogado que, após defender capoeiras na década de 60, os teria usado como instrumento para o chamado “voto de cabresto”.

Peçanha⁴⁰³, vi a figura
Do Buarque de Macedo⁴⁰⁴,
Labor, honradez, cordura.

Vi outros muitos, vi tudo,
E, continuando o mistério,
Vi, com gesto carrancudo,
A história e o seu cemitério.

Numerar os esqueletos
Que entrar vi na sacristia,
Já bolorentos ou pretos,
É obra que excede a um dia.

Vi César e mais as suas
Válidas tropas, vi Galba⁴⁰⁵,
Maomé e as meias luas
E os três Curiácios de Alba⁴⁰⁶.

Nino vi, Giges⁴⁰⁷, e aquela
Semíramis⁴⁰⁸, graça e fama,
Cleópatra, e a donzela
D'Orleans, Vasco da Gama.

Pedro,^{xxxv} o Grande, Henrique Oitavo,

⁴⁰³ Referência não encontrada.

⁴⁰⁴ Manuel Buarque de Macedo (1837-1881), engenheiro, jornalista e político brasileiro. Ministro dos Transportes e da Agricultura entre 1880 e 1881.

⁴⁰⁵ Sêrvio Sulpício Galba (3 a.C.-69d.C.), imperador romano.

⁴⁰⁶ Referência a lenda dos três irmãos romanos que lutaram contra os três Curiáceos de Alba, cidade fundada pelo filho de Enéias. Mortos dois irmãos, o terceiro separou os três curiáceos para vencê-los individualmente. LIVIO, Tito. “Livro I”. In: **História de Roma**. V.1. São Paulo: Paumape, 1989.

⁴⁰⁷ Referência à história narrada por Platão no livro II da República. Giges teria sido um pastor que, uma vez apossado de um anel que lhe permitiria se tornar invisível, aproveitou-se para, desposando a rainha e assassinando o rei de Lídia, subir ao trono. PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova cultural, 1997, p. 42.

⁴⁰⁸ Referência à lenda de Nino, rei da Babilônia e esposo da rainha Semíramis, reinando esta em seu lugar após sua morte. BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. São Paulo: Ediouro, 2006, p 32-33.

Amílcar⁴⁰⁹, os comerciantes
Cartagineses, Gândavo⁴¹⁰,
Napoleão e Cervantes.

E vinham todos trazendo
Uma cédula entre os ossos
Ao mesário, que ia lendo
Os nomes desses destroços...

Sonho foi... Quando desperto,
Não achei mais que o sacrista,
A mesa vazia perto,
Nem mais eleitor nem lista,

Tonto do meu pesadelo,
Contei-o ao sacrista, e o moço
Facilitou-me entendê-lo,
Ambos à mesa do almoço:

— “Nada lhe aconteceria
Se a lista dos eleitores
Pudesse ter algum dia
Revisão e revisores.

“Se fosse oportunamente
Cada morto eliminado,
Nenhum seria presente
E muito menos chamado.

“Mas, como a preguiça é grande
E os trabalhos são massudos...
E não há quem nisto mande...
E os tempos andam bicudos...”⁴¹¹

⁴⁰⁹ Amílcar Barca (270-228 a.C.), importante general cartaginês durante confronto contra exército romano.

⁴¹⁰ Pêro de Magalhães Gândavo (1540-1580), historiador e cronista português, autor de GÂNDAMO, P. de M. **História da província Santa Cruz** a que vulgarmente chamamos Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

⁴¹¹ Nota não referente especificamente a esta crônica: a ironia de apresentar personagens mortos como eleitores para se comentar as irregularidades no sistema eleitoral já havia sido utilizada outras vezes, inclusive pelo próprio Machado em crônica anterior. *H15D*, 01/07/1876.

MALVOLIO

22 DE NOVEMBRO DE 1887

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 37

Pessoas há... Por exemplo,
Que vale um desfalque triste
Cuja notícia contemplo?
Acho que já nem existe.

Pois, entrados os cobritos,
Desmancha-se a *diferença*,
E o que eram terríveis gritos
Chega à pura *indiferença*.

Pessoas há que detestam
Rimas daquele feitio;
São cadeias que molestam
A inspiração, mais o brio.

Eu cá, sendo necessário
Ir andando, vou andando;
Rimo *Corsário* e corsário,
E bando com contrabando,

Sem saber se o leitor gosta,
Ou não dessa rima rica.
Se eu quero a obra composta,
Menos que fazer me fica.

Se não sair boa a quadra,
Que saia, ao menos, completa;
Lá, se lhe quadra ou não quadra,
É queixar-se do poeta;

Não do triste gazeteiro,
Que rói o tempo, e trabalha
Sem encontrar no tinteiro
Qualquer assunto que valha.

Ninguém me dirá que as notas
Falsas e germanizadas
Valem nunca um par de botas,
Novas ou acalcanhadas.

Pois que já tratara delas
O cronista do costume,
E ora são como panelas
A que não resta chorume.

Nem elas, nem os debates
Do Jockey-Club⁴¹², e os palpites,
Nem os terríveis combates
De agudas encefalites.

De encefalites agudas,
Das quais não escrevo nada;
As rimas devem ser mudas,
Quando a matéria é pancada.

E brigar por dois cavalos,
Gastar suor, sangue e murros,
Defendê-los, levantá-los,
Para um amador de burros,

É completa maluquice.
Eu amo os burros, capazes,
Sem ardor nem casquilhice,
Maduros desde rapazes.

Barulhos entre campistas?⁴¹³

⁴¹² Referente ao tumulto ocorrido no Derby-Club, após anunciado o resultado de uma corrida de cavalos. Os distúrbios se encerraram após intervenção da polícia. *GN*, 21/11/1887.

⁴¹³ Atualizando questão do conflito no distrito de Campos (ver Crônica 33), ao discursar para população de Campos, o deputado liberal Álvaro Lacerda (?) é repreendido pela polícia, optando por continuar seu discurso da janela de sua própria residência, ocasionando conflito entre a polícia e os ouvintes. Segundo telegrama, a população teria apedrejado a polícia inicialmente, e esta respondera com tiros. A nota também informou que a circulação da *GN* estava proibida no distrito de Campos. *GN*, 21/11/1887.

Vale dizer que, nas semanas anteriores, a *GN* elogiou as comemorações ocorridas em Campos da vitória do liberal Rodrigo Peixoto (?) sobre o conservador Barão de Barcelos (?), para a Câmara dos deputados, por apenas 10 votos de diferença. *GN* 16/11/1887.

Cadeira de Torres Homem?⁴¹⁴
São matérias de altas vistas,
Que aos fracos olhos se somem.

Sobretudo, em medicina,
Basta-me um só documento,
Coisa séria, não mofina,
Obra séria e de momento.

A autópsia de um tal Garrido,
Que foi achado enforcado,
Sem ficar bem definido
Se era ou não um suicidado.⁴¹⁵

Se sim ou se não, — responde
O auto que é impossível
Achar por onde se sonde
Esse problema terrível.

Mas, continuando a pena
Naquele labor ingrato,
De toda a descrita cena
Conclui que houve assassinato.

É por isso que os problemas
Nunca me meteram susto;
São simples estratagemas
Que a gente desfaz sem custo.

⁴¹⁴ Um dia após a *GN* defender que o médico Nuno Ferreira de Andrade (1851-1922) não assumisse a cadeira do recém-falecido José Vicente Torres Homem (1837-1887) na Academia Imperial de Medicina, alegando que sua competência profissional como fiscal dos portos da cidade seria “insubstituível”, o próprio Nuno Andrade responde ao jornal reclamando que não merecia os elogios e gostaria de tomar posse da cadeira vaga. *GN*, 20 e 21/11/1887.

⁴¹⁵ Provável referência à nota sobre o italiano encontrado morto num quarto de hotel, onde não havia “indício concreto de assassinato”. Porém, ao explicar a provável causa imediata da morte, o jornalista da *GN* baseia sua dúvida e da polícia alegando que seria “incomum suicidar-se estrangulando-se”, ou seja, a causa imediata da morte não corresponderia à aparente cena de suicídio. O detalhado resultado da autópsia foi publicado dias depois, mas ainda assim tal laudo não apresentou conclusão. *GN*, 10 e 20/11/1887.

Assim desfizesse o dano
E a funda melancolia
De não ser pernambucano!
Teria visto, de dia,

Vênus, o astro, no Recife,
Onde apareceu agora...
Ah! tu rimas com patife,
Tu, Recife de má hora!⁴¹⁶

Lembra a notícia que Eneias,
Indo da troiana parte,
Viu assim a flor das ideias^{xxxii},
E assim a viu Bonaparte.

Foi o que li e acredito;
Que eu creio em tudo o que leio,
E como sigo um só rito
Só leio aquilo em que creio.

Faça o leitor outro tanto;
Se não crê nesta *Gazeta*
De Holanda, ponha-a num canto;
E rimará com *Gazeta*.

MALVOLIO

⁴¹⁶ Provável referência ao desfalque ocorrido na secretaria da Fazenda da província de Pernambuco, denunciado no parlamento mais de um ano antes, e tendo sido retomado diversas vezes pela imprensa associado à discussão sobre as disputas entre o governo central e as províncias. *GN*, 27/08 e 13/09/1886 apud CHALHOUB, Sidney. “A arte de alinhar histórias”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.). **História em Causas Miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005, p. 79.

29 DE NOVEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 38

Nascimento cura, cura,
Curandeiro Nascimento;
Curandeiro fura, fura,
Fura-vida⁴¹⁷ e fura vento;

Pois que tens a liberdade
De curar tantas mazelas
Que devastam a cidade,
Curar e viver por elas;⁴¹⁸

Tudo isso com quatro passes
De evocação de defuntos,
Que, sem que mostrem as faces,
Todos ali falam juntos;

Espíritos diferentes;
Um cura barriga d’água,
Outro arranca um ou dois dentes,
Sem deixar sangue nem mágoa;^{xxxiii}

E mais que tudo, são grandes
Em ler, como as adivinhas,
Para o que, basta que mandes
Com tais e tais palavrinhas;

⁴¹⁷ Malandro; pessoa agenciadora, que passa por dificuldades, mas consegue melhorar de situação, ou ao menos estabilizar-se, descumprindo algumas normas sociais esperadas.

⁴¹⁸ Figura popular na corte naquela época, o autodenominado espírita e curandeiro José Gonçalves do Nascimento (?) é multado por venda ilegal de medicamentos. Na seção *Crônica da Semana*, o jornal critica a falta de uma legislação específica que pudesse colocar na prisão culpados por essa espécie de delito. O acusado já havia sido detido em outra oportunidade no começo do ano. No caso, a única punição prevista para esse e outros delitos, como, por exemplo, um incêndio criminoso, era a multa (ver Crônica 16). *GN*, 07/05, 24 e 27/11/1887.

Nascimento (apro! que custa
Desfiar um pensamento
Verso abaixo! custa e assusta).
Dize-me cá, Nascimento,

Dize o que virá de Minas,
Se queijo, tabaco, ou lombo,
Se coisas mais superfinas,
Quem dá pulo e quem dá tombo.

Antes que tudo nos venha,
Veio muita porcaria,
Muita rixa e muita lenha,
Pulso de gente bravía.⁴¹⁹

Palavrada sem estilo...
Ao menos, se os escritores
Nos fizessem ler aquilo
Com alguns poucos labores,

Dariam à pobre gente
Que vive de outros negócios
Um recreio de patente
Para entreter os seus ócios.

Então, padecesse o Veiga,
Calmon, Santa Helena e o resto,
Para uma pessoa leiga
Era um gosto puro e honesto.⁴²⁰

⁴¹⁹ Referente às eleições para o Senado por Minas Gerais realizadas em 26/11/1887 e cuja propaganda nas seções de *Publicações a Pedidos* teve exemplos de trocas de ofensas pessoais entre eleitores e candidatos. Como exemplo da troca de ofensas, resumimos carta em que é ironicamente defendida a candidatura dos conservadores, pois eles, segundo o autor anônimo, “representariam” a reconhecida maioria absoluta da população: os analfabetos. *GN*, 19/11/1887.

⁴²⁰ Referência aos membros do partido conservador: José Calmon (?) e José Joaquim Monteiro da Silva (1827-1897), Barão de Santa Helena, ambos os candidatos da eleição em fase de contagem de votos; e Evaristo Xavier da Veiga (?-1893), ex-vereador envolvido nos acontecimentos do primeiro semestre do ano na Câmara municipal (ver Crônica 15) e que havia sido recém-eleito ao Senado pela província de Minas.

Lia em boa e sã linguagem
Que o vizinho era um modelo
De ignorância e parolagem,
Um papagaio e um camelo.

E, vice-versa, diria
O vizinho assim tratado,
Que a maior patifaria
Tinha no outro o grão-mestrado.

Eram certamente afrontas,
Mas rendilhadas, cobertas,
De corais e finas contas,
Menos que afrontas, ofertas.

Ah! mas justamente é isso
O que faria à polêmica
Perder o melhor feitiço,
E pô-la inválida e anêmica.

E por que tanto barulho?
Para ter lugar marcado
Na casa, que é nosso orgulho,
E a que chamamos Senado.

Que vale a pena, isso vale!
Ponham-me ali já eleito
Pela serra ou pelo vale,
E verão se não aceito.

Aceito, fico e sustento,
Com alma, com heroísmo,
Esse forte monumento,
Flor do parlamentarismo.

Uma só condição punha,
Para pleitear aquilo,
Descompostura nenhuma,
Ou nenhuma, ou com estilo.

MALVOLIO

6 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 39

Peguei da mais rica pena,
Molhei-a na melhor tinta,
E fiz uma cantilena:
“Tinta que repinta e pinta!”

Que haja nisso algum sentido,
Livre-me Deus de escrevê-lo;
Sentido, bem entendido,
No sentido de entendê-lo.

Mas que há nessa linha escura
Uma íntima harmonia
Com tudo o mais que se apura
De tantos casos do dia,

Isso é que não há negá-lo,
Exceto se uma pessoa
Quiser fazer de cavalo,
Assim, sem mais nada, à toa.

Pois não andou toda a gente
Com a imaginação acesa,
Em busca do presidente
Da República Francesa?⁴²¹

Havia apostas. Um era
Ferry, outro — homem de espada,
Outro Freycinet quisera,

⁴²¹ Referência à crise política francesa reportada diariamente entre o fim de novembro e princípio de dezembro daquele ano. Após o gabinete ministerial se demitir e a Câmara francesa suspender seus trabalhos, o presidente Jules Grévy (1807-1891), isolado e com sua imagem política desgastada diante da opinião pública, se vê obrigado a também pedir demissão. Apesar dos jornais franceses apontarem favoritismo entre Jules Ferry (1832-1893), Charles de Freycinet (1828-1923) e Charles Floquet (1828-1896), na nova disputa é eleito Marie François Sadi Carnot (1837-1894). *GN*, 11 e 12/1887.

Outro — Floquet, outro — nada.

E de tanta gente oposta
Sai um que a ninguém havia
Feito cuidar em aposta,
Se seria ou não seria...

Já sei... Não me explique, amigo;
Não seja de uns desfrutáveis
Que juram sempre consigo
Explicar os explicáveis.

Por exemplo, não me explique
O Ney, nem a delicada
Ação que faz com que fique
Toda a cidade pasmada.

Essa jóia, esses quinhentos
Mil réis dados de pronto,
Como quem espalha aos ventos
Palavras leves de um conto,

Ação foi de grande siso;
Ter-se entre duas pilhérias
Ney, o marechal do riso,
Consolador de misérias.⁴²²

E muitos pasmados ficam,
Por não crer que alguém possua
Cobres que se multiplicam
E os lance estéreis à rua.

Depois disto vem aquilo
Que a nenhum de nós consola,
Nem deixa a ninguém tranquilo,
Nem traz figura de esmola.

Refiro-me às ameaças

⁴²² Francisco de Paula Ney (1858-1897), jornalista popular na época que, apesar dos poucos escritos deixados, marcou a chamada “boêmia” da cidade no fim do século XIX devido sua fama informal de cronista oral das ruas. Especificamente, trata-se de referência à jóia adquirida por Ney em um evento público e doada para o Recolhimento da Misericórdia, para ser dada à primeira órfã da instituição que se casasse. *GN*, 01/12/1887.

Da Amazônia, que deseja,
Resguardar as suas graças
Do nosso amor, salvo seja.

Tudo porque há um sujeito,
Cardoso, ou coisa que o valha,
Que, não sei por que respeito,
Na tarefa em que trabalha,

Brigou com outra pessoa,
E os dois, que podiam juntos
Fazer muito coisa boa,
Em variados assuntos,

Agora não fazem nada;⁴²³
Pregam-me até esta peça
De pôr a quadra acabada
Pendente da que começa.

Depois, daquilo, aquilo outro,
Expressão que ficaria,
Não rimando (e mal) com potro,
Sozinha, sem companhia.

Aquilo outro é a abundância
De roubos eclesiásticos,
Feitos com a petulância
Dos grandes dedos elásticos.⁴²⁴

Sacrílegas limpaduras
Da casa de Deus, — dos ouros,
Das pratas sacras e puras...
Naturalmente, só mouros.

Mouros, — sejam da Mourama,
Ou mouros da Cristandade,
Que os há de uma e de outra rama
Por toda essa humanidade.

Não foram seguramente
Os capoeiras da rua;

Que matam e francamente
Pela forte gente sua.

Adeus, versos duros, frouxos,
Sem inspiração nem graça,
Obra destes dias coxos,
Turbados e sem chalaça.

Por isso peguei da pena,
Por isso a molhei na tinta,
E fiz esta cantilena:
“Tinta que repinta e pinta!”

MALVOLIO

⁴²³ Referência não encontrada.

⁴²⁴ Possível referência a, pelo menos, três roubos de imagens sacras e outros objetos de valor ocorridos em igrejas da corte nas semanas anteriores. *GN*, 08 e 30/11 e 01/12/1887.

14 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 40

Por Júpiter! Cobre o rosto.
Risonha Hélade amiga,
Cobre-o de pejo e desgosto;
Chora a tua graça antiga.

Lembras-te daqueles tempos,
— Da galante mocidade,
Em que eram teus passatempos
Grave e fina agilidade?

Em que as tuas formas belas
Mostravam-se aos olhos puros,
Tempos quase sem mazelas,
Quase sem dias escuros?

Então floresciaam jogos
De toda casta e destino,
E coros cheios de rogos
Ao céu e ao povo divino.

Já não falo dos famosos
Jogos de corridas — quando
Voavam carros briosos
Pelo solo venerando.

Falo (e serve ao que ora trato)
Falo daquelas usanças
Em que vinha o pugilato
Entre cantigas e danças.

Seguramente que havia
Pancada — porém pancada
De valor e bizzarria
Por uma coisa sagrada.

Eram modos e maneiras
De lutar de língua e punho.
Traziam tantas canseiras,
Grécia, o teu amável cunho.

E agora, ai, chora pitanga!⁴²⁵
Pitanga é fruta moderna,
Mas a qualquer mágoa ou zanga
Qualquer fruta é fruta eterna.

Contudo, se não te agrada,
Chora aquele mel do Himeto⁴²⁶,
Que inda agora a abelha amada
Verte ao comum e ao seletto.

Chora o que for, chora, chora...
Vês este grego, chamado
Manuel Rottas, que aqui mora?
Foi há pouco encarcerado.⁴²⁷

Que pensas tu que fazia
Este filho tão malandro,
Em cujas veias podia
Correr sangue de Lisandro⁴²⁸?

Ouve... fecha os olhos... Cobre
O belo rosto, faceira;
Não há cautela que sobre...

⁴²⁵ Referência ao dito popular que, entre outras referências da época, também foi título da famosa polca “Chora Pitanga”, de Manoel Joaquim Maria (?). Cf. VASCONCELOS, Ary. **Raízes da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, p. 224.

⁴²⁶ Cadeia de montanhas que delimita a região Ática, na Grécia. “Mel de Himeto” é expressão usada para designar o vinho da região.

⁴²⁷ Também conhecido como “Grego da Praia”, Rottas (sobrenome de origem italiana) já havia aparecido nas páginas da *GN* após ferir uma pessoa com navalha e depois fugir da polícia. Na ocasião de sua prisão, houve nova tentativa de fuga e trocaram-se tiros com a polícia. *GN*, 09/10 e 12/11/1887.

Curioso, porém, o fato de, dias depois, a *GN* anunciar grande conflito entre capoeiras envolvendo um “Grego das Ostras” e outro “Manuel Rottas.” Posteriormente, *GN* volta a publicar sua prisão: “Queira Deus que agora ele nos favoreça com sua ausência.” *GN*, 31/12/1887 e 26/01/1888.

⁴²⁸ General espartano comandante da frota que derrotou os atenienses durante a Guerra do Peloponeso (405 a. C.).

Rottas era capoeira.

Sim, capoeira, repito.
E cometia na praça
Das Marinhas o delito
De dar aos colegas caça.

Chamavam-lhe por gracejo
O *grego das ostras*; nome
Que em si mesmo não dá pejo,
Antes creio que dá fome.

Grego e capoeira! Ó manes
Dos seus avós acabados!
Ó recordações inanes
De outros tempos e outros lados!

Bem conheço que, assim como
Cada roca tem seu fuso,
Cada macieira seu pomo,
Tem cada terra seu uso.

Nem é o uso que me espanta;
Espanta-me esse contraste
Da terra e da sua planta,
Da habitação e do traste.

Bem sei que a Grécia recente
É outra da Grécia antiga,
Mas no coração da gente
És a mesma, Hélade amiga.

E por mais que a razão pura
Mostres que ora estás mudada,
Espanta-me esta figura:
Rasteira, grego e facada.

MALVOLIO

20 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 41

Nos quoque gens sumus,⁴²⁹ digo
Sem nenhum acanhamento;
Se é moda, eu a moda sigo;
Se é vento, acompanho o vento.

Não somente ao literato
Cabe descobrir mistérios;
Eu sou curioso nato,
Tão sério como os mais sérios.

Et quoque cavalgare
Sabemus, como ia expondo;
Lá se acaso errar, *errare*
Humanum est, respondo.

Eu, — não é porque me gabe, —
Mas acho que o elogio
De um tio muito mais cabe
Na boca do próprio tio.

Esperar que outras pessoas
Descubram seus pensamentos
E cantem honrosas loas
Aos nossos merecimentos,

Palavra que me parece
Negócio muito arriscado;
Este cala, aquele esquece,
Nada fica publicado.

⁴²⁹ “*Nos quoque gens sumus et quoque cavalgare sabemus*”, expressão latina usada na época no sentido “*nós também somos gente e também sabemos cavalgar*”. Encontrada originalmente na coletânea assinada por Antônio Duarte Ferrão (?), *Palito Métrico* (1746), que funcionou durante anos como breviário das praxes acadêmicas de Coimbra. Cf. MDAHIL, A. G. da Rocha. *Notas bibliográficas acerca do palito métrico e correlativa macarrônea latino-portuguesa*. Coimbra: S.N., 1942.

Vamos ao caso. Há dois dias
Recebi este bilhete
Do meu amigo Mathias,⁴³⁰
Residente no Catete:

“Pois que já fomos colegas,
Manda-me a razão bastante
Por que se diz: *Cá o degas*.”
Não corri à minha estante,

Corri à pena e ao tinteiro,
Porque trazia comigo
O histórico verdadeiro
Do que me pede este amigo.

E aqui lhe conto, — deixando
Que riam maus e praguentos;
Ouço o riso e vou andando
Cá com os meus bolorentos.

Ora bem, ninguém ignora,
(Menos que ninguém, Mathias)
Que houve um grande Egas outrora,
Varão de alias bizarras.⁴³¹

Afonso, meio enteadado,
De um tal Peres, se encastela
Em Guimarães já cercado
Pelas forças de Castela;

Vai então Egas, pensando

⁴³⁰ Referência não encontrada.

⁴³¹ Episódio narrado no Canto III, de *Os Lusíadas*: Em 1128, Afonso VII, rei de Castela, exige juramento de vassalagem a seu primo D. Afonso Henriques, de Portugal. Feita a promessa em troca do levantamento do cerco castelhano, seu aio, Egas Moniz se dirige a Castela para informar que o primo aceitava a submissão. Como Henriques não cumpriu o acordo, Egas Moniz se entregou à Toledo, acompanhado da família, e se colocando à disposição do rei castelhano como “fiador” do juramento de fidelidade feito antes. Dessa forma, Moniz teve o perdão de Afonso VII. BECHARA, Evanildo (Org.). CAMÕES, Luís Vaz de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p. 111-115.

Em livrar o rei, caminha
Para o castelhano infando
E segreda-lhe ao que vinha.

Vinha prometer que o moço
Afonso obedeceria,
Sem mais sangue nem destroço;
Castela creu no que ouvia

Mas logo que os castelhanos
Daquele sítio abalaram,
Afonso e os seus lusitanos
Entregar-se recusaram.

Que faz o grão Egas? Vendo
Que faltara ao prometido,
Faz sacrifício horrendo,
Ele, pai, ele, marido.

Vai com a família, e dá-se
Ao inimigo. Ação única!
Outra não há que a ultrapasse;
Ou esta fé, ou fé púnica.

Tempos vindos, tempos idos,
Entrou no povo esta fala,
Quando alguém os ofendidos
Brios punha em grande gala:

*“Cá o Dom Egas não há de
Deixar de cumprir a jura.”*
Depois a celeridade
Do tempo, que tudo apura,

Foi diminuindo o adágio;
Perdeu-se o jura primeiro,
E foi crescendo o naufrágio
Do primeiro ao derradeiro.

Já no século passado
Ia em tais e tantas penas,
Que ficou, — do que era usado,
“Cá o Dom Egas” — apenas.

Mas o Dom tanto se escreve
Na forma acima apontada,

Como por outra mais breve,
Um D, um ponto e mais nada.

Daí resultou que o povo,
Lendo, como lê, às cegas,
Faz um dito inda mais novo
E ficou só: — *“Cá o degas.”*

MALVOLIO

28 DE DEZEMBRO DE 1887.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 42

Eu cá, quando toda a gente
Chora ou treme de assustada,
Tenho um desejo veemente
De dar uma gargalhada.

E a razão, — se há razão nisto, —
Não é senão porque é útil
Fazer deste mundo um misto
De terrífico e de fútil.

Outrora o teatro dava,
Ao riso afrouxando a rédea,
Depois de uma peça brava,
Uma farsa, uma comédia.

Acabado o *Aristodemo*,
Vinha uma ária do Martinho;⁴³²
Ao fel que chorava o demo,
Ao fel que sucedia o vinho.

Eu não, eu misturo tudo,
De modo que cada grito,
Angustioso ou sanhudo,
Não nos traga um faniquito.

Ou então uso o contrário;
Quando é geral alegria,
Solto o verbo funerário

⁴³² *Aristodemo* (1786), peça do poeta neoclássico italiano Vincenzo Monti (1754-1828). Obra foi representada no Brasil durante a década de 1850. MORAIS FILHO, Alexandre José de Melo. **Festas e tradições populares do Brasil**. Rio de Janeiro: Fauchon, 19-?, p. 73.

Martinho Corrêa Vasques (1822-1890), um dos poucos atores que se apresentavam no Teatro S. Pedro de Alcântara a quem Machado reservava elogios por seu “merecimento” no fim da década de 1850. Série de textos sobre crítica teatral *Revista de Teatro*, 23/10/59. ASSIS, Machado de. **O Espelho**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

E misturo a noite e o dia.

Para não irmos mais longe,
Ninguém dirá que passamos
Uma existência de monge,
Que rezamos, que choramos.

Antes vejo anunciados
Bailes de vários feitios,
Teatros abarrotados
De cristãos e de gentios.

Mal grado o sol e a poeira,
Corridas de bons cavalos;
Toda uma cidade inteira
Brincando sem intervalos.

Pois é justamente agora
Que eu, por integrar a vida,
Deito a vista para fora,
Desordenada, insofrida.

E, ao ver do lado do norte
Aquele pobre diabo
Que encontrou comprida morte
Onde torce a porca o rabo;

Que foi com rara presteza,
Agarrado, arrebatado,
E com toda a ira acesa,
Crucificado e esfolado;⁴³³

Vingando a sorte, vingando
Aquele porca mesquinha
Que, em suas roças entrando,
Foi morta e não foi rainha;

⁴³³ Referência à reprodução de nota do jornal *Comércio de Caxias*, que comenta notícia de 26/11, ocorrida no Maranhão. Referência à história de um senhor de idade avançada, cujo nome não é informado, que sacrifica a porca dos vizinhos que lhe estragava a lavoura. Ao devolver o corpo do animal aos donos, para que a carne fosse aproveitada, estes o teriam agredido, crucificado em uma árvore e o esfolado, matando-o. O filho do homem atacado se vingava da morte do pai assassinando os dois vizinhos. *GN*, 23/12/1887.

E, ao lado do sul, a dama
Que à preta engolir fazia,
Não garoupa sem escama,
Nem doce, nem malvasia⁴³⁴;

Mas, comidas singulares,
Não feitas por encomenda,
E a beber com tais manjares
Vinho de outra pipa horrenda;⁴³⁵

E se a boca recusava
O petisco enjoativo,
Tição aceso lhe dava
Novo e forte aperitivo;

Sem contar a bordoadada,
Que as rijas carnes alanha,
E era a música obrigada
Daquela ceziata estranha;

Às pressas trago estas duras
Histórias com que tempero
As folias e aventuras,
E ato ao jovial o fero,

Para que, quando tomarmos
No Pascoal⁴³⁶ alguma coisa,
Ou algum colar mirarmos
Na loja do V. de Souza,

Digamos: — Tra lá, menina,
Menina in-oitavo, in-fólio,
Dá cá tua mão divina
Ao teu amador

MALVOLIO

⁴³⁴ Vinho feito de uva de mesmo nome, famosa por ser muito doce.

⁴³⁵ Referência à segunda notícia, ao fato ocorrido no “lado do sul”, não encontrada.

⁴³⁶ Referência não encontrada.

3 DE JANEIRO DE 1888.^{xxxiv}

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 43

Deus lhes dê muitos bons dias,
Deus lhes dê muitos bons anos,
Lençóis para as noites frias,
Para as de calor, abanos.

Se é certo que os novos planos
Melhoram as loterias,
Convém evitar enganos,
Devaneios e utopias.⁴³⁷

Exemplo: as arcas vazias
Estão dos tais soberanos
Com que se pagam folias,
Prazeres e desenganos.

Logo os ímpetos insanos
De curar academias
Com os tais calomelanos⁴³⁸
Das modernas francesias,

São custosas fantasias
Para a arte e seus arcanos;
Mil vezes as ferrovias⁴³⁹
E os carros americanos.

Façamos com que dois manos,

⁴³⁷ Difícil precisar referência. Acredita-se tratar da nova lei de orçamento para o ano de 1888. Dias depois, o presidente da província do Rio de Janeiro anunciou as mudanças nas loterias em decorrência desse novo orçamento. *GN*, 13/01/1888.

⁴³⁸ Tipo de purgativo.

⁴³⁹ Referência não direta. Porém, atualizando questão da venda da estrada de ferro municipal (ver Crônica 7), na semana anterior, após mais de um ano de negociação, a estrada de Cantagalo foi vendida para Companhia. Leopoldina, que conseguiu o capital por meio de empréstimo com ingleses em negócio intermediado pelo Banco Rural e o Banco Internacional do Brasil. *GN*, 25 e 30/12/1887.

Saindo às ave-marias
De Ubá ou Curitibaos,
Vão almoçar a Caxias.⁴⁴⁰

Mas gastar novas quantias
Para ter alguns maganos
Que pintem quatro Marias
E as bodas de dois ciganos;

Ou meia dúzia de ulanos⁴⁴¹
Entre bélicas porfias,
Ou revoltas de oceanos...
Sou seu criado Mathias!⁴⁴²

Lá para ver agonias
De um mártir, de dois tiranos,
Conheço melhores vias:
É ler casos mexicanos.⁴⁴³

⁴⁴⁰ Referência ao concurso promovido pelo Governo Geral de premiar dois alunos da Academia de Belas Artes com o direito a uma temporada de estudos na Europa. *GN* publica a escolha dos alunos criticando a escolha dos jurados, pois a maioria deles era de engenheiros, advogados ou médicos, e ainda ressalva que os dois principais professores da Academia, Rodolpho Bernadelli (1852-1931) e João Zeferino da Costa (1840-1916) votaram contrariamente ao resultado. O jornal conclui a crítica alegando que “nesta terra tudo se decide por decreto, até a competência.” *GN*, 02 e 04/12/1887.

No fim do mês, *GN* elogia relatório anual do prof. Zeferino da Costa, em que são apontados problemas estruturais no edifício da Academia, nos altos gastos com premiações desnecessárias e no fato dos métodos de ensino estarem ultrapassados em “pelo menos 20 anos.” *GN*, 30/12/1887.

O cronista já havia problematizado anteriormente a situação da Academia, tanto em relação à baixa qualidade das obras apresentadas quanto à pequena quantidade de público. *BE*, 26/10/1885.

⁴⁴¹ Nomes dado aos soldados polacos de cavalaria ligeira, armados com lança. Seu prestígio fez com que, no início do século XIX, parte dos exércitos europeus, inclusive o português, criasse unidades militares semelhantes.

⁴⁴² Referência não encontrada. Não se sabe se se trata da mesma referência da Crônica 41, nota 223.

⁴⁴³ Mais provável referência a Maximiliano de Habsburgo-Lorena (1832-1867), imperador do México entre 1864 e 1867, quando foi deposto e

Se os Zeferinos ufanos
Podem ser seguros guias
Digam lá os paduanos;
Não sou dessas freguesias.

São talvez cerrancerias,
Chamam-me a flor dos marçanos,
Cá vou pelas simpatias
Cá dos meus paroquianos.

Neste tempo de pianos,
Lembra-me ainda as poesias
Em que falavam Albanos
Com as pastoras Armias.⁴⁴⁴

Então quando as minhas tias,
Casadas com dois baianos,
Tinham as peles macias,
Inda sem rugas nem panos;

E nos meses marianos,
Cantavam as melodias,
Que os nossos peitos humanos
Enchem de melancolias;

Enquanto duras harpias,
Com a guerra dos Cabanos,
Tiravam sangue às bacias,
Além de outros muitos danos;⁴⁴⁵

fuzilado.

Ao longo da série *Ao Acaso*, o cronista criticou sempre que tocou no assunto o caráter impositivo da subida ao poder de Maximiliano, porém, na maioria das vezes, não deixando de ressaltar o caráter “liberal”, “anti-clerical” e “ilustrado” do novo imperador do México. AA, 21 e 27/02/1865.

⁴⁴⁴ O *Álbum de Armia*, de 1855, contém peças musicadas por diversos compositores do Rio de Janeiro e que foram baseadas em poemas de Albano Cordeiro (?), em homenagem a sua falecida esposa. VASCONCELOS, Ary. **Raízes da música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1991, p. 127.

⁴⁴⁵ Revolta iniciada em Pernambuco, 1832, conhecida também como Abrilada e em que eram usados negros e índios entre as forças revoltosas. No início do movimento, exigia-se o retorno de Dom Pedro I, mas posteriormente à morte deste, o

E as velhas tinham bichanos,
Que eram as suas manias,
E os primos Salustianos
Iam às alcomanias;⁴⁴⁶

Então as mesmas teorias
Tinha a arte e seus fulanos;
Tudo o que agora copias
Copiaram veteranos.

E os fulanos e sicranos,
Batizados noutras pias,
Podiam ser Ticianos⁴⁴⁷,
Sem novas filosofias.

Concluo que as velharias,
Como os tabacos havanos,
Podem trazer alegrias
A nós, como aos turcomanos.

Que mais? Bahias? Tucanos?⁴⁴⁸
São rimas de melodias...
Deus lhes dê muito bons anos,
Deus lhes dê muito *Bons Dias*.

MALVOLIO

movimento passou a reivindicar a libertação dos escravizados. A revolta durou até 1850, quando seu último líder foi capturado. Cf. ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Guerra dos Cabanos**. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

⁴⁴⁶ Doce feito a partir de melaço e farinha de mandioca.

⁴⁴⁷ Ticiano Vecellio (?-1576), pintor italiano conhecido por ter antecipado diversas características da pintura dos séculos seguintes e por sua versatilidade, sendo igualmente reconhecido em retratos ou paisagens, temas mitológicos ou religiosos. Cf. BRION, Marcel. **Ticiano**. Lisboa: Verbo, 1985.

⁴⁴⁸ Referências não encontradas.

18 DE JANEIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 44

Para quem gosta de sangue...
Peço à leitora querida
Não desmaie nem se zangue;
Não venho arrancar-lhe a vida.

A gente pode, em conversa,
Dizer alguns nomes duros,
Não por índole perversa,
Nem maus costumes impuros.

Se achar algum dito horrendo,
Não desmaie nem se zangue...
Porém, como ia dizendo,
Para quem gosta de sangue,

Houve-o em Moura, S. Fidélis,
Grajaú, Piracicaba;⁴⁴⁹
Esfriam muitas peles
Na própria grave Uberaba.⁴⁵⁰

Ali, fogueira queimando,
Muito antes de Santo Antônio,
Cará de gosto execrando

⁴⁴⁹ Única referência encontrada, sobre Piracicaba: um mês após a fuga dos escravizados de Francisco José da Conceição (1822-1900), Barão de Serra Negra, e posterior conflito com a polícia (no contexto de fugas em massa de escravizados em São Paulo – ver Crônica 41), novo conflito com a população ocorre na chegada de trem trazendo escravizados recapturados. Dias depois, a *GN* publica denúncia de grande quantidade de armas encomendadas em uma loja na capital paulista com destino à Piracicaba. *GN*, 13/12/1887, 12 e 14/01/1888.

⁴⁵⁰ Não encontrada referência anterior à publicação da crônica. Porém, dias depois, é publicada notícia dizendo que "chegou ontem de Uberaba o coronel Antônio Borges Sampaio (?), chefe do partido conservador na cidade. Vem pedir providências da corte em relação às graves ocorrências naquela cidade." *GN*, 24/01/1888.

Para a boca do demônio.

Mais longe, uma catequese;
Mais perto, uns tiros trocados...
Quem souber rezar que reze
Por alma de tais finados.

Eu, de todas essas cenas
Que acaso coincidiram,
E que outras melhores penas,
Em prosa, já referiram,

Confesso que a de Uberaba
Vale mais que outra nenhuma;
Tem luz que se não acaba,
Ensina e conforta, em suma.

Note-se que lá não houve
Sangue propriamente dito,
Omissão que é bom se louve
Em vista de outro conflito.

E por quê? Porque um Sampaio
Que, pelo nome não perca,⁴⁵¹
Para copiar o raio,
Que voa, mas não alterca,

Logo que viu a gente armada
Vociferando nas ruas,
Disposta, pronta, assentada
A ir a cenas, mais cruas;

Bradar que ou lhe tiraria,
Sem compaixão a existência,
Ou ele a favorecia
Nada mais que com a ausência,

⁴⁵¹ Acredita-se que o homônimo famoso referenciado na crônica seja Antônio Borges Sampaio (1827-1908), português que chegou a Uberaba em 1847 e logo se destacou como homem público. Trabalho durante as décadas de 1850 e 1860 como correspondente para jornais da corte. Tendo destaque no *Jornal do Comércio* na cobertura da invasão brasileira sobre o norte paraguaio. FONSECA, André Azevedo et al. (Org.). **Cultura e Sociedade**. Uberaba: UFTM, 2010, p. 114.

Ele, coronel e cabo
De partido, achou cabido
Não afrontar o diabo
Na gente do outro partido.

Saiu; logo a gente amiga
Para trazê-lo de novo,
Cuidou de uma vasta liga
E andou ajuntando povo.

De modo que, se lá volta,
Havia provavelmente
Nova e sangrenta revolta,
Em que morreria gente.

Poupou-se uma cena crua;
Sampaio ficou de fora.
Tem casa ali, casa sua;
Morava; já lá não mora.

Porém onde a luz do caso?
Que há aí que conforte e ensine?
Escute, ou vai tudo raso;
Depois de escutar, opine.

A luz é que tem Sampaio,
Com a maior segurança,
Nas mãos um futuro ensaio
De desforra e de vingança.

Ponha-se de lá à espreita
De ocasião valiosa,
E vá com a sua seita
Contra o Borges, contra o Rosa⁴⁵²,

Contra o Marquês e os capangas
Ponha-os fora da cidade,
E entre vivas e charangas
Fique em paz e em liberdade.

Virá dia em que eles troquem
As bolas contra Sampaio,
E a toque de caixa o toquem
Nas asas de novo raio.

⁴⁵² Referência não encontrada.

Fuja então; de novo espreite,
E a murro e a tiro os disperse,
Tranquilamente se deite
E alegremente converse.

E assim, aumentando a soma
Das proscricções alternadas,
Uberaba será Roma,
Ambas imortalizadas.

Ora Mário, agora Sila,⁴⁵³
Um de dentro, outro de fora,
Ante-fila ou serra-fila,
Ora Sila, Mário agora.

E não haverá na vida,
Na vida em que tudo acaba,
Coisa mais apetecida
Que ir viver para Uberaba.

MALVOLIO

⁴⁵³ Referente às chamadas Guerras Civis de Sila (88-87 e 82-81 a.C.), que se deu entre os partidários dos chefes militares Lúcio Cornélio Sila (138-78 a.C.), derrotado na primeira, e de Caio Mário (157-86 a. C.), derrotado na segunda, em disputa pelo poder político em Roma.

4 DE FEVEREIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 45

Não, senhor, por mais que possa
Achar censura, confesso
Que não tenho medo à troça,
Referindo este sucesso.

Há muito que me pejava
Da botoeira que tenho,
Cava, inteiramente cava,
Sem qualquer sinal de engenho,

De serviço ou caridade,
Coisa que haja merecido
A particularidade
De me fazer distinguido.

Não é que imitar quisesse
O José Telha⁴⁵⁴, que corre
Por fita que não merece,
E se lha não derem, morre.⁴⁵⁵

Não quis hábito da Rosa,
Cristo nem Pedro Primeiro,
Avis ou mesmo a famosa
Fita do grave Cruzeiro.⁴⁵⁶

São moedas da coroa,
E eu, democrata⁴⁵⁷, não devo
Expor a minha pessoa

⁴⁵⁴ Ver Crônica 16.

⁴⁵⁵ A coluna *Macaquinhos no Sótão*, da *GN*, trazia frequentemente críticas ao grande número de comendas das Ordens do Império, principalmente nos últimos anos da década de 1880. Um de seus textos que exemplificam suas críticas é aquele em que Ferreira de Araújo simula o recebimento de uma carta, escrita por um suposto "comendador da Ordem da Rosa", a qual é escrita uma crítica a Telha por não reconhecer os supostos bons valores das condecorações. *GN*, 13/11/1887.

⁴⁵⁶ Todas as Ordens citadas estavam ligadas ao Governo imperial.

A ser contrária ao que escrevo.

Mas então, de que maneira
Preencheria o vazio
Desta minha botoeira
Sem diminuir o brio?

O que desde logo acode
É pôr uma flor bonita,
Ou rosa ou cravo, que pode
Suprir muito bem a fita.

Porém, desde que a alma nossa
Tem casaca e bem talhada,
Preciso é fita que possa
Encher-lhe a casa sem nada.

Mas que fita? em que armarinho
Recente podia havê-la?
Encontrei logo o caminho:
Corri a Venezuela.

Venezuela tem uma
Ordem muito bem disposta,
Com que premiar costuma,
Costuma, procura e gosta.

Tem grã-cruzes, tem comendas,
Tem dignitárias e o resto.
Há para todas as prendas
Um sinal brilhante e honesto.

Ordem é mui bem fundada

⁴⁵⁷ Não raro, nos jornais da época, os termos "democrata" ou "democracia" eram usados com significados muito próximos a "republicano" ou "república." Talvez devido à prevalência do regime monárquico, a concepção de "Democracia" se aproximava com mais facilidade, por oposição, à de "República". Vê-se uma aproximação do uso dos dois conceitos comuns também aos discursos de membros do partido republicano em textos como o do cientista social português Joaquim Pedro de Oliveira Martins (1845-1894), comentando a retrospectiva sobre o ano de 1886, ou o do redator da *Crônica da Semana*, que opunha o Senado vitalício à câmara dos deputados "democrática." *GN*, 07/01 e 17/04/1887.

Sobre a liberdade amiga,
Grave como a Anunciada,
Como o Banho, como a Liga.⁴⁵⁸

Simão Bolívar se chama,
Grande nome e livre nome;
Coroou-o eterna fama
Do louro que se não some.⁴⁵⁹

A venera é justamente
Como são outras veneras,
Usa-se ao colo pendente,
Ao peito, em forma de esferas.

A fita é de chamalote,
Como são as outras fitas,

Não é certo que desbote
E tem as cores bonitas.

Quanto ao efeito no rosto
Da multidão é perfeito;
Dá o mesmo grande gosto
E o mesmíssimo despeito.

Corri à Venezuela,
Venezuela escutou-me,
Pude logo convencê-la,
Ouviu-me, condecorou-me.

Não é só a monarquia
Que tem plantas reverendas;
Vento da democracia
Também faz brotar comendas.

MALVOLIO

⁴⁵⁸ Referências, respectivamente, às Ordens italiana e inglesa. Sobre a terceira, referência não foi encontrada.

⁴⁵⁹ No período de duração da *GH*, foram publicados diversos casos de comendas da Ordem venezuelana Simon Bolívar. A última licença concedida para recebimento da comenda, antes da publicação desta crônica, foi publicada em *GN*, 14/01/1888.

Vale observar que, durante sua carreira como cronista, o tema das condecorações e comendas oferecidas por parte do Governo imperial foi recuperado muitas vezes sempre em tom crítico por Machado. Sua primeira crítica ao modo como a comendas eram distribuídas no Brasil remontam à primeira crônica da série em que Machado comentou mais livremente o tema político, no jornal *Diário do Rio de Janeiro*. *CS*, 12/10/1861.

Ao longo de sua carreira como cronista, Machado ainda criticou muitas vezes e de diversas formas a instabilidade política dos regimes republicanos vizinhos. No caso específico da Venezuela, há duas crônicas que acreditamos serem significativas sobre a posição do cronista:

Na primeira, Machado escreve que: “...em Venezuela, por exemplo, onde nunca pude descobrir entre os governadores das províncias um simples coronel; são todos generais”, *BE*, 24/09/1885.

Na segunda, o cronista comenta “surpreso” a notícia de dissolução de um partido venezuelano, alegando que até poderia compreender a dissolução de algo como: um batalhão do exército; uma festa familiar ou baile dançante; ou até de associações comerciais e financeiras; mas não compreende a dissolução de partidos políticos. *BD*, 07/06/1889.

10 DE FEVEREIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la “Gazette de Hollande.”

N.º 46

Eu, acionista do Banco
Do Brasil, que nunca saio,
Que nunca daqui me arranco,
Inda que me caia um raio,

Para saber como passa
O Banco em sua saúde,
Se alguma coisa o ameaça,
Se ganha ou perde em virtude,

Li (confesso) alegremente,
Li com estas minhas vistas,
O anúncio do presidente
Convocando os acionistas.⁴⁶⁰

Para quê? Para o debate
Do reformado estatuto,
Obra em que há de haver combate,
Que traz gozo, que traz luto.

Pois nesse anúncio, à maneira
De censura, escreve o homem
Que é já esta a vez terceira
Que chama e que eles se somem.

Minto: sumiram-se duas.
Não tem culpa o anunciante,
Se há necessidades cruas

⁴⁶⁰ O Banco do Brasil divulga, pela terceira vez, uma convocatória para reunião em que seriam debatidos problemas administrativos da instituição e o recebimento de dividendos pelos sócios. A primeira convocatória havia sido publicada cerca de um mês e meio antes. *GN*, 18/12/1887 e 06/02/1888.

Em outras crônicas, Machado já explorara ou voltaria a explorar a mesma questão da ausência dos acionistas do Banco do Brasil em decisões institucionais que fossem além da divisão dos dividendos. Por exemplo, *BE*, 14/10/1884; 03 e 21/02/1885; *BD*, 23/02/1889.

Do metro e de consoante.

Pela vez terceira os chama,
E agora é definitivo.
Muitos que fiquem na cama,
Um só punhado é preciso.

Mas eu pergunto, e comigo
Perguntam muitos colegas,
Que, indo pelo vazo antigo,
Não vão certamente às cegas:

— O acionista de um banco,
Só por ser triste acionista,
É algum escravo branco?
Não tem foro que lhe assista?

Não pode comer quieto
O seu costumado almoço,
Debaixo do próprio teto,
Velho já, maduro ou moço?

Barriga cheia, não pode
Dormitar o seu bocado,
Para que o não incomode
O que tiver almoçado?

Pois então a liberdade
Que tem toda a outra gente
Cidadã, meu Deus, não há de
Tê-la esta pobre inocente!

É certo que os diretores
Do Banco são reduzidos
A quatro, e que outros senhores
Vão a menos: suprimidos.

Em tal caso, é razão boa
Para que, firmes, valentes,
Compareçam em pessoa
Diretores e gerentes.

*Res vestra agitur*⁴⁶¹: justo.

⁴⁶¹ Referência original não encontrada, porém, sabe-se se tratar de uma divisa latina corrente até meados do século XIX. Agostinho Marques

Mas que temos nós com isto?
Para que me metam susto
Só outra coisa, está visto.

Sim, o que algum susto mete,
Transtorna, escurece, arrasa,
Não é que eles sejam sete
Ou quatro os chefes da casa:

Sejam sete ou quatro, ou nove,
Disponham disto ou daquilo,
É coisa que me não move,
Posso digerir tranqüilo.

Porquanto, digo, em havendo
Nas unhas dos pagadores
Um bonito dividendo,
Que nos importam divisores?

Tenham estes cara longa,
Cabelo amarelo ou preto,
Nasceram em Covadonga,
Em Tânger, em Orvieto;⁴⁶²

Perdigão Malheiro (1824-1881), jurista, escritor e historiador, a utilizou como epígrafe, complementando-a com outra citação, em famoso ensaio em defesa da abolição da escravatura em 1866. “Vestra res agitur. Libertas non privata, sed pública res est”. (“É de vosso interesse. A Liberdade não é privada, é assunto público”, em tradução livre). MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão no Brasil**: ensaio histórico, jurídico, social. Petrópolis: Vozes, 1976.

José Murilo de Carvalho destaca a importância deste ensaio para se entender o caráter nacionalista que ao qual se ligaram às ideias abolicionistas no Brasil. CARVALHO, José M. de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 61.

⁴⁶² A primeira referência corresponde à Vila Covadonga, no norte da Espanha, onde os cristãos da Hispânia venceram uma batalha contra os Mouros, em cerca de 718 e 725. Esta foi a primeira vitória do cristianismo ibérico sobre os mouros ocupantes, e que, por isso, ganhou significativo simbolismo; A segunda, à cidade de Tânger situada ao extremo norte da África, junto ao estreito de Gibraltar, o ponto mais próximo com o continente europeu; e a terceira, ao Monteleone d’Orvieto, famosa comuna italiana da região da Umbria,

Usem de barbas postiças,
Ou naturais, ou nenhuma;
Creiam em sermões, em missas,
Ou na sibila de Cumas⁴⁶³;

Para mim é tudo mestre,
Contanto que haja certinho,
No fim de cada semestre
O meu dividendozinho.

MALVOLIO

província de Terni.

⁴⁶³ Originalmente pertencentes à mitologia grega, as Sibilas são profetisas sob inspiração de Apolo. “Houve várias Sibilas, mas a mais célebre foi a de Cumas, mencionada por Ovídio e Virgílio. A história que Ovídio apresenta de sua vida, abrangendo mil anos, pode ter a intenção de representar as diversas Sibilas como sendo apenas o reaparecimento da mesma pessoa”. BULFINCH, Thomas. **O livro de ouro da mitologia**. São Paulo: Ediouro, 2006, p. 318.

16 DE FEVEREIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 47

Talvez o leitor não visse,
Entre editais publicados,
Uma boa gulodice?
Abra esses beijos amados.

Vamos, não tenha vergonha,
Estenda agora a linguinha,
Para que esta mão lhe ponha
Sobre ela esta cocadinha.

Disse nesse documento
A Câmara que é vedado
Usar o divertimento
Entrudo denominado^{xxxv 464}.

Impôs as palavras duras
Do parágrafo e artigo
Do código de posturas,
Código já meio antigo.^{465 xxxvi}

⁴⁶⁴ A denominação genérica de entrudo engloba toda uma variedade de brincadeiras carnavalescas. No Brasil, aquilo que assim se costuma denominar é a forma que essas brincadeiras assumiram a partir do final do século XVIII, no Rio de Janeiro. Basicamente, havia o chamado "Entrudo familiar", que acontecia dentro das casas senhoriais e era caracterizado pelos limões de cheiro que jovens lançavam entre si; assim como também havia o "Entrudo Popular", brincadeira mais violenta que ocorria nas ruas das cidades, e sua principal característica era o lançamento mútuo de todo tipo de líquidos ou pó. A partir dos anos 1830, uma série de proibições se sucedem na tentativa de extinguir a versão popular. Cf. FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

Machado de Assis já havia desenvolvido antes e desenvolveria posteriormente argumento similar sobre o mesmo tema em outras séries. Por exemplo, *H15D*, 15/02/1877; *BE*, 30/01 e 17/02/1885; e *BD*, 12/04/1888.

⁴⁶⁵ Nos dias que antecederam o carnaval daquele ano, a polícia mandou circular pelos jornais da

A mim disse que a pessoa
Que outras pessoas molhasse,
Fosse a água má ou boa
Que das seringas jorrasse,

Incorreria na multa
De uns tantos mil-réis taxados,
E não ficaria inulta,
Se os não desse ali contados.^{xxxvii}

Porque iria nesse caso
Pagar suas tropelias
Na cadeia, por um prazo
De (no mínimo) dois dias.

E as laranjas, que se achassem
Na rua ou na estrada à venda,
Mandava que se quebrassem,
Como execrável fazenda.

Laranja, bem entendido,
Laranja própria de entrudo,
Um globo de cera, enchido
Com água... às vezes, com tudo.

Ora, se o leitor compara
A exemplar compostura
Do povo (exemplar e rara)
Com o dizer da postura;

Se adverte que uma só pinga
De água não caiu na gente,
Que não houve uma seringa
Para acudir a um doente;

Que o belo colo das damas
Não viu o gesto brejeiro
De apagar-lhe internas chamadas
Quebrando um limão de cheiro;

Conclui logo que a cidade

cidade avisos para manutenção da ordem durante o período de festas. Reiteravam o plano de policiamento que determinava o trajeto dos blocos carnavalescos. *GN*, 04 e 10/02/1888.

Obedece, antes de tudo,
A si (porque a edilidade
É ela) e deixou o entrudo.

Porém eu, que vi, em todos
Os anos, isto na imprensa,
Já desde o tempo dos godos
(João⁴⁶⁶, com tua licença!);

E que, apesar da postura,
Vi seringas respeitáveis
De água cheirosa e água pura,
Terríveis e inopináveis;

Crioulas e molequinhos
Carregando em tabuleiros
Prontinhos e arrumadinhos
Infintos limões de cheiro;

Eu diversamente opino,
E digo que a lei se engana,
Se cuida ter no destino
Alguma ação soberana.

Recorda a mosca pousada
Na carroça, diz a fama,
Que, ao vê-la desatolada,
Cuidou tirá-la da lama.

Não, amiga lei. O entrudo
Desapareceu um dia
Entre calções de veludo,
Carnavalesca folia.

Reapareceu mais tarde;
Vingou por bastantes anos,
Com estrondo, com alarde,
Triunfos grandes e ufanos.

Chega a polícia de novo
E desterra o velho entrudo;
Troca de brinquedo o povo,
Fica somente veludo.

Mas quando houverem passado

O tempo e a polícia, a ponta
Da orelha do desterrado
Entre bisnagas aponta.

E porque *legem habemus*⁴⁶⁷,
Seja branda ou seja dura,
Anualmente veremos
A mesma inútil postura.

MALVOLIO

⁴⁶⁶ Ver Crônica 34.

⁴⁶⁷ Tradução livre do latim, “temos legislação.”

24 DE FEVEREIRO DE 1888.

Voilà ce que l'on dit de moi
Dans la "Gazette de Hollande."

N.º 48

Juro-lhe, meu caro amigo
Leitor, pelo que há sagrado,
Que eu, que a triste regra sigo
De viver apoucado;

Que suporto as sanguessugas
Humanas e desumanas,
Que não ganhei estas rugas
Em redes e tranqüitanas;

Que aturo todo o importuno,
Que me refere a maneira
Por que o demo de um gatuno
Lhe foi levando a carteira;

Ou me conta tudo, tudo
(Mas tudo!) o que há padecido,
Para que, após longo estudo,
Ver que foi indeferido;

Que com ânimo quieto,
Leio, depois de almoçado,
Tudo o que sobre o arquiteto
Magalhães se há publicado;⁴⁶⁸

Juro-lhe, leitor, repito,
Que cometer não quisera
O mais pequeno delito
Que este mundo haver pudera.

Furtar um par de galinhas,
Dizer algum nome feio,
Chegar mesmo às facadinhas,
Dar dois cachações e meio.

Não porque a moral condene

⁴⁶⁸ Referência não encontrada, assim como os nomes dos demais detidos citados nesta crônica também não foram.

Tais atos; condena, é certo,
De um modo grave e solene,
Determinativo e aberto,

Nem também porque, somadas
As contas, mais ganha a gente
Passando as horas caladas
No belo sono inocente.

Não, senhor; outra é a causa,
É outra, uma certa lista,
Que é preciso ler com pausa,
Mente clara e clara vista.

Do rol dos processos digo
Que ao tribunal dos jurados
Foram, para seu castigo,
Inda agora apresentados.

Que traz esse rol? Descubro
Entre outros muitos nomes^{xxxviii}
Que em oitenta e seis, outubro,
Foi preso um Antônio Gomes.

Pronunciado em janeiro
De oitenta e sete, entra agora
No julgamento primeiro
Do que fez em tão má hora!

Mais três, um Afonso Rosa,
Um Coelho, uma tal Francisca
Xavier, trempe graciosa,
Ao parecer, pouco arisca.

Visto que foi agarrada
Logo em março, dezessete,
Em março pronunciada,
Em março de oitenta e sete!

Há também na lista um certo
Francisco Peres Soares,
Já em abril descoberto
E mandado a tomar ares;

O qual logo em maio teve
Pronúncia do seu delito;

Fez um ferimento leve,
Foi preso ao som de um apito.

Ora, com franqueza, vale,
Ser criminoso em tal era?
Uma peça de percale
Paga tão comprida espera?

Um tabefe, uma rasteira,
Mesmo uma canivetada,
Pagou de alguma maneira
A espera desesperada;

Portanto, e vistos os autos,
Dou de conselho prudência,
E digo aos homens incautos
Que inda o melhor é a inocência.

MALVOLIO

- ⁱ No original, “amigo”. Escolhemos manter a alteração feita pela editora Jackson, devido às necessidades da rima.
- ⁱⁱ Não há vírgula no original.
- ⁱⁱⁱ Trecho não está em itálico no original.
- ^{iv} Palavra ilegível no original. Recorreu-se a edição da editora Nova Aguilar.
- ^v Não há aspas no original.
- ^{vi} Não há vírgula no original.
- ^{vii} No original, “rumaica”.
- ^{viii} Não há pontuação no original.
- ^{ix} Acento ilegível no original.
- ^x Palavra ilegível no original.
- ^{xi} Pontuação ilegível no original.
- ^{xii} Pontuação ilegível no original.
- ^{xiii} Pontuação ilegível no original.
- ^{xiv} Mantida inversão original pelo possível propósito de sentido paradoxal, mesmo se supondo que a expressão mais usual seja “ver remédio ao mal”. A editora Jackson optou por “ver ao mal remédio”.
- ^{xv} No original, a última palavra é grafada com duas letras “n,” diferenciando os sentidos de “pena” (sentimento) e de “penna” (plumagem usada para escrever).
- ^{xvi} No original, “d’antes”.
- ^{xvii} Pontuação ilegível no original.
- ^{xviii} Pontuação ilegível no original.
- ^{xix} Não há vírgula no original.
- ^{xx} Pontuação ilegível no original.
- ^{xxi} No original, “cousa”.
- ^{xxii} Pontuação ilegível no original.
- ^{xxiii} No original, “cousa”.
- ^{xxiv} No original, “cousa”.
- ^{xxv} No original, “dispoz”.
- ^{xxvi} Até este verso, a crônica está ilegível no original.
- ^{xxvii} Mantido “aonde”, conforme original, no lugar de “onde”, como seria mais adequado, para manter métrica.
- ^{xxviii} Não há aspas no original.
- ^{xxix} No original, “mantinada”.
- ^{xxx} Palavra ilegível no original.
- ^{xxxi} Não há vírgula no original.
- ^{xxxii} No original, “Eneas” e “deas”.
- ^{xxxiii} Pontuação ilegível no original. Parece mais adequado ponto e vírgula, apesar de a Jackson ter optado por vírgula.
- ^{xxxiv} Crônica inexistente nos microfilmes originais, pois edição inteira do jornal estava danificada.
- ^{xxxv} Palavra ilegível no original.
- ^{xxxvi} Estrofe ilegível no original.
- ^{xxxvii} Última palavra ilegível no original.
- ^{xxxviii} Palavra ilegível no original.